

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FCT/UNESP – PRESIDENTE PRUDENTE – SP
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

**Doutoramento em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento
Sustentável**

Especialidade: Ciências do Ambiente
Doutoramento em Geografia (Co-tutela)

João Vitor Gobis Verges

Tese orientada por:
Doutor João Ferrão
Doutor Filipe Duarte Santos
Doutor João Osvaldo Rodrigues Nunes

Documento especialmente elaborado para a obtenção do grau de doutor

2017



MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

JOÃO VITOR GOBIS VERGES

Doutoramento em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável,
especialidade Ciências do Ambiente (ULisboa)
Doutoramento em Geografia (FCT/UNESP)

Tese orientada pelos Professores Doutor João Manuel Machado Ferrão, Doutor Filipe Duarte Santos e Doutor João
Oswaldo Rodrigues Nunes no âmbito do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de
Desenvolvimento Sustentável e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente
Prudente – SP- Brasil.

Júri:

Presidente:

- José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão

Vogais:

- Dr Emerson Galvani (USP)
- Drª Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol (FCT/UNESP – Presidente Prudente)
- Dr João Pinto Guerreiro (Universidade do Algarve)
- Drª Maria José Leitão Barroso Roxo (Universidade Nova de Lisboa)
- Dr João Manuel Machado Ferrão (Universidade de Lisboa)
- Drª Cristina Maria Filipe Máguas da Silva Hanson (Universidade de Lisboa)

Documento especialmente elaborado para a obtenção do grau de doutor

Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES – Brasil)

INSTITUIÇÃO DE FOMENTO



**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (Brasil)**

Processo BEX 97-19-13-0

CENTROS DE PESQUISAS ENVOLVIDOS



**Ciências
ULisboa**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA – FCT/UNESP – PRESIDENTE
PRUDENTE SP**



DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação doutoral para minha filha **Angélica Massaretto Verges**,
minha esposa **Nivea Massaretto Verges** e para **Luísa Massaretto Verges** (que logo
chegará!).

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos deste trabalho jamais chegariam perto do real reconhecimento que possuo aos amigos, familiares, professores e colegas que contribuíram com minha jornada de estudos, desde a graduação até este documento doutoral. Todavia, minimamente, gostaria de expor nomes que muito significam para mim neste caminho.

Primeiramente, agradeço a Deus.

Agradeço infinitamente minha esposa *Nivea Massaretto Verges*, pelo companheirismo e carinho cotidiano, estimulando a permanência e o desenvolvimento dos estudos. Os períodos de construções e desconstruções de ausências foram contínuos em nossa relação, desde a graduação, mestrado, no desenvolvimento deste doutorado e na atuação como docente no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). Soubemos aprender e transformar isso a nosso favor, sobretudo por sua inteligência e paciência.

Sou grato de maneira incomensurável pelo nascimento durante o curso doutoral de minha filha *Angélica Massaretto Verges*. A partir dela pude entender concretamente o que é o amor sem medida e o que é sorrir por simplesmente saber da existência de outra pessoa. De maneira igual, pela chegada da *Luísa*, o que me permitiu perceber que o amor atua em progressão geométrica.

Agradeço enormemente os professores Doutores *João Ferrão*, *Filipe Duarte Santos* e *João Osvaldo Rodrigues Nunes*.

Ao professor João Ferrão, responsável pela orientação pormenorizada do trabalho, com leituras “cirúrgicas” e posicionamentos teóricos em território que foram essenciais para a edificação das dimensões analíticas que se apresentam. Sua prontidão, atenção e conhecimento acadêmico serão eternamente levados por mim a partir destes estudos desenvolvidos. Muito obrigado professor!

Ao professor Filipe Duarte Santos, fomentador do ingresso no *Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável* (PDACPDS), responsável pelo acompanhamento da condição de bolsista na CAPES e orientação conjunta do trabalho. Muito obrigado pela possibilidade aberta!

Ao professor e amigo João Osvaldo Rodrigues Nunes, sempre confiando em minhas notas analíticas, promovendo possibilidades de inserções acadêmicas desde o período de graduação em licenciatura e bacharelado em Geografia. A sua figura como pessoa e profissional sempre estará presente em meu caminho! Obrigado professor!

Agradeço também a professora Doutora *Rosângela Medeiros Hespanhol* e ao Professor *Nivaldo Hespanhol*, presentes desde minha graduação na FCT/UNESP e que foram essenciais para a concretização da parceria entre as universidades de realização dos estudos doutorais.

Agradeço imensamente ao meu pai, *João Francisco Santos Verges*. Homem trabalhador e que depositou inúmeros incentivos para que eu estudasse. Seu apoio para que eu pudesse me concentrar em atividades acadêmicas é inegavelmente responsável por esta possibilidade de concretização do curso doutoral! Muito obrigado, Pai!!

Agradeço a minha mãe, *Salma Gobis Verges*, por todo afeto voltado a mim, atenção e incentivo desde o meu crescimento até os dias atuais. Muito obrigado, Mãe!

Agradeço aos demais familiares, irmãs, avós, cunhados, cunhada, sobrinhos e sobrinhas pelo acompanhamento e incentivo neste percurso.

Um particular agradecimento ao meu sogro *Toninho Massaretto* e à minha sogra *Regina Celis Casanova Massaretto*. O apoio de vocês neste momento da minha vida foi facilitador dos estudos e conclusões do trabalho. Muito obrigado!

Agradeço igualmente a *Dona Laíde*, avó de minha esposa. Seu acolhimento em sua casa, permitindo moradia para mim e, posteriormente, para minha esposa

foram essenciais na estruturação inicial de nossa vida matrimonial. Muito obrigado!!

Um agradecimento ao amigo *Rômulo Silva Lima de Góis*, pela parceria firmada durante o doutorado, não somente em publicações e diálogos teóricos, mas no convívio e reconhecimento pessoal da cidade de Lisboa.

Ao amigo *Carlos Manoel Pimenta*, pelas conversas e caminhadas por Lisboa no momento em que estive sozinho em Portugal.

Ao amigo *Jorge Sevilha Cedilho*, pelos cafés e cervejas no pouco período que convivemos diretamente em Lisboa, mas que rendeu uma amizade que me permitiu dialogar sobre Portugal, Espanha e Europa.

Ao colega *Bráulio Carvalhal Luna*, pela parceria em publicações no período inicial do desenvolvimento doutoral, reunindo análises coletivas sobre tópicos de estudo.

Ao amigo *Evaldo Costa*, pelos passeios em Lisboa, parcerias nos trabalhos disciplinares e almoços regulares em sua residência durante o período de concretização do curso de formação avançada do *PDACPDS*. Conjuntamente, uma lembrança à sua esposa, Norma.

Ao amigo *João Flores*, pelas constantes conversas entre as aulas e a visita à Rio Maior (e as cobranças para que logo chegasse um(a) irmãozinho(a) para a Angélica).

À *Raquel Brito*, responsável pela Secretaria do *PDAPCDS*, sempre disposta na resolução de necessidades burocráticas que envolveram o doutoramento, com muita habilidade e facilidade de acesso, além de sua simpatia e amizade. Muito obrigado!

Um agradecimento aos demais colegas de curso, *Margarida Duarte, Jorge Augusto Lima, Maria José de Lima-Netto, Larissa Varela, Kátia Cavaco, Pedro Fernandes, Miguel Rodrigues, Mônica Prado, Alexandra Castro, Filomena Djassi* e a todos que passaram pelas disciplinas cursadas no período letivo 2013-14.

Aos amigos da UNESP, desde a época de graduação, *Alex Marighetti, Thais Helena, Alex Araújo, Gregório Echeverría, Gabriele Poletti, Anderson Marioto, Denise Marini, Guilherme Marini, Cássio Antunes Oliveira, Flávio Saron e Jefferson Hiroshi.*

Aos colegas do Laboratório de Sedimentologia e Análise de Solos da FCT/UNESP – Campus Presidente Prudente – SP.

Dedico também um agradecimento ao professor Dr. *Fabício Pedroso Bauab*, pelo seu trabalho e amizade no período de mestrado em Geografia que muito contribuíram para o avanço pessoal e no desenvolvimento de pesquisas.

Ao Diretor Geral do *Campus* Avançado Guarantã do Norte – *João Germano Rosinke* e ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT), *Willian de Paula*, pela compreensão e auxílio institucional que permitiram a finalização deste trabalho.

Aos colegas servidores docentes e técnicos do IFMT – *Campus* Avançado Guarantã do Norte. Um especial agradecimento para *Thiago Alberto, Edson Silva, Márcio Araújo e Thiago Cotrim*, pela companhia cotidiana e compartilhamento de expectativas e necessidades na chegada ao Norte do estado de Mato Grosso.

Aos professores *Rosângela Hespanhol* e *João Lima Sant’anna Neto*, pelas contribuições dispostas na qualificação da tese na FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP.

Um agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência fomentadora dos recursos aplicados na pesquisa.

Agradecimentos aos assentados que receberam as atividades de pesquisa no Pontal do Paranapanema-SP e ao Movimento de Mulheres Camponesas que concedeu entrevista direta para a tese.

Aos professores Doutora *Fabiana Barbi (UNICAMP)* e Doutor *Wagner Costa Ribeiro (USP)*, pelos diálogos consultivos sobre as dinâmicas políticas no Brasil em mudanças climáticas.

Agradecimentos aos membros do júri – Dr. Emerson Galvani (USP), Dr^a Rosângela Hespanhol (UNESP), Dr. João Guerreiro (Universidade do Algarve), Dr^a Maria José Roxo (UNL), Dr^a Cristina Máguas (FCUL) - pelas análises e contribuições no ato de provas finais desta tese, assim como ao Presidente do Júri Dr. José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão.

ÉRAMOS UMA “PÁ” DE "APOCALÍPTICOS",
DE MEROS "HIPPIES", COM UM "FALSO" ALARME...
ECONOMISTAS, MÉDICOS, POLÍTICOS
APENAS NOS TRATAVAM COM ESCÁRNIO.

NOSSAS VISÕES SE REVELARAM VÁLIDAS,
E ELES SE CALARAM – MAS É TARDE.
AS NOITES ‘TÃO FICANDO MEIO CÁLIDAS’...
E UM MATO GROSSO EM CHAMAS LONGE ARDE:
O VERDE EM CINZAS SE CONVERTE LOGO, LOGO...

É FOGO! É FOGO!

ÉRAMOS "UNS POETAS LOUCOS, MÍSTICOS"...
ÉRAMOS TUDO O QUE NÃO ERA SÃO;
AGORA SÃO – COM DADOS ESTATÍSTICOS –
OS CIENTISTAS QUE NOS DÃO RAZÃO.

DE QUE VALEU, EM SUMA, A SUMA LÓGICA
DO MÁXIMO CONSUMO DE HOJE EM DIA,
DUMA BÁRBARA MARCHA TECNOLÓGICA
E DA FÉ CEGA NA TECNOLOGIA?
HÁ SÓ UM SENTIMENTO QUE É DE DÓ E DE
MALOGRO...

É FOGO... É FOGO...

DOCE MORADA BELA, RICA E ÚNICA,
DILAPIDADA – SÓ – COMO SE FOSSES
A MINA DA FORTUNA ECONÔMICA,
A FONTE ETERNA DE ENERGIAS FÓSSEIS,
O QUE SERÁ, COM MAIS ALGUNS GRAUS CELSIUS,
DE UM RIO, UMA BAÍA OU UM RECIFE,
OU UM ILHÉU AO LÉU CLAMANDO AOS CÉUS, SE OS
MARES SUBIREM MUITO EM TENERIFE?

E DOS SEM-ÁGUA, O QUE SERÁ DE CADA SÚPLICA,
DE CADA ROGO

É FOGO... É FOGO...

EM TANTA PARTE, DO ÁRTICO À ANTÁRTIDA
DEIXAMOS NOSSA MARCA NO PLANETA:
ALIVIEMOS JÁ A PIOR PARTE DA
TRAGÉDIA ANUNCIADA COM TROMBETA.
O ESTRAGO VAI SER PAGO PELA GENTE TODA;

É FODA! É FOGO!...
É A VIDA EM JOGO!

É FOGO. *Lenine - Labiata, 2008.*

RESUMO

Nos últimos quarenta anos, os debates sobre o ambiente se ampliaram distinguindo os impactos em sociedade aos regimentos sistêmicos naturais do Planeta. Neste contexto, as mudanças climáticas por ações decorridas dos aspectos produtivos ganham destaques, dispondo alargada necessidade de compromissos mundiais que assegurem menores emissões de gases com efeito estufa (GEE) à atmosfera. Neste processo, decorrem acontecimentos políticos referentes ao escopo apontado, fomentados por grandes encontros como a ECO-RIO-92, os diálogos nas Conferências das Partes (COP's), acordos globais como em Kyoto (1997), dentre outros, regulamentando o desencadeamento de aproximações entre os países sobre as necessidades para com as mudanças climáticas. O Brasil, neste entremeio, foi participante das mobilizações mundiais que versam sobre as necessidades de efetivar dotações políticas em mitigação e adaptação correspondentes ao clima e mudanças em curto, médio e longo prazo. Neste contexto, em 2008 apresentou seu plano de atuação na questão e, em 2009, a letra legislativa que se dispõe como instrumento ratificador sobre a temática em esfera nacional. Desse modo, uma agenda política é referendada e incisivamente surgem planos setoriais para as diferentes facetas da economia nacional, dentre elas a correspondente à agropecuária. Com isto em vista, esta pesquisa teve por finalidade observar como as nuances globais sobre a questão “mudanças climáticas” se afirmam no contexto político brasileiro e como os parâmetros aplicados ao mote se arranjam para com a heterogeneidade conflituosa da conjugação rural no Brasil, visto que ocorre a existência de múltiplos e divergentes atores sociais neste ângulo analítico com, também, projetos e anseios diferenciados. Para isto, traçou-se uma abordagem investigativa considerando as inclinações políticas brasileiras sobre o foco proposto, as nuances que correspondem às reivindicações por movimentos sociais no campo e os desdobramentos gerais destes cenários em assentamentos rurais de reforma agrária, ícones no processo de lutas por melhores condições de vida no quadro geral da agricultura familiar no país. Adotou-se, para isso, a averiguação multiescalar, corroborando a interligação entre as normativas políticas internacionais e nacionais, as contestações e propostas dos movimentos sociais e os alcances locais deste processo em assentamentos rurais de reforma agrária. Especificamente, para o diálogo multiescalar empregaram-se os estudos de caso, sendo parâmetros para as verificações o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST), o *Movimento de Mulheres Camponesas* (MMC), a agremiação internacional *La Via Campesina* e assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema – estado de São Paulo, entrecruzando perspectivas metodológicas quantitativas e qualitativas. Com isso, pôde-se aferir que a agenda

climática no Brasil demarca uma opção política pelos setores pujantes das *commodities*, marginalizando propositivas provindas de movimentos sociais no campo. Amplamente, a condicionante setorial adotada distancia a participação ativa de agricultores familiares na esfera local, o que denota a polarização das ações e propositivas em macroagentes estatais, como Ministérios, ou nos grupos políticos ligados ao grande capital. Por isto, é preciso a revisão da estrutura organizativa neste recorte das políticas públicas nacionais, procurando redimensionar a participação social pelos territórios, alvitando garantir a permanência dos projetos vinculados às alterações globais e o alcance de metas com reais melhorias ambientais e sociais.

Palavras-Chaves: Mudanças Climáticas; Políticas Públicas; Movimentos Sociais no Campo; Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

ABSTRACT

In the last forty years, debates over the environment have expanded distinguishing impacts on society to natural systemic regiments of the Planet. In this context, climate change by actions elapsed through the productive aspects earn highlights, providing extended need for global commitments to ensure lower emissions of greenhouse gases (GHGs) to the atmosphere. In this process, derive political events concerning the scope appointed, promoted by large gatherings such as ECO-RIO-92, the dialogues in the Conferences of the Parties (COP's), global agreements such as Kyoto (1997), among others, regulating the trigger approaches among countries on the need for climate change. The Brazil was a participant in the global mobilizations that deal with the needs of effecting political appropriations in mitigation and adaptation related to climate change and in the short, medium and long term. In this context, in 2008 it presented its action plan on the issue and in 2009, the legislative letter that has as ratifying instrument on the subject at the national level. Thus, a political agenda is endorsed and incisively come sectoral plans for the different facets of the national economy, among them corresponding to agriculture. With this in mind, this research aimed to see how the global nuances on the issue "climate change" are affirmed in the Brazilian political context and how the parameters applied to the motto are arranged towards the conflictive heterogeneity of rural conjunction in Brazil, as It is the existence of multiple and different social actors in this analytical angle also designs and different desires. For this, drew up an investigative approach considering the Brazilian political leanings on the proposed focus, the nuances that correspond to the demands by social movements in the field and the general consequences of these scenarios in rural agrarian reform settlements, icons in the process of fighting for better living conditions in the general framework of family farming in the country. Is adopted for this, multiscale investigation, confirming the link between the normative international and national policies, challenges and proposals of social movements and local scope of this process in rural agrarian reform settlements. Specifically, for multiscale dialogue employed in the case studies, and parameters for the checks the Movement of Landless Rural Workers (MST), the Movement of Peasant Women (MMC), the international college *La Via Campesina* and rural settlements land reform in the *Pontal do Paranapanema* - *São Paulo* state, crisscrossing quantitative and qualitative methodological perspectives. Thus, it was possible to infer that the climate agenda in Brazil marks a policy option for the booming sectors of commodities, marginalizing stemmed propositional social movements in the field. Broadly, the industry adopted conditioning distance the active participation of farmers at the local level, which shows the polarization of the actions and purposeful in state macroagents as ministries or political groups linked to big business. Therefore, the review of the organizational structure in this crop of national public policies require seeking resize social participation by territories, arbitrate ensure continuity of projects related to global change and the achievement of goals with real environmental and social improvements.

Keywords: Anthropogenic Climate Change; Public Policies; Rural Social Movements; Rural Settlements; Territorial Development.

SUMÁRIO

a. Siglas	20
b. Figuras	20
c. Mapas	21
d. Imagens	21
e. Quadros	21
f. Gráficos	22
g. Tabelas	22
1. Introdução	23
1.1 A construção do Problema de investigação	27
1.2. Questionamentos e hipóteses da pesquisa	29
1.3. Método e metodologia geral	32
1.4. A questão multiescalar – do global ao local, do local ao global	36
1.5. Da importância do “estudo de caso”	39
1.6. Aspectos metodológicos da Parte I	42
1.7. Aspectos metodológicos da Parte II	43
PARTE I – AGENDA CLIMÁTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	45
2. Capítulo I – Conjunturas políticas sobre mudanças do clima: aspectos gerais, Brasil e estado de São Paulo	46
2.1. Implicações do Capítulo	47
2.2. Mudanças Climáticas Globais: perspectivas políticas gerais	48
2.3. O Protocolo de Kyoto (1997): orientações paradigmáticas em políticas climáticas de países emergentes	57
2.4. Diretrizes da política externa brasileira nos Governos FHC e Lula: condições estruturantes sobre a questão climática	62

2.5. O surgimento do Plano (2008) e da Política Nacional (2009) sobre mudanças do clima no Brasil: aspectos e diretivas	67
2.6. <i>O caso do Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono</i>	76
2.7. A Política Estadual sobre Mudanças do Clima em São Paulo (PEMC-2009): demarcações prévias e aproximações com o domínio Federal	86
2.8. O recente Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (2015)	92
2.9. Da necessidade de análise das políticas do clima pela heterogeneidade territorial nos contextos rurais do Brasil	97
2.10. Síntese	100
3. Capítulo II – As questões climáticas pelos enfoques territoriais rurais: movimentos sociais no campo, diálogos nacionais e internacionais em macroescala	102
3.1. Implicações do Capítulo	103
3.2. A estrutura desigual do campo brasileiro: algumas considerações	104
3.3. Interesses divergentes, múltiplos territórios	108
3.4. Movimentos sociais no recorte agrário do Brasil: breve expositiva	112
3.5. A formação da <i>Via Campesina</i> : diálogos em macroescala	117
3.6. A <i>Via Campesina</i> e os desalinhos ao padrão orientador político em mudanças climáticas	123
3.7. A Via Campesina e as contestações na recente COP-21 (Paris 2015)	134
3.8. A especificidade de movimentos sociais no campo brasileiro e a questão climática: os casos do MST e MMC	138
3.9. Síntese	147
Parte II – A QUESTÃO CLIMÁTICA E A ESCALA LOCAL	149
4. Capítulo III – O estudo de caso: perspectivas territoriais dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP em mudanças climáticas	150
4.1. Implicações do Capítulo	151
4.2. A escolha do estudo de caso – representatividade e significações	152

4.3. Pontal do Paranapanema-SP: processo histórico de formação territorial	159
4.4. O surgimento dos assentamentos rurais de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema-SP	165
4.5. A condição ambiental de pré-localização dos assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal	169
4.6. A agroecologia como diretiva produtiva para assentamentos rurais – referenciais ambientais apoiados nos movimentos sociais	172
4.7. Síntese	178
5. Capítulo IV – Mudanças climáticas a partir de assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP: o local em destaque	179
5.1. Implicações do Capítulo	180
5.2. O “fazer”: passos agroecológicos iniciais e potencialidades climáticas verificadas nos assentamentos rurais do Pontal	181
5.3. Os assentamentos rurais de reforma agrária e o reconhecimento das mudanças climáticas no Pontal do Paranapanema-SP	187
5.4. Clima, mudança e atribuição de responsabilidades por parte dos assentados	195
5.5. Estado, movimentos sociais e mudanças climáticas: relatos dos assentados sobre afastamentos	202
5.6. As ONG’s ambientais e as percepções dos assentados	210
5.7 O conhecimento e aceitação dos mecanismos em mitigação e adaptação às mudanças climáticas	213
5.8. Convergência política e convergência econômica	217
5.9. Política pública, o assentado e o Estado: caminhos sugeridos	220
5.10. O “Paradoxo Giddens” e a problematização pelos assentamentos rurais	223
6. Síntese	227
7. Conclusões	228
8. Referências	232
Anexos	248

Siglas

APP – Área de Proteção Permanente

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo

COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COP – Conferência das Partes

CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PEMC – Política Estadual de Mudanças Climáticas – São Paulo

PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima

PROCLIMA – Programa Estadual de Mudanças Climáticas – SP

REDD - Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas

Figuras

Figuras 1, 2 e 3: representações dos contrapontos da *Via Campesina* às principais indicações sobre mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Figura 4: Ciclo dinâmico de atuação local da agenda climática brasileira.

Figura 5: Esquema conceitual da ausência de alcance do Estado e Movimentos Sociais em mudanças climáticas no Pontal do Paranapanema-SP.

Mapas

Mapa 1. Áreas com projetos em recuperação de pastagens entre 2011 e 2013 pelo Programa ABC.

Mapa 2. Áreas com pastos altamente degradados no Brasil.

Mapas 3 e 4: Sistema de Lavoura-Pecuária-Floresta (3) e Plantio Direto (4) no período 2012-13.

Mapa 5: Espacialização dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP – 1979/2013.

Mapa 6: Localização do território do Pontal do Paranapanema – SP na confluência entre os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Brasil.

Mapa 7: Grilos majoritários no Pontal do Paranapanema-SP.

Mapa 8: Número de ocupações no Pontal do Paranapanema entre 1998 e 2013.

Imagens

Imagem 1: exemplo de integração Pecuária – Lavoura – Floresta.

Imagem 2: Área de plantio em assentamento rural visitado – Trabalho de Campo.

Imagem 3: Construção de novas territorialidades no Pontal do Paranapanema-SP com bases agroecológicas.

Imagem 4: Usina de produção de Álcool e Açúcar e plantio de cana-de-açúcar que circundam os assentamentos rurais de reforma agrária.

Quadros

Quadro 1. Tópicos dispositivos em caracterizações sobre estudos de caso.

Quadro 2. Orientações iniciais da CQNUMC – Combate às mudanças climáticas globais.

Quadro 3: Princípios sintetizadores das abordagens da *Via Campesina* em Mudanças Climáticas.

Quadro 4. Indicações sobre mudanças climáticas por movimentos sociais no campo.

Gráficos

Gráfico 1. Áreas de Florestas Plantadas.

Gráfico 2: Número de assentamentos rurais criados por ano entre 1985 e 2013 no Pontal do Paranapanema – SP.

Gráfico 3: Fontes de identificações sobre mudanças climáticas pelos assentados no Pontal do Paranapanema-SP.

Gráfico 4. Percepções climáticas nos assentamentos rurais alcançados com a pesquisa de campo.

Gráfico 5. Percepção da sensação de calor no período de vivência nos assentamentos rurais.

Gráfico 6. Motivos atribuídos às interferências climáticas locais.

Gráfico 7: Totalidade de agricultores que relatam o impacto local negativo da produção de cana-de-açúcar ao ambiente.

Gráfico 8. Dificuldades em execuções públicas através do Estado.

Gráfico 9. Alcances dos movimentos sociais na temática das mudanças climáticas em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.

Gráfico 10. Importância das ONG's no quesito mudanças climáticas em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.

Gráfico 11. Assentamentos e os mecanismos de aplicação em mitigação e adaptação provindos de Kyoto (1997).

Gráfico 12. Assentados entrevistados a favor de proventos oriundos do mercado e/ou Estado para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Gráfico 13. Necessidade de geração de renda para os assentados por benefícios climato-ambientais.

Gráfico 14. Indicação de ordenamento no recebimento de provimentos financeiros para a execução de projetos sobre mudanças climáticas.

Tabelas

Tabela 1. Evolução do percentual efetivo de bovinos no Brasil por regiões entre 2002 e 2012.

Tabela 2. Número de famílias visitadas por assentamentos rurais.

INTRODUÇÃO

Nos últimos quarenta anos, as formatações políticas sobre os processos ambientais se ampliaram, cenário fomentado por constatações científicas em diversos centros de investigações e desdobramentos dialogados nas cimeiras mundiais.

Como recorte particular, os enquadramentos em mudanças climáticas¹ ganharam espaço, considerando a potencialidade das sociedades virem a contribuir para impactos efetivos na composição atmosférica e seus regimentos sistêmicos.

Neste sentido, com movimento internacional expressivo a partir da década de 80 do último século, tornam-se robustas concretizações que firmam indicativos para arrumações de políticas inter e intranacionais em diversos países que se encaixam como representantes nas discussões e apontamentos de planos e/ou estratégias em mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas.

Por esta via, acompanhando as influências gestadas pela *ECO-RIO-92*, as Conferências das Partes (COP's) e diferentes "Protocolos", como em Kyoto (1997), o Brasil regulamenta sua agenda nacional na temática entre os anos de 2008 e 2009, apresentando um plano nacional para ação em mudanças climáticas e, posteriormente, um documento legislativo que designa obrigações e instrumentos neste escopo.

Claramente, em termos de edificação de uma abordagem nacional sobre o clima e impactos por atuações em sociedade, o Brasil já vinha desenvolvendo diversos programas paralelos e pulverizados em diferentes Ministérios e estados da Federação, como em São Paulo com o PROCLIMA. Todavia, a expressividade do tema e a afirmação incisiva enquanto política com marcos e metas decorre nos anos finais da década de 2000, sobretudo com influência da *Cimeira de Copenhague (2009)*, momento em que o Presidente Lula e sua equipe dispõem a apresentação

¹ Neste trabalho, adota-se o termo "mudanças climáticas" por ser a nomeação utilizada pelo Brasil em seus instrumentos políticos e organizativos em torno dos impactos que as atuações em sociedade dispõem sobre a composição atmosférica. Faz-se esta referência visto que muitos autores utilizam termos como "Alterações Climáticas" ou "Alterações Globais".

de compromissos mundiais a partir das configurações dos potenciais econômicos brasileiros.

Neste ínterim, um conjunto de políticas públicas específicas passa a ser construído e implementado efetivamente no país, tendo em vista os parâmetros apontados no plano nacional em mudanças do clima e na legislação que orienta este contexto.

Desse modo, procura-se, aqui, atentar-se aos desígnios agropecuários da agenda climática brasileira, em que se instauram indicações e práticas a serem incorporadas pelas atividades produtivas, regulamentando através delas os fomentos a auxílios técnicos e financeiros na execução econômica pela lógica de baixo carbono.

Como exemplo, dentre elas tem-se o “Plano ABC” - *Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura* – que distingue um programa com itens aplicáveis aos enquadramentos de exercícios ligados às discussões e propositivas que dispõem ações para o menor impacto das atividades agropecuárias nas orquestrações climáticas. Este instrumento prevê o gasto de 197 bilhões de reais² em atividades com menor emissão de Gases com Efeito Estufa (GEE) até 2020, através do financiamento de metas (BRASIL, 2015)³.

No entanto, a esfera geral do que se pode denominar por “rural” no país envolve inúmeros, complexos e destoantes atores, o que pode significar dificuldades em proposições e embates territoriais na afirmação dos itens perspectivados para a agropecuária nos entremeios do direcionamento climático erguido.

Assim sendo, esta pesquisa doutoral apresenta uma leitura contributiva sobre o processo de construção e afirmação da agenda climática brasileira, considerando os contextos rurais do país e tendo como caminho interpretativo as dinâmicas territoriais que envolvem os múltiplos e divergentes atores em

² PROGRAMA ABC - Linha de crédito aprovada pela Resolução BACEN nº 3.896 de 17/08/10.

³ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plano-abc> <acesso em 05/09/2015>.

sociedade, como o Estado, movimentos sociais no campo e assentamentos rurais de reforma agrária.

Especificamente, propôs-se uma análise multiescalar, demonstrando certa faceta da assimilação nacional dos debates e acordos globais sobre mudanças climáticas e como estes rebateram sobre a orquestração em políticas públicas no rol agropecuário brasileiro, sendo dispostos e interpretados por abordagens de movimentos sociais e referenciais locais.

Com isto em vista, dialogou-se a partir da configuração conflituosa e desigual do rural no país, levando em consideração movimentos sociais no campo que lutam por afirmações e expressões territoriais, nomeadamente demarcando como estudos de caso o *Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)*, o *Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)* e a congregação internacional *La Via Campesina*, aferindo, posteriormente, os desdobramentos locais das propositivas e orientações em assentamentos rurais de reforma agrária situados no Pontal do Paranapanema – estado de São Paulo - relativos aos conteúdos políticos das interferências no clima a partir das ações em sociedade.

Com isto, foi possível tecer considerações procurando dimensionar como os acometimentos surgidos em ampla referência, em debates e acordos mundiais, são conferidos e posicionados pelo Estado brasileiro e nos movimentos sociais analisados, tendo como parâmetros as dotações nacionais e internacionais. Já o alcance em assentamentos rurais de reforma agrária assente posicionar o debate na via local e, sobretudo, pela dinâmica territorial. Assim, as delineações sobre assentamentos alocados no Pontal do Paranapanema-SP apontam elevada representatividade, pois esses lotes de reforma agrária são frutos da ação coletiva de agricultores familiares em movimentos sociais.

Desse modo, alvitrou-se um esquema analítico em que a abordagem escalar se dispôs pelo seguinte encadeamento: das construções mundiais sobre mudanças climáticas para a efetivação da agenda brasileira; da formatação em políticas públicas sobre o clima e escopos rurais no Brasil para as contestações e interpretações dos movimentos sociais no campo; da síntese dialética entre designações do Estado e embates junto de movimentos sociais na temática às interpretações/proposições sobre mudanças climáticas em assentamentos rurais

de reforma agrária do Pontal do Paranapanema-SP (frutos das lutas em movimentos sociais).

Com isto demarcado, apresenta-se a organização do trabalho em duas partes, buscando caracterizar de forma otimizada a ordenação global-nacional-local pelas abordagens do território. Assim, a “Parte I” corresponde aos capítulos I e II, versando sobre a conjuntura internacional e brasileira em mudanças climáticas, expressando os entremeios políticos das grandes cimeiras mundiais e desenhos internos decorrentes, assim como designando as constatações em torno das contestações e reivindicações dos movimentos sociais no campo para com a ordenação política da temática.

A “Parte II” aponta diretamente para o estudo de caso na configuração local, tendo como parâmetro analítico os assentamentos rurais de reforma agrária instalados no Pontal do Paranapanema-SP. Nesta conjuntura, desenvolve-se no capítulo III a caracterização da região e se evidencia suas dificuldades ambientais no que corresponde à história de conformação territorial e desafios para os assentamentos rurais. No Capítulo IV, configuram-se as exposições e análises das informações coletadas a partir de pesquisa de campo nos assentamentos rurais amostrais, dialogando com seus feitos e anseios na totalidade ambiental com seus prismas na perspectiva climática.

Como suporte conceitual, previamente as amarrações da dissertação em torno de suas Partes e Capítulos, evidenciam-se as fundamentações teórico-epistemológicas que sustentam a análise alcançada, assegurando as verificações da tese em suas caracterizações sistemáticas e racionais que contribuem para a ampliação do conhecimento em mudanças climáticas e desenvolvimento político no Brasil.

Para isto, apresentam-se a construção do “problema de investigação”, os questionamentos e a hipótese de partida para as partes I e II, a concepção do método e metodologia geral da abordagem investigativa, a corroboração em torno do dimensionamento multiescalar no discernimento do mote, a relevância dos estudos de caso para a composição amostral da pesquisa e os aspectos pontuais no arranjo metodológico das Partes I e II.

Por fim, evidenciam-se as conclusões que foram possíveis de serem desprendidas através do trabalho, preenchendo uma lacuna no entendimento da ordenação político-climática no país e apontando necessidades futuras de estudos em pesquisas sobre o tema, sobretudo pelos aportes do desenvolvimento territorial.

A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A problemática que envolve a pesquisa se afirma a partir da articulação entre as ocorrências mundiais sobre mudanças climáticas e suas reverberações em políticas nacionais com (des)alcances locais, o que compõe diretivas para múltiplas facetas sociais, econômicas e ambientais dentro dos recortes dos países.

Por este viés, particularizando um enfoque, tomou-se como partida a inserção política do Brasil nos diálogos globais em “*Climate Change*”, sobretudo após a participação na COP-15 em *Copenhagen*, quando são afirmados internacionalmente compromissos voluntários que apoiam a formatação em 2008 do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima e em 2009 de sua política oficial em mudanças climáticas.

Com isto, a partir de levantamento inicial para identificação prévia sobre o plano e a política climática do Brasil, notou-se a tendência ao enfoque setorial através de medidas unilaterais aplicadas à multiplicidade rural do país. Como é de conhecimento amplo que as questões imbricadas no rural brasileiro possuem muitas rugosidades apoiadas em trajetórias de espoliações, práticas fundiárias irregulares, falta de financiamentos e apoios técnicos para produtores familiares, somados a conflitos sociais latentes, propôs-se um diálogo no sentido de compreender quais as significações que a agenda sobre o clima e suas mudanças no país possuem para movimentos sociais e produtores rurais familiares em assentamentos de reforma agrária, que são de elevada importância na conjugação da conformidade territorial rural no Brasil.

Dessa maneira, atenta-se para preencher uma lacuna de análises das potencialidades e incongruências afirmativas da agenda política nacional na temática do clima, tendo em vista os quase dez anos de concretização destes instrumentos em letra firmada no cenário brasileiro, com foco na reverberação deste escopo para agricultores familiares articulados em lutas por territórios.

Para isto, buscando referendar um quadro argumentativo que se dispusesse como emblemático e significativo no que corresponde às representações sociais, econômicas e climáticas, adotou-se como referências movimentos sociais que aplicam suas ações e contestações em prol da agricultura com base familiar. Tais movimentos, em linhas gerais, possuem manifestações sobre mudanças climáticas e realizam proposições que se comprazem como uma proposta particularizada em modelo de desenvolvimento aos sujeitos que se agremiam em suas diretivas.

Neste ínterim, para formatar uma abordagem com intento de completude, mesmo tendo em consideração que análises totais são, em verdade, inalcançáveis, procurou-se adotar como elo entre os acordos globais, as diretivas brasileiras e as propositivas de movimentos sociais no campo os assentamentos rurais de reforma agrária que se instituíram através das lutas nos próprios movimentos sociais e que foram formalizados pela Federação através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e/ou de agências de terras estaduais, como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Este arco de análise permite a associação escalar entre Estado – Movimentos Sociais no campo – assentamentos rurais (base local) – construção e atuação de políticas públicas em mudanças climáticas.

Como existe uma relação que se estabelece em dinâmicas mundiais e que se intentaria aferir na escala local, apoiou-se o trabalho na compreensão multiescalar dos impactos ligados entre os diferentes entes observados em níveis escalares também diversos, mas complementares. Indo além, notando a necessidade de desenvolvimento em tempo hábil e utilização maximizada de recursos, investiu-se no discernimento das situações e pontuações explicativas através dos estudos de caso.

Nesse processo, a verificação analítica da agenda política brasileira em mudanças climáticas foi fundamentada na abordagem sobre a PNMC e a PEMC no estado de São Paulo, visto a potencialidade da política nacional e o pioneirismo de

programas deste estado da Federação no assunto tratado. Conjuntamente, figuraram-se menções macroescalares em importantes movimentos sociais como o MST, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a conjunção de lutas internacionais na atuação global *La Via Campesina*. Estes três movimentos sociais que se acoplam ao rural possuem designações sobre mudanças climáticas e importâncias nacionais e mundiais, sendo representativos para as verificações.

Seguindo o passo da abordagem, a escala local se ancorou na amostragem em assentamentos rurais de reforma agrária firmados na região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. Estes assentamentos rurais são provindos da articulação de atores em movimentos sociais no campo, com forte apelo ao MST, e se encontram na circunscrição estadual que possui elevada representação na temática, ao passo que a região onde se territorializaram serve como ente emblemático por ser, desde o século XIX, palco de inúmeros conflitos por terras e processos de degradação ao ambiente.

Neste ínterim, apresentam-se no próximo tópico as dimensões correspondentes às questões formuladas mediante a problemática instaurada que fomenta a hipótese que, durante o decorrer analítico da tese, será trabalhada e interligada aos aportes teóricos e empíricos alcançados.

QUESTIONAMENTOS E HIPÓTESES DA PESQUISA

Em termos de objetivações, como introduzido previamente, este trabalho se estrutura a partir de indagações voltadas para a compreensão de fenômenos políticos da agenda brasileira em mudanças climáticas, trazendo como trilha analítica a dimensão rural e o aporte territorial numa análise multiescalar.

Por este aspecto, tem-se o tratamento da problemática da investigação a partir das seguintes questões:

- a) Qual tem sido o panorama orientador da agenda política sobre mudanças climáticas no Brasil e como isto se imprime em propositivas para o rural?
- b) Como a estrutura rural desigual do Brasil, tendo como particularidade movimentos sociais de agricultores familiares em escalas nacional e internacional, se enquadra aos debates em mudanças climáticas nas manifestações políticas do tema no país e em vias globais?
- c) Qual a extensão que os diálogos e confrontos em macroescala possuem nas esferas locais, tendo como recorte analítico assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP?

Dessa maneira, o que se pretende é realizar uma demarcação neste importante assunto que se coloca latente para inúmeros países do globo, através do prisma brasileiro mirado ao rural, entendendo que as ações em mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas são impulsionadas pela maneira como os Estados nacionais se debruçam sobre tais demandas, apresentando uma contribuição analítica que pode auxiliar discernimentos em práticas públicas.

Neste sentido, é preciso ter em consideração a pluralidade e complexidade de estruturas territoriais nacionais e evidenciar que ações pré-concebidas e não dialogadas sobre os aportes dos conflitos e de divergentes projetos de desenvolvimento podem resultar no avanço das desigualdades, sejam elas econômicas, sociais, territoriais/regionais e, propriamente, ambientais.

Assim sendo, articula-se a seguinte hipótese para a pesquisa desenvolvida, mediante a especificidade do recorte adotado:

Hipótese:

A questão das mudanças climáticas no Brasil, tendo como embasamento a esfera Federal e o estado de São Paulo, se instaura com fundamentos setoriais e fomenta ações em mitigação e adaptação majoritariamente pelos escopos produtivos, alicerçando indicativos para determinados recortes, como o rural, de maneira unívoca, sem adotar os múltiplos interesses e projetos de desenvolvimento destoantes no seio deste mote analítico.

Por este caminho, a PNMC e a PEMC-SP podem reforçar um modelo político insustentável que vem se aplicando no Brasil, privilegiando os interesses dos mercados internacionais e dos grandes proprietários rurais, uma vez que predominam os incentivos à produção em larga escala (agronegócio), aos circuitos longos da economia e à manutenção do arquétipo fundiário desigual no país.

No percalço contrário, os agricultores familiares, inseridos em movimentos sociais com escalas nacionais e internacionais, propõem os circuitos curtos de produção, a valorização do local, da agroecologia e a negação do comércio global de emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE). Dessa maneira, forja-se um processo conflituoso em que a agenda climática brasileira apresenta tendência às estruturas rurais conservadoras no país, não inserindo as propostas e dinâmicas dos agricultores familiares conjugados em movimentos sociais.

Neste ínterim, a partir do estudo por assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP, oriundos de lutas territoriais, poderá ser verificado que a extensão das corroborações sobre mudanças climáticas pelo Estado e pelos movimentos sociais se apresenta complexificada nas bases locais.

Nisto, a manifestação territorial através de assentamentos rurais carregaria consigo a expressão das alocações e contestações em macroescala, tendo como exemplificação os dimensionamentos dos próprios movimentos sociais nos lotes de reforma agrária tidos como recortes analíticos, mas com poucas significações que partem dos planos Federais e estaduais em mudanças do clima.

Assim sendo, denotar-se-ia territorialmente um padrão de princípios erguidos pelas dinâmicas dos assentamentos junto de lutas sociais, com propositivas sobre projetos materiais e imateriais nas relações positivas entre sociedade e ambiente, referendando os circuitos curtos de produção e os benefícios climáticos locais com possíveis contribuições globais, caracterizando oposição e distanciamento ao proposto pela agenda brasileira em mudanças climáticas, mas não assumindo literalidade no quesito específico analisado.

MÉTODO E METODOLOGIA GERAL

Para a decifração dos questionamentos problematizados em torno das perguntas norteadoras e estruturantes das hipóteses engendradas, movimenta-se a pesquisa a partir do método dialético e das abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas. Parte-se deste caminho teórico-epistemológico pela necessidade de abordar as estruturas e os simbolismos sociais inseridos na totalidade estudada, sobretudo pelas dinâmicas territoriais, compondo aspectos transversais à demonstração de dados políticos, numéricos e relatos interpretativos no seio das relações internacionais, nacionais e locais em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.

Assim, a inserção na tomada estrutural e simbólica, mediada pela aferição das contradições e correlações entre propositivas discursivas e práticas, fomentadas em dados, colocou-se como imperativa para dar conta de apresentar respostas em termos de interpretação da extensão da questão climática dentro do recorte adotado.

Corroborando Minayo e Sanches (1993), um método pertinente é aquele que figura o melhor direcionamento da construção analítica dos dados e expõe, continuamente, a reflexão sobre a teoria. Adicionalmente, “[...] além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.239).

No que corresponde à opção pela dialética, este método permite a qualificação de fenômenos a partir da articulação contraditória dos posicionamentos, fatos e atores sociais envolvidos no objeto de investigação (MARCONDES, 2002; SPÓSITO, 2004; ALVES, 2008).

Spósito (2004) apresenta uma leitura sobre este método evidenciando-o enquanto possuidor de abordagens que perspectivam a refutação de opiniões comuns através da contradição. Como fruto de um processo também histórico dos diálogos e concepções sobre o conhecimento, este método foi alvo de inclinações de Platão, Aristóteles, Hegel e Marx, entre outros (MARCONDES, 2002; SPÓSITO, 2004).

Deste modo, de maneira ampla, com a dialética,

[...] o pensamento elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre os dois modos de pensamento (SPÓSITO, 2004, p.42).

Neste contorno, a dialética foi entendida como a ação de compreensão do mundo pautada no movimento da história, dispondo a confrontação de opiniões, prismas, associações e afastamentos na relação sociedade/natureza (SPÓSITO, 2004). Portanto, ancora-se na dimensão histórico-política, analisando o movimento da realidade pela transação entre o concreto e os aspectos intencionais (ALVES, 2008).

No que corresponde à metodologia qualitativa, procura-se focar a totalidade das relações sociais como um universo de significados que, amplamente, são passíveis de investigação pela apreensão das conjugações coletivas através de materiais publicados, da fala e da linguagem, ao passo que se buscam os contrastes com as práticas observadas em campo e com dados obtidos em fontes oficiais e midiáticas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Minayo e Sanches (1993), Duarte (2004), Günther (2006) e Creswell e Vicki (2007) apontam que a perspectiva qualitativa se apoia na investida dialética, atuando nos níveis dos significados e das estruturas, “[...] entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significado” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.244-245). Deste modo, pretende-se alcançar a aferição de sentidos, motivações, atitudes, valores e intenções amplamente dispostos no seio do recorte interpretado (MINAYO; SANCHES, 1993; GÜNTHER, 2006).

Neste âmbito,

[...] a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna [...] (MINAYO; SANCHES, 1993).

Sendo assim, o material substancial deste modelo de investigação é o diálogo, ou seja, as falas dos atores representativos alcançados em trabalho de campo e, no caso específico desta pesquisa, também das publicações provindas de distintas mídias, movimentos sociais e do Estado brasileiro em suas preleções e representações (MINAYO; SANCHES, 1993; DUARTE, 2004). Esta objetivação de obtenção de respostas se encontra tanto nas expressões do cotidiano, como nas

medidas discursivas intelectuais, burocráticas ou políticas (MINAYO; SANCHES, 1993).

No que corresponde à análise de materiais publicados, parte-se das leituras também guiadas pelo método dialético, tendo em consideração exames dirigidos pelas dinâmicas territoriais, os atores rurais, as indicações de Estado no âmbito da agenda climática, as perspectivas dos movimentos sociais inseridos no assunto, bem como os dados obtidos em trabalho de campo. Como maneira de estender as aferições qualitativas, utilizam-se angariações de materiais através de entrevistas diretas com atores e representantes dos objetos estudados, bem como os discursos públicos, confrontando com dados de fontes oficiais.

Dessa maneira,

[...] a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas [...] (MINAYO; SANCHES, 1993, p.245).

Partindo das exposições sobre a faceta utilizada da metodologia qualitativa, necessário se faz caracterizar os contornos que compreendem as amplas dimensões da representatividade das informações obtidas. Neste sentido, em termos sociais, analisar os discursos e a conjuntura de situações através das expressões conseguidas em campo, mediante entrevistas, não particulariza os significados de modo individual, mas sim expõe as dimensões coparticipadas do agrupamento (DUARTE, 2004; MINAYO; SANCHES, 1993).

A relação da intersubjetividade no processo de investigação permite a constatação dos significados coletivos que são compartilhados, tendo em consideração que, na totalidade do ambiente:

[...] a função essencial das normas culturais é prover os membros de um grupo ou sociedade com definições de situação inteligíveis e intercambiáveis no coletivo. Sem isso, a vida social seria impossível (MINAYO; SANCHES, 1993, p.246).

O processo de ratificação da representação dos dados obtidos para análise se dá, de modo incisivo,

[...] pela explicitação das relações existentes entre os procedimentos adotados na coleta de material empírico, a

literatura científica, o objeto de pesquisa e os resultados obtidos a partir dessas relações (DUARTE, 2004, p.219).

Duarte (2004) dispõe que a tomada de depoimentos nos âmbitos investigativos possibilita extrair do que é personificado e subjetivo o todo das relações que se estabelecem dentro das caracterizações sociais nas quais os sujeitos consultados participam, ou já participaram, em determinada localidade e temporalidade.

Por isto, a efetivação da abordagem dialética sustenta a dimensão metodológica qualitativa em torno da apreciação constante dos discursos com as práticas sociais (MINAYO; SANCHES, 1993; GÜNTHER, 2006).

Assim sendo,

[...] uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes (MINAYO; SANCHES, 1993, p.246).

Portanto, analisar qualitativamente determinado enfoque perpassa as facetas simbólicas, históricas e concretas do objeto, em que pelo símbolo se apreende as significações dos sujeitos sociais, os termos históricos apresentam a efetivação temporal no espaço e a concretude evidencia as estruturas e os atores sociais envolvidos (DUARTE, 2004; MINAYO; SANCHES, 1993).

Já a perspectiva quantitativa na tese é trabalhada através do levantamento de dados em fontes oficiais, documentos oriundos do Estado e dos movimentos sociais, artigos científicos e demais publicações com caráter sistemático. Para o tratamento e organização interpretativa, utilizou-se a sistematização das informações em tabelas, quadros e gráficos, assentindo a conferência, comparação e equiparação analítica entre tais.

Como exposto por Russel Bernard (2013), a tomada quantitativa assenta na disposição sequencial ou numérica de dados e/ou palavras para a compreensão quantificada do assunto verificado.

Patel (2009) demarca que as dotações quantitativas auxiliam no encadeamento de dados, verificações comparativas e ratificações de congruências ou discrepâncias que seguem certos padrões. Assim, busca-se dar sustentação às

argumentações através da exposição concreta de elementos substanciais e numeráveis, permitindo a disposição das conclusões atingidas.

Para isto, aporta-se nos contornos multiescalares, sendo estes mecanismos exemplares dos debates e análises dispostos na investigação, de maneira que se possa com eles evidenciar as nuances sociais identificadas com a pesquisa e que rebatem diretamente nas orquestrações políticas em mudanças climáticas.

A QUESTÃO MULTIESCALAR – DO GLOBAL AO LOCAL, DO LOCAL AO GLOBAL

Mediante os passos necessários para a articulação do debate e a construção argumentativa em torno das conjugações desta investigação, pertinente se faz evidenciar as correlações abordadas entre o global e o local na análise multiescalar. Sendo assim, propõe-se distinguir a questão escalar e suas implicações no cruzamento de informações e dados obtidos em revisões bibliográficas, fontes primárias (em campo) ou secundárias (base de dados), articulando as ligações entre as múltiplas facetas do recorte estudado.

Por este viés, a centralidade da abordagem multiescalar reside na vinculação entre níveis e escalas⁴ que, *a priori*, estão em conjugações diferenciadas, mas que possuem ligações entre si num domínio causal/relacional (BARBIERI, 2007). Neste sentido,

[...] a construção e operacionalização de um marco conceitual multiescalar requer, pois, a identificação de elementos (ou fatores, ou variáveis) que conectem seu nível e escala de análise correspondente a outros níveis e escalas (BARBIERI, 2007, p. 231).

Particularmente, como aponta Montenegro Gómez (2006), o sistema analítico estruturado na escala se coloca como um acurado mecanismo de exame pormenorizado das políticas que envolvem as esferas do desenvolvimento, tendo em conta as múltiplas diferenças espáciotemporais.

⁴ Neste caso, escalas correspondem aos dimensionamentos a partir das relações em sociedade, ou seja, os processos geográficos. Já os níveis remetem aos contextos administrativos possíveis a partir das conjugações escalares.

Pontualmente, a escala é importante nesta investigação pelo fato de, aqui, se abordar as questões das mudanças climáticas que, via de regra, são feitas em debates que envolvem diferentes países em macroperspectivas, numa tomada em que se centra nas interlocuções de atores provindos de movimentos sociais rurais no Brasil e que, ao mesmo tempo, pertencem a grupos sociopolíticos transnacionais que se dispõem na totalidade dos discursos climáticos, verificando as extensões locais em assentamentos rurais de reforma agrária que também são resultantes dos forçamentos de tais movimentos sociais. Adicionalmente, esta mesma circulação escalar envolve inúmeras condicionantes administrativas, correspondentes a amplos processos sociais, econômicos, territoriais/regionais e ambientais.

Como apontado por Barbieri (2007, p.233),

[...] um marco conceitual multiescalar envolve explicitar não apenas os efeitos independentes destes fatores (...) mas também como diversos fatores se interconectam e interagem de forma a afetar tal relação.

Com isto, intenta-se apresentar as contradições inseridas no seio das conjecturas agrárias e ambientais em macroescala a partir de movimentos sociais no campo e os alcances locais em assentamentos rurais de reforma agrária do Pontal do Paranapanema-SP. Por este viés, entende-se a medida multiescalar como resultado intrínseco às relações plurais, de modo que o local passa a se apresentar como fruto da processualidade contraditória dos interstícios territoriais globais, ao mesmo tempo em que o local se dispõe como parâmetro para as decisões e discernimentos em macroescala (BARBIERI, 2007; ZHANG; FURNAS, 2002; MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Tendo isto traçado, a orquestração epistemológica sobre a escala em Montenegro Gómez (2006, p.43-44) possibilita assaz referência conceitual no que se vale de sua utilização, sendo que esta,

[...] não é só tamanho (escala da localidade, da província, da sub-região etc.) ou nível (segundo uma hierarquia escalar piramidal, a qual iria do mais simples ao mais complexo), mas, sobretudo, relação e entende esse processo como a necessidade de considerar um amplo número de relações, para dar conta da totalidade geográfica, analisada em cada escala [...].

Corroboram esta visão Jones (1998) e Cox (1998) apontando que a escala deve ser abordada como uma rede de interações e não como um palco determinado. Desse modo, a perspectiva escalar vai além do simples deslocamento angular entre o local e global ou global e local, configurando-se como uma medida relacional de diferentes óticas em instâncias múltiplas de ações (JONES, 1998; COX, 1998).

Assim, o próprio conceito de escala é histórico, sujeitando-se a alterações mediante os agentes sociais e as práticas envolvidas territorialmente (JONES, 1998). Com isto, não se pontua neste estudo o local como uma medida de área, mas sim como as interações que se desenvolvem a partir do ponto de análise rural, com enfoques em movimentos sociais no Brasil e assentamentos rurais de reforma agrária no mesmo país.

Silveira (2004) enfatiza que a atual dinâmica social das imposições diligentes da ciência, informação e tecnologia rompe com as demarcações meramente geométricas do espaço, expondo que:

[...] face a um período de globalização e fragmentação do território, alguns conceitos, e entre eles a escala geográfica, não são alheios a essas transformações e devem ser submetidos à discussão [...] (SILVEIRA, 2004, p.90).

A partir de Milton Santos (1996), Silveira (2004) destaca, ainda, que a escala deve ser entendida como organização dos sistemas de objetos e sistemas de ações que compõem a totalidade do espaço, tendo como percursos as incidências, ocorrências e situações em aspectos de conteúdos que se decidem ao desenrolar das relações (análise multiescalar).

Pelo motivo da investigação apresentar feições que versam sobre a questão climática, pontuando as dinâmicas globais dos debates políticos, as ações ligadas aos mecanismos coletivos internacionais como as COP's e o Protocolo de Kyoto (1997), deslocando às dimensões dos posicionamentos brasileiros, paulistas, dos movimentos sociais em macroestrutura e, então, as vinculações observadas nos assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP, é preciso ter em conta que o dimensionamento multiescalar se coloca como a relação fruto desse processo histórico de concretização e hiatos nas esferas da política climática a partir do prisma do examinado.

O local, assim designado, não remete à limitação areal dos assentamentos rurais de reforma agrária analisados, mas sim às interações entre os agentes sociais assentados junto às múltiplas esferas dos debates que vinculam mudanças no clima, agroecologia, reforma agrária, políticas públicas e auxílio/barramento das potencialidades em territorialidades, o que se comportaria, conjuntamente, como globalidade.

Desse modo, apresenta-se uma inflexão na direção do mundo para o assentado e, no contrapasso, do assentado para o mundo, de modo que se possam evidenciar as redes interativas de processos políticos, históricos e territoriais que se desenvolvem no Brasil e no Pontal do Paranapanema-SP, demonstrando conjecturas dimensionais contraditórias a serem incorporadas na política climática do país.

Assim sendo, é pertinente a compreensão geral da importância do tratamento temático através dos “estudos de caso”, denotando termos explicativos relacionais numa totalidade complexa.

DA IMPORTÂNCIA DO “ESTUDO DE CASO”

No sentido de compreender o movimento de análise da tese na perspectiva multiescalar, pertinente se faz abordar a relevância do estudo de caso como mecanismo de apresentação/discernimento dos processos sociais e ambientais observados.

Desse modo, a abordagem pelos movimentos sociais em macroescala e por assentamentos rurais de reforma agrária permite o desvelar concreto da realidade política das mudanças climáticas numa investida posicionada a partir de âmbitos territoriais rurais conflitantes, ao passo que admite reflexões teóricas e propositivas tendo como âncoras argumentativas entes emblemáticos.

Flyvbjerg (2006) aponta que os estudos de casos podem revelar aspectos refinados das grandes abordagens narrativas teóricas. Ventura (2007) expõe que esta modalidade de pesquisa se tornou um dos meios mais utilizados em investigações que envolvem dotações sociais.

Por este caminho, ao acercar-se de determinado recorte obtém-se o prisma da funcionalidade da teoria que baseia a apreciação generalista. Analiticamente, a investida pelo “caso” possui a funcionalidade ampla de geração e teste de hipóteses, sem limitar o observador aos posicionamentos iniciais (FLYVBJERG, 2006).

Como um exemplo relacionado, Flyvbjerg (2006) relata a experiência argumentativa de Karl Popper (1959) em sustentação à dimensão científica pelos estudos de caso. Nisto, o “falseamento” é o princípio primordial, em que o famoso exemplo da afirmação “todos os cisnes são brancos” é sucumbido pela observação de apenas “um cisne negro” (FLYVBJERG, 2006).

No mesmo propósito, a aferição de elementos da realidade social através da observação em proximidade de certo limite contextual adotado, partindo do diálogo direto com este domínio, rompe com o distanciamento gerado pelas abstrações da academia e as lacunas teóricas advindas deste processo (FLYVBJERG, 2006).

Dessa maneira, o estudo de caso (com suas composições gerais que o estruturam como “caso”) é fundamentalmente empírico, focado na pesquisa de campo a partir das fontes alcançadas (COUTINHO; CHAVES, 2002).

Assim, com a constatação pela abordagem da “parte”, mediada na complexidade do “todo”, cria-se um movimento de eterna formação inicial dos questionamentos e verificações, expondo o caráter dialético deste modo de construção do conhecimento e, sobretudo, seus aspectos sempre inovadores (FLYVBJERG, 2006).

Alinha-se a esta perspectiva Ventura (2007, p.383), quando assinala que “[...] em relação aos estudos de caso, deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso”.

Tendo isto em vista, a metodologia de concepção e definição dos estudos apoia-se em Flyvbjerg (2006), expondo duas possibilidades: a) seleção aleatória; b) informação – seleção orientada. Especificamente para esta pesquisa se aporta na seleção orientada por informações previamente obtidas do recorte adotado (via estudos documentais e análises empíricas).

Na seleção orientada ocorrem quatro possibilidades analíticas que norteiam a escolha dos recortes (FLYVBJERG, 2006), sendo elas: 1- Casos desviantes ou extremos; 2 – Casos de variação máxima; 3 – Casos críticos; 4 – Casos paradigmáticos (FLYVBJERG, 2006).

As características destas propositivas dispõem as seguintes definições para cada um dos casos:

Quadro 1 . Tópicos dispositivos em caracterizações sobre estudos de caso.

1 - Casos desviantes ou extremos	2 - Casos de variação máxima	3 - Casos críticos	4 - Casos paradigmáticos
Obter informações sobre processos pouco comuns, que podem ser especialmente problemáticos ou especialmente bons, em um sentido mais estreitamente definido.	Obter informações sobre a importância de várias circunstâncias para os processos e resultados (Ex. dimensões, tamanhos e formas que variam durante o tempo).	Para conseguir informações que permitem deduções lógicas. (Ex. Se isso (não) é válido para este caso, sem seguida, ele (não) se aplica a todos os outros).	Para desenvolver novos domínios científicos que constituem novas escolas de pensamento.

Fonte: Flyvbjerg (2006, p.230).

Assim sendo, os movimentos sociais no campo elencados, bem como os assentamentos rurais de reforma agrária do Pontal do Paranapanema-SP, se enquadram em dois itens que justificam suas escolhas: 1- casos desviantes ou extremos e 3 – casos críticos.

Adota-se o item 1 pela especificidade da realidade brasileira inserida no contexto continental latino-americano, em que existe certa particularidade histórico-geográfica a partir das manifestações dos modos de produção e da divisão internacional do trabalho.

Já o item 3 articula o agrupamento dos assentamentos rurais de reforma agrária pelas pressões e atuações de movimentos sociais que se coadunam nacionalmente e internacionalmente, o que corrobora com diretivas e ações locais comuns. Neste sentido, pela conjuntura histórica de formação territorial dos assentamentos, é muito provável que as dificuldades e potencialidades observadas no Oeste do Estado de São Paulo se repitam – ou muito se aproximem – das condições gerais de outros assentamentos no estado e no país.

Os itens 2 e 4 necessariamente envolvem processos ligados às vertentes científicas físicas e epistemológicas, não sendo utilizados no trabalho para o direcionamento do recolhimento de informações.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PARTE I

A primeira parte da tese corresponde aos capítulos I e II, procurando demonstrar o caráter geral da agenda em mudanças climáticas no Brasil e, a partir disto, evidenciar que pela observação das perspectivas territoriais, em óticas rurais, afere-se uma dualidade forjada entre a PNMC (e incrementos como a PEMC-SP) e os movimentos sociais de agricultores familiares, o que imprime certo caráter de manutenção do contorno social excludente em ação por políticas públicas compensatórias.

Para isto, no primeiro capítulo tratou-se da revisão bibliográfica sobre as políticas globais em mudanças do clima, a análise da PNMC brasileira e da PEMC paulista quando da investida rural, a verificação das inserções em políticas externas que rebatem diretamente na formulação da agenda interna em alterações climáticas, bem como se propôs abordar territorialmente as dimensões rurais desiguais no Brasil. Este processo é dialogado na exposição das características centrais da PNMC e da PEMC-SP, dando o enfoque particular aos entremeios rurais.

No segundo capítulo, parte-se para a demonstração da estrutura desigual do campo brasileiro, como ela constrói, em si, as formações e reivindicações em movimentos sociais e como estes se distanciam efetivamente das proposições da agenda climática no país. Para isto, utilizou-se da revisão bibliográfica, das análises guiadas dos materiais publicados pelos movimentos sociais, sobretudo a *Via*

Campesina e o MST, e de entrevista junto ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Neste sentido, estrutura-se uma relação multiescalar, em que se observa o movimento sobre “*Climate Change*” do mundo para o Brasil, do Brasil em suas dinâmicas rurais e os movimentos sociais e dos movimentos sociais para o mundo e Brasil. Este conteúdo de amarrações escalares permite um giro amplo em torno da matéria, admitindo posteriormente, na Parte II, discernir quais os graus de assimilação que ocorrem em escala local junto dos assentamentos rurais de reforma agrária do Pontal do Paranapanema-SP.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PARTE II

Para a segunda etapa desta dissertação, correspondente aos capítulos III e IV, utilizou-se a revisão bibliográfica, o levantamento de dados em fontes secundárias e a obtenção de informações qualitativas e quantitativas através de entrevistas e diálogos em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.

Esta etapa do trabalho é majoritariamente qualitativa, apoiada nas aferições das falas dos sujeitos que se compõem como agricultores familiares nos lotes de reforma agrária da região estudados. Perspectiva-se com este desenho metodológico fomentar um avanço informativo através da realidade narrada pelos próprios assentados, marcados pelas inserções em movimentos sociais e em processos de lutas e ocupações de terras que garantiram suas fixações e geraram possibilidades de produções de alimentos, o que assinala a heterogeneidade e complexidade estrutural dos arcabouços rurais do Brasil.

Dessa maneira, foram utilizadas aproximações em trabalhos de campo com entrevistas dirigidas, fomentando amplos espaços de conversações que puderam guiar as dimensões analíticas que se apresentam neste trabalho. Faz-se este movimento interpretativo buscando peregrinar pelos representantes locais nas “pontas” das relações escalares entre os debates mundiais e nacionais em mudanças climáticas.

Os trabalhos de campo foram realizados por visitas aos assentamentos rurais que levavam, em média, dois dias. Para a concretização efetiva da pesquisa, foram dispostas quatro visitas.

PARTE I

AGENDA CLIMÁTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I

CONJUNTURAS POLÍTICAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA: ASPECTOS GERAIS, BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO

IMPLICAÇÕES DO CAPÍTULO

Objetivo

Este capítulo objetiva realizar um movimento explicativo, pela abordagem multiescalar, sobre as questões políticas das mudanças climáticas em que se abeiram as inferências internacionais e brasileiras relativas às óticas rurais, bem como as necessidades de tratamento deste cenário numa análise em que se parte das dimensões territoriais com múltiplos atores em sociedade e divergentes interesses em desenvolvimento.

Problemática

As políticas climáticas dialogadas e acordadas em entremeios mundiais são, via de regra, dimensionadas e aplicadas pelas maneiras como os Estados Nacionais interagem com o assunto. Por este viés, expõe-se como o escopo global em “*Climate Change*” reverberou sobre a agenda nacional em mudanças do clima no Brasil, criando um paradigma setorial de ações nas esferas rurais, fundado na potencialidade dos aportes internos de mercado e marcando predominâncias para fatores majoritariamente produtivos particulares e não territoriais nos contornos rurais (não dialogando com múltiplas intenções e propostas de desenvolvimento).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS: PERSPECTIVAS POLÍTICAS GERAIS

No final século do XX, a temática ambiental ganha destaque mediante constatações observadas no seio de pesquisas científicas, em regimentos negativos e degradantes das sociedades industriais, por reivindicações de atores sociais diretamente impactados, bem como por acontecimentos políticos nos interstícios da Guerra Fria e, posteriormente, hegemonização mundial do capital (GIDDENS, 2010; CONTI, 2005; BESSAT, 2003).

Neste processo, a questão climática entra em evidência, partindo de discussões sobre a potencialidade das ações humanas no que corresponde a plausíveis interferências nas dinâmicas gerais do clima global (BRÜSEKE, 1994; GIDDENS, 2009).

Moreira (2013) e Ribeiro (2005) destacam que a busca por diálogos e regulamentações nos âmbitos internacionais sobre a relação sociedade e natureza vem da constatação de uma ótica de crise, apresentando inúmeras facetas neste contorno, especialmente as ligadas ao clima e suas interconexões com a biosfera e sociedade. Nisto, passa-se a questionar de maneira ampla as atuações econômicas a partir dos domínios industriais e, conseqüentemente, dos países que se enquadram com maior pujança neste cenário (MOREIRA, 2013; RIBEIRO, 2005).

Neste ínterim, compreende-se a questão climática como geopolítica, pois os efeitos escalares das ações impactantes em suas dinâmicas, assim como as responsabilidades envolvidas, são distribuídos a partir de diferentes prismas e, sobretudo, por divergentes interesses no contorno mundiais das manifestações da economia e tomadas coletivas de decisões (BARNETT, 2007).

Dessa maneira, a importância e complexidade do tema se colocam pelo fato das magnitudes e espacialidades dos fenômenos atmosféricos não possuírem impulsos semelhantes nas múltiplas formações territoriais do planeta (BARNETT, 2007). Isto faz com exista a necessidade de compreensões em diferentes medidas, pois o contexto envolve amplos interesses que se desdobram, por exemplo, pela

vida de populações direta ou indiretamente atingidas (VINCENT, 2007; ADGER *et al*, 2005; BAKER *et al*, 2012).

Sendo assim, para análise do tema “clima e mudanças”, faz-se importante destacar determinados marcos referenciais que permitem um olhar histórico sobre a matéria e, a partir deles, dialogar no intuito de compreender o debate climático global e suas reverberações em políticas.

Dessa maneira, é comumente aceito que as propostas em relação às mudanças no clima - por ações antrópicas - se desenrolam a partir de aportes conceituais previamente construídos, como os debates do Clube de Roma (1972), a Conferência de Estocolmo (1972), a formulação do Relatório Brundtland (1987), pesquisas científicas em variados centros de investigação e universidades, dentre outros⁵.

Todavia, algumas pontuações são exemplificativas quando se aborda o assunto diretamente, como os casos da criação do IPCC, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), os encontros das Conferências das Partes (COP's) e o Protocolo de Kyoto (1997).

Assim, pode-se iniciar pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Este, criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), apresenta importantes significações no cenário de apropriação das questões climáticas, compondo subsídios característicos em implicações políticas mundiais e nacionais (CORNETTA, 2012; SANTOS, 2012; VIOLA; LEIS, 2002).

Especificamente, a produtividade do IPCC se baseia na organização e estruturação de publicações científicas sobre a temática das mudanças do clima

⁵ Santos (2012) exemplifica que diálogos e conformações conceituais sobre o ambiente e as relações com as sociedades são configurados, também, em relevantes proposições científicas em torno da compreensão sobre a dinâmica climática e do próprio ambiente. Por exemplo, em 1979 ocorreu o lançamento do Programa de Investigação Mundial do Clima pelo então ICSU (atualmente Conselho Internacional para a Ciência) e a OMM (Organização Meteorológica Mundial); em 1987 criou-se o Programa Internacional Geosfera-Biosfera, buscando apreender as relações globais dos fenômenos de mudanças no planeta; em 1991 o programa internacional denominado DIVERSITAS foi estabelecido para o entendimento da perda e alteração na biodiversidade global; em 1996 forjou-se o Programa Internacional sobre as Dimensões Humanas das Alterações Globais do Ambiente (SANTOS, 2012); Lindoso e Maria (2013) corroboram com esta abordagem, expondo que as alterações climáticas, como risco global, são de reconhecimento recente, entretanto, estudos com este objeto de análise ocorrem desde o século XIX.

mediante a elaboração de relatórios avaliados por especialistas (CORNETTA, 2012; SANTOS, 2012). Este órgão, atrelado, então, à ONU e OMM, difunde cientificamente notações sobre aspectos naturais, sociais e econômicos para as possíveis decisões a serem tomadas por gestores frente às mudanças climáticas globais (CORNETTA, 2012).

O próprio IPCC aponta que as questões climáticas são de elevada complexidade, fato que se coloca como razão para a elaboração de meios informativos capazes de levarem o assunto junto das esferas políticas e econômicas das sociedades (IPCC, 2007; CORNETTA, 2012; SANTOS, 2012).

Em linhas gerais, o painel conta com a participação de cientistas, profissionais especializados, representantes de múltiplos governos, centros universitários e de pesquisas, corporações empresariais, entre outros (CORNETTA, 2012).

Sua estrutura de funcionamento se baseia em três grupos (GI, GII e GIII), em que o GI trata de aspectos científicos do sistema climático e suas mudanças, o GII das questões econômicas, sociais e naturais frente às vulnerabilidades e possibilidades de adaptação num cenário de mudanças climáticas e o GIII cuida das perspectivas de limitações de emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE) e suas mitigações via aspectos diferenciados – basicamente tecnologias (CORNETTA, 2012).

Concretamente, a partir de seu primeiro relatório disponibilizado no ano de 1990, ampliado em termos teóricos e propositivos por mais cinco relatórios, em média, quinquenais, o IPCC tornou-se o principal fomento às discussões políticas e científicas em torno da temática, alicerçando um caminho histórico que perpassa a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (1992), o Protocolo de Kyoto (1997) e, posteriormente, as orientações políticas nacionais, como o caso do Brasil (CORNETTA, 2012).

A partir da criação do IPCC e do amplo debate internacional sobre a temática climática, chega-se a formação da Convenção-Quadro das Nações Unidas

para Mudanças do Clima (CQNUMC), engendrada na ECO-92 no Rio de Janeiro e vigente a partir de maio de 1994⁶.

Tendo isto em vista, o objetivo mais amplo da CQNUMC é evitar a concentração de gases na atmosfera, devido à ação humana, que sejam perigosos para o clima como um todo e que atuem de modo a alterá-lo significativamente num curto espaço de tempo (BIATO, 2005; RIBEIRO, 2002).

Esta convenção assinalou o enquadramento de delimitações e cooperações pontuais sobre os acontecimentos e necessidades políticas inseridas nas mudanças do clima (MOREIRA, 2013). É neste cenário que se esclarece, especificamente, o estabelecimento do imperativo de redução de gases com efeito estufa (GEE) e se designam compromissos distintos para os países mediante suas responsabilidades (MOREIRA, 2013).

De acordo com Biato (2005), neste instrumento político não foram quantificadas rigorosamente metas de diminuições em emissões de GEE, mas sim traçadas as perspectivas de que tais níveis não poderiam ser cunhados em um determinado espaço de tempo inferior ao necessário para que os ecossistemas se adaptem as mudanças no clima.

Amplamente, a própria estruturação político-global da CQNUMC foi um relevante feito junto ao tema “mudanças climáticas”. Em suma, sua movimentação em diálogos com os países sobre o assunto, ancorados no pano de fundo da ONU, fez com que o tópico ganhasse legitimidade e se reconhecesse mundialmente um problema contemporâneo a ser tratado de forma diferenciada pelas nações em suas bases territoriais e, associadamente, na esfera planetária com parametrização de instrumentos e ações (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005).

Neste interstício, a convenção reconheceu o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005). Estabeleceu o entendimento que remete as grandes emissões de GEE aos países industrializados, tornando-os emblemáticos na sustentação de medidas e projetos mundiais, assim como reiterou que os países em crescimento econômico irão alcançar níveis de

⁶ O governo brasileiro foi o primeiro signatário desta convenção, expondo previamente suas orientações políticas alinhadas às diretrizes da ONU.

emissões também elevados para sustentar suas produções e modos de vida contemporâneos (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005).

Como afirma Biato (2005, p.240),

Uma das vantagens desse arranjo consistiu em permitir que os países começassem a discutir a questão, antes mesmo que se tivesse chegado a um consenso sobre a magnitude do problema. E como nenhum país quis se sentir excluído, criou-se uma certa legitimidade para a questão e também uma certa pressão para que todos os países levassem o problema a sério.

A CQNUMC tomou por base a divisão em Anexo I e Não-Anexo I nos âmbitos responsabilizantes das dimensões históricas das emissões de GEE. Neste caso, o Anexo I contaria com os países já industrializados, incluindo as nações mais ricas, enquanto o Não-Anexo I possuiria os países em desenvolvimento (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005; VIOLA, 2002).

A partir desta divisão, tornou-se compromisso dos componentes do Anexo I, sobretudo aqueles com maiores amplitudes econômicas e participações na produção mundial, sustentar projetos e medidas que auxiliem o crescimento das nações em desenvolvimento em consonância positiva com o clima e biosfera, partindo da transferência de tecnologias e auxílio prático em políticas (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005; NAJAM *et al*, 2011; MUSTAFA BABIKER *et al*, 2000;).

Em linhas gerais, podem-se demarcar quatro grandes diretivas políticas orientadoras das questões climáticas globais a partir da formação da CQNUMC, sendo elas:

Quadro 2: Orientações iniciais da CQNUMC – Combate às mudanças climáticas globais

Registros	Mitigação	Adaptação	Informação
Inventários nacionais de emissões: Fontes antrópicas e de gases não controlados pelo Protocolo de Montreal. ⁷	Disseminação e fomento a tecnologias de mitigação às emissões - aplicadas aos múltiplos setores da economia.	Prática cooperada em termos de adaptação às mudanças do clima.	Disseminação e ampliação dos alcances ao conhecimento dos fenômenos do sistema climático.

Fonte: Biato (2005, p.241).

Com isto, no caminho de abrir discussões e perspectivas prático-atuantes em termos políticos, a CQNUMC dispôs como ente articulador de suas intenções a “Conferência das Partes” (COP), órgão que se reúne regularmente e possui por função o estabelecimento de diálogos entre os países interessados em concretizar a afirmação das indicações proferidas nas regulamentações tratadas na convenção (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005).

A COP tem por objetivo central debater as questões pontuais em relação às mudanças do clima (IPAM, 2016⁸). Nela os países se reúnem para discutirem os acordos e os mecanismos coletivos de atuação sobre o tema especificado.

Dessa maneira, são realizados encontros anuais permitindo a ampla discussão entre os responsáveis definidos por Estados, representantes dos múltiplos atores em sociedade, bem como aliados às iniciativas sobre os caracteres da biodiversidade e clima no Planeta.

Assim sendo, a partir da CQNUMC e seu órgão supremo - as COP's – as reuniões são concretizadas com a finalidade de implementar as designações da convenção maior, revendo os compromissos assumidos, disseminando informações

⁷ Protocolo de Montreal (1987) – acordo sobre a regulação de gases que afetam a camada de Ozônio.

⁸ Disponível em: <http://ipam.org.br/brasil-se-une-a-outros-154-paises-para-ratificar-acordo-global-de-reducao-de-gases-estufa/> <Acesso em 19/04/2016>.

científicas e realizando avaliações sobre as ações tomadas pelos países (CQNUMC, 1992)⁹.

Dentro das discussões das COP's foram estabelecidas regulações sobre as emissões de GEE, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, usos da terra e desflorestamentos - REDD, Mercados de Carbono, financiamentos, entre outros aportes, o que indica a importância política do órgão (RIBEIRO, 2008; LINDOSO; MARIA, 2013; MMA, 2015¹⁰).

Como exemplo específico da relevância dos encontros, figura emblematicamente a reunião em Kyoto no ano de 1997, sendo a 3ª realizada. Neste evento, foi delimitado e acordado o “Protocolo de Kyoto”, que possuiu significativa participação na orientação global em termos de metas e construção de políticas relativas ao clima e suas mudanças (LINDOSO; MARIA, 2013).

Biato (2005) caracteriza que o Protocolo de Kyoto foi uma saída para que a CQNUMC pudesse concretizar medidas que, pelo cariz voluntário, não estavam se efetivando pragmaticamente. Dessa maneira, cria-se um corpo fundamentado de instruções e normativas mais flexíveis, de modo que se pudesse adequar às necessidades climáticas no cenário de pressões e disposições econômicas do jogo político entre países desenvolvidos e emergentes (ROBERTS, 2011; BIATO, 2005; LINDOSO; MARIA, 2013).

Assim, num primeiro momento, o Protocolo assinalou intervenções de maneira que os países do ANEXO I pudessem diminuir suas emissões de GEE em 5,2% com relação ao ano de 1990, tendo como temporalidade espaços de cinco anos, sendo o primeiro bloco de 2008 a 2012 (RIBEIRO, 2002; BIATO, 2005; LINDOSO; MARIA, 2013). Países do Não-Anexo I não receberam metas obrigatórias

⁹ Até o momento, foram realizadas vinte e uma COP's, de 1995 a 2015, acontecendo em Berlim (1995), Genebra (1996), Kyoto (1997), Buenos Aires (1998), Bonn (1999), Haia (2000), Marrakech (2001), Nova Delhi (2002), Milão (2003), Buenos Aires (2004), Montreal (2005), Nairóbi (2006), Bali (2007), Poznan (2008), Copenhagen (2009), Cancún (2010), Durban (2011), Doha (2012), Varsóvia (2013), Lima (2014), Paris (2015) (MMA, 2015; IPAM, 2015).

¹⁰ Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/index.php/pt/> <acesso em 12/10/2015>.

num primeiro momento, sendo este debate transferido para fases futuras do acordo (NAJAM *et al*, 2003; MUSTAFA BABIKER *et al*, 2000;).

Nesta conjuntura, Ribeiro (2002) salienta o mote comercial das atribuições de Kyoto, isto por se pautar em mecanismos de transferências de custos e ganhos monetários em meio a projetos internacionais de compra e venda de GEE.

Como linhas significativas de ações em relação ao Protocolo, criam-se três aportes de atuação e meios de contenção das emissões de GEE, tendo destaque o CO₂, sendo eles: a) implementação conjunta; b) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); c) Comércio de Emissões (BIATO, 2005 NAJAM *et al*, 2003; MUSTAFA BABIKER *et al*, 2000;).

Em a) - Implementação conjunta - é possível que países do Anexo I construam mecanismos de absorção ou manutenção de emissões em territórios do mesmo grupo, de modo que o balanço geral de GEE os mantenha na meta estabelecida (BIATO, 2005); Em b) - MDL - ocorre um modelo de desenvolvimento acoplado à conjugação de necessidades dos países do Anexo I e os países em desenvolvimento do Não-Anexo I, em que os primeiros possam criar/auxiliar projetos que contribuam para o crescimento econômico dos em desenvolvimento e gerarem créditos de carbono para as emissões em suas linhas de atuação - os chamados *Certified Emission Reductions - CER'S* (BIATO, 2005). Já em c) - Comércio de emissões - cria-se um balanço global de compra e venda de “certificados de emissões”, em que países do Anexo I podem vender ou transferir créditos para outros países do mesmo grupo que não atingiram suas metas, são os denominados *Assigned Amount Units - AAUs* (BIATO, 2005).

Esta conjuntura de afirmação e construção mundial dos debates sobre clima e mudanças faz com que se estruture um “caminho-modelo”¹¹ dentro das

¹¹ O Brasil, no ano de 2005, em declaração conjunta com China, Índia, México e África do Sul, em Gleneagles na Cúpula do G8, ratificou sua inclinação ao Protocolo de Kyoto (1997) e mecanismos como o MDL. Como se pode observar: “Exortamos os líderes do G-8 e a comunidade internacional a conceberem mecanismos inovadores para a transferência de tecnologia e proverem recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento no âmbito da Convenção do Clima e de seu Protocolo de Quioto. Com esse propósito, propomos um novo paradigma para a cooperação internacional, voltado para a obtenção de resultados concretos e devidamente avaliados, levando plenamente em consideração as perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento. Esse paradigma necessita assegurar que tecnologias que têm um impacto

formulações políticas ligado aos mecanismos de mercado e fundado nos resultados das entradas e saídas de GEE (balanço), ou seja, o quanto se emitiu e o total que foi compensado destes gases no seio das atividades econômicas, caracterizando, amplamente, abordagens setoriais.

Isto conjuga aspectos que foram tratados por alguns autores como “Teoria do Clima”, “Teoria Política do Clima”, “Política do Clima”¹², “Nova Ordem Ambiental”¹³, e até aspectos críticos como “Desordem Ambiental”¹⁴.

É neste processo que se fazem necessárias abordagens pelo mote territorial, caracterizando as inserções e reverberações das máximas globais sobre mudanças no clima em efetivos impactos/alcances escalares. Dessa maneira, discernir quais são os contornos orientadores do debate em macroescala e como estes se debruçam nas esferas nacionais, criando estruturas e significações dinamizadoras das relações que ocorrem com atores sociais específicos e divergentes permite demarcar avanços e retrocessos sociais e ambientais.

Corroboram com isto Barnett (2007), Vincent (2007), Adger *et al* (2005), Baker *et al* (2012), Viola e Franchini (2013) quando há o entendimento de que ao passo da proposta global do tema, suas efetivações se deparam com as questões subnacionais locais, com múltiplos agentes e possibilidades territoriais.

Isto permite perceber se as conjunções para a diminuição dos impactos das atividades econômicas no clima global estão em alinhamento com as dimensões da diminuição de desigualdades, sejam elas sociais, econômicas e, obviamente, no ambiente, pois as políticas relativas às ordenações climáticas se dispõem a partir de como os Estados interatuam com a questão, tendo como referência as diferentes conjunturas e os forçamentos existentes (LACHAPELLE; PATERSON, 2013).

Para isto, no intuito de expor perspectivas de observação e influência global da política do clima, é relevante focar na orquestração e extensão que o Protocolo de Kyoto possuiu na orientação de políticas públicas nacionais, sobretudo em países emergentes como o Brasil.

positivo na mudança do clima sejam tanto disponíveis como economicamente viáveis para os países em desenvolvimento [...]” (DECLARAÇÃO CONJUNTA – CÚPULA G8, 2005).

¹² Guiddens (2010); Lahsen (2014).

¹³ Riley and Kent (2014);

¹⁴ Roberts (2011); Porto-Gonçalves (2013).

O PROTOCOLO DE KYOTO (1997): ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS EM POLÍTICAS CLIMÁTICAS DE PAÍSES EMERGENTES

Como previamente se introduziu, o Protocolo de Kyoto foi construído na terceira COP realizada no Japão. De modo pragmático, foi colocado para recolha de assinaturas em 1998 na sede da ONU em Nova Iorque, sendo ratificado após a firma de 55 nações alinhadas, com pelo menos 55% delas inseridas no Anexo I da CQNUMC (GODOY; PAMPLONA, 2007; VIOLA, 2002). Entrou em atividade, assertivamente, em 2005, após a Rússia dar sua posição concreta na assinatura do Protocolo (ANDRADE; COSTA, 2008).

Neste contexto, grandes embates ocorreram nas negociações dos amplos contornos do acordo, nomeadamente encabeçadas pelos interesses dos Estados Unidos da América, União Europeia e Japão, sendo que o país americano possuiu elevado destaque inicial que reverberou politicamente nos desenhos posteriores das indicações do instrumento (ROBERTS, 2011; VIOLA, 2002).

Via de regra, os EUA propuseram três caminhos de funcionamento para o tratado, sendo que o primeiro margeava uma redução de GEE inferior a 5% em relação a 1990, no segundo os países emergentes deveriam estabelecer metas de abatimentos em emissões futuras do crescimento econômico e, por fim, o terceiro ponto se apoiava na flexibilização via mercado da compra e venda de cotas de emissões (VIOLA, 2002). De modo conjunto, a conformação geral dos meios de contenção de GEE apareceu vinculada à economia através dos setores, particularizando as atividades produtivas.

Neste sentido, os EUA foram vitoriosos em dois itens, sendo estes a redução em 5%, já que os representantes da União Europeia propunham taxas mais elevadas, e na utilização de mecanismos de mercado para regularem as lógicas globais de remessas de GEE à atmosfera (VIOLA, 2002; NAJAM *et al*, 2003; MUSTAFA BABIKER *et al*, 2000;). Entretanto, no governo de Bill Clinton (1993-2001) o Senado estadunidense recusou a aceitação do Protocolo, fato que foi ampliado durante o governo de George Bush (2001-2009), determinando a não

assinatura do acordo global pelo país (NAJAM *et al*, 2003; MUSTAFA BABIKER *et al*, 2000; ANDRADE; COSTA, 2008; VIOLA, 2002).

Neste enquadramento, Viola (2002) apresenta que os posicionamentos de alguns países nos âmbitos da globalização criaram centralidades nos debates sobre o clima e o Planeta, dispondo um cenário de apropriação do tema em que as inclinações dos EUA, da União Europeia e do Japão possuíram elevado realce. Depois destes, existiriam espécies de “subcentros” políticos como Brasil, China, Rússia, Índia, Indonésia e Canadá (VIOLA, 2002)¹⁵

Dessa maneira,

[...] o regime de mudança climática foi liderado por EUA e a União Europeia entre 1989 e 1991, pela União Europeia entre 1991 e 1995, por EUA, a União Europeia e Japão entre 1995 e 1997, e apenas pela União Europeia desde 1998 (VIOLA, 2002, p.15).

Com a retirada dos EUA do Protocolo em 2001, somente parte dos compromissos em diminuições das emissões de GEE poderiam ser atingidos, visto que o país é um dos principais responsáveis pela ampliação do fenómeno de disposições de gases que contribuem para o *aquecimento global* na atmosfera (ANDRADE; COSTA, 2008). Contudo, a pressão política dos EUA nas negociações dentro do Protocolo de Kyoto possuiu extensões estruturantes no acordo, sobretudo as que rebatem nos interesses de países emergentes como o caso do Brasil (VIOLA, 2002; MUSTAFA BABIKER *et al*, 200).

O grande exemplo desta articulação é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Em 1997, influenciado pela tramitação diplomática com os EUA, o Brasil apresenta uma proposição para o desenrolar de práticas econômicas a partir da lógica de emissões de GEE - o MDL (KIMURA *et al*, 2012; VIOLA, 2002).

Neste caso, ao invés dos países do Anexo I arcarem com multas pelo não cumprimento das taxas de emissões estabelecidas, poderiam financiar atividades e projetos em áreas do Não-Anexo I e, assim, cumprir parte do estipulado nos acordos de contenção de GEE (KIMURA *et al*, 2012; VIOLA, 2002).

Neste ínterim,

¹⁵ A centralidade no debate climático ganhou ainda mais complexidade pelo crescimento nos últimos quinze anos da economia dos países emergentes, vide BRICS.

O MDL constitui-se num momento notável de colaboração entre as diplomacias norte-americana e brasileira e numa vitória geral de ambas porque através dele os países emergentes e pobres aceitaram o princípio de mecanismos flexibilizadores de mercado para complementar os compromissos de redução de emissões dos países desenvolvidos (VIOLA, 2002, p.24).

Com isto, o MDL se dispõe, então, como um instrumento auxiliador de práticas e intenções dos países do Anexo I – nomeadamente o alcance de taxas de redução de GEE – juntamente com países do Não-Anexo I (KIMURA *et al*, 2012; LOPES, 2002), estabelecendo-se:

[...] mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outras” (LOPES, 2002, p. 13)¹⁶.

Lopes (2002) e Kimura *et al* (2012) enfatizam que o mecanismo deve atuar de duas maneiras, sendo que a primeira pauta-se no critério da adicionalidade, em que a remoção de GEE ou, particularmente, o CO₂, seja maior a partir da atuação do projeto/mecanismo do que sem suas efetivações ou outras atividades. Em segundo lugar, o MDL deve contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, comprovando benefícios reais e mitigações no que corresponde às mudanças climáticas – disposição setorial (LOPES, 2002).

A partir disto, a mensuração concreta das atividades dos projetos resultariam, então, nas tais “Reduções Certificadas de Emissões” (RCE’s), compostas por métricas em CO₂/eq (Dióxido de Carbono Equivalente)¹⁷ (LOPES, 2002).

¹⁶ O REDD e o REDD+ são exemplos dessa orientação paradigmática do Protocolo de Kyoto e do MDL. REDD (Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e Degradação de Florestas) permite que países e governos, através dos mercados financeiros e incentivos, comprem cotas de proteção de florestas, compensando as emissões de CO₂ que geram em suas bases territoriais. Como exemplo, os EUA poderiam comprar cotas na Amazônia e proteger aquela área de manutenção de carbono, mediante a equivalência de suas emissões de CO₂ em atividades econômicas diversas.

¹⁷ “Uma unidade de RCE é igual a uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente, calculada de acordo com o Potencial de Aquecimento Global (Global Warming Potencial - GWP), índice divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) e utilizado para uniformizar as quantidades dos diversos gases de efeito estufa em termos de dióxido de carbono equivalente, possibilitando que reduções de diferentes gases sejam somadas. O GWP que deve ser utilizado para o primeiro período de compromisso (2008-2012) é o publicado no Segundo Relatório de Avaliação do IPCC” (LOPES, 2002, p.16).

Mediante a obtenção de RCE's, haveria a possibilidade de negociações no mercado global destes créditos, gerando movimentações financeiras e trocas no quesito “poluição”, partindo de um princípio que buscaria favorecer economicamente países menos poluentes e, com isso, criar um controle de mercado para a redução das taxas de GEE.

Neste contexto, os questionamentos sobre este padrão de afirmação global em estruturas de ação e controle das emissões de GEE, sobretudo com o Protocolo de Kyoto e o MDL, se baseiam na imposição conceitual e prática, através de políticas e conjunturas geopolíticas mundiais previamente instauradas, de projetos de desenvolvimento dependentes e ancorados nas perspectivas dos países desenvolvidos (hegemônicos).

O Protocolo de Kyoto e o MDL criam disposições nas óticas globais do mercado capitalista, o que mantém aspectos geográficos ligados a interesses geopolíticos, muitas vezes, divergentes das realidades intranacionais e territoriais dos países. A questão setorial se compõe como um destes questionamentos, pois deixa de articular territorialmente seções produtivas que são interligadas, como as executadas no urbano e no rural, assim como levar em consideração os conflitos sociais inerentes e passa a focar estratégias estanques.

Um exemplo específico são as manifestações de movimentos sociais na esfera rural do Brasil, propondo a dinamização dos mercados locais, os circuitos curtos de produção e a articulação territorial dos agentes em sociedade fomentadores do desenvolvimento. A orquestração globalizante do acordo no Japão e a proposta do MDL configuram alianças com interesses de transnacionais e projetos de extensões em tecnologias com pilares estruturais conservadores das óticas capitalistas hegemônicas, o que o torna um modelo de desenvolvimento dentro outros propostos por múltiplos atores em sociedade. Isto, de maneira geral, pode ampliar isolamentos e marginalizações, diminuindo a eficiências dos escopos em clima e ambiente, denegrindo as noções de sustentabilidade.

Este perfil de manifestação se capilariza em atitudes governistas, projetos de políticas, fundos de financiamentos e estratégias de organização econômica e social, a ponto de criar um “modelo” de aceitação político-mundial das

apresentações em conferências e negociações globais de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas¹⁸.

Viola (1998), em análise das questões político-ambientais globais a partir de MAcNeill *et al* (1991), King e Schneider (1991), Haas *et al* (1993), Vogler e Imber (1996), Weis Brown e Jacobson (1998), expõe que há uma delimitação em que se pode verificar indicações políticas, na esfera do ambiente, entre nacionalistas e globalistas, conservadores e progressistas.

Via de regra, o Protocolo de Kyoto e o MDL se encaixam nas definições dos “globalistas conservadores”, tendo como características a defesa de:

[...] economias abertas ao mercado mundial, um papel central para as corporações transnacionais, um desarmamento parcial e um avanço gradual da ONU limitando parcialmente o poder dos Estados-nações na direção de uma autoridade transnacional baseada na estrutura estratificada de países: fortalecimento do Conselho de Segurança (ampliado) do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial de Comercio. Os GC são a força dominante no sistema mundial, eles representam o que geralmente denomina-se neoliberalismo [...] (VIOLA, 1998, p.6).

Assim sendo, a grande extensão do debate climático e as mudanças por origens em atividades humanas alcançam os países emergentes pelos emblemáticos caminhos da expansão global do neoliberalismo, resultado da formação estrutural da “Nova Ordem Mundial” forjada no seio do movimento recente de mundialização do capital.

No Brasil, verifica-se este quadro mediante a própria disposição do “formato MDL” em âmbito global e, associadamente, suas conjunturas políticas internas. Isto se coloca com elevada importância analítica, fato que permitirá compreender a construção e efetivação da política climática brasileira, sobretudo por haver distinções finas entre os governos presidenciais de Fernando Henrique Cardo e Lula (pilares da agenda política em clima no país) e as apropriações dos debates mundiais na gestão do neoliberalismo na composição da agenda climática nacional.

¹⁸ Quando se posicionam o Protocolo de Kyoto e o MDL como perspectivas orientadoras de políticas climáticas em países emergentes, pretende-se afirmar que houve o alinhamento a um “padrão” político em relação ao clima e mudanças antropogênicas. Este dinamismo constrói políticas flexíveis, fato fecundo a partir de Kyoto e do MDL.

Por isto, discuti-se no próximo tópico o cenário geral da política externa brasileira e suas relações com as negociações sobre as mudanças climáticas, de modo a caracterizar o “pano de fundo” que estrutura suas ações internas.

DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS GOVERNOS FHC E LULA: CONDIÇÕES ESTRUTURANTES SOBRE A QUESTÃO CLIMÁTICA

Para discutir o alinhamento brasileiro às perspectivas climáticas globais debatidas no seio da ONU, que fundamentam as estruturas nacionais sobre o tema, é preciso compreender brevemente o processo político internacional dos últimos anos em que se enquadra o mote ambiental no país (apoiado em Kyoto e no “modelo-MDL”).

Neste sentido, analisam-se os contornos das políticas externas dos presidentes Fernando Henrique Cardoso – FHC – (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva – Lula – (2003-2010) que rebatem diretamente nas orientações em acordos climáticos e na formulação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC).

Primeiramente, o Governo de FHC – em dois mandatos sequenciais – alinhou-se a instrumentações como o pacifismo, a inserção respeitosa ao direito internacional e ao privilégio do pragmatismo junto a princípios de autodeterminação e inter-relações (VIGEVANI *et al*, 2004).

Durante os oito anos de gestão do executivo político de FHC, houve a manifestação da busca por uma nova inserção no cenário internacional, objetivando que ocorresse, então, uma “autonomia pela integração” e não a antiga conformação em “autonomia pela distância” verificada nos âmbitos da Guerra Fria (VIGEVANI *et al*, 2004).

O empenho se pautava, em linhas gerais, na participação em organizações e acordos internacionais para que estes garantissem, através da diplomacia brasileira, um ambiente econômico favorável aos interesses dominantes no

contexto do país, sendo este o eixo principal das relações externas de FHC (VIGEVANI *et al*, 2004; MOREIRA, 2010).

Assim, a “autonomia pela integração” deu-se pela formatação, através dos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento, de ações coordenadas com grandes representantes de setores empresariais, que entenderam a abertura econômica do país como profícua nas dimensões de custo benefício do comércio global (SARAIVA, 2005; VIGEVANI *et al*, 2004).

Dessa maneira, se objetivaria:

[...] no limite do próprio poder, articulado com os interesses de outros estados e forças, o de redirecionar e reformar o ambiente, buscando a possibilidade de participação nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros (VIGEVANI *et al*, 2004, p.34).

Saraiva (2005) dimensiona esta perspectiva em torno dos discursos das elites do continente latino Americano que encabeçaram a retórica da “busca por um lugar”, no caso do Brasil, nos domínios globais, o forjar de amplos espaços de introdução de um neoliberalismo fundamentado nas hegemonias econômicas que se fizeram à base de protecionismos e pilhagens históricas.

Neste processo, os ditames e constatações internacionais, mesmo que não sendo interessantes ao Brasil em curto prazo, foram entendidos como profícuos e favoráveis pela possibilidade de participação e negociação do país na esfera de diálogos mundiais (MOREIRA, 2010; VIGEVANI *et al*, 2004; SARAIVA, 2005).

O próprio MRE, neste período, em sua formação de diplomatas, instruía a disposição em compor acordos com a União Europeia, ou a ALCA com os EUA, de modo a garantir interesses dos países hegemônicos, ou seja, os ligados a completa liberalização da economia, projetando o Brasil planetariamente e regionalmente como um importante “*global player*” (VIGEVANI *et al*, 2004).

“No período do FHC, simbolicamente, isto se traduziu no modelo dos ‘dois degraus da piscina’ [...] (VIGEVANI *et al*, 2004, p.35). Assim, a gestão FHC entendia que para mergulhar de vez na economia global era primeiro preciso aceitar práticas e mecanismos que os fizessem passar pelas partes iniciais das escadas das “piscinas” comerciais e políticas mundiais (VIGEVANI *et al*, 2004).

Este cenário fez com que a posição primeira do país nas negociações de protocolos sobre o clima, apoiada, então, na defesa das características poluentes de emergentes como China, Índia, Indonésia, México e Rússia, passasse a vigorar de modo diferenciado em alinhamentos flexíveis e corroborantes com os interesses dos EUA e Europa (VIOLA, 1998). FHC dispôs a necessidade de filiação aos regimes internacionais para promover a nação mundialmente e adentrar o *mainstream* político global (VIGEVANI *et al*, 2004).

Em entrevista a “Folha do Meio Ambiente” em 2002, FHC assinala que:

Outro objetivo importante é que o Protocolo de Kyoto entre em vigor este ano. O Protocolo de Kyoto é fundamental porque prevê a redução, pelos países desenvolvidos, das emissões dos gases que causam o aquecimento da atmosfera e põem em risco a vida na Terra.

A partir de Vigevani *et al* (2004, p.36), complementa-se o mote com os seguintes dizeres de FHC:

O Brasil que entra no século XXI é um país cujos objetivos prioritários de transformação interna, de desenvolvimento, estão em consonância com os valores que se difundem e se universalizam no plano internacional.

Por este caminho, buscou-se não entrar em desacordo de modo irreparável com os países hegemônicos, como EUA e, amplamente, a União Europeia (VIGEVANI *et al*, 2004; VIOLA, 1998).

Já com o Governo Lula há uma “mudança relativa” na trajetória e sentido das relações internacionais e seus impactos para as políticas nacionais. Em suma, quando Lula adentra o poder, os partidos de esquerda observam a possibilidade de transformações estruturais no país, que, até então, não aconteciam por via das velhas “oligarquias políticas” instauradas e dominantes no Palácio do Planalto (JÚNIOR, 2011; MOREIRA, 2010).

Entretanto, com o desenrolar de seu programa executivo-político, a esquerda radical perdeu as esperanças e as classes populares passaram a ter moderada aprovação do Governo mediante as condições econômicas e sociais em que se enquadravam (JÚNIOR, 2011; HESPANHOL, 2007).

Dialogando com Vigevani (2007) e Cervo (2008), Júnior (2011) aponta que a grande guinada na diplomacia brasileira com a chegada de Lula se coloca no retorno do “nacionalismo”¹⁹ e do princípio da “autonomia decisória”.

Cervo (2008), Pecequilo (2008) e Júnior (2011) salientam que houve uma ruptura parcial no que corresponde à política externa brasileira a partir de 2003, sendo que as bases econômicas do neoliberalismo foram mantidas, conjuntamente à associação com setores conservadores para sustentar a governabilidade. Entretanto, essa gestão do neoliberalismo se deu no plano comercial e aspectos de potencialização do Estado nacional foram sublinhados (JÚNIOR, 2011).

De fato, a política externa de Lula foi marcada pela quebra no sentido de concessão irrestrita aos interesses do capital internacional pela formatação do desenvolvimento de mercado que atribuisse fortalecimento conjugado das investidas empresariais e intenções internas (PECEQUILO, 2008; JÚNIOR, 2011).

Filgueiras *et al* (2010) ressalta que esta nova participação do Estado, denominada por alguns autores como “novo desenvolvimentismo”, funda-se num tripé orquestrado por capital internacional – Estado – capital nacional, em que o capitalismo brasileiro se aloca colado ao próprio poder estatal por conta de seus aspectos retardatários nos contornos da economia mundial.

Dessa maneira, houve uma inversão, de modo que as orientações internacionais passassem a ocorrer pela dimensão da “autonomia pela diversificação” e não mais por “autonomia pela integração” orquestrada por FHC (JÚNIOR, 2011; VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007; PECEQUILO, 2008).

As afirmações relacionais em âmbito mundial do período Lula se conformam, assim, no fortalecimento do Brasil como país autônomo no seio das óticas da globalização do capital, robustecendo seus posicionamentos internos para estruturar a nação como representante “empoderado” em termos regionais (JÚNIOR, 2011; VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007).

Essa perspectiva cria distinções específicas para o país nos contornos de suas proposições em âmbitos relacionais globais. Neste sentido,

¹⁹ O nacionalismo de Lula se alinha à possibilidade de garantia dos interesses do mercado nacional em âmbito global e à centralização do poderio regional do país.

[...] a diplomacia presidencial, simultaneamente à atuação diplomática, tem se destacado na defesa de temas sociais, como o combate à fome internacional, bandeira política do primeiro mandato de Lula, e atualmente, na propagação de biocombustíveis como fonte de “energia limpa” e renovável, tanto para mitigar os efeitos da elevação da temperatura planetária, quanto para substituir os produtos derivados do petróleo (JÚNIOR, 2011, p.51).

Como constata Júnior (2011), houve, no período Lula, certa reatividade no que corresponde a determinadas facetas do neoliberalismo mundial que se instalou no Brasil via Governo FHC, mesmo com inclinações aos investimentos internacionais, fato que demonstra o caráter “logístico” da política de Lula. Isto por conta dos atrasos sociais e econômicos gerados pelo mandato do presidente anterior, sobretudo em não avançar na distribuição de renda.

Entretanto, este jogo político apresenta inúmeras facetas, dentre elas a implementação ajustada de “consensos” entre poder, sindicatos e movimentos sociais, de modo que estes últimos se colocaram como apoiadores das medidas do Governo, mas tendo, efetivamente, poucos progressos em suas bandeiras e necessidades historicamente afirmadas (FILGUEIRAS *et al*, 2010).

Dessa maneira,

[...] o que caracteriza o período de Lula como presidente da República são a consolidação e o fortalecimento do Modelo Liberal-Periférico que se constituiu a partir da crise e esgotamento do Modelo de Substituição de Importações - MSI [...]. A melhora dos indicadores macroeconômicos no período, decorrente, sobretudo, da conjuntura econômica internacional favorável, acompanhada pela flexibilização da política econômica, vem se constituindo em fator fundamental de legitimação desse modelo e de sua política macroeconômica, contribuindo decisivamente para a consolidação da hegemonia – no sentido preciso de Gramsci – das frações financeiroexportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p.39).

A partir disto, configura-se uma agenda política voltada a inserir o país nos diálogos sobre as questões internacionais através de um planejamento interno alocado às necessidades da economia e opções sociais mediante as intencionalidades interiores dominantes (JÚNIOR, 2011; PECEQUILO, 2008).

Isto rebate diretamente na construção argumentativa das potencialidades econômicas brasileiras no seio de mecanismos como os incluídos nas questões

climáticas. A Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) é fruto deste contexto de apropriação de possibilidades afirmativas no país, a partir de uma lógica dual entre favorecimento conjectural dos grandes segmentos e grupos econômicos, bem como por ações voltadas ao processo de potencialização destes grupos mediante a conjuntura do crescimento econômico nacional em determinados setores.

Assim sendo, parte-se no próximo tópico para a discussão em torno da afirmação do Plano Nacional sobre Mudanças no Clima, em 2008, e subsequentemente a assinatura da Política Nacional sobre Mudanças no Clima (PNMC) em 2009, corroborando o quadro geral das heranças da gestão FHC e a aplicação da “guinada” interna da política de Lula.

O SURGIMENTO DO PLANO (2008) E DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA (2009) NO BRASIL: ASPECTOS E DIRETIVAS

No ano de 2008 o Brasil apresenta, então, seu Plano Nacional sobre Mudanças no Clima, corroborando, em ampla medida, os ditames internacionais sobre a questão climática e, particularmente, observando suas nuances políticas internas para o fortalecimento do posicionamento estratégico do país no cenário regional e mundial.

A partir do “caminho-modelo” do Protocolo de Kyoto (1997) e as alíneas globais de coparticipação no MDL²⁰, efetiva-se um quadro político alicerçado na possibilidade de favorecimento do país a partir da expansão mundial de setores econômicos pujantes, como as *commodities* voltadas à produção de energia – mirando pelo recorte agrícola²¹.

²⁰ Associadamente, também com mecanismos posteriores como o REDD e REDD+.

²¹ A efetivação da política climática brasileira também está associada ao jogo político-eleitoral de 2010. No certame para a presidência nacional, além de Lula (PT) e José Serra (PSDB), uma forte candidata foi Marina Silva (PV). Esta última possuía por bandeira a causa ambiental, sendo reconhecida mundialmente na temática e, inclusive, sendo premiada pela Fundação Príncipe Albert II de Mônaco em relação a sua atuação no quesito mudança climática e sustentabilidade. Com a necessidade de fazer frente a este ponto de embate eleitoral, a gestão de Lula, em busca da

Ratifica isto o discurso do Presidente Lula na COP-15 em Copenhague (2009), em que expõe:

[...] nós sabemos de que é preciso para manter o compromisso das metas e para manter o compromisso do financiamento, a gente em qualquer documento que for aprovado aqui, a gente tem que manter os princípios adotados no Protocolo de Kyoto e os princípios adotados na Convenção-Quadro porque é verdade que nos temos responsabilidades comuns, mas é verdade que elas são diferenciadas.

Objetivamente, o plano climático brasileiro se dispôs a concretizar medidas concernentes aos efeitos das mudanças no clima, versando primeiramente sobre mitigação, sendo este contexto elaborado em articulações de quase toda a pasta dos poderes executivos no ano de 2007 (SÁVIO, 2011)²².

Em aspectos processuais em sua formulação, estiveram envolvidas ações de grupos da sociedade civil, agentes empresariais e necessidades governamentais na abrangência de atenções às cobranças internas e externas sobre assunto (FENNER, 2011; VIOLA e FRANCHINI, 2013; RIBEIRO, 2008).

Para isto, foi conjugado o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), composto em sua totalidade por quatorze ministérios, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) (BRASIL, 2008).

Dentre os ministérios que configuram linhas de interação na elaboração do planejamento temático, encontram-se:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério dos Transportes (BRASIL, 2008, p.15).

reeleição, acelera a construção do plano e política sobre mudanças do clima apoiados nas heranças já previamente debatidas em Kyoto e seus ajustes nas COPs, centrando as atenções, com maiores destaques iniciais, no desmatamento e na abordagem setorial da economia energética.

²² O peso maior foi estabelecido nas atividades de mitigação. O plano Nacional de Adaptação passa a ser pensado e articulado em 2013 e apresentando em 2015.

As articulações prioritárias e o comando das materializações de posturas e sugestões ficou a cargo de um grupo executivo (GEx), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2008). Assim, no dia 05 de junho de 2008 foi encaminhada a proposta climática brasileira ao poder legislativo, assinada em projeto de lei nº 3.535/2008 (BRASIL, 2008).

Esta conjuntura de proposição legislativa é demarcada pela sua caracterização como ponto estrutural de todas as atuações que corroboram com o mote do clima no país, sejam eles estaduais ou municipais. Nisto, ocorre a necessidade intrínseca de alinhamento de políticas, fato que alcança as principais designações sobre o tema, em diferentes escalas, pelo território nacional.

Isto se exhibe a partir do trecho do plano que dispõe a seguinte perspectiva:

O Projeto de Lei nº 3.535/2008, que propõe a Política Nacional sobre Mudança do Clima e fixa seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos, menciona que a mesma norteará a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, **dos planos estaduais, bem como de outros planos, programas, projetos e ações no Brasil relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima**²³ (BRASIL, 2008, p. 17).

Esta dimensão de caracterização define certa centralização dos aportes políticos do clima no Brasil através dos arranjos na esfera federal, alinhados, assim, ao modelo global de Kyoto, a construção do crescimento político e econômico através de potencialidades internas e às definições setoriais.

Como apontou o Presidente Lula, o contexto político-climático no país é:

Baseado em algumas coisas que nós consideramos importantes, mudança no sistema da agricultura brasileira, mudança no sistema siderúrgico brasileiro, mudança e aprimoramento da nossa matriz energética que já é uma das mais limpas do mundo, e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020 (Discurso do Presidente Lula, COP-15 – COPENHAGUE, 2009).

Numa tomada complexa e mediada pelas necessidades de exposição de ações e, ao mesmo tempo, para cumprir com protocolos legislativos, apresentou-se o Plano Nacional sobre Mudança do Clima em 2008, o que demarcou a solicitação do projeto de Lei climática, sendo esta configurada e assinada efetivamente em

²³ Negrito do autor.

2009. Neste caminho, o plano foi apresentado anteriormente à política, mas é, objetivamente, instrumento dela²⁴.

Dessa maneira, como engenhos iniciais de elaboração do planejamento climático nacional, buscaram-se realizar pesquisas via questionários entre os ministérios, objetivando equiparar as práticas que já aconteciam isoladamente em cada um deles, e, adicionalmente, realizaram-se consultas públicas na III Conferência Nacional do Meio Ambiente e no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – “diálogos setoriais” (BRASIL, 2008).

Mediante isto, o plano climático do país afirma que:

[...] há a convicção de que este processo de elaboração dinâmico e participativo resultou em um plano que contempla em grande parte os anseios da sociedade brasileira” (BRASIL, 2008, p. 17). ²⁵

De modo incisivo, no plano, existe um esforço em suas conjugações na demonstração de que as ações humanas e, especificamente, das sociedades industriais, vêm produzindo impactos significativos ao ambiente e ao clima, o que demarca certos arranques contra os limites ecológicos do Planeta e, pontualmente, dos recursos indispensáveis à existência da vida (SÁVIO, 2011). Nisto, indica que a centralidade das propositivas se aporta na busca pelo desenvolvimento sustentável e seu largo caminho implicativo - ambiental, econômico e social - (SÁVIO, 2011).

Conjugando sua responsabilidade relativa ao problema²⁶, sanciona metas obrigatórias - ações contra o desmatamento e eficiência energética - e, também, possibilidades em participações nos projetos de MDL e práticas inovadoras em sustentabilidade (BRASIL, 2008).

²⁴ Este “imbróglio” entre apresentação do plano anteriormente à política nacional e, ao mesmo tempo, o plano ser instrumento dela, é fruto da necessidade de demonstração para a sociedade de preocupações com a temática, o que foi desenvolvimento de certa maneira “às pressas” pela necessidade eleitoral em 2010.

²⁵ Esta constatação política provinda da esfera federal corrobora com as intenções deste estudo, em evidenciar as contradições existentes no seio da afirmação da agenda climática no país em esferas locais, partindo das óticas territoriais.

²⁶ O Plano Nacional sobre Mudança do Clima reitera que o posicionamento do Brasil é voluntário no assunto mudanças climáticas, mesmo considerando sua potencial contribuição atual em emissões de GEE.

Assim,

O objetivo geral do Plano Nacional sobre Mudança do Clima é identificar, planejar e coordenar as ações e medidas que possam ser empreendidas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no Brasil, bem como àquelas necessárias à adaptação da sociedade aos impactos que ocorram devido à mudança do clima (BRASIL, 2008, p.26).

O plano em si é dividido em setores da economia, sendo estes distribuídos da seguinte maneira: energia; florestas, outros biomas e agropecuária; outros setores (indústria, resíduos e transportes); educação, capacitação e comunicação (BRASIL, 2008). A particularidade do nosso enfoque se dá na mirada ao setor “florestas, outros biomas e agropecuária”, ainda com maior especificidade à agropecuária, buscando compreender as dinâmicas inseridas neste recorte. Neste ínterim, buscar-se-á dialogar com a agenda da política climática no Brasil salientando os enfoques na esfera rural, o que irá compor o sentido analítico da tese.

No que corresponde a este quesito, o plano nacional aponta que o país deve contribuir positivamente com os regimentos climáticos a partir da conjugação entre a produção voltada à bioenergia e alimentos²⁷.

Para isto, é desenhado no documento um panorama argumentativo majoritariamente centrado nos biocombustíveis e na orquestração mundial de expansão deste modelo de obtenção de energia. Esta questão se alinha com efetivação da política do Governo Lula, buscando inserir o país nos contornos do comércio global pelo favorecimento de expressões econômicas internas, como o caso do Etanol proveniente da cana-de-açúcar e, em outros graus, biocombustíveis de origens diversas, como a soja.

Como se observa nos dizeres do Presidente,

O Brasil não veio barganhar, as nossas metas não precisam de dinheiro externo. Nós iremos fazer com nossos recursos, mas estamos dispostos a dar um passo a mais, se a gente conseguir resolver o problema que **vai atender primeiro a manutenção do desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Nós passamos um século sem crescer enquanto outros cresciam muito. Agora que nós começamos a crescer, não é justo que**

²⁷ Esta perspectiva associativa entre Biocombustível e cultivos de alimentos apresenta inúmeras contradições no campo brasileiro, fato demarcado pela atuação dos movimentos sociais rurais como MST e, amplamente, a Via Campesina, em que ocorre massivamente a luta por maiores afirmações de a produção alimentar. Isto já aponta um reflexo do pensamento exclusivamente setorial da PNMC.

voltemos a fazer sacrifícios (LULA, COP-15-COPENHAGUE, 2009).

A evidenciação clara desta perspectiva no Plano Nacional sobre Mudanças no Clima se coloca quando se trata do “aumento da sustentabilidade na agropecuária”, em que o enfoque se desloca para a redução de aspectos “insustentáveis” da produção de cana-de-açúcar, como a queima da palha do vegetal, “novas práticas aplicadas ao modelo de agronegócio”, a construção de um “zoneamento para o cultivo da cana”, bem como a sugestão de arquitetura de um “plano nacional de agroenergia” (BRASIL, 2008)²⁸.

Outro apontamento importante no plano é o estudo sobre a “Nova Geografia da Produção Agrícola” no país a partir das mudanças climáticas. O MMA e o MAPA utilizaram metodologias desenvolvidas pelo *Hadley Centre* na Inglaterra e os cenários do IPCC para prever as novas distribuições produtivas no setor primário, isto com enfoque para cana-de-açúcar, girassol, milho, soja, arroz, café, feijão e mandioca (BRASIL, 2008). Contudo, nota-se que não há um detalhamento minucioso sobre a produtividade, zoneamento e perspectivas futuras específicas para o cultivo de alimentos, enquanto ocorrem destaques e alíneas incisivas sobre os cultivos destinados ao setor agroenergético²⁹.

Após as designações sobre a alocação da produção voltada aos agrocombustíveis, incide a existência de proposições em torno do fortalecimento de sumidouros de GEE na agricultura. Todavia, o movimento de afirmação deste modo de contenção de emissões se coloca nos inventários florestais e na possibilidade de expansão de áreas comerciais a partir de outorgas e florestas energéticas, não debatendo efetivamente questões sociais importantes neste escopo, como as indígenas e quilombolas em seus territórios, o favorecimento de plantio de espécies de mercado (geralmente exógenas aos biomas brasileiros) etc.

Em suma, as intencionalidades do contexto ficam bem expressas no seguinte trecho do Plano:

²⁸ Os termos aplicados entre aspas no parágrafo expõem definições retiradas do próprio Plano Nacional sobre Mudança do Clima – 2008.

²⁹ Posteriormente, com a especificação do Plano de Agricultura de Baixo Carbono – ABC – criam-se alíneas voltadas à produção familiar com críticas possíveis. Entretanto, no documento inicial e orientador da política climática brasileira, as atenções estão miradas ao mercado de biocombustíveis.

[...] os esforços em fomentar um nível de **desempenho nos setores da economia**, pautado nas **melhores práticas em cada um dos setores específicos**, serão uma forma de buscar reduzir o conteúdo de carbono do produto interno bruto brasileiro, **aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, fazer crescer a renda e gerar excedentes econômicos que possam garantir maiores níveis de bem estar social**³⁰ (BRASIL, 2008, p.9).

Observa-se, então, a busca pela redução das emissões de GEE, dando destaques para o CO₂, pela dinâmica do enfoque setorial, o que se baseia, pontualmente, no desempenho produtivo e contabilizado especificamente nas atividades geradoras de divisas. Indo além, caracteriza a ideia de crescimento econômico como garantia de bem estar social, o que é amplamente contestado no seio dos debates econômicos e sustentabilidade a partir das dinâmicas territoriais.

Já a própria Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) foi estabelecida em dezembro de 2009, pela Lei Nº 12.187 (BRASIL, 2009). Nela encontram-se firmados oficialmente seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos (BRASIL, 2009).

A PNMC define concretamente o compromisso voluntário assumido pelo Brasil mediante sua inserção como Não-Anexo I da CQNUMC, projetando uma redução de GEE, até o ano de 2020, entre 36,1% e 38,9% (BRASIL, 2015)³¹.

Como documento definido pelo aspecto constitucional, caracteriza especificamente a conceituação instrutiva legal dos seguintes pontos: I- adaptação; II- efeitos adversos da mudança do clima; III- emissões; IV- fonte; V- gases com efeito estufa; VI- impacto; VII- mitigação; VIII- mudança do clima; IX- sumidouro; X- vulnerabilidade (BRASIL, 2009), expondo certo grau pedagógico da Lei.

³⁰ Negrito do autor.

³¹ O caminho de proposição de metas e os meios de alcançá-las corroboram com a leitura desta tese de que a PNMC brasileira seguiu as orientações gerais de Kyoto e seus instrumentos como meios paradigmáticos de construção de objetivos e ações. O MMA (2013) afirma que o regime internacional sobre mudança do clima segue as fundamentações da CQNUMC e do Protocolo de Kyoto. Ainda reafirma que é compromisso dos países signatários – como o caso do Brasil – seguir e cooperar com tais instrumentos. Isto é retratado, complementarmente, pelo trecho: “Em 2009, foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei nº 12.187/2009. Essa Política oficializou o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e ao Protocolo de Quioto de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020” (MMA, 2013, p.1).

Afirmativamente, prevê que suas ações irão decorrer a partir dos entes políticos e dos órgãos gerais da administração pública, tendo como norteamento os princípios da “[...] precaução, prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional [...]” (BRASIL, 2009, p.1).

No quesito execução de perspectivas políticas e instrumentais para a contenção acelerada das mudanças climáticas, apresenta que todos têm direito em atuar na mitigação e participação sobre o tema e que o desenvolvimento sustentável é condicionante dos processos sociais e econômicos a partir da letra firmada (BRASIL, 2009). Contudo, os esquadros práticos em mudanças climáticas devem seguir as orientações do plano nacional, de modo implícito aos contornos globais “consensuais” no assunto e as intenções da própria PNMC.

Como instrumentos especificamente construídos pela política, arquitetam-se o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (com planos setoriais expandidos e específicos), o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (e a partir dele articulações com bancos privados e públicos para a expansão de financiamentos às atividades setoriais), as comunicações à CQNUMC e às COP’s, dotações orçamentárias pela União, mecanismos existentes no seio da CQNUMC e do Protocolo de Kyoto (MDL), bem como a formulação de indicadores gerais de sustentabilidade e possíveis leis futuras sobre tributações e fiscos ambientais (BRASIL, 2009).

No artigo 9º propaga a dimensão da criação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE – em que:

[...] será operacionalizado em bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado, autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, onde se dará a negociação de títulos mobiliários representativos de emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas (BRASIL, 2009, p.4).

Este mercado e os frutos originários da PNMC são assegurados e indicados pela materialização efetiva no país dos princípios gerais e ordenações em diretrizes da política global do clima, o que é demarcado pelas manifestações da CQNUMC, do MDL e Protocolo de Kyoto, associadamente às demandas governamentais, sobretudo no que corresponde à afirmação política externa a

partir do desdobramento dos prismas ligados às potencialidades intranacionais que contribuem para a elevação da força econômica regional (em macroescala) do país.

Posteriormente à publicação da PNMC, foi alocado e registrado um Decreto-Lei em 9 de dezembro de 2010, ampliando e caracterizando os artigos 6º, 11º e 12º da Lei de 2009. Tais itens correspondem justamente à: (6º) instrumentos, (11º) indicação de que os princípios, instrumentos e diretrizes de todos os programas e políticas públicas no país deverão se alinhar à PNMC e (12º) à adoção de metas em redução de GEE e seus prazos.

Em síntese, a regulamentação do Decreto-Lei define que deverão ser criados planos ampliados para cada um dos setores da economia ressaltados no documento de 2008, além de estabelecer as seguintes orientações:

I - redução de oitenta por cento dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal em relação à média verificada entre os anos de 1996 a 2005;

II - redução de quarenta por cento dos índices anuais de desmatamento no Bioma Cerrado em relação à média verificada entre os anos de 1999 a 2008;

III - expansão da oferta hidroelétrica, da oferta de fontes alternativas renováveis, notadamente centrais eólicas, pequenas centrais hidroelétricas e bioeletricidade, da oferta de biocombustíveis, e incremento da eficiência energética;

IV - recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;

V - ampliação do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta em 4 milhões de hectares;

VI - expansão da prática de plantio direto na palha em 8 milhões de hectares;

VII - expansão da fixação biológica de nitrogênio em 5,5 milhões de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados;

VIII - expansão do plantio de florestas em 3 milhões de hectares;

IX - ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m³ de dejetos de animais; e

X - incremento da utilização na siderurgia do carvão vegetal originário de florestas plantadas e melhoria na eficiência do processo de carbonização (BRASIL, 2010, p. 2-3).³²

Neste ínterim, faz-se destaque para as direções da PNMC brasileira que se enquadram nos escopos rurais, de modo a dialogar com a ampliação da orquestração em prol da diminuição de GEE e que, ao mesmo tempo, demonstra um processo político de afirmação de um modelo de desenvolvimento específico dos últimos vinte anos.

Para isto, dialoga-se, então, com o plano especial voltado ao setor da agropecuária, o chamado “Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC”. Este documento diretivo apresenta algumas contradições e possibilidades de críticas que nos permite perceber o movimento macro da política brasileira sobre o clima a partir dos interesses gerais da governança efetivada no período e os diálogos globais sobre o tema.

O caso do Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - (2012), criou-se em 2011 um plano setorial para mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos escopos agropecuários, o “Plano ABC”. Este se caracteriza como:

[...] uma política pública que apresenta o detalhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário, **e aponta de que forma o Brasil pretende cumprir os compromissos assumidos** de redução de emissão de gases de efeito estufa neste setor³³ (BRASIL, 2012, p.13).

Especificamente, propõe-se reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia e Cerrado, respectivamente em 80% e 40%; recuperar pastagens degradadas, introduzir sistemas de integração entre lavoura, pecuária e floresta; utilizar

³² Este quadro referencial em metas majoritariamente ligados ao setor “florestas, agropecuária e outros biomas” se dispõe pela característica central do país em emissões de GEE, provindas do setor primário da economia.

³³ Negritos no parágrafo do autor da tese.

efetivamente o sistema de plantio direto (SPD), fomentar a fixação biológica de Nitrogênio (FBN), bem como ampliar a utilização de biocombustíveis e florestas plantadas (BRASIL, 2012, p.16)³⁴.

Para isto, reitera o compromisso apresentado no decreto de 2010, que amplia a PNMC em planos setoriais, de modo a ratificar a recuperação de 15 milhões de áreas de pastagens degradadas, adotar 4 milhões de hectares em sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, 8 milhões de hectares em SPD, 5,5 milhões de hectares em FBN e chegar a 9 milhões de hectares em florestas plantadas (BRASIL, 2012).

Paixão e Bacha (2015) evidenciam que o Plano ABC foi uma construção conjunta de múltiplos ministérios e órgãos especificamente criados pela política climática brasileira. Dentre os participantes, encontram-se: a Casa Civil, o MAPA, Embrapa, MDA, MF, MCT, MMA e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (PAIXÃO; BACHA, 2015).

Por este caminho,

[...] é um plano setorial que, alinhado com os acordos brasileiros de redução de emissões de GEE, tem por finalidade a organização e o planejamento de ações que adotem tecnologias de produção agrícola sustentáveis, que respondam a esses compromissos (PAIXÃO; BACHA, 2015, p77).

Este plano demarca projeções de atuação de 2010 a 2020, sendo alocado como perspectiva para toda a funcionalidade da agropecuária brasileira, e não apenas determinando especificações para cultivos ou criações individuais (PLANO ABC, 2012; PAIXÃO; BACHA, 2015).

Roberto Rodrigues – Coordenador do Observatório ABC – em entrevista ao MCT em 2015 afirma:

Estamos convencidos de que o Plano ABC é uma das coisas mais extraordinárias da história do agro brasileiro (...) Não é um programa de produção apenas. Confere competitividade à nossa agropecuária e tem uma contribuição importante a dar para a redução das emissões de carbono e do efeito estufa [...].

De modo geral, é entendido como um instrumento da chamada “*Green Economy*”, em que não ocorrem grandes rupturas nos modos de produção e

³⁴ Jardim (2015) afirma que do total de 30 milhões de hectares almejados com o programa, até o momento foram efetivados somente 3 milhões de hectares.

atuações políticas setoriais, mas sim uma roupagem conservadora com finalidades redutivas no que corresponde, nomeadamente, às emissões de GEE (SAWYER, 2011; PAIXÃO; BACHA, 2015)³⁵.

Esta materialização do Plano ABC se coloca, então, como um mecanismo de elevação do país no cenário da agropecuária em âmbito internacional, com o respaldo de uma economia de baixo carbono, fomentando intenções de alocações como um ator de ponta nos contornos de disposições regionais e mundiais no setor primário (PAIXÃO; BACHA, 2015).

Diniz e Bermann (2012) apontam que este “esverdeamento” da economia rural - através do Programa ABC³⁶ - se traduz na ideia de que crescimento e ambiente podem andar juntos na produção de riquezas mundiais (modo de produção hegemônico), desde que observados por meios menos impactantes no cenário de degradação ambiental.

Sawyer (2011) expõe que a “*Green Economy*” é, muitas vezes, confundida - ou substituída - do conceito de desenvolvimento sustentável (que é eminentemente territorial, envolvendo múltiplos atores em sociedade). No caso da PNMC brasileira e sua extensão no Plano ABC, nota-se a articulação de princípios em linhas de mescla, de modo a se apropriar de maneira múltipla dos aspectos da relação produção/impactos no seio econômico predominante em ambos.

Neste sentido, “[...] a economia verde está relacionada diretamente a mudanças climáticas: baixo carbono, eficiência energética, energia renovável etc [...]” (SAWYER, 2011, p.36). Mesmo assim, é necessário perceber que existem certas distinções neste conceito econômico que o coloca como restritivo territorialmente, pois nele não estão alocadas às dimensões da biodiversidade, águas subterrâneas, rios aéreos, diferentes povos, múltiplos interesses etc (SAWYER, 2011).

³⁵ “Economia Verde é definida como aquela de baixa utilização de carbono, associada à redução da pobreza com inclusão social via acesso à renda e emprego, melhorando o bem-estar humano e social, reduzindo, ao mesmo tempo, o risco de escassez de recursos ambientais. Isso se dará através de investimentos públicos e privados que reduzam tanto a pobreza quanto as emissões de carbono (GEE)” (PAIXÃO; BACHA, 2015, p78-79).

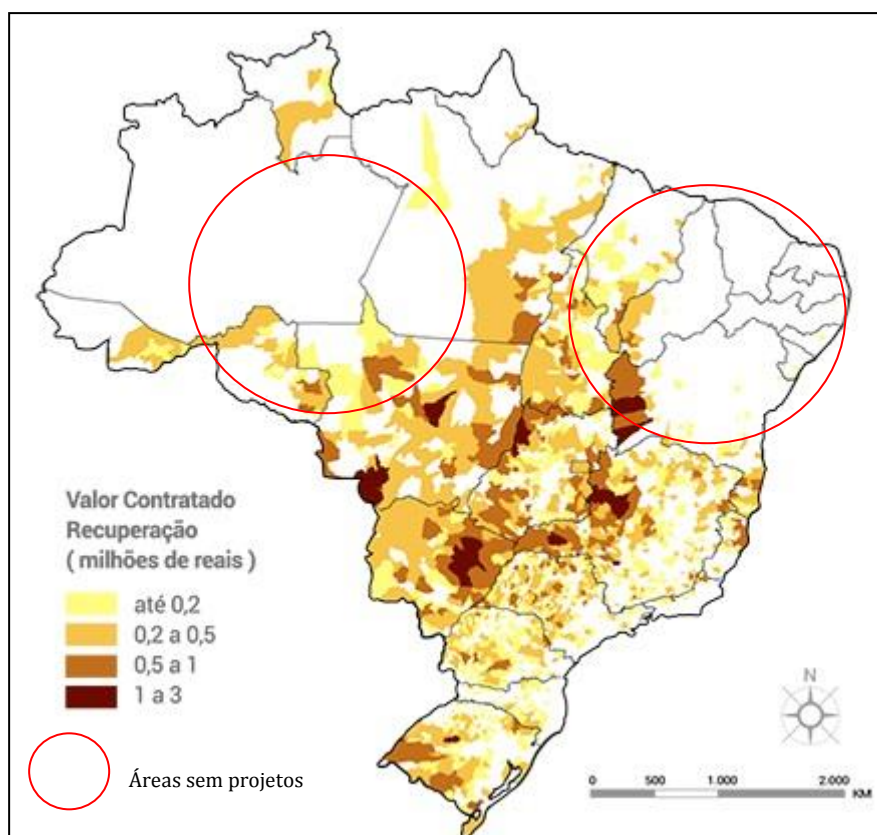
³⁶ Inserção do autor.

Esta concepção corrobora diretamente com a influência dos mecanismos da CQNUMC, como o Protocolo de Kyoto e o MDL, propondo o equacionamento das questões climáticas por cálculos e balanços de entrada e saída de GEE, porém, deixam esvaziadas às perspectivas territoriais locais diferenciadas e os múltiplos aspectos das existências geográficas (SAWYER, 2011).

Tal dimensão analítica pode ser interpretada como efetiva dentro do Plano ABC a partir de suas próprias orientações. Por exemplo, a recuperação de pastagens degradadas cumpre a “funcionalidade verde” dentro de um mesmo modelo atuante e histórico no país que gerou a deterioração de tais áreas.

Este fator fica ainda melhor observado quando da dimensão da apropriação espacial dos conteúdos do programa, em que os estudos de Milton Santos (2006) e as indicações de Cornetta (2012) se fazem profícuos, pois demonstram que não há grandes alterações e aprimoramento das conjugações da sustentabilidade pelas vias espaciais no território nacional, mas sim a assimilação dos mecanismos com maiores rentabilidades que alcançam áreas já possuidoras das melhores redes em infra-estruturas. Como se observa do mapa a seguir:

Mapa 1. Áreas com projetos em recuperação de pastagens entre 2011 e 2013 pelo Programa ABC.



Fonte: Observatório ABC, 2015³⁷. Modificado pelo autor.

Como se pode discernir, ocorre a centralização do capital investido pelo Programa ABC nas formações do Centro-Sul do Brasil, espacialidade apontada por Milton Santos (2006) como a detentora das maiores capacidades instaladas em infraestruturas, tecnologias, informação e ciência, o que responde às necessidades competitivas do capital e expressam a modelagem desigual do desenvolvimento capitalista em termos espaciais.

O vazio encontrado nas regiões Norte e Nordeste se exhibe como contrassenso aos ditames da sustentabilidade que preveem a incorporação social e melhores condições de vida, isto porque as duas regiões são importantes produtoras de gado bovino e as mais pobres do país, assim como demonstrado abaixo.

³⁷ Disponível em: <http://observatorioabc.com.br/infograficos?locale=pt-br#acoes-previstas-no-plano-abc> <acesso em 28/12/15>.

Tabela 1. Evolução do percentual efetivo de bovinos no Brasil por regiões entre 2002 e 2012.

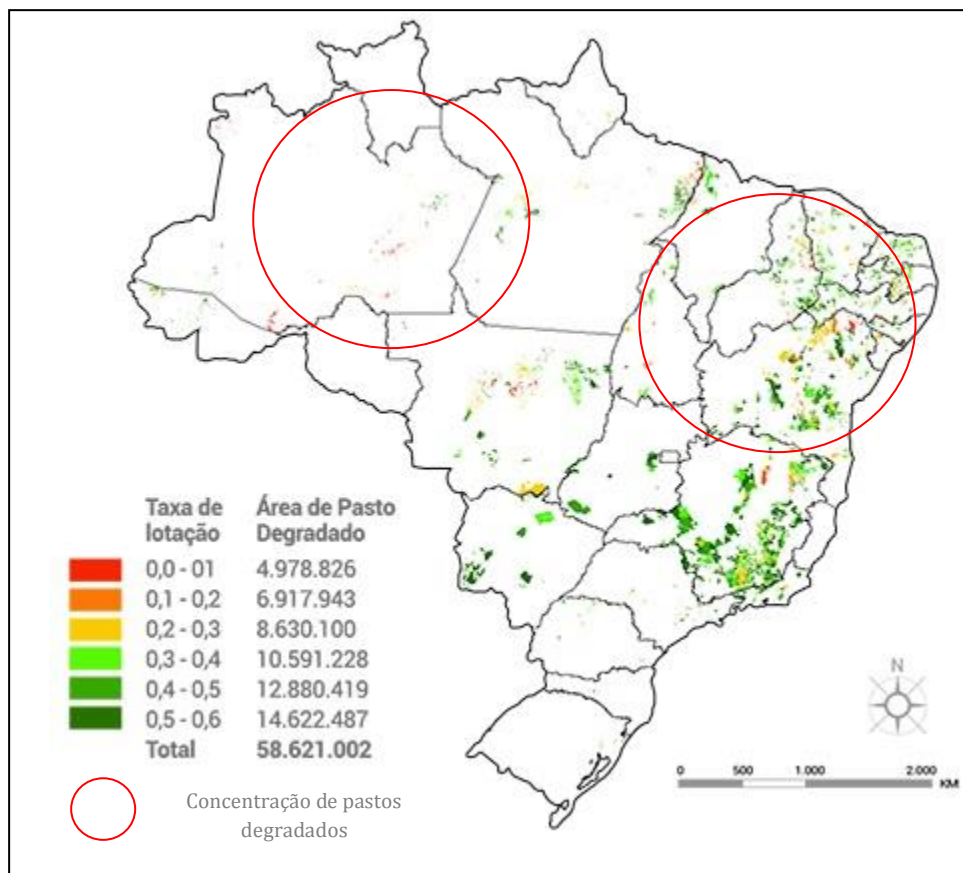
Região	2002 Cabeças	2012 Cabeças	Evolução %
Norte	30,42	43,81	44,0
Nordeste	23,89	28,24	18,2
Sudeste	37,92	39,21	3,4
Sul	27,53	27,63	0,4
Centro-Oeste	65,56	72,38	10,4
Brasil	185,34	211,28	14,0

Fonte: DIAS-FILHO - EMBRAPA - (2014).

Dados: IBGE (2003; 2013).

Como comprovativo desse modelo desigual espacialmente, que se estabelece pela implementação de práticas aos setores já altamente capitalizados e voltados aos circuitos longos da economia, está um mapa do próprio Observatório ABC em que se evidenciam as áreas com elevadas gravidades em degradação de pastos, apontando a região Nordeste, por exemplo, com destaques.

Mapa 2. Áreas com pastos altamente degradados no Brasil



Fonte: Observatório ABC, 2015. Modificado pelo autor.

Como notado por Hererro (2014, p.10),

Os estados protagonistas foram: Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul, com percentual de participação de 17,8%, 14,7%, 14,3% e 13,8%, respectivamente. Norte e Nordeste continuam sendo as áreas que menos recebem recursos, ainda que sejam prioritárias para as ações do programa devido à vasta extensão de pastagens degradadas e à baixa eficiência de sua agropecuária. Juntas, as regiões foram contempladas com apenas 21% dos contratos firmados com o programa (...) Os principais fatores dessa baixa adesão são os problemas fundiários e a falta de assistência técnica (...) Um entrave para o Programa ABC crescer em todo o País, segundo análise do Observatório, é a taxa de juro – de 5% ao ano –, que reduz sua competitividade diante de outras linhas de crédito. Soma-se a isso o alto grau de exigência para a obtenção do crédito, já que é exigido dos produtores apresentar um projeto georreferenciado da propriedade e de análises do solo.

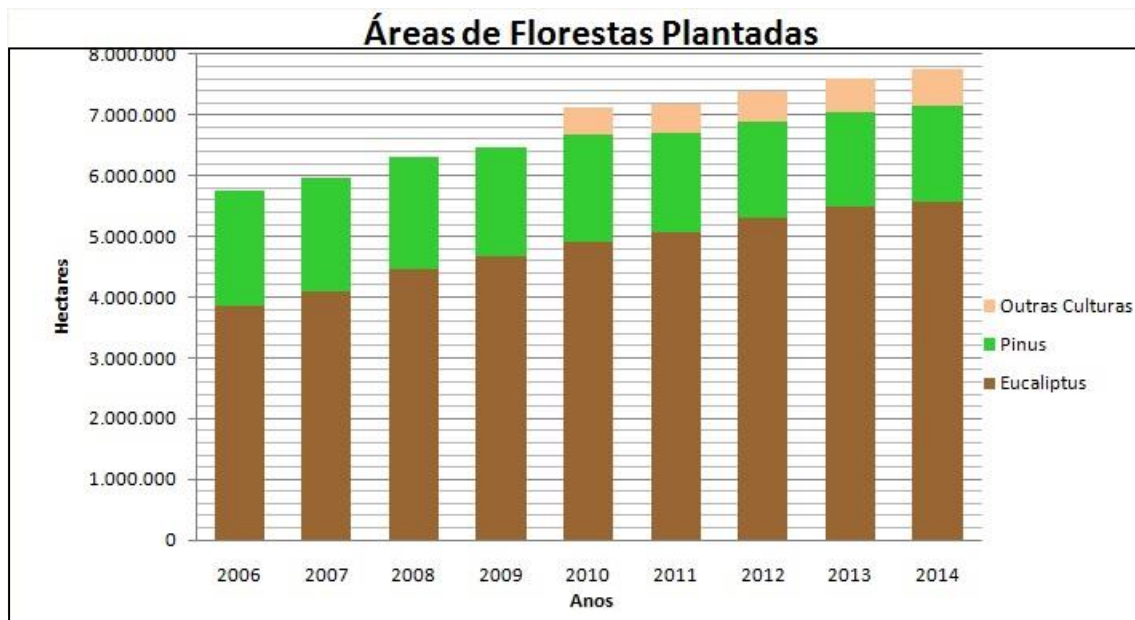
Nisto, presta-se a garantir a expansão de cultivos ou criações num arquétipo econômico que sustente semelhante patamar ao anteriormente disposto,

procurando afiançar que não se desmatem novos espaços e se utilizem com maiores amplitudes o potencial espacial já instalado. Entretanto, a “questão agrária” não é questionada e o processo de afirmação da justiça social pela reforma da estrutura fundiária rural não se coloca como prioritário.

Outra exemplificação importante é o caso das “Florestas Plantadas” ou o próprio sistema de integração Lavoura – Pecuária - Floresta. Vital (2007) aponta que existem dinamizações particulares em torno de tais mecanismos e que é preciso observações pontuais em relação aos seus caracteres. A crítica direta ao tema se dispõe pelo impacto sobre a biodiversidade, as águas, populações e, sobretudo, na simplificação do sistema florestal, visto que a demanda de mercado traduz os plantios em áreas monocultoras (VITAL, 2007).

Como se pode observar no gráfico 1 do Sistema Florestal Brasileiro (2015), há a ocorrência massiva nas florestas plantadas com espécies exógenas aos biomas nacionais, assim como estruturadas em padrões conservadores da economia (monoculturas).

Gráfico 1. Áreas de Florestas Plantadas



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, 2015³⁸; IBÁ, 2015³⁹.

³⁸ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/integracao-lavoura-pecuaria-silvicultura> <acesso em 08/06/2015>.

³⁹ Disponível em: http://iba.org/images/shared/iba_2015.pdf <acesso em 08/06/2015>.

O Eucalipto é de origem australiana e o Pinus provém da Europa, Ásia, América Central e América do Norte. Este enquadramento caracteriza o bojo de formatações econômicas nos ditames climáticos articuladas via os balanços de GEE (dinâmicas setoriais), mas que não preconizam e inserem as diligências territoriais no processo geral de concepção e tratamento da temática.

Sobre o sistema Lavoura – Pecuária – Floresta é possível afirmar que este padrão não é novo na história da agricultura (BALBINO *et al*, 2011). No Brasil se compõe como um modelo revisionista de atuação no setor agropecuário, trazendo novidades conceituais e práticas (BALBINO *et al*, 2011). Contudo, observa-se a tendência de inserção produtiva do Eucalipto e Pinus em associação com os grandes modelos do agronegócio em circuitos longos de produção que são altamente demandantes de energia⁴⁰.

Imagem 1: exemplo de integração Pecuária – Lavoura – Floresta



Fonte: EMBRAPA, 2015⁴¹.

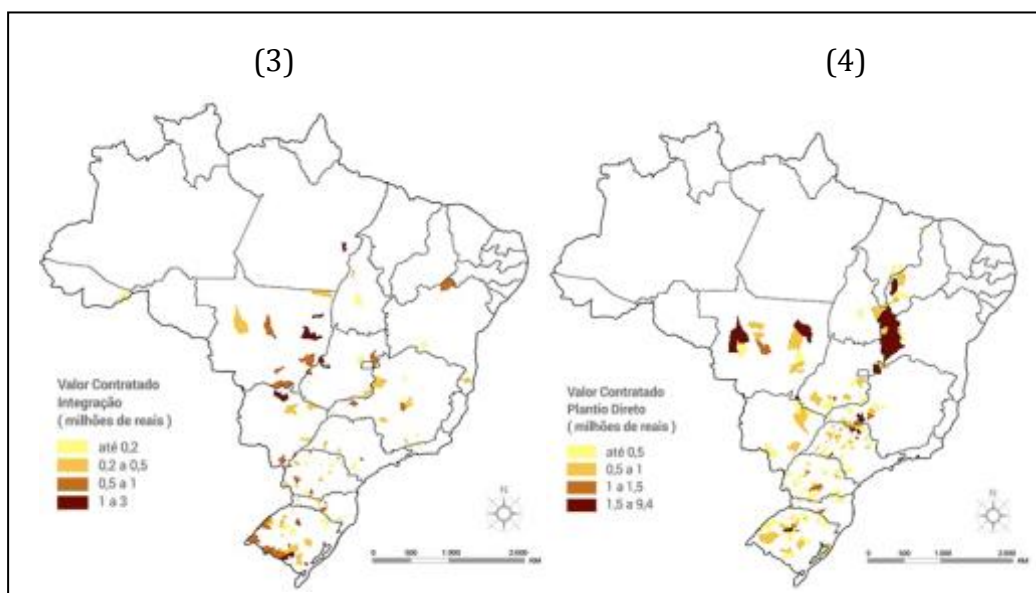
⁴⁰ “[...] Quanto ao setor florestal brasileiro, estima-se uma área plantada com florestas de 6,3 milhões de hectares, sendo 66,5% com eucalipto, 26,5% com pinus e 7% com outras espécies”. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/analises/uso-de-eucalipto-em-sistemas-de-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-1906#y=523> <acesso em: 08/11/2015>.

⁴¹ Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/1049/sistemas-de-producao-integrados---ilpf> <acesso em 07/09/2015>.

Neste sentido, acontece a demarcação clara da potencialidade econômica interna, a partir do *agribusiness*, como meio frutificar atenções e intencionalidades que projetam o país no contexto mundial da economia e política como um *lôcus* produtivo focado na diminuição de emissões de GEE em práticas globalmente ratificadas via os entremeios da ONU, orientadas em contabilizações por setores econômicos individualizados. Todavia, estes mecanismos podem não significar ampliações positivas das relações territoriais entre múltiplos agentes intranacionais e o ambiente.

Pelo observatório ABC, obtém-se o mapa de formações em sistemas lavoura-pecuária-floresta, integrados, que receberam fomentos do programa setorial para uma agricultura de baixo carbono, assim como a concretização do sistema de plantio direto.

Mapas 3 e 4: Sistema de Lavoura-Pecuária-Floresta (3) e Plantio Direto (4) no período 2012-13



Fonte: Observatório ABC, 2015⁴².

⁴² Disponível em: <http://www.observatorioabc.com.br/infograficos?locale=pt-br#acoes-previstas-no-plano-abc> <acesso em 30/12/15>.

Nota-se, conjuntamente, a distribuição nos eixos centro-sul do país, mais ricos e estruturados, além de denotar menores efetivações quando da comparação com as dinâmicas da recuperação de pastos degradados. Isto implica em duas perspectivas, sendo que a primeira demarca um enfoque estrutural nas grandes atividades geradoras de divisas e normatizadas em larga escala, como a produção extensiva de gado, e por segundo a manutenção e predomínio de práticas monocultoras, simplificadoras dos sistemas produtivos e a emissão de CO₂ pelo tratamento do solo nos plantios.

Partindo deste cenário, cabe no próximo tópico de análise observar brevemente como o Estado de São Paulo absorveu as indicações federais da política climática e orientou suas proposições e ações no nível de suas competências administrativas, buscando caracterizar a totalidade do debate que se pretende mirar ao recorte adotado.

A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA EM SÃO PAULO (PEMC-2009): DEMARCAÇÕES PRÉVIAS E APROXIMAÇÕES COM O DOMÍNIO FEDERAL

O Estado de São Paulo é o mais rico da nação, representando cerca de 30% do PIB do país (SEADE, 2014⁴³). Se fosse considerado como “Estado Autônomo”, corresponderia ao 36º PIB mundial, superando algumas economias europeias, asiáticas e americanas.⁴⁴ Em representação política, dispõe setenta deputados na assembleia legislativa do Brasil, sendo o estado com o maior alcance em números absolutos no panorama de configuração do poder federal (BRASIL, 2015).

Isto o faz representativo na análise de suas inserções e extensões a partir do debate político-climático que se instaura no país, pois nele se encontram as

⁴³ Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/anuario/> <acesso em: 07/09/2015>.

⁴⁴ Disponível em: FeComércio (2013); <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/sp-teria-36-maior-pib-do-mundo-se-fosse-um-pais-diz-fecomercio.html>. <acesso em: 07/09/2015>.

maiores chances das dinamizações econômicas e sociais gerais advindas deste processo, além do potencial prático-material-institucional para a aplicação de possibilidades de redução de desigualdades e melhorias de condições climato-ambientais.

Dessa maneira, no que corresponde especificamente ao clima e suas mudanças, São Paulo foi pioneiro, havendo desde 1995 elaborado um programa denominado PROCLIMA.

Através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), firmou-se uma Divisão de Mudanças Climáticas (CIV), procurando fomentar ações oriundas do Protocolo de Montreal (CETESB, 2015⁴⁵).

Como destacam Oliveira e Alves (2011, p.61) “[...] o PROCLIMA executa trabalhos conjuntos com o Governo Federal e o IPCC, principalmente nas áreas de inventários e aprimoramento de metodologias e atua na divulgação e na implementação dos acordos internacionais relativos ao tema”.

Numa tomada ampliada, Gamba (2011) caracteriza que o PROCLIMA tinha, desde o início, a finalidade de criar condições de implementação das manifestações que já vinham sendo discutidas sobre o, então, futuro Protocolo de Kyoto. Dessa maneira, na década de 90 foram cunhados dois programas específicos: o PROZONESP – Programa Estadual de Proteção à Camada de Ozônio e PROCLIMA – Programa Estadual de Mudanças Climáticas Globais (CETESB, 2015).

Em linhas gerais, o compromisso do PROCLIMA se concretizava com o desenvolvimento das seguintes atividades⁴⁶:

- Divulgação de informações: realização de seminários e simpósios para apresentar o problema e discutir tecnologias que possibilitem a redução dos gases de efeito estufa, em especial os gerados por resíduos;
- Capacitação de pessoal para prestar assessoria necessária para auxiliar a sociedade a prevenir a emissão de gases de efeito estufa;

⁴⁵ Disponível em: <http://proclima.cetesb.sp.gov.br/> <acesso em 10/10/2015>.

⁴⁶ Informações obtidas junto ao sítio eletrônico da CETESB: <http://proclima.cetesb.sp.gov.br/sobre-o-proclima/o-programa/> <acesso em 10/10/2015>.

- Participação e representação da CETESB/SMA nas reuniões referentes às Mudanças Climáticas como o Protocolo de Quioto;
- Colaboração com a esfera Federal na divulgação e implementação dos acordos internacionais. Em nível nacional, executou o Inventário Nacional de Metano Gerado por Resíduos que faz parte da Comunicação Nacional, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia;
- Coordenação da elaboração do 1º Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado de São Paulo, entre outras atribuições (CETESB, 2015);

De acordo com a Cetesb (2015), a estrutura do PROCLIMA se baseia na seguintes disposição:



Fonte: CETESB, 2015.

Percebe-se, então, que mesmo antes das inferências e condicionamentos da PNMC nacional, as orientações em São Paulo seguiam o curso dos arranjos mundiais e designações dos aportes da ONU através da CQNUMC, visto pelos seus tópicos funcionais. Adicionalmente, a partir de 1997, o Protocolo de Kyoto figura ativamente como o grande mecanismo orientador a ser implementado em políticas estatais, alocando medidas assertivas no PROCLIMA.

Todavia, o caráter informativo e investigativo é predominante, compondo documentos-bases para o mercado e possíveis planejamentos futuros. Neste contorno, Barbi (2014, p.107) salienta que,

Desde a criação do Programa destaca-se a elaboração dos Inventários Nacionais de Emissão de Metano pelos Resíduos dos anos de 1990-1994 e 1990-2005, que integraram a 1ª e a 2ª Comunicação Nacional sobre Mudanças Climáticas. Em 10 anos, a

elaboração desses inventários foi a única ação expressiva do Programa, evidenciando que a questão climática figurava como secundária. Esse cenário começou a mudar em 2005, quando as discussões em torno da Política Estadual ganharam fôlego.

Este ganho de impulso se dá com a elaboração do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade, acompanhando o movimento e experiência nacional a partir de 2007 e as próprias necessidades criadas pelas orientações climáticas desde a década de 90 no estado (BARBI, 2014; GAMBA, 2011).

A conjugação oportuna da política brasileira foi significativa nos debates paulistas, isto pelo seu pioneirismo e relacionamentos amplos devido à sua dinâmica econômica e social e também pela própria inserção de representantes nos espaços de diálogos legislativos do país.

A partir disto, as movimentações e conversações sobre a temática dispuseram a necessidade de criação da Política Estadual de Mudanças Climáticas no Estado de São Paulo, denominada PEMC-SP (BARBI, 2014; GAMBA, 2011)⁴⁷.

Assim sendo, em novembro de 2009, firma-se a Lei Estadual sobre Mudanças no Clima (PEMC), regularizada e dinamizada pelo Decreto Estadual nº 55.947 de junho de 2010 (SÃO PAULO, 2015; BARBI, 2014). De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2015), a PEMC-SP é organizada e aplicada por um Comitê Gestor, com todos os membros nomeados pela secretaria do Estado. Tal medida, em linhas gerais, propôs a redução de emissões de GEE em 20%, tendo como ano referência 2005 (GAMBA, 2011; PEMC, 2009).

Barbi (2014) apresenta que o contexto geral de formulação da PEMC-SP demarcou resistências de alguns setores, sobretudo os ligados à energia. Amplamente, criou-se uma lei instrutiva, apoiada na conceituação dos itens relacionados às mudanças do clima, além de dar objetivos e diretrizes à mesma (BARBI, 2014).

⁴⁷ No ano de 2009, o então Governador do Estado de São Paulo - José Serra (PSDB) - insere-se como candidato à Presidência da República. Neste compasso, pelas mesmas razões da criação federal da PNMC, como letra legislativa, para a funcionalidade na temática no certame eleitoral, dispõem rapidamente a formatação da PEMC paulista, procurando expor o Estado de São Paulo como avançado em ações sobre mudanças climáticas antropogênicas.

Processualmente, nota-se o mesmo modelo legislativo “educativo” e setorial no nível federal, o que demonstra certo caráter de alinhamento entre ambas as políticas. Contudo, Este alinhamento se compraz no modelo pedagógico do instrumento legal, sendo que alguns autores demarcam certas disparidades entre tais. Um exemplo simples é a meta a ser alcançada em reduções de GEE para a atmosfera, a política nacional possui sua taxa mínima em 36,1%, já a PEMC-SP enquadra suas metas em 20%.

De acordo com Barbi (2014), há dificuldades e atrasos significativos na efetivação da PEMC-SP, que apesar de ter delimitado uma redução global em 20% das emissões de GEE, ainda não concretizou metas setoriais expressivas e, adicionalmente, a pauta climática foi secundarizada no estado por razões de ordem político-interna e econômicas.

O Governo do Estado priorizou o setor de energia que é o mais representativo no quesito dos gases responsáveis pelo aquecimento global, sendo as atividades em mitigações as mais orientadas (GAMBA, 2011). O segundo grande setor emissor de GEE no estado, o agropecuário, ficou em prismas menores quando comparado à energia e os transportes. Amplamente, medidas de articulações territoriais entre os setores são inexistentes.

Como demonstra Gamba (2011, p.43):

[...] percebe-se que as medidas desenvolvidas voltam-se sobremaneira para a mitigação de GEEs. A avaliação das vulnerabilidades e o desenvolvimento de medidas de adaptação em geral têm ficado em segundo plano na escala regional.

No que corresponde ao planejamento estratégico específico para a agropecuária, também se observam algumas deficiências. O plano participativo estadual dispõe poucas caracterizações sobre as mudanças nos padrões areais da produção de cana-de-açúcar, café, milho, cítricos e pecuária⁴⁸.

⁴⁸ A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo instituiu o Grupo Gestor Estadual do Plano Setorial da Agricultura (GGE), que definirá as diretrizes do Programa Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) paulista. O objetivo do plano, que está sendo implantado em parceria com a Superintendência Estadual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é incentivar a adoção de práticas tecnológicas e sistemas de produção sustentáveis pelos produtores rurais para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. A Resolução da Secretaria que cria o Grupo será publicada no Diário Oficial do Estado nesta sexta-feira, **25 de março de 2016**. O grupo, que será oficialmente instalado no dia 5 de abril de 2016, ficará responsável por elaborar e apresentar

Como propositiva final, caracteriza estudos da FAO, apoiando-se em desenvolvimento de raças animais tolerantes às secas, bem como possíveis integrações lavoura-pecuária, além de diversificações para o benefício dos cultivos predominantes, mas sem instrumentos próprios da PEMC-SP para a manifestação de tais ações.

A PEMC-SP, em si, como documento legislativo, prevê atos objetivos e ordenamentos relativos à agricultura e pecuária no que corresponde ao uso do solo, entretanto, encontram-se disponíveis apenas os inventários com bases de emissões GEE e possibilidades de cenários futuros, conformando, então, caracteres mais voltados aos aportes instrutivos que os operacionais.

Barbi (2014) assinala, a partir de diálogos junto à Cetesb, que existe a constatação de que desde a década de 90, até o ano de 2008, ocorreram períodos de maiores emissões de GEE na agropecuária paulista e intervalos com menores emissões, gerados por mecanismos oriundos do Protocolo de Kyoto, notoriamente projetos em MDL.

Indo além, quando se aproxima o tema da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAAES), obtêm-se alguns programas e projetos alinhados a sustentabilidade e ao mote climático, como o “MicroBacias”, “Programa Cana”, “Melhor Caminho” e “Zoneamento Agroambiental” (SAAES, 2015)⁴⁹.

O projeto mais próximo da perspectiva de múltiplos agentes em sociedade, em suma, territorial, é o Programa “MicroBacias”, direcionado ao desenvolvimento rural sustentável nos prismas dos produtores rurais familiares. As demais medidas

as diretrizes, orientar a implantação e estabelecer as prioridades para o atendimento, que estejam de acordo com a Política Estadual de Mudanças Climáticas, integrar todas as ações, programas e linhas de financiamento existentes a prática de agricultura sustentável e articular as atividades junto aos órgãos públicos e privados e à sociedade civil. O trabalho envolverá ainda a realização de eventos para difundir as ações do Plano, bem como capacitar os técnicos e produtores para o seu desenvolvimento (OBSERVATÓRIO ABC, 2016).

⁴⁹ Disponível em: <http://www.agricultura.sp.gov.br/> <acesso em 12/11/2015>.

de atuação expostas se inserem no benefício geral dos âmbitos sucroalcooleiros, ligados aos intentos setoriais bioenergéticos⁵⁰.

Com isto, é possível compreender que nos âmbitos federais existem delimitações mais precisas e orientadoras das designações aplicativas no setor primário da economia, já nos escopos estaduais vigora certa disposição em direções à ampliação econômica a partir dos aportes do próprio mercado, sendo o Estado o responsável pelo encaminhamento das estruturas de análise e materiais informativos.

Neste caso, a PNMC é a grande norteadora do processo climático brasileiro nas esferas agropecuárias e a composição amplificada de inserção do país no cenário global dos destaques climáticos⁵¹ se dá a partir do enfoque setorial. Este contexto é apresentado a partir das assertivas vinculadas aos mecanismos mercadológicos dispostos pelo Protocolo de Kyoto e o MDL.

O RECENTE PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA (2015)

Com a afirmação da PNMC e PEMC-SP em 2009, focando primeiramente aspectos majoritariamente ligados à mitigação das emissões de GEE, surgem necessidades posteriores em enfoques sobre a adaptação às alterações no clima que já são sensíveis ou que deverão ser enfrentadas num momento próximo. Neste sentido, a partir de 2013 passa-se a articular, na esfera política federal, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), apresentado, efetivamente, no ano de 2015 (BRASIL, 2015).

⁵⁰ “Para apoiar a bioenergia, o Governo paulista criou, em 2007, uma Comissão Especial para priorizar investimentos e balizar políticas públicas de transporte, desenvolvimento, meio ambiente e pesquisa tecnológica” (OLIVEIRA e ALVES, 2011, p.59).

⁵¹ “A atuação do Governo do Estado foi a proposição do Protocolo Agroambiental do setor Sucroalcooleiro, com diretivas técnicas ambientais a serem implementadas pelas Unidades Agroindustriais aderentes, sendo muitas delas mais restritivas que a legislação ambiental aplicável no Estado de São Paulo” (OLIVEIRA e ALVES, 2011, p.64).

Neste novo plano são reforçadas as bases setoriais da abordagem em mudanças do clima, formuladas por um grupo de trabalho composto por técnicos especializados e membros de ministérios (BRASIL, 2015).

Como se observa,

A criação do GT Adaptação surge como um dos resultados do processo de revisão dos planos setoriais, **em que os membros do Grupo Executivo (GEX) apontam a lacuna, no âmbito do Plano Nacional sobre Mudança do Clima**, da elaboração de um Plano Nacional de Adaptação em Mudanças Climáticas (BRASIL, 2015, p.2).

O grupo de trabalho responsável pela criação do PNA tratou de articular, a sua maneira, os possíveis agentes interessados na temática, subsídios técnicos e iniciativas que já ocorriam em âmbito nacional, fornecendo-os à apreciação governamental (BRASIL, 2015). Assim, o Ministério do Meio Ambiente (2015)⁵² esclarece que o PNA é marcado por abordagens setoriais e temáticas, visando apresentar respostas à sociedade.

Para isto, foram definidos onze recortes temático-setoriais, sendo eles⁵³:

1. Agricultura
2. Biodiversidade e Ecossistemas
3. Cidades
4. Desastres naturais
5. Indústria e Mineração
6. Infraestrutura
7. Povos e Comunidades Vulneráveis
8. Recursos Hídricos
9. Saúde
10. Segurança Alimentar e Nutricional
11. Zonas Costeiras

⁵² Disponível em: <http://mma.gov.br/clima/adaptacao> <acesso em 08/10/2015>.

⁵³ (PNA, 2015, p.5).

Neste plano, observam-se algumas expressões voltadas às articulações entre os governos nacional, estaduais e municipais, além de apresentar processos de consultas públicas através de plataformas próprias do MMA, bem como por reuniões do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Amplamente, ocorre o tratamento nomeante oficialmente dado aos povos e comunidades vulneráveis. Todavia, ainda se impõe a centralização das atividades na capacidade organizativa dos governos, sendo estes os responsáveis pelas diretivas, normativas e incentivos aplicados aos locais, além de separar em setores diferenciados a agricultura, segurança alimentar e nutricional, povos e comunidades, forjando uma espécie de auxílio compensatório a estas populações que serão atingidas pelas mudanças climáticas.

Neste entremeio, aloca-se a seguinte perspectiva:

O desafio para a gestão do risco associado à mudança do clima é promover a coordenação entre os governos locais, regionais e nacional, uma vez que os impactos da mudança do clima ocorrem em escala local, **mas as medidas de enfrentamento dependem de ações coordenadas e implementadas em diferentes estratégias, setoriais ou temáticas**⁵⁴ (PNA, 2015, p.4).

O PNA reitera, em suas visões gerais, objetivos e princípios, que as orientações em mudanças climáticas no país, pautadas, então, nas dinâmicas da adaptação setoriais, devem considerar as áreas avaliadas como prioritárias, sendo as de risco em segurança alimentar e nutricional, hídrica e energética. Associadamente, expõe que os seguintes princípios são os articuladores do processo políticas geral do país em adaptação ao clima⁵⁵:

⁵⁴ Negrito do autor da tese.

⁵⁵ (PNA, 2015, p.7).

1. Coordenação intergovernamental;
2. Coordenação intragovernamental;
3. Abordagem setorial e temática;
4. Abrangência social, cultural e econômica;
5. Co-benefícios entre adaptação e mitigação;
6. Incorporar a lente climática no planejamento governamental;
7. Embasamento das ações Adaptação nos conhecimentos científico, técnico e tradicional;
8. Fomento da Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) nas políticas públicas;
9. Promoção de cooperação regional.

No que corresponde à agricultura, trata da necessidade de analisar as vulnerabilidades climáticas de modo a assegurar melhores condições de aplicação do Plano ABC e resiliência aos agroecossistemas nos contornos produtivos (PNA, 2015). Como apresentado no PNA (2015, p.15),

Deste modo, considerando as diretrizes estabelecidas neste PNA, os planos setoriais devem fortalecer a agenda estratégica para adaptação em convergência com as ações planejadas para mitigação sem prejuízo de considerar a adaptação à mudança do clima noutros instrumentos de política setorial, quando pertinente.

Em suas “estratégias para a agricultura”, há a exposição de que o planejamento foi construído coordenado pelo MAPA, tendo por colaboradores adjuntos outros organismos de Governo, como a EMBRAPA, o MDA, INMET, CEPLAC e MI (PNA, 2015). Isto demonstra o caráter justificativo da inclinação à opção setorial, inclusa nos domínios hegemônicos da produtividade em larga escala em detrimento de outras esferas.

O MAPA possui convergência ao gerenciamento de ações ligadas ao grande capital aplicado nos espaços rurais, enquanto o MDA se volta à atenção aos produtores rurais familiares. Assim, é notório no plano o enfoque voltado à manutenção da produtividade e, num aspecto de “inserção à medida do possível”, ou “inserção da agricultura familiar às dinâmicas do grande capital”, trazer

pequenas concessões aos interesses e diligências dos produtores com menor capitalização.

Quando da evidenciação explicativa sobre os princípios orientadores do plano, caracteriza que se deve “abordar de forma setorial e temática a compreensão da dinâmica da adaptação [...]” (PNA, 2015, p.27). Ou seja, procura-se reforçar o argumento de que os setores isolados devem se perfazer sustentáveis a partir de suas próprias estruturas, posteriormente se comunicando entre si e realizando um enfoque multisetorial da sustentabilidade.

Contudo, a dimensão complexa da realidade contemporânea ultrapassa os limites orquestrados na produtividade dos setores, ainda mais no caso brasileiro em que as elites urbanas detêm grande parte do capital aplicado em elevadas parcelas das estruturas produtivas em âmbitos rurais, tendo, conjuntamente, um processo de diálogo e participação imediata entre o urbano e o rural.

Numa outra ponta, os agricultores familiares, as populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas se defrontam cotidianamente com as pressões produtivas agrícolas em seus espaços de vida, assim como buscam proteger suas formas de existência e reprodução (FERNANDES, 2004). (o que será exposto no segundo capítulo).

Contraditoriamente, o PNA indica que se inclinará a:

Abranger as dimensões social, cultural e econômica para a promoção da adaptação, considerando os grupos e populações particularmente mais vulneráveis, tais como populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que precisam ser atendidas de forma multissetorial e prioritária [...] (PNA, 2015, p.27).

Sendo assim, importante se faz dialogar com esta arquitetura política mediante as constatações teóricas e empíricas a partir da heterogeneidade do campo brasileiro, vinculando as intencionalidades e os contornos amplos das possibilidades relacionais dos agentes sociais envolvidos na temática, procurando compreender as escalas relacionais de alcance do escopo.

DA NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS DO CLIMA PELA HETEROGENEIDADE TERRITORIAL NOS CONTEXTOS RURAIS NO BRASIL

“[...] em vez de condicionar os lugares às técnicas e às tecnologias do chamado mundo moderno, é necessário, mais do que em outros momentos da história da humanidade, ajustar as técnicas e as tecnologias aos lugares, suas especificidades histórico-geográficas, ou seja, com autonomia”
(SAQUET; SPÓSITO, 2008, p.29).

Para perspectivar a questão das mudanças globais no Brasil, especificamente numa ótica inserida nos contornos rurais, é necessário que se dialogue com as investidas conceituais e empíricas que observam os múltiplos atores em sociedade. Por este viés, transcende-se uma visão estritamente setorial em dados e projeções entre produtividade e redução de GEE, mas adotam-se grandezas que enquadram as manifestações sociais via perspectivas que, muitas vezes, destoam dos grandes projetos com elevada capitalização.

Focando o rural, é notoriamente reconhecido que no Brasil a “modernização” do campo atingiu de maneira desigual regiões, pessoas e processos (FERNANDES, 2008; HESPANHOL, 2007). Neste entremeio, formam-se, conjuntamente, vindicações que são territoriais, desenhadas pela necessidade de afirmação dos modos de vida, práticas cotidianas, dimensões produtivas e saberes dos sujeitos sociais que foram historicamente prejudicados nos escopos estudados, como o caso dos agricultores familiares. Sobretudo, as notações pelos variados agentes sociais permitem compreender como ocorrem processos de construção de desigualdades e quais as parcelas populacionais que são beneficiadas em determinadas agendas políticas.

Assim, os movimentos sociais no campo ganham significativos destaques, por suas ações e lutas por melhores condições de existência no seio rural no país,

bem como por arranjos em atividades produtivas que se enquadram diretamente nas questões das mudanças climáticas globais. Com isto, a relação escalar entre diferentes projetos de desenvolvimento possibilita discernir as nuances da totalidade em que as políticas públicas sobre o clima buscam se instaurar, figurando dimensionamentos mundiais e nacionais.

Neste sentido, entende-se que a inclinação da PNMC brasileira às amarrações voltadas aos mercados internacionais, compondo uma totalidade meramente compensatória quando ao tratar da pluralidade rural no país, se distancia da própria noção de sustentabilidade, amplamente considerada essencial ao desenvolvimento nos contextos acadêmicos e sociais contemporâneos.

Por esta via, ancora-se no conceito de território por este revelar não somente as conformações limitantes dos países em áreas, ou em unidades federativas, mas apresentar o conjunto das relações históricas observadas a partir de uma escala determinada. Tais aspectos relacionais são frutos das diferentes perspectivas de existências, apropriações do espaço, projetos de desenvolvimento e configurações do cotidiano.

Esta categoria que auxilia compreender as diferentes nuances do desenvolvimento permite desvelar que um plano setorial, hegemonicamente preocupado com a produtividade, não leva em consideração as diferentes formas de apropriação das riquezas e as múltiplas vias de ligação e vivência no espaço geográfico.

Por exemplo, Favareto (2009) aponta que a própria *Agenda 21* é, em si, uma determinação essencialmente territorial, por ser um plano ativo que envolve amplas áreas de atuação em sociedade, sejam elas produtivas, culturais, sociais, econômicas ou ambientais, propondo um novo padrão de desenvolvimento, não ancorado na simples capacidade produtiva.

Souza (2009, p.99) expõe que:

[...] a partir de elementos como símbolos, normas, relações de poder e identidade é que o território se expressa e deixa de ser um conceito que explica (se foi possível ser), para se tornar um fenômeno que exige uma explicação e que produz conhecimento.

A partir do território, propõe-se a pensar o funcionamento das atividades políticas que engendram determinado objetivo particular, como o caso das

mudanças climáticas. Especificamente, a abordagem territorial apresenta a ideia de que o território é composto por um “tecido social”, sendo mais amplo que a estruturação física em que as relações se desenvolvem, compondo uma complexa gama de medidas históricas, identitárias e políticas (ABRAMOVAY, 2001).

O aporte territorial define alcances avançados em comparação com o setorial, este último amplamente utilizado pela política climática brasileira. Isto por não ser abordado como uma “etapa do desenvolvimento”, mas em resultados de formações sociais específicas ligadas às capacidades individuais e organizacionais escalares (ABRAMOVAY, 2001). Destaca-se, aqui, a valorização efetiva de tradições, história, confiança e cultura (ABRAMOVAY, 2001).

Rückert (2004) e Fernandes (2008) apontam que as transformações políticas e econômicas iniciadas nos anos 80 demarcaram novos cenários e significados para o uso dos territórios, assim como a composição de suas formas e conteúdos. Por este viés, passa-se a existir a necessidade de outros moldes em políticas de desenvolvimento (e nelas políticas públicas), figurando os ideários das flexibilizações e reconhecimento das múltiplas escalas (RÜCKERT, 2004).

Estas novas significações e dimensionamentos do funcionamento da economia trazem consigo questionamentos sobre a questão unicamente setorial do desenvolvimento. Isto porque, de maneira geral, a abordagem pelos setores econômicos se fundamentam nos indices de produtividade, alocando as aferições de maneira estanque e uniforme entre *inputs* e *outputs*, sejam eles de capital, força de trabalho, matérias-primas ou, no caso da política climática brasileira, entrada e saída de GEE para a atmosfera.

Este contexto, no universo de conjugações históricas da globalização, fragiliza o enquadramento largo do desenvolvimento, pois:

[...] projetos que têm se tornados hegemônicos por determinados períodos, até o momento, poderão ser substituídos rapidamente, considerando os cenários de incertezas globais, os déficits da balança comercial e o persistente desemprego estrutural (RÜCKERT, 2004, p.3).

Sendo assim, propõe-se no próximo capítulo a demonstração investigativa sobre as contrariedades aos modelos hegemônicos em mudanças climáticas nos debates globais, que foram apropriados pelo Brasil, de modo a caracterizar que

para atingir potenciais em sustentabilidade, reduzindo impactos ambientais e sociais nas composições rurais, é preciso ir além das dotações setoriais de mitigação e adaptação compensatório de GEE, mas sim adotar perspectivas que valorizem os agentes sociais e suas determinações territoriais.

SÍNTESE

Neste capítulo foi possível discernir as formatações da política climática no Brasil e, correspondentemente, no estado de São Paulo, em que versam com destaques as abordagens setoriais voltadas aos mercados geradores de divisas apoiados, sobretudo, nas potencialidades internas como, no caso da agropecuária, *commodities* com atribuições energéticas. Especificamente, valorizam-se as dimensões de entrada e saída de GEE contabilizadas na produção em ampla medida do capitalismo contemporâneo, não levando em consideração divergentes atores sociais e variados interesses nos escopos rurais do país.

Isto é reflexo da apropriação dos aparatos globais discutidos a partir da CQNUMC e as COPs, bem como a associação deste contexto aos ditames em políticas externas de FHC e Lula. Dessa maneira, do Governo FHC se têm as orientações flexíveis que permitiram a participação do país no cenário de discussões globais como um membro representativo nas discussões, como ente emblemático se tem o padrão MDL. Do Governo Lula acoplam-se as notações para o desenvolvimento de articulações entre o capital externo, o Estado e o capital interno, de maneira que se criasse um panorama de investimentos que favorecesse as articulações do próprio Governo e os interesses dos capitalistas brasileiros dependentes do Estado, ao passo do fortalecimento geopolítico regional.

Neste contexto, beneficiam-se os circuitos longos da economia, a produção voltada aos mercados externos, a transformação pontual de mecanismos de cultivos e criações em moldes menos emissores de GEE, mas não se atêm as confrontações fundiária no país, as manifestações sociais em busca de melhores condições de vida e as designações dos agricultores familiares.

Assim, valorizam-se aspectos setoriais e em linha única, tratando medidas territoriais que são contraditórias e delimitadas por um único caminho a ser incorporado em mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Por esta abertura, propõe-se evidenciar as leituras sobre a temática a partir das dinâmicas territoriais, buscando tratar de divergentes propositivas em macroescala e, posteriormente, em escalas locais.

Capítulo II

AS QUESTÕES CLIMÁTICAS PELOS ENFOQUES TERRITORIAIS RURAIS: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, DIÁLOGOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM MACROESCALA

IMPLICAÇÕES DO CAPÍTULO

Objetivo

Objetiva-se neste capítulo apontar a complexidade territorial rural no Brasil e dimensionar o tratamento dado pelos movimentos sociais no campo às mudanças climáticas, apoiados nas estruturas da agricultura familiar. Realiza-se esta demonstração analítica para ratificar a pluralidade de perspectivas em possibilidades políticas sobre o clima e determinar a inclinação da agenda brasileira à linearidade territorial quando do prisma rural. Para isto, realiza-se um debate escalar entre as desigualdades estruturais no campo brasileiro, a composição territorial dos movimentos sociais nacionais, suas vinculações transnacionais na *Via Campesina* e como estes agentes sociais entendem e designam perspectivas sobre o clima e mudanças através de atividades humanas em macroescala.

Problemática

A agenda brasileira sobre o clima e o conjunto hegemônico de dotações em mecanismos de limitação às mudanças climáticas, via acordos globais, corroboram notas voltadas majoritariamente aos mercados, apoiando-se em circuitos longos de produção e consumo, bem como evidenciando a financeirização das emissões de GEE. No contrapasso deste modelo, identificaram-se as propostas dos movimentos sociais de agricultores familiares em que figuram as enumerações em circuitos curtos de produção, valorização das populações e negação de mecanismos unicamente de mercado para a contenção das mudanças climáticas globais. Neste sentido, cria-se uma dualidade em propostas políticas que versam sobre *Climate Change*, devendo estas serem observadas quando da formulação de políticas públicas nacionais, evitando, assim, a expansão das desigualdades e o choque contrário às noções de sustentabilidade.

A ESTRUTURA DESIGUAL DO CAMPO BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Discernir a questão rural turva do Brasil traz a possibilidade de repensar estratégias ambientais, como o caso das voltadas às mudanças climáticas, que possuem interesses amplos a partir da necessidade de expansão em processos democráticos e medidas de desenvolvimento articuladas com as capacidades territoriais. Largamente, nos ajuda a caracterizar a reatividade social aos processos concebidos em macroescala e com caráter setorial que, na história, favoreceram as disparidades nas esferas rurais e impedem a real afirmação de uma política climática no país com moldes sustentáveis.

Assim, Sachs (2001) enfatiza que o Brasil, apoiado em conjunturas internacionais, empenhou-se num projeto de desenvolvimento entre os anos de 1940 e 1980 que protagonizou um crescimento anual médio de 7% ao ano, duplicando o PIB em uma década. Entretanto, tal ampliação econômica forjou extensões sociais perversas, compondo um dilatado quadro de aprofundamento das dessemelhanças e aumento significativo dos conflitos internos (SACHS, 2001).

Este contexto, para além da concorrência apertada nos aspectos produtivos, trouxe impactos negativos diretos aos ditames econômicos e sociais das populações que se ligam diretamente as atividades agropecuárias (BALSAN, 2006).

Neste sentido,

[...] o Brasil foi o campeão do crescimento durante quatro décadas, mas saiu desta experiência como um país profundamente injusto e, portanto, subdesenvolvido. Tamanha injustiça é incompatível com o conceito de desenvolvimento humano, que supõe a extensão de todos os direitos – inclusive os econômicos, sociais e culturais – ao conjunto dos cidadãos. Dito de outra maneira, o desenvolvimento implica a cidadania universal efetiva, condição esta que não está presente hoje (SACHS, 2001, p. 75).

Hespanhol (2007) reitera que o campo brasileiro, apesar do crescimento econômico na segunda metade do século XX, apresenta problemas estruturais graves como a manutenção de relações exploratórias de trabalho, falta de serviços públicos básicos e elevada concentração de terras. Graziano da Silva (2013) salienta, ainda, que o processo de transformação do campo no país foi desigual e

excludente por ter sido, em si, parcial, atingindo algumas regiões e culturas, algumas lavouras e certos produtores e excludente porque fez com que alguns chegassem ao fim do processo histórico de transformação rural sem suas terras e/ou com dívidas (GRAZIANO DA SILVA, 2013).

De acordo com Balsan (2006), essa perspectiva expansiva da agricultura “moderna” no Brasil se formou mediante a construção dos chamados complexos agroindustriais, vinculando atividades econômicas que, por hora, estavam especificamente dispostas em funcionalidades setoriais, superando unicamente esta dimensão. Dessa maneira, as transformações se deram a partir da heterogeneidade, dos impactos ambientais, desigualdades e privilégios classistas (BALSAN, 2006).

Este quadro geral, que demarca o subdesenvolvimento, é ainda ampliado pela incapacidade demonstrada pelo Estado em gerir e corrigir imperfeições de mercado, num cenário em que as bases técnicas e os financiamentos públicos foram destinados quase que exclusivamente aos grandes produtores rurais (HESPANHOL, 2007).

Dessa maneira, Balsan (2006, p.126), ao trabalhar com indicações conceituais de Wanderley (1995), evidencia que:

No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização no qual a **dominação social, a política e a econômica da grande propriedade foram privilegiadas. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução**, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.

Por esta via, desenvolvem-se estratos processuais em que as múltiplas dimensões e complexidades da realidade se reafirmam na obtenção desigual de aparatos tecnológicos, relações entre indivíduos, possibilidades produtivas e alcance dos bens gerados (BALSAN, 2006; GOÇALVEZ; SOUZA, 2000). De tal modo, socialmente, a falta de trabalho e acesso a terra refletem largamente o movimento diferenciado de possibilidades, bem como a estrutura política alicerçada em óticas conservadoras sustenta a distribuição desigual de vantagens (GONÇALVES; SOUZA, 2000; BALSAN, 2006).

Com isto,

[...] esta combinação estrutural marcou o campo brasileiro: nas unidades camponesas, predomínio do trabalho familiar; nas unidades capitalistas, a presença dominante do trabalho assalariado. Ocupando uma superfície de 70,5 milhões de hectares (18% do total do país) a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira. O acesso ao crédito rural tem sido difícil, pois apenas 5% tem acesso ao mesmo, ficando com apenas 30% do total (UMBELINO DE OLIVEIRA, 2011, p. 188-189).

Martine (1991) dispõe que um dos aspectos que explicam as diferenças estruturais nas esferas rurais do país é a questão da “modernização conservadora”. Neste sentido, consolida-se um parque agroindustrial a partir de créditos subsidiados e inserção do pacote da Revolução Verde, apoiando majoritariamente a grande propriedade. Nisto, muda-se a base tecnológica agrícola com associação à capitalização dos grandes proprietários de terras, acentuando ainda mais a questão da concentração (MARTINE, 1991)⁵⁶.

Neste sentido, Fernandes (2004, p.275) define que:

O resultado deste processo político foi o aumento das desigualdades. A modernização da agricultura capitalista ocorreu de forma extraordinária. A mecanização da agricultura e as crises econômicas também promoveram o desemprego. Os conflitos por terra aumentaram com o renascimento da resistência organizada dos camponeses [...].

Na atualidade, Hespanhol (2014) ressalta que, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, dos cerca de trinta milhões de residentes em âmbitos rurais no Brasil, por volta de dezesseis milhões (quase 55% do total) vivem com menos de meio salário mínimo, sendo considerados, então, como população pobre⁵⁷.

Como se pode notar,

Dos habitantes residentes nas zonas rurais do Brasil, 25,5% são considerados extremamente pobres, enquanto 5,4% dos habitantes urbanos encontram-se nesta condição. Verifica-se,

⁵⁶ Contraditoriamente, mesmo com a redução do crédito nos anos 80, alguns produtos ganharam destaques e, na totalidade comparativa dos fundos, ganharam subsídios ainda maiores, como os casos da cana-de-açúcar (fomentada pelo ProAlcool), o trigo, soja, cacau e laranja (MARTINE, 1991).

⁵⁷ Para se ter uma noção, o salário mínimo no Brasil em 01/01/2015 correspondeu à 788,00 Reais, o que equivale a 194, 56 Euros ou 200 Dólares. Uma população que possui menos de meio salário mínimo vive com cerca de 2 a 3 Dólares por dia, o que o Banco Mundial considera como a linha da extrema pobreza.

assim, que a proporção de população extremamente pobre residente no meio rural é quase cinco vezes superior à proporção de população urbana nesta condição, de acordo com os dados do MDS referentes ao ano de 2010 (HESPANHOL, 2014, p.4).

Neste contexto, Hespanhol (2014) afirma, corroborando Dedecca (2012), que a pobreza no rural brasileiro o faz extremamente complexo e heterogêneo, figurando limitações intrínsecas a falta de estruturas e possibilidades de acesso a serviços básicos, o que cria uma espiral de elevação e continuidade de precariedades.

Umbelino de Oliveira (2008) enfatiza que, nesta arrumação desigual dos arcabouços rurais no Brasil, predomina a realização concreta do modelo desigual e contraditório do capitalismo que se desenvolve no país. Dessa maneira, ao passo que o capital concentra terras e privilégios, gera o aumento de uma população que luta por inserção social e possibilidades produtivas, compondo-se, como garantia de existência, em bases familiares. Estes sujeitos sociais que estruturam suas produções e relações a partir da unidade familiar foram, historicamente, secundarizados no acesso a terra e políticas de financiamentos de cultivos, o que inflou o processo de exclusão social (HESPANHOL, 2007; UMBELINO DE OLIVEIRA, 2008; FERNANDES, 2008).

Dessa maneira, a partir deste cenário configurado pela diferenciação social, econômica e, subsequente, ambiental e territorial da agricultura familiar, tem-se a formação de sujeitos sociais no campo que buscam viabilizar projetos e estruturas que se voltam a atender as intenções daqueles que se encontram relegados na conjuntura de modernização da composição agrícola do país. Por este aspecto, formam-se múltiplas intencionalidades, o que demarca a busca por divergentes interesses e a formação de processos denominados “territoriais”.

Com isto, discute-se no próximo tópico o território como categoria de análise das questões climáticas e como o conceito é re-significado pelos sujeitos sociais em caráter de exclusão no campo, o que corrobora a defesa de suas práticas e anseios de existência.

INTERESSES DIVERGENTES, MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS

Tendo explanado sobre a estrutura desigual dos contextos agrários no Brasil, é preciso distinguir que esta diferenciação compõe, associadamente, destoantes propostas políticas correspondentes às inserções sociais e manifestações produtivas no enfoque rural. Neste sentido, nem todas as afirmações voltadas à agropecuária vão atender igualmente os múltiplos agentes sociais que arranjam a complexidade agrária do país.

Por exemplo, as orientações sobre a produção de biocombustíveis, as dinâmicas de MDL e, atualmente, REDD, imbricadas na política climática, pautam-se em princípios muitas vezes contestados nas óticas dos movimentos sociais que se coadunam ao rural, o que será trabalhado em tópicos posteriores. O que nos interessa, aqui, é a percepção teórica do processo territorial formado pelas desigualdades estruturais sobre o ambiente, economia e vida no seio rural brasileiro.

Assim sendo, aborda-se a questão pelos seus contornos territoriais. Fabrini (2008) aponta que a investida pelo território permite referir-se à concepção de ações de resistência, em que as práticas dispostas pela agricultura familiar, somadas às suas lutas, poderão apontar os enfretamentos à ordem hegemônica. Nisto, importante se faz uma breve leitura sobre o conceito de território para determinar a verificação da funcionalidade de políticas públicas a partir de sujeitos sociais com posturas não convergentes.

Dessa maneira, Raffestin (1993) expõe que o território é a expressão concreta das possibilidades dos sujeitos sociais em exercer relações de poder enquadradas numa determinada espacialização. A partir disto, carrega consigo a multiplicidade dos agentes envolvidos no espaço e que constroem nele seus arquétipos materiais e imateriais (SAQUET, 2013; HAESBAERT; RAMOS, 2004).

Esta categoria de análise reflete as amplas caracterizações dos processos produtivos, dinâmicas locais e externas, regulações, relações de consumo e projetos nas óticas dos atores em sociedade (MARSDEN, 1998), afirmando e

transparecendo os âmbitos simbólicos e materiais da vida cotidiana e produzindo significados (HAESBAERT; RAMOS, 2004).

Gil (2004, p.7) caracteriza que:

[...] a realidade é empreendida por vários sujeitos que interagem no tempo e no espaço, **não necessariamente no mesmo ritmo, mesma direção e mesma escala. Interesses múltiplos, recursos adversos, poderes assimétricos, imprimem a pluralidade espacial e territorial que caracterizam a realidade regional**⁵⁸. No território materializam-se e interagem esses elementos num determinado momento.

Por este domínio, as medidas de poder, as diferentes identidades, a cultura, o ambiente, as redes (tangíveis e intangíveis), as políticas e toda a espacialização da vida cotidiana ganham realce, compondo o quadro geral das possibilidades de concretizações das intenções dos distintos elementos formadores e estruturantes dos territórios (SAQUET, 2013).

Concorda com isto Haesbaert (2007, p.23), demonstrando que:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”.

Como apontado por Schneider (2004, p.108), o território “[...] é também um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação”. Tais forças e poderes se expressam nas possibilidades de diálogos, instaurações e alcances no que corresponde à formação de laços, consórcios e estratégias conjuntas ou pressões, envolvendo múltiplos atores na conformação de interesses e planos (DELGADO *et al*, 2007).

Caetano (2003, p.293) expõe que, neste compasso, “[...] o território é marcado pela diversidade organizacional resultante do relacionamento de uma sociedade com o espaço e a natureza”. Milton Santos (1999) delinea a importância do território pelo seu uso, ou seja,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser

⁵⁸ A PNMC brasileira, ao adotar os aspectos setoriais, desconsidera a complexidade da realidade territorial do país, o que pode trazer reações sociais negativas, bem como a incapacidade de instalação e gestão das normativas federais; - Negrito do autor da tese.

entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...] (MILTON SANTOS, 1999, p.8).

Imprime-se a ideia de que o território é uma totalidade complexa, dialética em seu funcionamento, processual e que se baseia na interação recíproca/conflitante dos sujeitos que participam e se articulam no intuito de construir e afirmar suas finalidades.

Por este caminho, ocorrem manifestações diferenciadas entre atores sociais que se identificam como agricultores familiares e, por exemplo, o agronegócio voltado às *commodities* para exportação (privilegiado na PNMC brasileira). Os projetos de desenvolvimento, apoiados em financiamentos e práticas agropecuárias específicas, se diferem entre os grandes interesses da produtividade em larga escala, com elevado montante em capitalização, das ações em pequena escala, com maiores dificuldades de obtenção de créditos e inserções limitadas nos mercados.

Isto se amplia quando observado pela desigualdade estrutural do campo brasileiro, onde ocorreram claros processos de espoliação e expulsão de mão de obra devido à intensificação da modernização agrícola e a concentração de terras. Por este viés, surgem especificidades em movimentos sociais que se territorializam, ou seja, criam territórios em que as bandeiras defendidas passam a figurar como o caminho para a aceitação de ações em múltiplas escalas, inclusive as que versam sobre mudanças climáticas.

Esta contextualização realça, então, o próprio conceito de território, mostrando que ao passo de se propor uma política climática é necessário compreender que existem múltiplos atores sociais e projetos que se desenrolam a partir da ideia de “rural” e que a configuração dos moldes de contenções de GEE em somente um padrão específico de ser/estar no campo pode significar a não aceitação por boa parte dos divergentes territórios que se formam nos arcações das desigualdades regionais e intrarregionais.

Fernandes (2014) salienta que esta dimensão traz à tona a noção de “territórios em disputa”, marcada pela ascensão de reivindicações de populações

do campo que determinaram como fundamentais o respeito por seus modos de vida, de produção e vinculações com o ambiente.

Especificamente, “[...] as corporações capitalistas na conquista de novos territórios expropriam populações camponesas e indígenas. A resistência dessas populações originou o termo disputas territoriais” (FERNANDES, 2014, p.3).

Dessa maneira,

A acumulação por despossessão intensificou as disputas territoriais. Ora, este processo acontece a milhares de anos, mas o termo disputas territoriais era utilizado apenas para os territórios como espaço de governança, ou seja, o primeiro território. **O que marca a década de 1990 é que as comunidades camponesas e indígenas passaram a usar o termo em outras escalas. Passou-se a falar do território como espaço de vida, como terra, comunidade, propriedade** (FERNANDES, 2014, p.3-4).

Fernandes (2014) ainda evidencia que há uma nítida diferença entre o que organismos supranacionais, como o Banco Mundial, e movimentos sociais no escopo agrário entendem sobre o território. Neste caso, para uns (ligados às organizações supranacionais) território é o espaço de governança em que as ações, pelos Estados e empresas, se desenrolam numa tomada decisória previamente construída. Já para atores sociais como a *Via Campesina* (representante internacional dos movimentos sociais de agricultores familiares) o território se compraz na ideia de fixação espacial de um projeto, de intenções e perspectivas vinculadas aos próprios sujeitos que o perfazem (no caso, agricultores familiares).

Com isto em vista, a noção de conflitualidade no desenvolvimento fica ainda mais pertinente, pois quando da abordagem via povos indígenas ou agricultores familiares é preciso observar que estes somente podem existir e se reproduzir como sujeitos sociais a partir da fixação territorial. Sem seus territórios e suas práticas, anseios e características se dissipam restando somente as normativas e efetivações capitalistas da economia global (FERNANDES, 2014).

E neste sentido, é pertinente demonstrar o surgimento de movimentos sociais ligados ao campo que se alocam a partir das manifestações contrárias ao processo desigual de existência e vida em seus territórios, caracterizando a territorialização de contestações às diretivas unicamente vinculadas ao

capitalismo mundial como possibilidades em lutas contra as mudanças climáticas, afirmando as nuances de poder a partir de determinadas intencionalidades.

Assim, parte-se para a formação de movimentos sociais nos contornos rurais do Brasil e, posteriormente, a estruturação transnacional da *Via Campesina*, para compreender como se dispõem as relações junto ao tema “mudanças climáticas” em escalas nacionais e internacionais de tais atores sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO RECORTE AGRÁRIO DO BRASIL: BREVE EXPOSITIVA

A questão dos movimentos sociais no campo brasileiro se coloca em razão direta das manifestações desiguais no capitalismo focado ao agrário, assim como na organização territorial dos sujeitos que se assentam como agricultores familiares. Por este viés, há a delimitação de lutas por inserção social através da conquista de terras e da reforma agrária, ao mesmo tempo em que se apresentam projetos de desenvolvimento específicos pelos sujeitos marcados pela segregação e espoliação rural no país.

Como exposto por Fabrini (2008), é pelos movimentos sociais que se coadunam perspectivas amplas daqueles trabalhadores expurgados no processo de modernização do campo e que se viram na necessidade de territorializar suas intencionalidades.

De acordo com Umbelino de Oliveira (2001), a própria existência de movimentos sociais no campo brasileiro, afirmando a luta por condições peculiares e se colocando como atores destoantes da corrente principal do pensamento econômico capitalista globalizante, é uma expressão da condição desigual e contraditória do mesmo desenvolvimento capitalista, em que a homogeneidade da expansão das relações de trabalho totais e absolutas não se oferece de modo unificador.

Assim,

No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho

assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa (UMBELINO DE OLIVEIRA, 2001, p.185).

Um exemplo muito marcante na organização social dos contornos agrários do país é a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Este se articula nacionalmente e internacionalmente, trazendo expectativas e conquistas amplas para a classe que representa (FABRINI, 2008; UMBELINO DE OLIVEIRA, 2001; FERNANDES, 2004)⁵⁹.

Fundado em 1984⁶⁰, em Cascavel no Paraná, é resultado da organização de trabalhadores rurais que, desde a década de 70, vinham sendo expropriados do campo nacional pela introdução de maquinários, gerando a massiva redução do trabalho na agricultura (FABRINI, 2008).

Nisto, “[...] A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses” (UMBELINO DE OLIVEIRA, 2001, p.192).

Assim, o MST ao agrupar-se, buscou, então, promover ocupações em grandes propriedades improdutivas e forçar a reforma agrária, tendo como norte a recusa em se proletarizar nos grandes complexos agroindustriais ou se dirigir aos programas oriundos da ditadura militar para ocupação do interior do país, como áreas na Amazônia (FABRINI, 2008; UMBELINO DE OLIVEIRA, 2001).

Dessa maneira,

O movimento dos sem-terra passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de excluídos do processo produtivo e da apropriação da terra, por meio da ocupação de latifúndios e acampamentos em todo o Brasil. Passaram a criar situações para o envolvimento do Estado na questão da terra através de ocupações

⁵⁹ O crescimento do MST sempre esteve associado diretamente à sua territorialização. (...). Em suas avaliações de conjuntura política e histórica, os sem-terra compreendiam que um movimento camponês organizado em escala local ou regional teria menos possibilidade de enfrentamento com o capital (FERNANDES, 2004, p.276).

⁶⁰ “[...] essa vida é mais longa, em torno de 25 anos, se considerarmos que a gestação do movimento começou no ano de 1979, quando aconteceram as primeiras lutas de resistência na terra e ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul” (FERNANDES, 2004, p.275).

de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos etc (FABRINI, 2008, p.250).

Deste modo, ocorre uma re-significação desta categoria social, em que a própria expansão e evolução do capitalismo faz ressurgir e reafirmar a condição de agricultor familiar, buscando medidas e projetos vinculados às suas necessidades peculiares e condições territoriais de existência (FERNANDES, 2004; FABRINI, 2008).

Amplamente, é possível perceber dentro das atuações do MST um feixe de perspectivas que vão além da obtenção de terras, em si, para os agricultores, mas que delimitam um projeto de desenvolvimento em âmbito nacional com enfoques e princípios para o agrário (FERNANDES, 2014).

Fabrini (2008) salienta que isto se exprime nas orientações nomeantes dos congressos do movimento, em que no ano de 1985 a palavra de ordem era “*sem reforma agrária não há democracia*”, nos anos 90 “*ocupar, resistir e produzir*”, “*reforma agrária: uma luta de todos*”, em 2000 “*reforma agrária: por um Brasil sem latifúndios*”. Este modo de se alocar no contexto nacional se alinha a uma dimensão que transpassa unicamente a necessidade do grupo, mas se entrecruza com um projeto de atuação política no país em múltiplas esferas, inclusive a climática.

Dessa maneira,

[...] diferentemente das lutas dos camponeses típicos que estão mais centralizadas na luta e conquista pela terra, os sem-terra do MST desenvolvem lutas mais amplas, pois não querem apenas a terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento da agricultura que possa atender seus interesses (FABRINI, 2008, p.252).

Fernandes (2004) aponta que, nos entremeios de formação e atuação do MST, ocorre uma luta por ressocialização e buscas pelo desenvolvimento através do viés territorial. Neste sentido, tem sido um processo de avanços e refluxos em que a proposta de transformação social é predominante, buscando melhores condições de vida aos que compõe esta faceta do recorte agrário (FERNANDES, 2004). De modo enfático, entende-se que as manifestações dos movimentos sociais no campo, com escopos territoriais, representam a construção de um mundo mais justo, menos desigual (FERNANDES, 2004).

De maneira geral, é preciso também salientar que as ações políticas nos escopos agrários não se limitam a existência do MST. Umbelino de Oliveira (2001) demonstra que o processo de reatividade ao capitalismo agrário brasileiro vem desde as questões indígenas e quilombolas, passando por lutas de meeiros e posseiros como em Canudos, no Contestado, Trombas e Formoso, bem como pelas ligas camponesas nas décadas de 50 e 60.

Por exemplo, ampliando a questão, ocorrem movimentos sociais organizados em sindicatos, que muitas vezes seguem linhas diferenciadas das aportadas pelos denominados sem-terra (FABRINI, 2008). Todavia, é importante ressaltar que as organizações de agricultores familiares ancoradas nos sindicatos também apresentam disposições que procuram situar tais agentes sociais como um “grande ator nacional”, em que ocorre a necessidade de afirmar prismas específicos mediante suas realidades (familiares) - que de uma maneira, ou de outra, corroboram o MST e demais movimentos alinhados (FABRINI, 2008).

Como exemplificação concreta, além do MST e movimentos em sindicatos, aparecem como importares símbolos da luta pela agricultura familiar e seus projetos o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), dentre outros que também são inseridos neste palco, mas em menor escala (FABRINI, 2008).

Um interessante exemplar neste domínio é o movimento de Mulheres Camponesas (MMC), formado a partir de vários movimentos sociais, sobretudo o MST, além do MAB, a Comissão Pastoral da Terra (ligada à Igreja Católica) e o MPA, em que se ressaltam a busca pela afirmação da agricultura camponesa como classe e, para além, da dignidade e igualdade da mulher nos interstícios agrários do país (MMC, 2015)⁶¹. Assim, é um refinamento das lutas, buscando melhores condições de históricas em amplos sentidos.

Nisto, os movimentos sociais, de maneira vasta, tornam-se exemplares da expressão da luta e resistência dos agricultores familiares na afirmação do seu lugar na sociedade brasileira, compondo suas estratégias em escalas nacionais e

⁶¹ História do MMC: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44> <Acesso em 19/12/15>.

internacionais, afirmando a eficiência política das ações através das conquistas de terras e projetos de desenvolvimento (FABRINI, 2008).

Umbelino de Oliveira (2001) ratifica que é neste contexto de lutas que a classe agricultora, firmada na condição familiar, se estrutura a atuar em duas frentes: para entrar na terra e territorializar suas perspectivas e, por conseguinte, produzir alimentos de qualidade e disponibilizá-los à sociedade brasileira. Neste passo, “[...] são, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes Governos não os têm considerado em suas políticas públicas” (UMBELINO DE OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Ampliando a noção, Umbelino de Oliveira (2011, p.189) enfatiza que:

Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

Assim sendo, observa-se que a estrutura desigual do campo brasileiro cria e recria a dimensão familiar da agricultura, dispondo a formação de movimentos sociais que buscam territorializar suas perspectivas e propositivas no seio das questões agrárias do país. Neste íterim, ocorre também a composição de estratégias ligadas às mudanças climáticas e os meios de refreá-las.

De maneira abrangente, os movimentos sociais não se restringem as esferas regionais ou nacionais, mas se ligam numa tomada maior em escalas transnacionais das abordagens sobre suas condições de vida e existência. Neste sentido, dar-se-á enfoque no próximo tópico à formação da *Via Campesina*, que se apresenta como uma reunião global de inúmeros movimentos de agricultores familiares que buscam evidenciar mundialmente suas lutas.

Neste contexto, a questão climática também é latente e ocorrem diálogos combativos em macroescala que, peculiarmente, se distanciam das correntes

principais orquestradas pela ONU e PNMC brasileira quando do tratamento climático.

Nisto, aponta-se, então, a formação da *Via Campesina* e, a partir deste enfoque, trata-se de analisar as manifestações políticas em mudanças climáticas e compará-las com as despontadas em dois movimentos sociais de elevada importância no campo brasileiro, o MST e o MMC, figurando dois estudos de caso iniciais.

A FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA: DIÁLOGOS EM MACROESCALA

A *Via Campesina* se forma pela necessidade de comunicar mundialmente demandas, manifestar protestos, anseios, necessidades, modos de vida e ativar o combate à expansão massiva de projetos e ações acoplados unicamente aos intentos do grande capital (FABRINI, 2008). Assim, “[...] cada movimento sai da sua escala local e se integra a muitos outros fortalecendo as lutas” (FABRINI, 2008, p.247). É neste quesito que se enquadra a “*Via Campesina*”, caracterizada por uma rede de ações e construções coletivas de movimentos sociais no campo.

Niemeyer (2007) aponta que a crise agrícola das décadas de 70 e 80, gerada pela concentração da produção e montantes financeiros ancorados em grandes transnacionais, inferindo tendências em instaurações de políticas econômicas liberalizantes, ocasionou reações práticas de representações rurais em diversas partes do mundo.

Justamente a aproximação entre inúmeros movimentos sociais no campo, no decurso da década de 80, fez com que houvesse a necessidade de formação de um elo transnacional que permitiria o dimensionamento de bandeiras que contestavam a globalização neoliberal (NIEMEYER, 2007; RAMOS FILHO, 2007).

Neste processo, surge em 1992 a *Via Campesina*, em Manágua – Nicarágua, momento em que representantes da América Central, América do Norte e Europa

participaram do congresso da *Unión Nacional de Agricultores e Ganaderos* (UNAG) (NIEMEYER, 2007). Por este processo, desponta com maior impacto e clareza em 1996, quando da Assembleia Global sobre Segurança alimentar (AGFA) - organizada pela FAO, no Canadá (NIEMEYER, 2007).

Destarte, “[...] a *Via Campesina* surge e se desenvolve em contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura em nível mundial, nas últimas décadas” (VIEIRA, 2008, p.1).

A linha mestre construtora das inclinações entre diferentes grupos de agricultores familiares, de países e regiões também distintas, foram as disputas em volta do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) nos anos 80, em que as organizações de vários continentes lutaram pelo malogro das negociações do GATT, discernidas, então, como danosas ao conjunto dos agricultores (NIEMEYER, 2007).

Adicionalmente,

[...] é possível considerar que, além das reações ao GATT, os protestos contra as grandes empresas transnacionais do agronegócio – principalmente as ligadas à produção e comercialização de transgênicos – também colaboraram para a união de ativistas (NIEMEYER, 2007, p.161).

Desse modo, um grupo de organizações de pequenos agricultores familiares se articula e propõe a formação do movimento global em rede que se denominou por “*La Via Campesina*” (NIEMEYER, 2007). Inicialmente, a organização contou com oito ajuntamentos da América Central, América do Norte e Europa, associados à ONG internacional holandesa “Paulo Freire *Stichting*” (NIEMEYER, 2007).

No caminhar de equacionamento da rede com os movimentos sociais, houve o rompimento com a ONG holandesa, pois a centralidade dos prismas dos atores envolvidos estava na aproximação com as bases, sem a influência direta de aportes externos como instituições oficiais ou ONG’s (NIEMEYER, 2007).

Como se pode discernir em Niemeyer (2007, p.164),

[...] os líderes dos movimentos camponeses tinham para a *Via Campesina* uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um **modelo alternativo de desenvolvimento**, criado sem a interferência de ONG’s e a partir da análise coletiva, ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul.

Neste ínterim, em 1993, realiza-se na Bélgica a I Conferência Internacional da *Via Campesina*, definindo suas bases e linhas de estratégias iniciais enquanto um movimento transnacional (NIEMEYER, 2007). Após este primeiro encontro, ocorreram outros diálogos em países como o México, Brasil e Índia, com participantes de mais de 37 países, sendo as bandeiras principais agregadas aos debates em torno do desenvolvimento rural, reforma agrária, modelos tecnológicos, questões de gênero, soberania alimentar e meio ambiente (NIEMEYER, 2007; VIEIRA, 2008).

Por este viés, Niemeyer (2007) e Martínez-Torres e Rosset (2010) destacam que a *Via Campesina* atua tanto como “ator” quanto “arena”. Isto reflete sua capacidade de dispor ações que propõem projetos e medidas em prol da realidade dos agricultores familiares de modo global e, ao mesmo tempo, aplicar discussões e participações internas de maneira que seus representantes possam estabelecer metas e negociações de instrumentos e abordagens, consolidando suas vertentes democráticas e coletivas (NIEMEYER, 2007; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010).

Autores como Niemeyer (2007) e Vieira (2008) também dão importância à ressignificação do conceito de “camponês” na efetivação da participação e correlação entre múltiplos movimentos sociais rurais na *Via Campesina*.

Assim,

[...] a diversidade que compõe a rede inclui camponeses da África, pequenos e médios agricultores do Canadá, Sem-Terras do Brasil, indígenas e até pescadores e pastores, que são abarcados pelo conceito contemporâneo de camponês, que está relacionado à noção de território e não mais exclusivamente à noção de terra (NIEMEYER, 2007, p.166).

Esta fundamentação em torno do conceito de camponês favoreceu as significações coletivas e a associação de inúmeros movimentos que, anteriormente, buscavam bandeiras e metas correlatas de modo separado (NIEMEYER, 2007). Neste sentido, a identidade conjunta pela categoria de camponês materializa perspectivas em termos de projetos de desenvolvimento que são combativas ao grande capital aplicado ao rural.

Em termos estruturais, os movimentos sociais formadores da *Via Campesina* se encontram articulados em oito regiões, distribuídas entre África, América do Norte e América do Sul, Leste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba

e Caribe, Europa (NIEMEYER, 2007). As regiões específicas organizam as relações com os movimentos de base e são representadas por dois indivíduos, um homem e uma mulher (NIEMEYER, 2007).

Vieira (2008) apresenta que a Conferência Internacional é a instância de maior propriedade política no seio do movimento, organizada a cada quatro anos de modo a atingir os continentes envolvidos. Existem escritórios regionais que se articulam e realizam as mediações junto aos movimentos de base, sendo o espaço de maior operação cotidiana da rede (VIEIRA, 2008).

Por este soslaio de discussões, aprofundamento de ideias e inserções políticas, a *Via Campesina* coloca como fundamento central das perspectivas ligadas aos amplos espectros dos agricultores familiares – ancorados na dimensão “camponesa” - a questão da soberania alimentar (VIEIRA, 2008).

Primeiramente, o conceito de soberania alimentar foi demarcado pelo “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva”⁶², sendo este conceito ampliado para o ponto em que “[...] os povos têm o direito de definir sua política agrícola e de alimentos”⁶³ (VIEIRA, 2008).

Complementarmente, Vieira (2008) expõe um trecho de Paul Nicholson (representante da *Via Campesina*) caracterizando que:

Soberania alimentar não é o nacionalismo do passado. O conceito de soberania alimentar é cidadão, partindo **do que comemos, como comemos, quem produz, e quem controla estes alimentos**. (...) nossa perspectiva é que a soberania alimentar é uma proposta principalmente **dos povos, desde o local**, e que, **na medida em que conseguimos que governos comecem a compreender-lo e mudar de lógica**, isto terá um impacto muito maior (VIEIRA, 2008, p. 8).

A partir de Desmarais (2007), pode-se discernir que o conceito de soberania alimentar defendido pela *Via Campesina* se difere do que foi proposto pela FAO e diversas ONG's internacionais (VIEIRA, 2008). Vieira (2008) dispõe que a organização multilateral ligada ao rural (FAO) caracteriza a soberania alimentar como a quantidade suficiente de alimentos que cada país deveria produzir e tornar

⁶² Via Campesina, 1996 (Vieira, 2008, p.7).

⁶³ Via Campesina, 2000 (VIEIRA, 2008, p.7).

disponível a todos. Entretanto, esta referência não imprime as discussões em torno do modo de produção, relações de trabalho, gênero, organizações locais e ambiente nos âmbitos do rural.

Como contraponto, é possível observar a conceituação de soberania alimentar apresentada pela *Via Campesina* em 2002, sendo esta:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que **sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas**. Isto inclui o direito a **se alimentar e produzir seu alimento**, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (VIEIRA, 2008, p.7).

Este modelo de concepção se coloca como contraponto a um mercado internacional de produtos agrícolas, voltado ao abastecimento do interesse de multinacionais que homogeneízam as produções através da formatação em *commodities* (FERNANDES, 2008; VIEIRA, 2008; NIEMEYER, 2007), contrariando, de maneira ampla, as dotações da PNMC no Brasil.

Os aspectos culturais da produção e alimentação saudável em contextos particulares de cada sociedade se inserem de modo direto na valorização dos mercados locais, dos ciclos curtos de produtividade e distribuição e na agregação territorial do conceito de lugar, de espaço de vida, e não de anseios monetários globais.

Dessa maneira,

Através do conceito de soberania alimentar, a *Via Campesina* propõe, então, o contrário do modelo dominante. A *Via Campesina* defende que a agricultura **seja descentralizada através da produção, por cada população, de seus próprios alimentos, e diversificada**, uma vez que os agricultores de cada país vão produzir a totalidade de seus produtos agrícolas. Há, assim, uma ênfase no combate ao comércio internacional de produtos agrícolas (VIEIRA, 2008, p8).

Associado à perspectiva de alocação do mercado agrícola, caminha conjuntamente a questão da reforma agrária. Primariamente, esta discussão foi colocada como a necessidade de posse a terra por quem dela vive e trabalha

(VEIRA, 2008). Atualmente esta noção está mais ampla, figurando a reforma dentro da capacidade de acesso democrático a terra e a garantia de outro modelo de produção agropecuária que não os versantes nos moldes da Revolução Verde e a ampla utilização de agroquímicos, defensivos agrícolas e monoculturas (VIEIRA, 2008).

Vieira (2008) ainda efetiva a discussão em torno do patrimônio genético e o controle democrático dos recursos naturais nos domínios agrícolas. A *Via Campesina* se coloca como contrária a toda apropriação dos aportes semeadores das colheitas e das possibilidades da vida. Argumentam que o controle das origens das sementes e capacidades de germinação, bem como de estruturas animais na cadeia produtiva, servem para aleijar os agricultores familiares de suas competências produtivas pautadas na diversificação e não utilização em massa de mecanismos externos, como defensivos agrícolas.

Como se observa,

As recentes iniciativas de patenteamento de plantas, animais e seus componentes teriam tirado o controle tradicional das mãos dos camponeses e indígenas, **significando a imposição de novas formas de controle sobre as nações e os povos** (VIEIRA, 2008, p.8-9).

De acordo com Desmarais (2007), não há uma negação do moderno e de implicações tecnológicas nos ambitos produtivos componentes da *Via Campesina*, mas sim a extensão da compreensão de que os povos e suas culturas devem ser responsáveis pela pluralidade da produção e a ampliação de seus aspectos democráticos, de modo a garantir a soberania alimentar e manter a vivacidade em termos de biodiversidade e cultura.

Assim sendo, há um contraponto social notório junto de questões produtivas que envolvem, na argumentação, perspectivas ambientais *stricto sensu* e que, conjuntamente, se refletem em possibilidades de compreensão de maneiras diferenciadas de observar as mudanças climáticas.

Com isto, faz-se uma análise no próximo tópico das relações *Via Campesina*/Mudanças Climáticas, procurando caracterizar qual é o desenho articulador no assunto a partir do movimento transnacional.

Após este exame, analisa-se no tópico posterior a orquestração nacional da temática mediante as imbricações políticas de dois importantes movimentos sociais no campo brasileiro, o MST e o MMC. Assim, poderá ser dimensionado um quadro geral da complexidade política sobre a questão climática voltada ao rural e, sobretudo, como a secundarização da agricultura familiar na PNMC brasileira faz com que a política pública repita o padrão de segregação da história rural do país.

A VIA CAMPESINA E OS DESALINHOS AO PADRÃO ORIENTADOR POLÍTICO EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Como visto no primeiro capítulo desta investigação, ocorre um “caminho padrão” na afirmação das estratégias de contenção das mudanças climáticas globais através de mecanismos ligados à inserção de práticas e modelos predominantemente de mercado, visando à orquestração financeira nos âmbitos produtivos das potencialidades em absorção e menor emissão de GEE para a atmosfera. Este *Framework* do fazer político em mudanças climáticas foi notoriamente apropriado pela PNMC brasileira, o que a faz representante deste paradigma político-produtivo-ambiental em que as notações do Protocolo de Kyoto e instrumentos como o MDL se afirmam.

Neste interstício, observada a estruturação desigual do campo brasileiro e a estruturação da *Via Campesina*, corroborando movimentos sociais em escalas nacional e transnacional, é possível fazer uma leitura elucidando o “padrão mestre” das abordagens dos sujeitos históricos que se enquadram na categoria de agricultor familiar, com menor capitalização e projetos de desenvolvimento destoantes dos ligados ao grande capital internacional dominante nos arcabouços agrários da economia.

Assim sendo, a observação pelas miradas dos movimentos sociais no campo permite indicar apontamentos que possam contribuir positivamente com os processos em mitigações e adaptações relacionadas às mudanças climáticas, bem como colabora com a busca por diminuição das desigualdades sociais e da pobreza que predominam no cenário geral do cotidiano de vida destes agricultores.

Por este aspecto, vincula-se diretamente às acometidas ao amplo conceito de sustentabilidade, aportando em afirmativas não somente econômicas, mas sociais, políticas, culturais e ambientais, entendendo que as reivindicações dos agricultores familiares devem ser interpretadas e levadas em consideração no cabo das políticas climáticas pela importância significativa desta parcela da sociedade nos desenhos agrários do Brasil e do mundo.

Tendo isto em vista, é possível delinear a reatividade concreta da *Via Campesina*, como um movimento social em macroescala, aos contributos da atividade diplomática brasileira em mudanças climáticas junto dos EUA, Japão e União Europeia, que resultaram em grandes acordos internacionais, emblematicamente, os casos do MDL, biocombustíveis e, posteriormente, REDD (REDD+).

Como se pode perceber, o movimento expressa a seguinte posição:

“[...] denunciar las falsas soluciones que están proponiendo las transnacionales y los gobiernos de los países industrializados, como la agricultura climáticamente inteligente, el mercado de carbono, REDD, acaparamiento de tierras y la producción de agrocombustibles” (*LA VIA CAMPESINA*, 2014, p.2)⁶⁴.

A *Via Campesina* entende que este complexo de medidas representa, em mesmo alcance, os efeitos e representações que a Revolução Verde possuiu no intervalo posterior a Segunda Grande Guerra, estendendo práticas conservadoras ao passo que propõe menores emissões de GEE. Afirma que o processo de expulsão dos agricultores familiares, pela modernização da agricultura, é o mesmo em que se sugerem ações menos impactantes ao clima, o que denota o caráter ainda propagador de desigualdades sociais (*LA VIA CAMPESINA*, 2014).

Assim,

Es el mismo que inició con la revolución verde y que sigue desarrollando pesticidas químicas, partiendo de las semillas híbridas, hoy las transgénicas; es el mismo proceso que está acaparando el Banco Mundial para desarrollar la agricultura industrial. (...) es un engaño decir que con la agricultura climáticamente inteligente se va a resolver el hambre en el planeta y al mismo tiempo luchar contra el calentamiento global, cuando de hecho es simplemente una “cara modificada” de la

⁶⁴ Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/accionesyeventosmainmenu26/cambiosclimcosyagrocombustiblesmainmenu79/2309comocontribuyeels>. Acesso em: 08/04/2015.

agricultura industrial que va a seguir acaparando las tierras, acaparando el agua, la energía, entonces para producir menos. Es una forma de recolonización (LA VIA CAMPESINA, 2014, p.2).

Como apontado por Porto-Gonçalves (2003) e Leff (2002), a busca dos movimentos sociais no campo se pautam na transcendência de uma lógica estritamente mercantilizada para configurar, largamente, uma racionalidade ambiental. De tal modo,

[...] pode-se caminhar no sentido de um modelo de sustentabilidade ecológica, uma sustentabilidade restrita, ou de sustentabilidades mais amplas, mais complexas, enfim, de racionalidades ambientais (sociedades-natureza) (PORTO-GONÇALVES, 2003, P.227).

O que se materializa como contestação e questionamento é o fato de se “pintar de verde” a desigualdade e a injustiça nos acessos aos meios de obtenção de riquezas e manutenção das condições de vida digna ou, então, o proporcionar, de fato, a ampliação da reforma dos aportes desiguais no espectro rural (PORTO-GONÇALVES, 2003).

O diálogo entre sustentabilidade restrita e ampla se apresenta profícuo neste processo, pois a injustiça social no Brasil tem sido “sustentada” há quinhentos anos, e a renovação/melhorias em termos de emissões de GEE nas mesmas práticas desenvolvidas, com semelhantes estruturas degradantes, não trará a sustentabilidade complexa (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Neste sentido,

[...] é possível evitar impactos ambientais imediatos, mas com elevadíssima concentração de riqueza e poder, com um modelo ecologicamente sustentável e ambientalmente insustentável, posto que afirmando a injustiça social (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.227).

No domínio do questionamento aos contornos industriais da agropecuária, a *Via Campesina* reforça que a atividade primária nos desígnios dos cultivos vegetais e produção de animais é responsável por uma faixa entre 44% e 57% de todas as emissões de GEE no sistema alimentar global (LA VIA CAMPESINA, 2014). Indo além, parcelarmente, entre 15% a 18% corresponderiam ao desmatamento, 11% a 15% processos agrícolas, 5% a 6% transportes, processamento e

embalamento 8% a 10%, refrigeração e comércio de 2% a 4% e desperdício de 3% a 4% (*LA VIA CAMPESINA*, 2014).

Por este viés, o movimento propõe cinco medidas para esfriar o Planeta e alimentar com qualidade a sua população, alcances tais que não se alinham ao padrão geral das políticas em mudanças climáticas e, pontualmente, a PNMC no Brasil.

Assim, as estratégias sobre o tema corresponderiam a: 1) cuidar do solo; 2) cultivos naturais, sem químicos; 3) reduzir a quilometragem e focar em alimentos frescos; 4) restituir a terra aos agricultores familiares camponeses e destituir as megas-empresas; 5) não apresentar falsas soluções, mas sim o que funciona (*LA VIA CAMPESINA*, 2014)⁶⁵.

Basicamente, no que corresponde a **1) cuidar do solo**, designa-se que as práticas camponesas gestadas durante gerações são capazes de reduzir os danos ascendidos em um século de agricultura moderna, que arrolaram uma perda entre 30% e 75% de matéria orgânica em terras aráveis (*LA VIA CAMPESINA*, 2014). Como o movimento expõe:

Si a nivel mundial existieran las políticas correctas y los incentivos apropiados, se podrían recuperar los niveles de materia orgánica que existían en el suelo antes del advenimiento de la agricultura industrial (en unos 50 años, que más o menos corresponden al lapso de tiempo de su destrucción). Esto compensaría un 2430% de todas emisiones actuales de GEI (*LA VIA CAMPESINA*, 2014, p.3).

Como notado por Porto-Gonçalves (2003), além da perspectiva intrinsecamente ambiental, do desgaste dos solos, da utilização de agroquímicos, pesticidas, herbicidas e fertilizantes, ocorre que a análise histórica sobre a produtividade e a expansão de áreas de produções monocultoras apresenta, também, menor ampliação da oferta efetiva de alimentos, de melhorias nas condições de vida do trabalhador rural e no preço do cultivo final.

Ao item **2) cultivos naturais, sem químicos**, o movimento caracteriza que a utilização intensiva de produtos externos aos cultivos, bem como as atividades monocultoras, tornam a necessidade de uso dos defensivos cada vez mais elevada,

⁶⁵ Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/12/29/cincopassosparaesfriaroplanetaegarantirsobreraniaalimentar>.
HTML Acesso em: 08/04/2015.

isto por conta das pragas e insetos se volverem imunes e resistentes aos efeitos dos venenos, devendo estes se comporem sempre progressivamente (*LA VIA CAMPESINA*, 2014). Assim, dispõem a produção pautada na agroecologia, assentada na não utilização de métodos ancorados em herbicidas e pesticidas, o que permite manter a biodiversidade e aumentar a matéria orgânica acumulada (*LA VIA CAMPESINA*, 2014).

Neste contexto, *La Via Campesina* afirma que:

El uso de químicos en las granjas industriales crece todo el tiempo, y los suelos se extenuan y las plagas y las yerbas se vuelven inmunes a los insecticidas y los herbicidas. No obstante, el campesinado en todo el mundo mantiene sus saberes y una diversidad de cultivos y animales para trabajar, productivamente, sin utilizar químicos. Diversifican sus sistemas con policultivos, integran la producción agrícola y animal, e incorporan árboles y vegetación silvestre. Estas prácticas aumentan el potencial productivo de la tierra porque mejoran la fertilidad de los suelos y evitan la erosión. Cada año aumenta la materia orgánica acumulada en el suelo, lo que hace posible producir más y más comida (*LA VIA CAMPESINA*, 2014, p.3).

No que versa sobre o terceiro tópico **3) reduzir a quilometragem e focar em alimentos frescos**, há um salto analítico incisivo na questão geográfica. O diálogo aqui se estabelece na contraposição entre os circuitos longos e curtos da economia, apontando as características essenciais a cada modalidade de trocas nas relações de produção e consumo.

Por esta via, estabelecer mercados distantes, sobretudo os vinculados à alimentação, é considerado amplamente irracional, pois se fundamenta no consumo de massa, apropriações culturais e intensa demanda por energia e simplificação de sistemas agrícolas. Além da própria redução da biodiversidade pela busca de elevada intensidade nos cultivos em monoculturas, ocorre a necessidade de ampliar continuamente o uso de agrotóxicos para a manutenção da produtividade e para a duração efetiva destes “alimentos” até a chegada ao destino global de seus mercados desde as suas origens.

Para além, Silveira *et al* (2009) reforçam a ideia de que os circuitos curtos apresentam a dimensão de mercado como construção social, em que os sujeitos que negociam reconhecem suas estruturas vinculativas aos territórios a partir do conhecimento mútuo de práticas e intenções sociais, ambientais, culturais e

produtivas. Fonseca e Almeida (2009) enfatizam que nos circuitos curtos de produção e consumo os agricultores não se encaram numa ótica concorrencial, mas sim parceira, em que a experiência de cultivo e venda se amplia com a troca de saberes, sementes, técnicas etc.

Notoriamente, a *Via Campesina* (2014, p.3) dispõe que:

La lógica corporativa que transporta alimentos por todo el mundo y de regreso, no tiene ningún sentido desde ninguna perspectiva. Este comerciar global que va del desmonte de vastos corredores de tierra y bosque para producir materias primas agrícolas de exportación a la venta de alimentos congelados en los supermercados, es el principal responsable de las emisiones de GEI procedentes del sistema alimentario. **Este sistema podría reducir sus emisiones de GEI si la producción alimentaria se reorientara hacia mercados locales y alimentos frescos** alejándose de la carne barata y la comida procesada. Lograrlo es, quizá, la lucha más dura de todas, porque las corporaciones y los gobiernos están muy implicados en expandir el comercio de alimentos y bebidas.

O quarto apontamento **4) restituir a terra aos agricultores familiares camponeses e destituir as mega-empresas** expõe a situação de pobreza e descaso que se coloca como evidente na realidade cotidiana dos agricultores familiares e que se inserem em suas buscas por contribuir positivamente com atividades correspondentes ao clima e produção.

O que o movimento destaca é a massiva expansão de áreas monocultoras ligadas a grandes complexos agroindustriais, em que a produtividade, em si, é baixa quando comparada a dos agricultores familiares, e que recebem maiores atenções e condições de se estabelecerem economicamente, mesmo se aplicando em categorias sensivelmente degradantes em termos sociais e ambientais.

Com isso, percebe-se uma relação de defesa da ecologia em prol da produtividade de modo que não se aplique uma lógica estritamente mercantilizada, mas sim uma interação ecológica onde o excedente do processo de conjugação positiva sociedade/meio é revertido em mercadorias (PLOEG, 2009). Dessa maneira, “[...] meios e insumos são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico. Não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial [...]” (PLOEG, 2009, p.20).

Esta crítica provinda do movimento transnacional se funda nos dados censitários dos principais países produtores de alimentos no mundo, em que a totalidade dos cultivos que chegam à mesa dos cidadãos provêm da agricultura com base familiar. Isto fica muito bem apontado, com recorte particular, nos Censos Agropecuários (2006; 2010⁶⁶) do IBGE, em que pontualmente no Brasil 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 58% do leite são oriundos da agropecuária com base familiar.

Dessa maneira, é sobretudo importante o acesso à terra e as condições de permanência nela com apoios efetivos e duradouros às atividades de produção de alimentos, tendo isto por base o acondicionamento ecológico da criação de animais e cultivo de vegetais. Neste feitio, políticas compensatórias apoiadas em caracteres do agronegócio são veementemente criticadas.

Por este aspecto, a *Via Campesina* (2014, p.3) apresenta que:

En los últimos cincuenta años, unos 140 millones de hectáreas – algo semejante a casi toda la tierra agrícola en India – fue acaparada por cuatro cultivos que sobre todo crecen en enormes plantaciones: soya, palma aceitera, canola y caña de azúcar. El área global donde se siembran estos cultivos (y otros como el maíz para fines industriales), que son todos notables emisores de gases con efecto de invernadero, crecerá si no cambiamos las políticas relacionadas. Hoy, los campesinos y pequeños productores se hayan apretujados en menos de una cuarta parte de toda la tierra agrícola, y no obstante continúan produciendo la mayor parte de los alimentos del mundo: 80% de la comida en los países no industrializados según dice la FAO. Los campesinos producen estos alimentos con mucho mayor eficiencia que las grandes plantaciones, y de modos mucho mejores para el planeta. La redistribución mundial de las tierras en beneficio de los pequeños agricultores puede reducir las emisiones de GEI a la mitad, en unas cuantas décadas, si se combina con políticas que les ayuden a reconstituir la fertilidad del suelo, y con políticas que fomenten el comercio local.

Por fim, **5) não apresentar falsas soluções, mas sim o que funciona**, corrobora nitidamente a visão de mundo e necessidades do movimento firmado em torno das óticas das pessoas que fazem a agricultura com base local, familiar e com menor capital, em que há o imperativo de afirmação da cultura em meio a

⁶⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/> <acesso em 26/05/2015>.

busca contemporânea da economia por espaços homogêneos e facilmente apresentados à disposição do vasto leque da globalização. Implica-se, de modo incisivo, a crítica ao modelo produtivo que exerce pressão sobre a geração e disposição de alimentos, seja no espaço direto do plantio da semente e da colheita, seja na transformação da matéria-prima na cadeia agroindustrial.

Nas palavras da *Via Campesina* (2014, p.4):

Cada vez se reconoce más que los alimentos son centrales para el cambio climático. Los informes recientes del IPCC y las cumbres internacionales admiten que los alimentos y la agricultura son agentes importantes de emisiones de GEI y que el cambio climático implica tremendos retos para nuestra capacidad de alimentar a una población global creciente. No obstante, hay una nula voluntad política de desafiar el modelo dominante de producción y distribución industrial de los alimentos: los gobiernos y las corporaciones nos siguen proponiendo falsas soluciones. **El cascarón vacío de la agricultura climáticamente inteligente no hace sino renombrar la Revolución Verde. Hay nuevas y riesgosas tecnologías como los cultivos con modificación genética para resistir la sequía o los proyectos de gran escala de la geoingeniería. Hay mandatos para producir agrocombustibles, lo que impulsa acaparamientos de tierra en el Sur. Están los mercados de carbono y los proyectos de REDD+, cuya esencia es permitir que los peores transgresores y contaminadores con GEI eviten la reducción de sus emisiones convirtiendo los bosques y tierras agrícolas de los campesinos y pueblos indígenas en parques de conservación y plantaciones.** Ninguna de estas “soluciones” puede funcionar porque todas trabajan contra la única solución efectiva: hacer un viraje —del sistema agroalimentario industrial gobernado por las corporaciones, a los sistemas alimentarios locales que están en manos de las comunidades campesinas.

Como as dotações em alterações climáticas se baseiam em tecnologias, na maioria dos casos, voltadas às empresas com elevado capital e organização em escalas globais, os movimentos sociais entendem que ocorre um processo de exclusão firmado numa ideia compensatória também perversa, pois se utilizam das práticas camponesas e indígenas que preservaram as áreas naturais e suas potencialidades em biodiversidade e transformam isto em trunfo financeiro para continuar poluindo. Assim, incide um novo subjugo alicerçado em estruturas semelhantes ao colonialismo desenrolado entre os séculos XVI e XIX.

Estas contestações sobre o potencial conflito entre perspectivas para evitar grandes mudanças no clima e, ao mesmo tempo, duelos de projetos de

desenvolvimento, também ficam muito bem expressas em representações artísticas nas publicações da *Via Campesina*, assim como se demonstra a seguir⁶⁷:

Figuras 1, 2 e 3: representações dos contrapontos da *Via Campesina* às principais indicações sobre mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



1: Organismos geneticamente modificados

2: Biocombustíveis



3: REDD

A partir destes tópicos e ampliando a análise que sintetiza a abordagem da *Via Campesina* no que tange à questão das mudanças climáticas, identifica-se que

⁶⁷ Representações gráficas extraídas de materiais publicados pela *Via Campesina*.

nos materiais publicados do movimento não se fazem questionamentos contrários ao IPCC e ao conceito de sustentabilidade, quando do tratamento da perspectiva das mudanças do clima, mas sim ao modelo de atuação do sistema econômico capitalista com anseios globais.

Por este viés, não há uma negação do assunto a partir de óticas voltadas a destituir a questão climática via mudanças, como ocorre em alguns espaços acadêmicos e do setor produtivo, mas sim uma busca por transgressão ao *mainstream* operante nos cultivos e criações com ligações aos grandes investimentos e propriedades de terras que rebatem em emissões de GEE.

Pode-se delimitar esta investida pela utilização argumentativa do movimento através dos dados do painel climático da ONU, constantemente apresentados para dar cabo da exposição da situação em que o Planeta está posto pelas atividades humanas e com trechos em que, amplamente, o conceito de sustentabilidade se expressa em sua essência: “Con la agricultura campesina, recalco, no solamente se producirá alimentos suficientes, sino también cuidar de la Madre Tierra, **asegurar el porvenir de las generaciones futuras y al mismo tiempo enfriar al planeta**”⁶⁸ (LA VIA CAMPESINA, 2014, p.2).

Neste contexto, instaura-se, então, uma disputa aos modos ou formatos dados aos meios de retração das ações humanas que impactam o clima, que privilegiam as grandes corporações e o modelo capitalista globalizante. As nuances que envolvem as caracterizações ambientais da sustentabilidade e das afirmações históricas, pelos contornos identificadores, via ONU e OMM, sobre o clima são ratificadas e utilizadas.

Com isto, tendo estas dimensões como parâmetros analíticos, é possível estabelecer um quadro indicativo das formatações conceituais e propositivas sobre as mudanças climáticas pela mirada da *Via Campesina* e seus representantes.

Assim, tem-se:

⁶⁸ Negrito do autor da tese.

Quadro 3: Princípios sintetizadores das abordagens da *Via Campesina* em Mudanças Climáticas.

Conceitos orientadores	Aspectos Políticos	Direcionamentos Produtivos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Sustentável; • Circuitos Curtos de produção e consumo; • Agricultura Camponesa; • Reforma agrária; • Território; 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidades históricas diferenciadas; • Combate às transnacionais da alimentação; • Negação de acordos e vendas de certificados de emissões; • Recusa a utilização de projetos em MDL e REDD (REDD+). 	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia; • Não utilização de agrotóxicos; • Produção de Alimentos; • Abandono do aparato tecnológico da Revolução Verde; • Não efetivação da produção voltada às <i>commodities</i> internacionais.

Fonte: Organização do autor.

Como se pode depreender, há um conjunto indicativo que se aloca na contramão dos aportes erguidos com os padrões de Kyoto e da particularidade da PNMC brasileira. Tendo em vista este cenário, expõem-se no próximo tópico as designações da *Via Campesina* na mais recente reunião da COP em Paris, compondo seu vigésimo primeiro encontro. Dessa maneira, busca-se embasar esta leitura sobre princípios e políticas através de manifestações que corroboram as verificações que se apresentam.

A VIA CAMPESINA E AS CONTESTAÇÕES NA RECENTE COP-21 (PARIS-2015)

Como meio ratificador das abordagens expostas sobre a *Via Campesina* e suas orientações políticas em relação ao clima e mudanças, pertinente se efetiva a exposição e análise das manifestações do movimento transnacional da agricultura familiar na reunião da Conferência das Partes (COP21) em Paris.

O movimento enfatiza, a partir de suas publicações, que por vários anos acompanha todas as realizações das COPs, promovendo um debate que se acerca para além da realidade intrinsecamente coadunada ao alcance dos impactos que as mudanças climáticas podem trazer aos agricultores, mas estabelece que não corrobora as proposições gestadas no seio dos diálogos na ONU sobre mitigação e adaptação ao tema.

Como se observa, delimitam que:

En realidad, todos los campesinos y campesinas, independientemente de la región del mundo en la que vivan, son víctimas de los desajustes climáticos que impactan en sus prácticas cotidianas. **También se han visto rodeados de falsas soluciones propuestas por las multinacionales y los gobiernos durante las conocidas Convenciones de las Partes** (LA VIA CAMPESINA, 2015, p.2)⁶⁹.

Desde o início do encontro, no dia 4 de dezembro, os representantes da agricultura familiar estiveram reunidos em Paris para manifestar seus interesses e perspectivas, firmando que as práticas camponesas são as melhores indicadas para a questão climática global, e não a simples mercantilização em MDL e REDD das áreas preservadas por camponeses e indígenas.

Especificamente, delegados de trinta países estiveram presentes no continente europeu levando as bandeiras do movimento, sendo cinco africanos, um da América do Norte, quatro da América Central, três da América do Sul (dentre

⁶⁹ Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/accionesyevenosmainmenu26/cambiosclimcosyagrocombustiblesmainmenu79/2531climaproblemaverd> Acesso em: <08/04/2015>.

eles o Brasil), um do Oriente Médio, três da Ásia e treze da própria Europa (LA VIA CAMPESINA, 2015).

Neste compasso, realizaram-se reuniões paralelas à COP, num espaço denominado Zona de Ação Climática (ZAC). Nele, os representantes da *Via Campesina*, bem como os sujeitos da sociedade civil que se interessaram em participar, tiveram a liberdade de expor suas perspectivas conceituais e propositivas relacionadas às temáticas. Assim, afere-se que a centralidade do debate esteve pautada na composição da soberania alimentar, em que o agricultor domina a extensão da cadeia produtiva de seu cultivo e trabalha numa ótica agroecológica (circuitos curtos).

Largamente, denunciou-se que a COP não estava situada em propostas reais, pois denotara espaços expositivos aos sujeitos que não estão verdadeiramente interessados num futuro limpo (LA VIA CAMPESINA, 2015). Por exemplo, apresentou-se que em Uganda a pesca em pequena escala sofre com perseguições e proibições, enquanto as voltadas às grandes corporações recebem incentivos; a representante da Coreia do Sul ratificou que os acordos em livre comércio vêm depreciando a produtividade em pequena escala no país; as empresas de mineração na Guatemala destroem áreas que dantes se prestavam a produção de alimentos (LA VIA CAMPESINA, 2015).

Por este caminho, incidem contestações que se colocam além de processos de mitigação e adaptação que se encaixam na mera geração de divisas e fomentação de um mercado global, assim como encontrado nos anseios da PNMC brasileira e protocolos das COPs. Existe um diálogo firmado concretamente no conceito de justiça, respeito às conformidades culturais e melhor acesso à riqueza e suas plenas distribuições.

Outra especificidade interessante dos diálogos em Paris foi a seção denominada “*Asamblea de mujeres por el cambio del sistema y no del clima*”⁷⁰. Sob este título, apresentaram-se duas perspectivas interligadas, compondo uma totalidade: *o clima não deve mudar, mas o sistema que muda o clima sim*. Dessa

⁷⁰ Celebrada en la Sala 200 de la Zona de Acción Climática. Organizada por la World March of Woman, Grassroots and Global Justice Alliance y Groupe Genre et justice climatique (LA VIA CAMPESINA, 2015, p.1).

maneira, as articulações notoriamente pronunciadas em mercados globais são rejeitadas e vistas como mecanismos de perpetuar um código expurgador do agricultor familiar e, sobretudo, na visão feminina desta categoria, mecanismos que se apresentam também patriarcais.

Durante o evento, a *Via Campesina*, em associação com o sindicato francês de agricultores “*Confederation Paysanne*”, desenvolveu um protesto contra a empresa agroalimentar *Danone*, evidenciando sua luta contra os circuitos longos de produção e consumo de alimentos.

Nisto, afirmam:

Esa organización defiende la **agricultura sostenible a pequeña escala** como un modo de **promover la justicia social y la dignidad**⁷¹, y se opone firmemente a **los agronegocios y las multinacionales que destruyen los pueblos y la naturaleza** (LA VIA CAMPESINA, 2015, p.2)⁷².

Como fechamento conclusivo sobre as notações da COP21, a *Via Campesina* apresenta que a reunião se firmou como um “circo midiático” em que os principais beneficiários foram as multinacionais. Aportam aos debates climáticos entendendo que existem leituras paradigmáticas sobre as ações em mitigação e adaptação às mudanças no clima e que os países e seus representantes na ONU seguem as tendências neoliberais erguidas nos finais dos anos 80 e desencadeadas largamente nos anos 90.

Como se observa,

Sin embargo, a la hora de firmar acuerdos de libre comercio, ahí sí los Estados saben cómo hacer compromisos vinculantes. Esos acuerdos amenazan el funcionamiento democrático de los países con **sólo servir a los intereses de las multinacionales**. Una vez más, es evidente que el dinero dicta la ley, incluso con prioridad sobre el futuro de la humanidad. Los campesinos de todo el mundo, de las organizaciones miembros de Vía Campesina, se reunieron para advertir a los demás de que el sector agrícola está siendo severamente afectado. Mientras que ellos son los guardianes de un clima cambiante, ellos subrayan que la agricultura industrial los amenaza de desaparición. Al mismo tiempo, **la COP21 está abriendo más la puerta a la especulación financiera sobre la naturaleza, la**

⁷¹ Negrito do autor da tese.

⁷² Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/accionesyevenosmainmenu26/cambiosclimcosyagrocombustiblesmainmenu79/> 2547cop21movimientoc Acesso em: 14/12/2015.

industrialización de la agricultura, y la aceleración del acaparamiento de recursos. Nosotros, los campesinos del mundo, ahora volveremos a nuestros territorios y fincas aún más decididos a seguir nuestra lucha por la soberanía alimentaria por todos los pueblos del mundo (LA VIA CAMPESINA, 2015, p.2-3).

Assim sendo, igualmente pertinente se apresenta realizar uma análise sobre como os movimentos sociais brasileiros, vinculados à *Via Campesina*, carregam consigo estes debates sobre as mudanças climáticas e quais as relações, posteriores que isto tomará, em termos de extensão, junto das esferas locais em assentamentos rurais de reforma agrária (discussão que será apresentada no capítulo III – Parte II). Para isto, inclina-se para a compreensão das orientações em *Climate Change* nas óticas de dois movimentos significativos no Brasil: o MST e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Adotam-se estes dois exemplares como estudos de caso por possuírem inclinações e debates efetivos em torno das esferas das mudanças climáticas por atividades humanas. Além disto, representam uma totalidade de ação em quase todos os estados brasileiros, assim como se pode ter, a partir de suas notações, uma leitura que cobre a agricultura familiar pela associação das combatividades políticas e de posturas provindas da afirmação do gênero feminino no seio da agricultura, o que torna aperfeiçoada a volta sobre o assunto.

De acordo com Fernandes (2004), o MST desenvolveu organizações em todos os estados brasileiros, sendo o movimento com maior pujança nas questões agrárias do país. Neste âmbito,

Desde 1985, quando o MST se territorializou por todas as regiões do Brasil, os sem-terra intensificaram as ocupações, causando grande impacto político, de modo que passaram a ser os principais interlocutores no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana estão lutando pela terra em todas as grandes regiões (FERNANDES, 2004, p.278).

Já o MMC, assim como expõem Sales (2007), Caneiro (2013) e Paulilo e Silva (2007), representa a formatação de uma nova identidade das lutas no campo, que além de afrontar os intentos hegemônicos das grandes formas capitalizadas da economia, buscam a afirmação da igualdade social na perspectiva do gênero.

Durante toda a luta dos movimentos sociais, como o próprio MST, a força das mulheres sempre esteve disposta e aplicada ao trabalho rural e político, porém distanciada da importância social que possui e sempre relativizada (SALES, 2007; PAULILO; SILVA, 2007). Neste sentido, dá-se voz neste trabalho a uma importante parcela de representantes dos movimentos sociais no campo, que são as mulheres, e se expõe suas perspectivas concretas sobre o clima e mudanças.

A ESPECIFICIDADE DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO E A QUESTÃO CLIMÁTICA: OS CASOS DO MST E DO MMC

Assim como abordado neste capítulo, o campo brasileiro apresenta desigualdades estruturais e existe um feixe complexo de perspectivas em ações e projetos que precisam ser considerados quando da aplicação de políticas em mudanças do clima. Por este caminho, tomam-se como referência os posicionamentos do MST e do MMC sobre a temática climática em comparação com a própria *Via Campesina* e, amplamente, ao padrão geral adotado pela PNMC brasileira. Com isto, busca-se realizar uma relação escalar, em que se pretende identificar alinhos e desalinhos mediante as múltiplas notas e abordagens.

Neste contexto, o MST relata sua inclinação ao mote das mudanças climáticas a partir da contestação aberta sobre o agronegócio. Para o movimento, este modelo de se concretizar as atividades no campo é o “grande vilão” do aquecimento global em atividades realizadas no Brasil.

Por exemplo, em matéria sobre a mobilização que ocorreu no Rio de Janeiro contra as alterações no clima, em 21 de setembro de 2014, o MST enfatiza a seguinte perspectiva:

No caso brasileiro em específico, o agronegócio será denunciado como um dos principais responsáveis pelas mudanças climáticas no país (...) Se o agronegócio fosse um país, ele seria o 10º maior emissor de gases de efeito estufa do mundo (MST, 2014, p.2).

Isto denota a clara conformação combativa histórica entre os agricultores familiares e a estrutura conflituosa do campo brasileiro, em que houve a massiva destinação de recursos e projetos aos grandes proprietários de terras, construindo um perfil desigual na economia e sociedade a partir das designações estruturais da Revolução Verde e modernização da agricultura. Para além, significa outra face das implicações combativas dos movimentos sociais, em que se posiciona o debate para enfoques mais amplos que a própria obtenção de terras para o trabalho, direcionando a mirada aos “modos” e ao “futuro”.

Como contestação inerente a este caminho, afere-se igualmente a manifestação contrária à circulação global da economia, em circuitos longos, o que traz consigo enormes gastos em combustíveis e a necessidade de pacotes tecnológicos que sustentem as manifestações simplificadoras dos agroecossistemas. O ataque deste modelo de produção à biodiversidade é muito exposto pelo movimento.

Especificamente, sobre o agronegócio em larga escala e as ocorrências em mudanças climáticas, tem-se:

Isso, graças ao seu modelo produtivo, como a produção em larga escala que contribui com o desmatamento de todos os biomas brasileiros, a pecuária extensiva responsável pela emissão de metano e a enorme utilização de agrotóxicos que contaminam o solo, os lençóis freáticos, rios e aquíferos (MST, 2014, p.2).

Dentro das publicações expostas pelo MST, verificam-se conteúdos combativos no cotidiano de diários e jornais e a demonstração teórica de suas abordagens em clima e mudanças a partir da vinculação entre pensadores especialistas no tema e as bandeiras do movimento. Assim, explanam o alinhamento conceitual em relação à temática e, ao mesmo tempo, a criação justificada de argumentos sobre a potencialização do mal causado pelas atividades produtoras, sobretudo, de *commodities* e os benefícios trazidos com as práticas dos agricultores camponeses. A busca se dá por outro padrão de desenvolvimento, com inserção das propostas provindas dos agricultores familiares.

Neste sentido, adotam que não se pode confiar em soluções únicas para a questão agrária, como os biocombustíveis projetados no país, principalmente pela

expansão do uso do Etanol misturado à gasolina. Largamente, apontam que este modelo transforma a terra e seu uso unicamente em mercadoria, substituindo áreas de produção de alimentos por especulações dos ramos energéticos e, em linhas gerais, pelas próprias intencionalidades dos mercados de emissões criados através de mecanismos MDL e, recentemente, REDD.

Associadamente, há o destaque para a produção camponesa justamente pela dissociação com a demanda por combustíveis fósseis e o largo uso de agroquímicos na determinação da produção moderna da agricultura, das inferências ao clima e na obtenção geral da produtividade. Dessa maneira, a agricultura com base familiar, com menor utilização (ou nenhuma) de aparatos provindos de combustíveis fósseis no momento da produção, consegue obter maior numerário relativo quando da comparação com sistemas monocultores em larga escala.

E neste sentido, dispõem:

A enorme maioria dos governos de todo o mundo ignorou os produtores de pequena escala durante décadas, afundando milhões deles na pobreza. Entretanto, esses camponeses e camponesas continuam sendo os que produzem a maior parte dos alimentos do mundo, utilizando variedades tradicionais de sementes e sem recorrer a insumos industriais. Na África, os camponeses cultivam praticamente todos os alimentos consumidos localmente. Na América Latina, 60% da produção, incluída a carne, é produzida em pequenas propriedades familiares. Na Ásia, centro mundial da produção de arroz, praticamente todo o arroz é cultivado em áreas inferiores a dois hectares. Mesmo assim o agronegócio e alguns governos promovem fortemente a agricultura industrial (baseada em monoculturas, sementes híbridas e pesticidas e fertilizantes químicos) como a melhor forma de alimentar o planeta. Além disso, a agricultura industrial é uma das maiores contribuintes para a mudança climática, devido ao seu alto consumo de combustíveis fósseis, pesticidas e fertilizantes e por seus impactos sobre solos, águas e biodiversidade (MST, 2015, p.3).

Complementarmente, apresenta-se que:

[...] existe suficiente evidência de que essa indústria está destruindo os recursos dos quais dependemos para produzir nossos alimentos. Porém, os promotores da agricultura industrial fazem caso omissos de seus impactos ambientais. Conhecendo o grande desafio que representa a mudança climática, já que poderia reduzir consideravelmente a produtividade agrícola,

especialmente nos países em desenvolvimento, outros são os caminhos que se deveria fomentar (MST, 2015, p.3).

O contexto argumentativo do movimento se dispõe na estruturação de ações correspondentes à temporalidade e necessidades contemporâneas, inseridas nos intercursos da virada do século XX para o XXI. Por este viés, as dotações contestantes ultrapassam questões primárias, como a busca por onde trabalhar e a posse dos instrumentos de trabalho, mas sim por direcionamentos políticos e institucionais que representam as causas e anseios de uma parcela social que reivindica o domínio de suas trajetórias.

Como afirmado por João Pedro Stédile – representante nacional do MST - ao jornal “Carta Maior”⁷³ em 2014:

No século passado, a reforma agrária respondia a uma necessidade de democratizar a propriedade da terra. A luta principal, portanto, era contra o latifúndio, em geral improdutivo. De um modo geral, esse programa de reforma clássico ocorreu no âmbito de governos burgueses nacionalistas. No Brasil, nunca conseguimos fazer esse tipo de reforma agrária. O mais próximo disso ocorreu na crise de 64, com a proposta de reforma do Celso Furtado- Goulart. O MST se desenvolveu com base nesse programa, de terra para quem nela trabalha. Infelizmente, ele não se realizou no Brasil. Agora, com o capitalismo financeiro e as corporações transnacionais dominando a agricultura, a disputa não é apenas por terra. A disputa é pelo modelo de produção agrícola. A disputa é pelo destino dos recursos naturais. Precisamos mudar o modelo.

Complementarmente Stédile expõe:

Em primeiro lugar, para produzir alimentos saudáveis a toda sociedade. Comida sem veneno. Ao mesmo tempo, adotar a matriz tecnológica da agroecologia: produzir em equilíbrio com a natureza, sem destruir a biodiversidade que altera o meio ambiente e o clima. E precisamos organizar agroindústrias na forma cooperativa, para processar esses alimentos. Por isso, agora estamos diante de um novo modelo que chamamos de reforma agrária popular. Essa é uma bandeira que não interessa apenas ao camponês, que antes queria apenas terra para trabalhar. Agora, as mudanças, interessam a todo povo. Interessa a quem não quer adoecer ou morrer de câncer por conta da ingestão de agrotóxico, que tem no Brasil o maior consumidor mundial. Interessa aos que sofrem na cidade, expulsos do campo; e aos que se preocupam

⁷³Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/StedileLulapercebeuofimdeumcicloeanecessidadedeavancar/4/31917> <acesso em 05/01/2016>.

com a desordem climática em curso, como o demonstra a falta de água em São Paulo. Esse será o futuro da agricultura, e na verdade, a única possibilidade de sobrevivermos.

Neste cenário, é possível compreender que o MST corrobora as afirmações da *Via Campesina* no que corresponde às mudanças climáticas, figurando um alinhamento conceitual que reforça as ações transnacionais realizadas em macroescala. Mormente, a dotação é por um modelo de desenvolvimento que compreenda as indicações produtivas dos agricultores familiares, de maneira que estas possam contribuir positivamente com as questões climáticas nacionais e globais.

No que corresponde ao MMC, em entrevista realizada por nós no início de 2015, as implicações do movimento se apresentam de maneira generalista, em que há o alinhamento com a nomeação diferenciada a partir das responsabilidades históricas dos países, entendendo a questão também como geopolítica. Sobretudo, o posicionamento central demarca a inerência de uma política global sobre o clima, mas que preserve em si as facetas em encargos por atuações previamente construídas nos âmbitos econômicos das nações, levando em consideração as pluralidades de atores sociais e suas condições sócio-históricas.

Por este caminho, o movimento busca se alinhar as mediações transnacionais da *Via Campesina*, caracterizando um contraponto notório às indicações mercadológicas e majoritariamente voltadas aos cultivos monocultores e em grande escala apoiados pela PNMC, considerando as múltiplas vertentes em encargos e compromissos com o clima e mudanças.

Como se ressaltam,

Os efeitos das mudanças climáticas não são barrados pelas fronteiras políticas e geográficas dos Estados nacionais, nem dos continentes, assim como, as políticas e modelos de desenvolvimento adotadas por determinado país, que terão consequências no âmbito ambiental e, por conseguinte reflexos nas questões climáticas não afetarão apenas aquele país, mas pode ter reflexos em qualquer outro lugar do mundo. E partindo desta reflexão, sabemos que a responsabilidade histórica em relação às mudanças climáticas não é igual para todas as nações, os países do Norte possuem uma dívida e/ou pegada ecológica muito maior que os países do Sul, pelo seu papel como países colonizadores, exploradores e que começaram a destruição e contaminação no

processo industrial há muito mais tempo que os países dos Sul. Sendo assim, as políticas de responsabilidade devem ser globais, mas diferenciadas em termos do papel que cada país teve e tem na história das mudanças climáticas (Entrevista ao MMC, 2015).

Ampliando a questão, o próprio MMC apresenta que neste entremeio climático a perspectiva escalar é central, expondo que a função dos indivíduos é essencial na coletividade do assunto, mas que, associadamente, os projetos de desenvolvimento dos países contam notoriamente com os direcionamentos para a aplicação efetiva de ações em mitigação e adaptação.

Neste aspecto, o padrão de desenvolvimento ancorado nas vias únicas de mercado é contrariado por seus caracteres históricos de expropriações e marginalizações. Conjuntamente, aparece a faceta agroexportadora (circuitos longos) como responsável pela ampla demanda em energia e por consumir os recursos naturais de maneira demasiada.

Como se observa,

Para o movimento as mudanças climáticas são resultado do modelo de desenvolvimento explorador, contaminador e destrutivo do capital, baseado no lucro acima da natureza e das pessoas, **em especial do modelo agroexportador do agronegócio. E neste sentido, para nós a agroecologia é o sistema de produção e de vida no campo contra hegemônico ao agronegócio** que garante a produção de alimentos saudáveis, de qualidade e diversificados, de uma forma harmônica com a natureza, garantindo a conservação da biodiversidade e da agrobiodiversidade local, conservando e multiplicando as sementes crioulas, produzindo sem o uso de agrotóxicos e transgênicos que contaminam e destroem a vida do solo, das águas e do ar (Entrevista ao MMC, 2015).

Complementando, em termos de responsabilidades pontuais sobre as ações para a contenção de emissões de GEE, partindo das mudanças de paradigmas produtivos nos âmbitos especificamente rurais, o MMC denota que existe uma inter-relação entre as ações sociais junto ao clima que perpassam a sociedade em sua totalidade, desde o indivíduo até os projetos de desenvolvimento, tendo o Estado como o guia, gerador de normas e fiscalizador das práticas tomadas nos âmbitos públicos e privados.

Assim sendo, o MMC entende que o papel de regulação e normatização das questões climáticas parte do Estado, mas que este deve considerar a realidade em

suas várias faces, com os muitos agentes sociais que a compõem, ou seja, compreender que existem perspectivas territoriais formadas no seio estruturante do país e que a agenda climática deve se centrar na articulação de tais atores para o desenvolvimento.

Assim, tem-se que:

A responsabilidade é de toda a sociedade, setor público e privado, porém não pode ser diminuído a responsabilidade de cada indivíduo, é uma responsabilidade do modelo de desenvolvimento adotado por cada país, e deve ser incumbência dos países buscar formas e/ou políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e garantir a implementação e cumprimento das mesmas pelos estados, municípios, setor privado e população (Entrevista ao MMC, 2015).

Para o MMC, toda a sociedade é responsável pelas atribuições de contrapartidas para a proteção, ou menor impacto, no sistema climático que venha a prejudicar a coletividade como um todo. Largamente, entende-se que os projetos de desenvolvimento nacionais é que orientam as medidas em relação às mudanças no clima, mas que a tomada de ações pela sociedade em totalidade, dos indivíduos aos arquétipos produtivos, deve ser um guia essencial para o cumprimento de metas e diretivas organizadas pelo Estado.

Vastamente, o reconhecimento das práticas providas da agricultura familiar é, também, um dos trilhos do questionamento às diretivas em mudanças do clima. De maneira notória, se perguntam: por que motivos não existem grandes diretivas aos produtores de alimentos em circuitos curtos de produção, ou, ao menos, o reconhecimento de suas potencialidades como meios de contenção de GEE? O reconhecimento desta parcela da sociedade e seus projetos é um elemento balizador nas contestações em relação à política e clima.

Neste caso, o MMC dispõe:

Acreditamos que o Estado deve reconhecer o papel dos camponesas/as, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na preservação e cuidado com o meio ambiente, a biodiversidade e a produção de alimentos, e para isso deve garantir políticas públicas que proporcionem a agricultura camponesa e a agroecologia como forma de produção agrícola e agropecuária e a comercialização desta produção. **Mas sem cair na perspectiva de programas como o Pagamento por Serviços Ambientais ou projetos de REDD+, que são formas de pagar aqueles/as que sempre preservaram a natureza para que outros, em especial empresas poluidoras e grandes**

produtores do agronegócio, sigam destruindo e poluindo a natureza, são formas do capital financeiro se apropriar e mercantilizar os territórios, os bens comuns e os saberes tradicionais que até o momento não estão sob controle do mercado (Entrevista ao MMC, 2015).

Assim sendo, o papel do Estado, em acordo com o MMC, é o de dimensionar as atividades sobre mudanças do clima de maneira que enquadrem os prismas dos agricultores familiares, estruturando medidas para além das organizadas em conformações para o mercado externo e compra e venda de emissões, assim como delimitado na PNMC.

Desse modo, é possível compreender que os movimentos sociais no Brasil, tendo como representações emblemáticas o MST e o MMC, corroboram a *Via Campesina* e criam, numa totalidade escalar nacional e transnacional, um contraprojeto, ou contradiscurso, dos principais ordenamentos em mudanças climáticas observados nos diálogos globais sobre o assunto e na PNMC.

Assim, tem-se um quadro desenhado com as principais formatações indicativas sobre as perspectivas em mudanças climáticas pelo MST e MMC no Brasil:

Quadro 4. Indicações sobre mudanças climáticas por movimentos sociais no campo.

Conceitos orientadores	Aspectos Políticos	Direcionamentos Produtivos
<ul style="list-style-type: none"> • Soberania • Reforma Agrária; • Soberania alimentar; • Preservação da biodiversidade; • Alimentos saudáveis; • Território; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da agricultura familiar no país; • Diferenciações em responsabilidades sobre as emissões de GEE; • Proposta de desenvolvimento territorial; • Contestações aos moldes únicos sobre o desenvolvimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia; • Circuitos curtos de produção e consumo; • Abandono do aparato tecnológico da Revolução Verde; • Não efetivação da produção voltada às <i>commodities</i> internacionais.

Fonte: Organização do autor

Com isto em vista, explora-se na parte II desta investigação a repercussão local destes motes, ancorados na dualidade ONU/PNMC e Movimentos Sociais de Agricultores Familiares. Para este fim, adotar-se-ão assentamentos rurais de reforma agrária como estudos de caso, por suas representatividades políticas e complexidades afirmativas no seio da questão agrária brasileira.

SÍNTESE

De maneira a sintetizar as informações e análises levantadas na pesquisa sobre os movimentos sociais no campo brasileiro, suas conformações em macroescala (nacionais e transnacionais) e as contestações e proposições sobre o clima e mudanças, pode-se expressar que existe um contraponto definido no que corresponde às políticas climáticas e o *mainstream* ordenador de práticas e mecanismos apresentados no capítulo I desta investigação.

Em linhas gerais, a PNMC brasileira, através das manifestações associadas às políticas externas de FHC e Lula, se enquadra nos encaminhamentos do Protocolo de Kyoto (1997) e dimensionamentos das orientações em mitigação e adaptação através da potencialidade de estruturas produtivas internas, como o agronegócio exportador de *commodities* e os biocombustíveis. Associadamente, como arquétipos compensatórios, forja-se o padrão MDL, buscando o pagamento pela diminuição de emissões de GEE e a manutenção de áreas florestadas.

Todavia, o contexto rural do Brasil possui elevada heterogeneidade, alicerçada num processo histórico de desenvolvimento capitalista que expurgou e espoliou as populações do campo, fazendo com que a precariedade da vida se ampliasse e, ao mesmo tempo, a reatividade a este contorno conformasse o surgimento de inúmeros movimentos sociais que buscam a territorialização para garantir a produção em estruturas familiares e circuitos curtos da economia (vide MST e MMC – nacionais / Representação da *Via Campesina* - transnacional).

Dessa maneira, os movimentos sociais no campo se orientam pela negação absoluta a mecanismos unicamente de mercado para a contenção de GEE, exemplarmente MDL e REDD, e contestam a conformação e incentivos aos circuitos longos de produção, propondo os mercados locais com base em composições agroecológicas e o trabalho familiar.

Por este aspecto, há o reconhecimento das questões climáticas e suas importâncias locais e globais, bem como a utilização da ideia de sustentabilidade. O que se rebate é o exclusivismo, ou tendências majoritárias das políticas, como a PNMC brasileira, no enquadramento dos enfoques às configurações já fortemente capitalizadas e que representam práticas ambientais degradantes.

Assim sendo, busca-se a afirmação das atividades rurais camponesas como mecanismos de expansão de benefícios ao clima e, associadamente, nos ditames da sustentabilidade, como promissoras da redução da pobreza e desigualdades sociais.

PARTE II

A QUESTÃO CLIMÁTICA E A ESCALA LOCAL

Capítulo III

O ESTUDO DE CASO: PERSPECTIVAS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS

IMPLICAÇÕES DO CAPÍTULO

Objetivo

Com este capítulo, objetiva-se enquadrar o estudo de caso dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP para que se possam estabelecer conexões escalares entre os debates construídos mundialmente e nacionalmente – macroescala - junto do cotidiano de significações e possibilidades sociais, econômicas e ambientais para os sujeitos que buscam sobreviver através da produção de alimentos nas dinâmicas familiares dos pequenos lotes provindos de lutas em movimentos sociais – Escala local.

Problemática

A linearidade das ações da agenda climática brasileira tende a não apresentar comportamento de consideração às múltiplas formações históricas e territoriais da amplitude geográfica do país e seus projetos específicos, caracterizando a setorialidade com atuações voltadas ao grande capital. Neste sentido, a ocorrência de turbulências no processo de obtenção e uso da terra sinaliza a necessidade de compreensões do desenvolvimento através de políticas voltadas às mudanças climáticas pelas bases territoriais, tendo como caminhos as articulações que considerem o local, a história, as dinâmicas culturais, os movimentos sociais e os forçamentos de poderes.

A ESCOLHA DO ESTUDO DE CASO – REPRESENTATIVIDADE E SIGNIFICAÇÕES

Neste momento, procura-se justificar de maneira detalhada a escolha pelo estudo de caso referido e, com isso, apresentar aspectos apurados do alcance das informações utilizadas para o trabalho da tese.

Assim, a opção pelo foco em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema- SP se justifica por designações fundamentadas em Flyvbjerg (2006), de maneira que, especificamente, são tomados como ícones representativos casos críticos, extremos ou desviantes, além de peculiares na construção de potencialidades locais a partir da organização dos atores estudados.

Neste sentido, busca-se traçar argumentações com direcionamentos em casos que se apresentam, ao mesmo tempo, como “problemáticos” e “especialmente bons” (FLYVBJERG, 2006), tendo como base a efetivação dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP pela atuação de movimentos sociais, evidenciando a não linearidade das questões agrárias no Brasil e suas complexidades generalizadas quando do tratamento de propostas aplicadas ao contexto territorial.

Nessa conjuntura, dispõe-se um quadro articulado entre as conjugações em macroescala correspondentes às políticas, auxílios e normativas construídas pelas imbricações das mudanças climáticas, em seus aportes gerais, e a abrangência das dinâmicas relacionais entre a amplitude do fenômeno e os sujeitos que se territorializam em determinada porção do país.

Designadamente, buscar-se-á compreender como as dimensões globais e nacionais sobre o tema “mudanças climáticas”, sobretudo nos seus contornos políticos provindos da afirmação da agenda nacional e das organizações combativas dos movimentos sociais ligados aos motes rurais, têm figurado no cotidiano territorial dos assentamentos rurais de reforma agrária alcançados na pesquisa no Pontal do Paranapanema-SP.

De acordo com Pandolfi (2006), o Pontal do Paranapanema – SP é a região que apresenta o maior número de assentamentos rurais no estado de São Paulo, o

que a coloca, previamente, junto das questões ambientais, agrárias e econômicas em destaque. Dos municípios que compõem a região, cerca de 50% possuem assentamentos rurais, o que impacta fortemente os processos territoriais deste arranjo do espaço geográfico, trazendo dinâmicas latentes no que corresponde às rugosidades rurais desiguais no país.

Numa outra ponta, assim como debatido na parte I deste trabalho, o estado de São Paulo foi pioneiro na elaboração de uma agenda voltada às mudanças climáticas, criando estruturas e vinculações que possuem rebatimentos ao amplo quadro político da Federação. Ao mesmo passo, os assentamentos rurais de reforma agrária na região são oriundos do processo de lutas territoriais organizado por movimentos sociais, maiormente pelo MST. Isto conjuga um cenário em que se possibilita a realização de movimentações analíticas em escala, como uma espécie de “*zoom*”, tanto do global para o local, quanto do local para o global, trazendo a reflexão sobre os aportes territoriais da agenda nacional em mudanças climáticas via ações sociais, econômicas e ambientais.

Desse modo, caracteriza-se determinada particularização em que os apontamentos realizados permitem inflexões com as globalidades das relações estabelecidas, tendo em vista os alcances do Estado e dos movimentos sociais no conjunto da temática instituída, assim como se observa as condições de diálogos entre outros assentamentos rurais de reforma agrária provindos de atuações dos movimentos sociais no Brasil. Este mecanismo analítico impulsiona condicionantes favoráveis em teorizações sobre aspectos político-ambientais pela multiescalaridade.

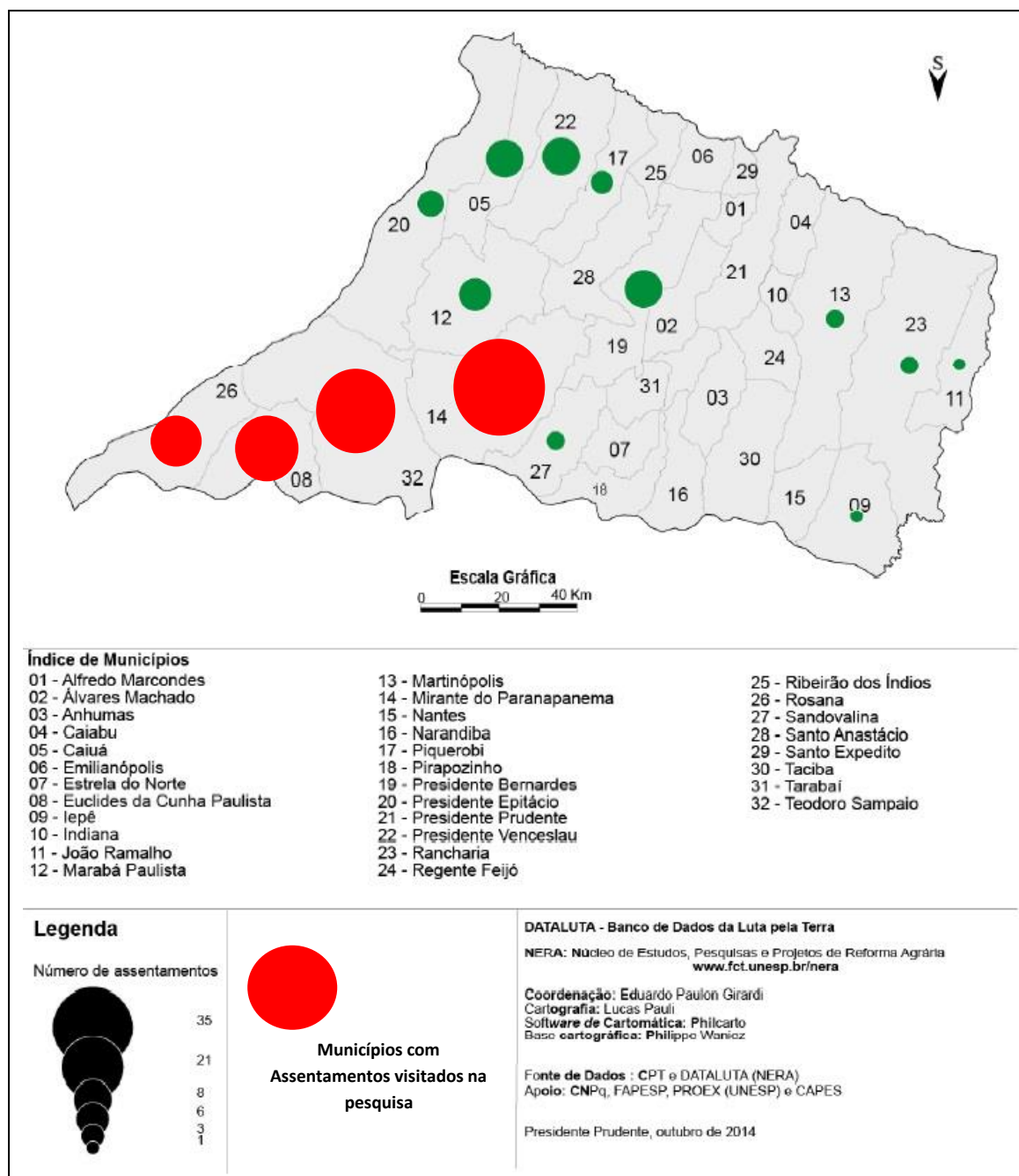
Por outro lado, ao alcançar os assentados no limite de suas estruturações qualitativas, ou seja, no âmago das falas que reproduzem sensações, vivências, experiências e anseios, estabelece-se um avanço informativo que dialoga com a generalização das prerrogativas de uma política pública com relevância contemporânea internacional e nacional, de modo que os exemplos oferecidos balizam compreensões em que se podem aferir a multiplicidade das possibilidades em *climate change* no país, dispondo o próprio repensar das ações macroescalares.

Para isto, realizou-se a aproximação com nove assentamentos amostrais no Pontal do Paranapanema-SP, sendo eles: Che Guevara e São Bento (municípios de

Mirante do Paranapanema); Laudenor de Souza, Ribeirão Bonito, Santa Zélia, Vô Tônico e Antônio Conselheiro (município de Teodoro Sampaio); XV de Novembro (municípios de Euclides da Cunha e Rosana); Nova Esperança (município de Euclides da Cunha).

A distribuição dos assentamentos rurais elencados pode ser observada na representação cartográfica conseguinte, contextualizando-os nos contornos regionais.

Mapa 5: Espacialização dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP – 2013, com destaque em vermelho para os municípios visitados na pesquisa.



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra: Relatório Pontal do Paranapanema, 2013. *Modificado pelo autor da tese.*

Tais assentamentos são expressivos por apresentarem representatividade numérica, elevado tempo de existência, participações em políticas públicas,

formações de associações e inserções com lideranças significativas em movimentos sociais.

Assim sendo, foi estabelecido um diálogo com vinte e seis famílias, compondo variações espaciais nos grupos formativos em que se puderam aferir conversas e elementos de suas integrações nas políticas sobre o clima, além de caracterizar a ampla gama de reflexos que este tema consegue produzir nos assentamentos rurais de reforma agrária mediante os alcances do Estado e movimentos sociais.

Tabela 2. Número de famílias visitadas por assentamentos rurais.

Assentamentos Rurais Visitados	Número de Famílias
Che Guevara	4
São Bento	3
Laudenor de Souza	3
Ribeirão Bonito	3
Santa Zélia	3
Vô Tônico	3
Antônio Conselheiro	3
XV de Novembro	2
Nova Esperança	2

Fonte: Autor da tese.

Esses grupos alcançados, em linhas gerais, estavam compostos por maioria de adultos, geralmente casais com filhos também adultos. Neste caso, a quase totalidade dos entrevistados era composta por um homem e uma mulher, somados aos filhos e filhas. Quando ocorria a convivência na mesma casa com filhos(as), grande parte era, também, formada por casados. No processo de diálogo, quando o homem estava presente, este encabeçava a conversação, sendo possível perceber maiores falas de mulheres quando o marido não se fez presente no momento em que se aferiram informações durante o trabalho de campo.

Foram levantados cerca de 1000 minutos de áudios em conversas com os assentados, o que permitiu a indicação no texto de expressões sínteses do diálogo obtido através das incursões nos assentamentos rurais de reforma agrária. O que se pode demarcar, qualitativamente, é que sobre as mudanças climáticas decorre certo alinhamento de intencionalidades e conjugações em compreensões pelos assentados, o que indica, neste recorte, a potencialidade territorial a partir da condição de classe dos sujeitos dispostos em lotes de reforma agrária.

Neste contexto, a vantagem do diálogo qualitativo, no sentido exposto pela tese, é a de abrir a possibilidade de angariação de informações através do assentado, uma vez que a temática não se apresenta bem demarcada numa mesma conjuntura de ações e projetos, mas pulverizada em torno de implicações públicas, privadas e, também, pessoais e coletivas no que correspondem ao discernimento da questão mudanças climáticas. Ou seja, não se intencionou delimitar numericamente, de modo estrito, a inserção em determinadas políticas públicas, gerar marcos de renda ou outras comparações quantitativas privativas neste sentido, mas sim compreender as dilatações que o tema possui no que corresponde às construções em territorialidades que permeiam as interpretações e sentidos, o que indica as diferenciações territoriais a partir da construção dos lugares.

O princípio da saturação guiou a formatação metodológica relativa ao número de famílias entrevistadas, apoiando-se na variação de pessoas e da espacialidade diferenciada entre elas. Neste caso, após as respostas se repetirem e se obter o mesmo resultado argumentativo em diferentes sujeitos entrevistados, subsequentemente, também em diferenciados lotes e assentamentos, entendeu-se que os pontos centrais da temática haviam sido atingidos.

Por este caminho, o primeiro passo de acesso às famílias decorreu através indicações prévias por atores ligados aos estudos do processo de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP. Após isto, mediante a orientação dos próprios assentados, foram realizadas aproximações com indivíduos em seus domínios familiares considerados pela coletividade como lideranças representativas que possibilitariam informações passíveis de generalizações.

As abordagens em campo foram estabelecidas por entrevistas dirigidas em que um roteiro específico se imprimia para permitir o encadeamento dos subsídios

tidos como centrais sobre a temática no recorte adotado. Todavia, a abertura da conversação não estreitou as perguntas, aceitando o encaminhamento de óticas fulcrais para os assentados, partindo inicialmente do que foi perguntado, mas não restringindo os assuntos. Isto garantiu a obtenção de múltiplas informações, o que expôs as necessidades, ocorrências concretas e os anseios sobre o tópico mudanças climáticas por aqueles que vivem em lotes de reforma agrária provindos da luta dos movimentos sociais e que procuram efetivar territorialidades ambientais positivas.

Para isto, trabalhou-se com os seguintes aspectos das vinculações entre a macroescala e os rebatimentos locais sobre a agenda em mudanças do clima no país: a) o reconhecimento das inferências climáticas nas bases dos lotes rurais e suas imbricações no cotidiano dos assentamentos; b) a responsabilização por causas e ações em mitigação e adaptação; c) as participações em projetos ligados direta ou indiretamente a PNMC brasileira e PEMC-SP; d) as necessidades dos assentados e suas expectativas na formulação e aplicação de agendas em mudanças climáticas; e) o incentivo às práticas agroecológicas, bandeira dos movimentos sociais como contributo para a contenção em emissões de GEE; f) projetos desenvolvidos através da organização de movimentos sociais sobre o clima e mudanças.

Contudo, inserido na complexidade dialética da realidade, alguns dos aspectos relevantes, considerados no seio das análises da agenda brasileira e em reivindicações dos movimentos sociais em macroescala, que baseou, então, a abordagem qualitativa, se comportaram como necessidades diferenciadas para os assentados. Por isso, no capítulo IV se dialoga com a aferição da totalidade observada e os pontos levantados nos assentamentos, seguindo o material obtido com a estruturação dos questionamentos acima demonstrados, mas reservando à exposição junto à importância apontada pelos sujeitos entrevistados.

Neste ínterim, as significações e relevância dos assentamentos rurais como “casos” exemplificativos para dialogar com o processo de afirmação da política climática no Brasil, e suas inclinações para o rural, se dão a partir da conjugação “luta por terras (e capacidades de permanência nelas) – construções políticas em clima e mudanças – diminuição de desigualdades”.

Assim, foi possível estabelecer a vinculação profícua entre áreas de reforma agrária e condicionantes sobre os ditames climáticos contemporâneos a partir da dimensão qualitativa, consentindo a exemplificação e valorização do estudo de caso acolhido.

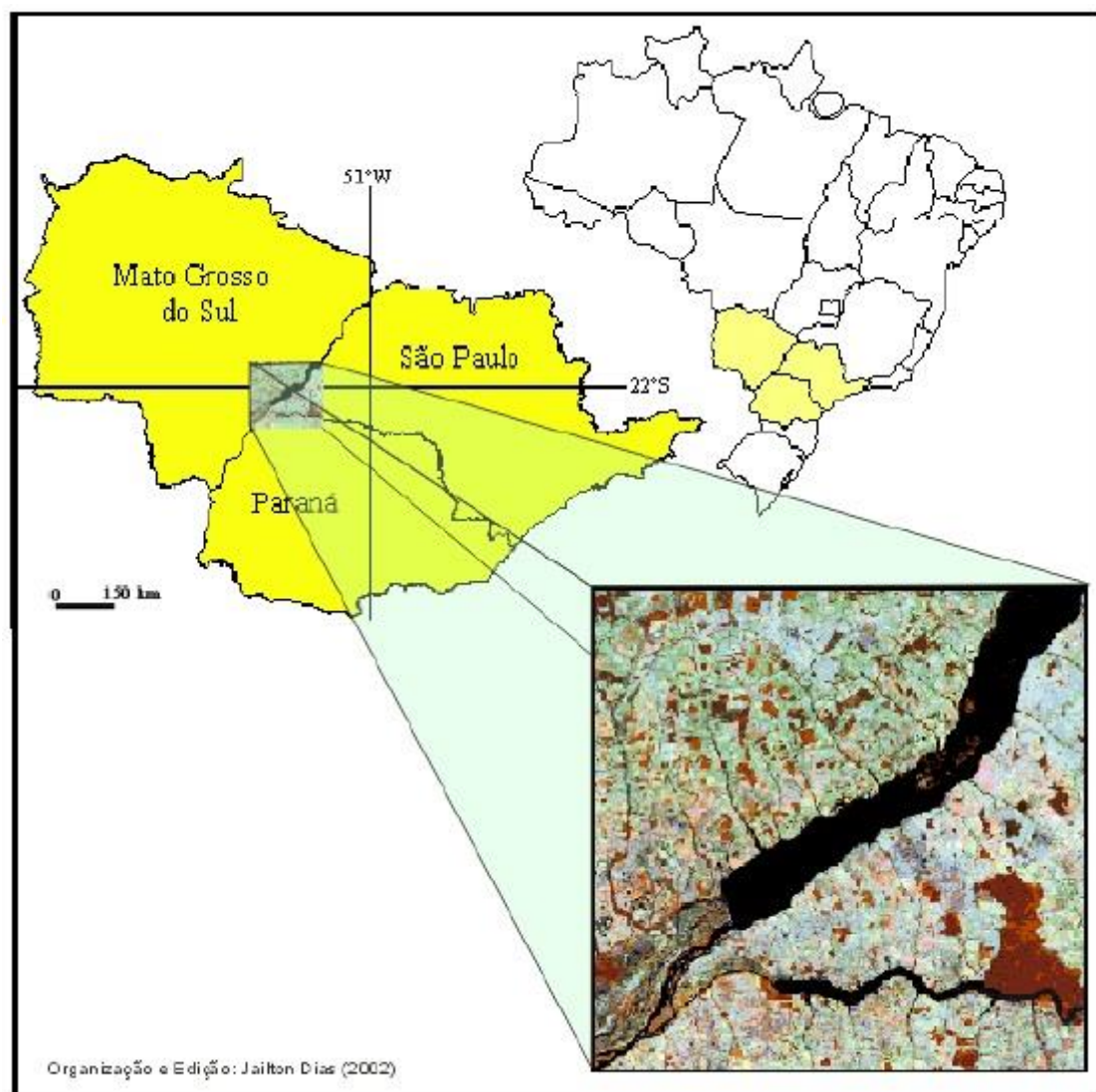
Tendo isto em vista, parte-se na sequência dos enquadramentos analíticos para a compreensão do processo de formação do Pontal do Paranapanema-SP, dos assentamentos rurais de reforma agrária inseridos neste domínio e suas sinalizações, atenções, contradições e esperanças nos quesitos da produtividade e benefícios climato-ambientais, o que dará as bases para o discernimento das vinculações locais do mote averiguado.

PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL

O Pontal do Paranapanema se situa no extremo Oeste do estado de São Paulo, marcado pela confluência de dois rios importantes: o Paraná e o Paranapanema⁷⁴. Nas palavras de Leite (1998, p.15), pioneiro nos estudos sobre a região, “[...] o Pontal está encravado nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, que lhes servem de limites a Oeste e a Sul, o que, sem dúvida, já lhe confere características próprias”.

⁷⁴ A palavra “Paranapanema” significa rio ruim, batizado por populações indígenas devido ao perfil encachoeirado, dificultando a navegação em seu curso (PANDOLFI, 2006).

Mapa 6: Localização do território do Pontal do Paranapanema – SP na confluência entre os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Brasil.



Fonte: TORRES; JÚNIOR (2010, p.7)⁷⁵.

A ocupação efetiva da região se inicia no século XIX, tendo como movimento desbravador intenções políticas e militares, sendo posteriormente ampliadas pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana, ligando os limites finais de Presidente Epitácio às concentrações mais próximas do município de São Paulo (LEITE, 1998).

Neste sentido, tem-se que:

Após permanecerem estacionados desde 1889 na vila de Botucatu, os trilhos começaram a avançar, atingindo Manduri, em

⁷⁵ Organização e edição gráfica: Jaílton Dias, 2002. Adaptação: Torres, 2007.

1906; Salto Grande em 1910; Presidente Prudente em 1917 e Presidente Epitácio em 1922. Duraria, pois, 33 anos a construção da ferrovia entre Botucatu e a margem do rio Paraná, onde pouco tempo depois surgia o porto de Epitácio, tendo em vista a ativação do movimento de barcas, balsas e pequenos vapores (LEITE, 1998, p.32).

A inserção da criação de gado bovino e, posteriormente, a procura por terras para o plantio do café particularizam a formação territorial no início da ocupação do Pontal, o que vem carregado de inúmeras contradições e malefícios, envolvendo o desmatamento e a destruição da grande maioria das reservas em diversidade da fauna e flora ali existentes.

Associadamente, desde a inserção regional no potencial produtivo do estado de São Paulo, a área é constantemente distinguida pelos conflitos por terras, devido às marcas registradas entre os grileiros, posseiros e o Estado⁷⁶. Posteriormente, este processo se acentua pelas manifestações dos movimentos sociais que buscam reforma agrária no país, articulando ocupações de terras no Pontal consideradas devolutas⁷⁷ (FERNANDES, 1994; PANDOLFI, 2006; BARRETO; THOMAZ JR, 2013).

Como exemplo, Feliciano (2007) verifica que a partir da apropriação de terras por ma fé, com documentos falsificados, existem mais de 231 mil hectares devolutos na região com a necessidade de estabelecimentos jurídicos para que fins produtivos sejam legalizados.

Esta dinâmica conflituosa, correspondente aos códigos de propriedade da terra, se enquadra, em aspectos gerais, nas estruturas iniciais de concessões fundiárias no país apoiadas à época nos aportes das sesmarias da Coroa Imperial, que permitia o usufruto de determinada área a quem se dispunha cultivá-la (FELICIANO, 2013).

⁷⁶ **Posseiros** são trabalhadores rurais que têm a posse da terra, porém não legalizaram os documentos que sustentam nomeações vinculativas com a propriedade. Legalmente, trabalha na terra e dela retira seu sustento há mais de dez anos. **Grileiros** se apropriam ilegalmente de terras e forjam documentos falsos para buscar ou justificar a posse.

⁷⁷ **Terras devolutas são terras** públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "**devoluta**" relaciona-se ao conceito de **terra** devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Disponível em: www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/ <acesso em 30/01/2014>.

Como apontando por Leite (1998, p.36),

Até meados do século XIX, na falta de legislação mais adaptada ao trato da propriedade no Brasil, era prática a declaração de posse de glebas de terras por meio da escrituração em livros existentes em paróquias, feita pelo próprio vigário, assinadas pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Era o “Registro Paroquial” ou o “Registro do Vigário”.

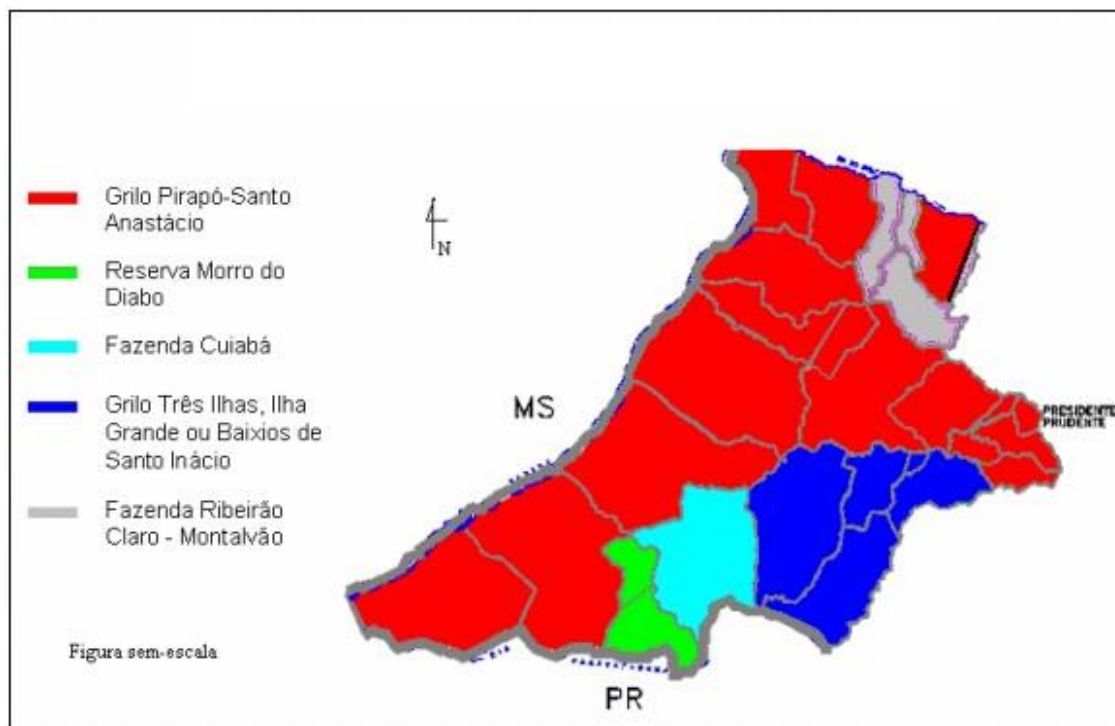
Esta especificidade é um elemento chave na formação desta porção do país, distinguida pelas lutas por terras. O documento estabelecido com fé paroquial não se colocava como registro da terra em posse do declarante, mas se tornava a letra base para pedidos futuros de reconhecimento de direito a partir da comprovação de cultivos e moradia no espaço ocupado (LEITE, 1998). Ao passo desta petição de consideração, o poder à época vistoriava o local, conferindo as benéfices criadas, os animais, os cultivos e dava, então, a legitimidade de posse ao requerente (LEITE, 1998).

Em 1850, com a Lei nº 601 - “Lei de terras”⁷⁸ -, este processo de deferimento da propriedade se interrompe. Porém, como os seguimentos legislativos possuem inércias em termos de suas datações, todo registro prévio ao ano de aplicação da Lei ainda poderia ser utilizado para a concretização do poder sobre estas, tornando-as particulares (LEITE, 1998; FERNANDES, 1998).

Isto demandou uma série de pedidos irregulares e falsos para a obtenção de grandes áreas na região. Exemplarmente, um acontecimento factual está ligado ao grilo *Pirapó - Santo Anastácio*. Para a posse dessas terras, foram tentadas inúmeras solicitações de registros, porém todas negadas entre os períodos finais do Império e iniciais da República por inveracidade dos documentos e falta de acurácia nas informações (LEITE, 1998).

⁷⁸ [...] a Lei de Terras foi implantada no país no mesmo ano do fim do tráfico negreiro. Sua finalidade era, em primeira instância, incentivar a imigração “espontânea”. Esta lei pretendia que as pessoas que tivessem com posses ou sesmarias, regularizassem suas áreas, realizando seu “registro”. Com essa alteração, as terras passariam a domínios particulares e, conseqüentemente, o Estado saberia que as terras que sobrassem seriam suas, ou seja, as terras devolutas. A partir daí essas terras em domínio do Estado seriam vendidas em pequenos lotes para imigrantes que desejassem se estabelecer no país como pequenos agricultores (FELICIANO, 2013, p.171).

Mapa 7: Grilos majoritários no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Feliciano (2007, p.51)⁷⁹.

Neste período, um agrimensor da região, mesmo tendo recebido negações em diversos pedidos de reconhecimento da fazenda *Pirapó-Santo Anastácio* a partir de suas aplicações, encaminha uma solicitação ao Ministério da Agricultura do Governo Provisório, em transição para a República no país, solicitando parecer positivo para o recebimento de imigrantes naquelas terras (LEITE, 1998; FERNANDES, 1994). Apoiado no movimento de inserção de imigrantes como força de trabalho e ocupação, o Ministério autoriza o agrimensor a receber estas pessoas e alocá-las no trabalho usando as palavras “suas terras” (LEITE, 1998).

Leite (1998, p.43) indica que “[...] os termos ‘suas terras’ foram suficientes (...) tiveram força de legitimação da sua posse [...]”. Após receber um documento ministerial em que estava indicado a propriedade, com a nomeação “suas”, nada mais impediria de garantir o reconhecimento destas, e assim foi feito, vendeu, avalizou, trocou e entregou a quem quis (LEITE, 1998).

⁷⁹ Dados: ITESP, 2005.

Todavia, como a história aponta amplamente as oscilações dialéticas em sociedade, paulistas, mineiros e pessoas providas de outras localidades pouco reconheciam (ou sabiam) que a propriedade estava nas mãos de particulares, tendo ainda a área como devoluta (FERNANDES, 1994; LEITE, 1998). Dessa maneira, apoiados na extensão da Estrada de Ferro Sorocabana, contingentes populacionais passam a se aventurar em direção ao Pontal e se ajustar em novos grilos e tentativas de forjar posses dentro da fazenda *Pirapó-Santo Anastácio* (LEITE, 1998).

Assim,

Houve conflitos entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes grileiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes. Houve época em que cada sitiante tornar-se-ia, com carabina em punho, o defensor extremo de “sua” cobiçada gleba [...] (LEITE, 1998, p.44).

Ampliando o quadro, Fernandes (1994) aponta que ainda na década de 40 foram criadas as reservas florestais do Pontal do Paranapanema, sendo elas: Reserva do Pontal do Paranapanema; Reserva Lagoa São Paulo; Reserva do Morro do Diabo.

Como se pode notar:

[...] A área das três Reservas correspondia a 297.400 hectares. Contudo este ato não teve efeito. Somente a Reserva do Morro do Diabo não foi devastada totalmente pelos grileiros do Pontal (FERNANDES, 1994, p.96).

Pandolfi (2006) exprime que na década de 60 do último século inúmeros conflitos remanescentes das estruturas de posse por grilos se demonstraram muito evidentes na região, criando composições e marcas latentes neste contorno da geografia do estado. Fernandes (2004) caracteriza que as questões jurídicas sobre as terras no Pontal ainda sofrem com impasses e incertezas.

É neste contexto turbulento entre marcos de posses de terras que surgem os movimentos sociais e as lutas por terras nas décadas de 80 e 90 no Pontal do Paranapanema-SP, corroborando o que resultaria na formação de assentamentos rurais de reforma agrária na região.

Assim sendo, debate-se sequencialmente a territorialização desses sujeitos em seus lotes de reforma agrária e as caracterizações deste processo histórico.

O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

De acordo com Leal (2003), os assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP provêm da luta intensiva de movimentos sociais que buscam realocar populações excluídas pelo processo de dominação social e modernização do campo brasileiro a partir das dimensões ilegais das terras.

Souza (2007) aponta que este percurso está associado às transformações nas estruturas do campo paulista, em que a redução de cultivos tradicionais, como o exemplo do café, e o reordenamento da estrutura demográfica, dispõem um novo formato social e econômico no estado, liberando mão de obra e, com isto, fortalecendo as indagações sobre as questões fundiárias no território. Amplamente, o Estado veio atuando no intuito de garantir o interesse do grande capital na região, como o ligado à expansão da cana-de-açúcar (o que é fomentado pela PNMC)⁸⁰, provendo regularizações em áreas que são ilegais e que não podem ser vendidas, trocadas, empenhadas, ou seja, comercializadas, por problemas jurisdicionais (SOUZA, 2007).

Neste sentido, num cenário demarcado por posseiros, atingidos por barragens, parceiros e arrendatários fragilizados pela sistêmica relação de expurgação do trabalho no Pontal, movimentos sociais se organizam para a manifestação concreta de forçamentos em prol da obtenção de espaços de terras devolutas para o desenvolvimento de atividades laborais ligadas a produção de alimentos, tendo maior significação o MST (LEAL, 2003).

Lima (2006) e Leal (2003) caracterizam, ainda, que existem movimentos menores dissidentes do MST, como o MAST e o “MST do Pontal”, o que amplia a importância deste primeiro em termos analíticos na abordagem escalar da tese e,

⁸⁰ Constatação do autor da tese.

ao mesmo tempo, sua conjuntura permite enquadrar diretamente sujeitos sociais que compõem os assentamentos rurais de reforma agrária.

Especificamente, desde a década de 80 a atuação de movimentos sociais marca o Pontal do Paranapanema-SP, com a metodologia de ocupações para a obtenção de atenções e para pressionar o Estado no reconhecimento de que grupos populares buscavam a utilização das terras para finalidades produtivas (FERNANDES, 1999; LEAL, 2003).

Por este viés,

A luta pela terra adquiriu nova dimensão, territorializando e reunindo outras famílias no Pontal do Paranapanema. Em setembro de 1985, ocorreu a ocupação da fazenda Água Sumida, localizada no Município de Teodoro Sampaio, resultando na conquista do assentamento em 1998. Com isso outras terras foram ocupadas no início da década de 1990, como a fazenda São Bento, localizada no município de Mirante do Paranapanema (LEAL, 2003, p.61).

Após a segunda metade da década de 1990, a efetivação de assentamentos rurais na região provindos da atuação de movimentos sociais se expande, tendo como referenciais os municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, com os maiores contingentes em número de assentamentos (LEAL, 2003).

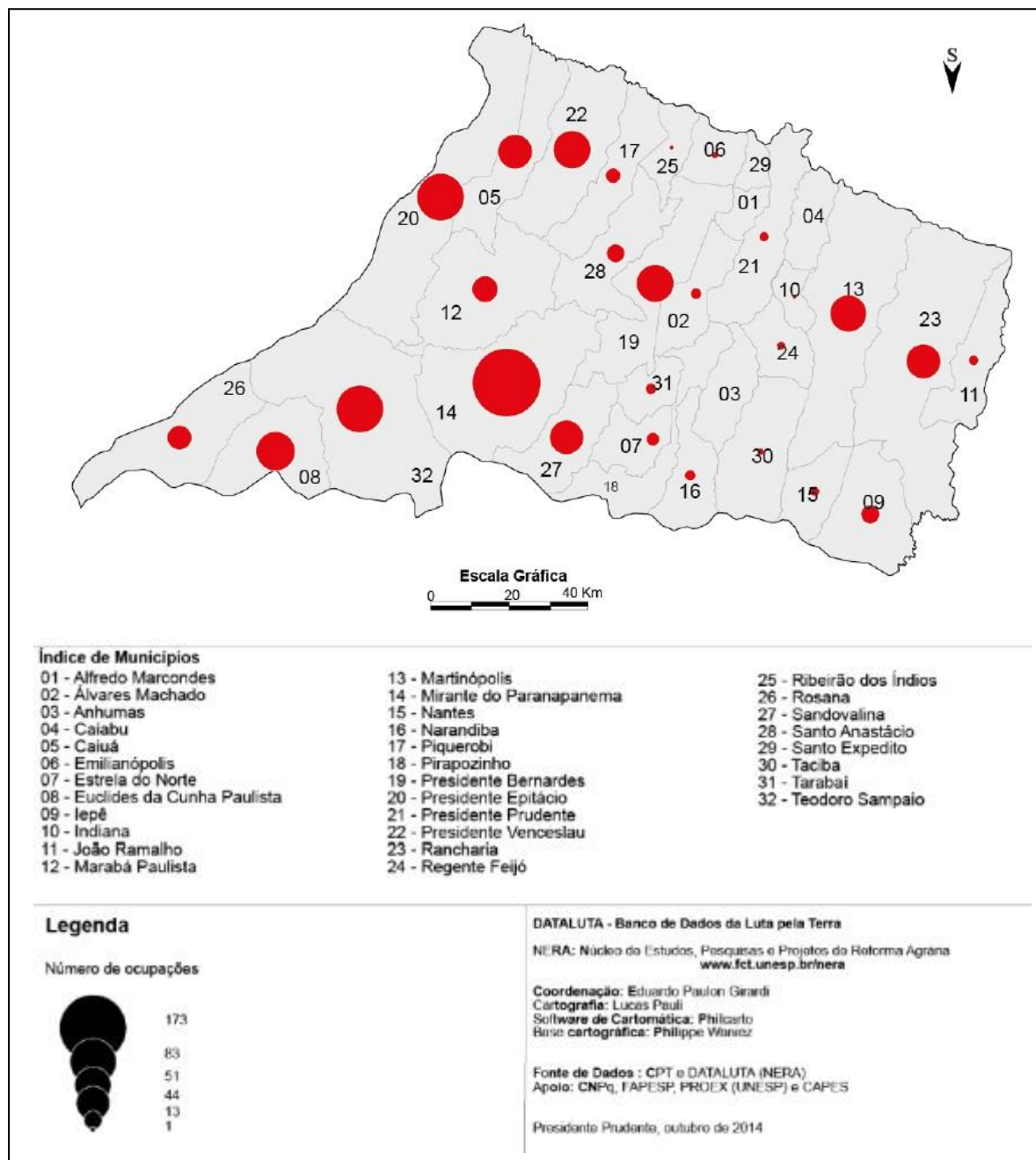
Ramalho (2002) demonstra que em 1995 o Pontal era uma das regiões com os maiores índices de conflitos de terras no Brasil, possuindo elevado número de ocupações. “[...] Cerca de 75% do total das ocupações realizadas na região do Pontal do Paranapanema ocorreram a partir de 1995, que é o ano em que o MST passa a organizar ocupações de terra na região[...]” (RAMALHO, 2002, p.61).

Fernandes (2003) dispõe que a grande evidenciação de imposições territoriais neste processo é a ferramenta utilizada para a alocação de áreas em que são demarcados lotes, transcorrendo posteriormente suas distribuições para famílias produzirem alimentos, sendo estas as **ocupações** e a formação de **acampamentos** nas terras devolutas, o que cria pressões e exposições sociais (FERNANDES, 2003; LEAL, 2003; RAMALHO, 2002; OUTROS).

Lima (2006) demarca que, em 2005, cerca de 24 acampamentos existiam na região, com 8.732 famílias a espera de um lote de reforma agrária. Atualmente, de

acordo com o Boletim DATALUTA (2013), por volta de 1.573 famílias estavam acampadas no ano referido.

Mapa 8: Número de ocupações no Pontal do Paranapanema entre 1998 e 2013.



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra: Relatório Pontal do Paranapanema, 2013.

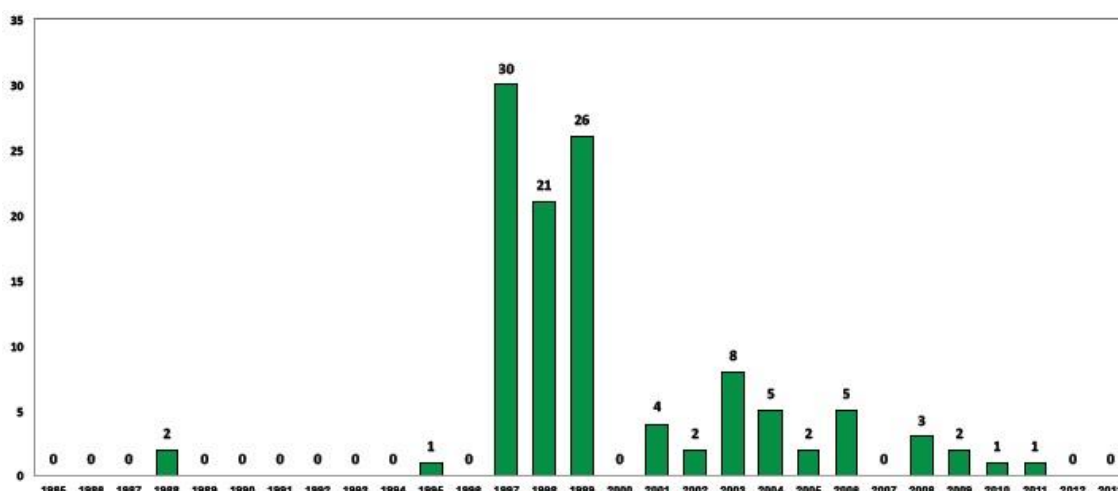
Nisto,

Nos acampamentos, os sem-terra organizam diversas comissões (saúde, formação, educação, frente de massa, etc.) para fortalecer a luta pela terra. A condição para o avanço da luta corresponde à organização caracterizada pelo poder de pressão, como um importante instrumento na conquista do espaço social através das tomadas de decisões, da organização dos trabalhadores para que não ocorra a desestruturação do movimento (LEAL, 2003, p.65).

Lima (2006) verifica que a formação e união de trabalhadores do campo (e que por vezes estão nas cidades) em movimentos sociais se dão pelo discernimento de que as necessidades individuais se concentram em condicionantes coletivos que são reverberados pelo desemprego estrutural e precariedades na inclusão social, o que conforma uma larga situação de segregação.

Neste contexto, com respectiva efetivação dos movimentos, com elevado destaque o MST, tem-se a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária na região, regimentados, legalizados e organizados por duas agências principais vinculadas ao Estado, o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Gráfico 2: Número de assentamentos rurais criados por ano entre 1985 e 2013 no Pontal do Paranapanema – SP.



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra: Relatório Pontal do Paranapanema, 2013.

Estes assentamentos, ao se implementarem (territorialização), criam novas dimensões existenciais em âmbitos econômicos, sociais e ambientais no local. Numa espacialidade caracterizada pelo desmatamento, inserção de grandes grilos e posses ilegais de terras, passa-se ao surgimento de pequenas propriedades familiares que possuem contestações aos grandes modelos de desenvolvimento e acompanhamento da agricultura e pecuária no país.

O referendar dos assentamentos rurais no Pontal expõe a construção de óticas diferenciadas em propostas de desenvolvimento em múltiplas escalas. Como exposto no primeiro capítulo, através dos movimentos sociais no campo, as lógicas de estruturações de grandes cadeias agroindustriais globais são rebatidas, figurando o princípio familiar como medida de organização da agricultura em categorias locais, nacionais e globais através da reivindicação destes atores.

Assim sendo, um novo comedimento de arranjo da produtividade, relações com o ambiente e, como um todo, com o espaço de vida cria e amplia outras possibilidades de configuração regional (nova formação em territorialidade). Isto, de acordo com Leal (2003), Ramalho (2002) e Fernandes (2003) transforma as caracterizações socioterritoriais da perspectiva regional do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo e, notoriamente, nos contornos agrários do Brasil.

Tendo este contexto em vista, discute-se no próximo tópico a disposição ambiental previamente à instalação dos assentamentos rurais de reforma agrária, para que se possa, posteriormente, vincular análises comparativas pelas identificações em campo e significações aferidas através dos assentados no Pontal do Paranapanema-SP alcançados em conversações.

A CONDIÇÃO AMBIENTAL DE PRÉ-LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL

A dinâmica ambiental da região do Pontal do Paranapanema-SP, previamente a territorialização de assentamentos rurais, estava

marcada pelo excessivo desmatamento, grandes perdas de solos e assoreamentos de cursos d'água.

A retirada de floresta é o ponto fulcral na relação sociedade/natureza nos interstícios regionais (DITT, 2002). Torres e Júnior (2010) resgatam que mesmo nas incursões do engenheiro Teodoro Sampaio⁸¹ à região, no século XIX, já ocorriam preocupações com os lastros em malefícios gerados pelo processo de ocupação e retirada da mata.

Como se pode notar, nas palavras de Teodoro Sampaio em 1890:

Enfim, pode-se dizer que aqui se derruba uma gigantesca perobeira para em seu lugar, se plantar quatro grãos de milho. Se a isso se dá o nome de lavoura, eu não sei então, o que seria destruição [...] (TORRES; JÚNIOR, 2010, p.12).

Mazzini (2007) demarca que a ocorrência do desmatamento predatório da formação original da área (predominantemente Mata Atlântica) foi resultado da procura por justificação dos grandes grilos, sendo necessário demonstrar ocupações efetivas, fazendo com que a extração de madeira se tornasse, inicialmente, a principal atividade econômica e, após isso, os plantios monocultores e as formações de pastagens ampliassem as degradações.

Ross e Moroz (1996) caracterizam que a região se encontra na Bacia Sedimentar do Paraná e, nela, o Planalto Ocidental Paulista. Isto configura um relevo majoritariamente assinalado por colinas amplas com altimetrias baixas, formando Latossolos e Argissolos numa declividade entre 10% e 20% (MASSARETTO, 2010).

Esta disposição geomorfológica acentua os efeitos do elevado desmatamento regional, o que acarreta assoreamentos, descargas negativas em solos na direção dos cursos d'água, provocando a diminuição considerável em escoamentos superficiais (MASSARETTO, 2010).

Numa medida histórica, os solos da região são, geralmente, arenosos e com fertilidade reduzida. Isto diminuí a razão plantio/resultado, impondo a necessidade de buscar sempre outros locais para a inserção de culturas como o café (MAZZINI, 2007).

⁸¹ 1855-1937: Engenheiro, Geógrafo, Historiador e Escritor brasileiro.

Após adentrarem novas áreas para cultivar, as que restavam menos férteis sobravam para o plantio de espécies com menores demandas para seu crescimento, como o algodão e o amendoim ou, então, para formação de pastagens (MAZZINI, 2007). De acordo com Mazzini (2007), as atividades eram realizadas por posseiros e arrendatários utilizados pelos grandes grileiros para limparem a terra, cultivarem determinados itens e pagarem o aluguel a partir da produtividade.

Quando do declínio da demanda por produtos concretizados no Pontal, associado à dinâmica ambiental degradante que reduzia a operosidade, a região tornou-se amplamente fornecedora de gado, sendo caracterizada a constituição de grandes latifúndios com a expulsão dos pequenos produtores de suas áreas, seja pelo empobrecimento ou por táticas e interesses dos grandes fazendeiros (grileiros) (MAZZINI, 2007).

Mazzini (2007), corroborando Passos (2004), determina que estudos de imagens de satélite verificam a rápida expansão do desmatamento no Pontal e a construção de vastidões de pastagens, referendando um processo de busca no futuro por justificativas produtivas quando da possível regularização de tais terras.

Assim sendo, cria-se um arquétipo em que os seguintes tópicos se afirmam na abordagem sobre a história ambiental do Pontal do Paranapanema-SP:

- Desmatamento predatório;
- Empobrecimento rápido do solo e intensificação dos processos erosivos, pela não utilização das técnicas de conservação;
- Destruição das matas ciliares, com o consequente assoreamento dos rios;
- Destruição das reservas ambientais, “protegidas” por lei. Atualmente apenas o Parque Estadual Morro do Diabo guarda uma amostra do que foi a região antes dos desmatamentos;
- Extinção de espécies nativas;
- Avanço da pecuária extensiva e aumento da concentração fundiária; (MAZZINI, 2007, p.241).

Como se consegue aferir, o cenário de instalação de assentamentos rurais de reforma agrária se apresentava (e em muitos aspectos ainda apresenta) com inúmeros desafios para a efetivação da vida e produção de alimentos, ainda mais quando as condições gerais de financiamentos e participações nos contornos produtivos da agricultura, desde o plantio até a venda final, são, também, desiguais na história dos espaços rurais do país.

Dessa maneira, os assentamentos rurais se configuram com elevada dificuldade de composição dos seus intentos, que são baseados nas medidas gerais (mesmo que dificultosas) da agroecologia, organizadas e debatidas via movimentos sociais. Esta concepção de agricultura e pecuária dispõe outro modelo de desenvolvimento para o campo, compondo necessidades específicas para aqueles que se voltam a este tipo de padrão produtivo.

Assim, dispõe-se no próximo tópico a explanação sobre este modelo no Pontal a partir dos movimentos sociais e dos assentamentos rurais, caracterizando suas delineações que serão distinguidas no próximo capítulo a partir dos trabalhos de campo realizados na região.

A AGROECOLOGIA COMO DIRETIVA PRODUTIVA PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS – REFERENCIAIS AMBIENTAIS APOIADOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A dimensão agroecológica que caracteriza os movimentos sociais e que, analogicamente, se alude no Pontal está baseada na ideia de que o plantio de alimentos deve ser conduzido em interação com a natureza, fomentado pela ampla inserção social e menores déficits na utilização de energia. Isto pode ser apreendido, por exemplo, na contestação dos movimentos sociais no campo em relação ao agronegócio e suas destinações aos circuitos longos de produção, bem como nos materiais organizados pelo MST.

Em matéria publicada pelo MST, apontando considerações sobre o Encontro Nacional de Produção do movimento, ocorrido em 2015, relata-se que o eixo central de atuação do grupo para com a produtividade é a agroecologia. Por este viés, através da fala da direção nacional, determinam que:

Os efeitos do avanço do capital no campo, em especial os monocultivos da cana de açúcar e do eucalipto, têm trazido problemas sócio-ambientais seríssimos e ameaça diretamente a soberania alimentar do Brasil (...) Soma se a isso, o avanço do capital através da indústria química que tem trazido centenas de prejuízos a saúde da população, em especial quando se refere ao uso intensivo dos agrotóxicos e dos agroquímicos (...) Frente a

essa lógica, os Sem Terra entendem a agroecologia como ferramenta capaz romper com o modelo de produção do capital, fomentando novas relações sociais baseadas na solidariedade e no respeito a natureza e ao ser humano (MST, 2015, p.2)⁸².

Neste sentido, os fornecimentos locais – circuitos curtos – baseiam a ordenação econômico-geográfica da agroecologia e ratificam suas características integradoras entre a produção e a ecologia que se estabelece em determinada porção do espaço.

Isto é fruto de um diálogo em que se constituem diferentes perspectivas para o desenvolvimento, sobretudo quando se apoia nas contradições e conflitualidades, ancorando-as como bandeira dos movimentos sociais ligados ao campo na América Latina (Vide os estudados na Parte I e os presentes no Pontal), de associações comunitárias, profissionais e ONG's.

Autores como Altieri (2010), Guzmán (2001), Gliessman (1990), Assis (2006), Leff (2002), Hecht (1999), Guterres (2006), Caporal e Petersen (2012), Wezel et al (2009), dentre outros, trabalham com o conceito de agroecologia e suas possibilidades para os territórios rurais.

Brandenburg (2003) afirma que o erguimento desta modalidade para o rural tem a ver com a reação à instauração dos modos industriais de produção e consumo de alimentos, somados a contestações políticas ligadas à preservação da saúde e do ambiente. Sua arquitetura é demonstrada como oriunda de modelos das primeiras formações agrícolas desenhadas por sociedades pré-coloniais e indígenas (ALTIERI, 2010; WORSTER, 2003, ASSIS, 2006).

Assis (2006) apresenta que, em suma, até a Segunda Revolução Agrícola nos séculos XVIII e XIX, a rotação dos sistemas de culturas (*Norfolk*) e a integração da atividade da produção animal e vegetal eram orientadas por bases tecnológicas que respeitavam o ambiente e seu fundamento ecológico, buscando superar as limitações a partir das próprias regras/conformações da natureza. Com o aprofundamento das técnicas provindas da química agrícola, passou-se a “jogar

⁸² Disponível em:

<http://www.mst.org.br/2015/11/27/semterraapontamaagroecologiacomomododevidacapazdegarantirasoberaniaalimentar.HTML> <acesso em: 14/04/2016>

contra” os aspectos ecológicos do ambiente, buscando superá-los com engenhos transformativos danosos (ALTIERI, 1999).

Desse modo,

[...] a emergência da via ecológica como uma alternativa de construção de um outro paradigma de produção agrícola, de padrão de consumo alimentar e de relação socioambiental fez com que se retomassem não apenas matrizes técnicas existentes anteriormente à modernização, mas provocou a **formação de novos atores, em torno de associações específicas motivados pela demanda de alimentos, de “qualidade diferenciada”** [...] (BRADENBURG, 2003, p.5).

Neste processo, inúmeras pesquisas calham em focar espaços de cultivos tropicais, como os resultados de produções perspectivadas na multiplicidade de vegetais e as ampliações em usos de plantas com diferentes composições em termos de espécies, assim como suas interações com os sistemas humanos. Percebeu-se, então, que, por vias ambientais e produtivas, a agroecologia se manifesta com proficuidade elevada, compondo um contraponto às monoculturas e a produção industrial na agricultura (GUTERRES, 2006; HECHT, 1999).

Em linhas teóricas, a agroecologia se define como uma ciência transdisciplinar, fundamentada na aplicação de conceitos provindos da ecologia aos contornos e manejos dos agroecossistemas, propondo a valorização de sua complexidade e sustentabilidade (ALTIERI, 2010).

De acordo com Guterres (2006), o debate multi-transdisciplinar da agroecologia enfoca as ciências naturais e sociais, pois propõe a transformação social, ambiental, política e cultural, tendo o local e suas composições características como parâmetros.

Neste caso, a partir de Guzmán (2006), aborda-se a conceituação agroecológica como a forma de arranjar os recursos naturais de modo social, pela ação dos indivíduos, buscando afirmar saídas à crise moderna da agricultura, caminhando por estratégias alternativas de circulação da produção ancoradas no desenvolvimento participativo (CAPORAL; PETERSEN, 2012). Isto se reflete na restauração da paridade ecológica e social da funcionalidade dos territórios rurais (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

Assim, três premissas básicas orientam a disposição por este propósito, sendo elas:

- a) A equidade enquanto um fator fundamental para a sustentabilidade dos agroecossistemas;
- b) A diversidade e a compatibilidade cultural como base da construção de agroecossistemas biodiversificados e de uma pedagogia de troca de saberes;
- c) A relação entre território disponível e capacidade de suporte dos ecossistemas e a organização espacial/territorial necessária ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produções (GUTERRES, 2006, p.87).

Altieres e Nicholls (2002) caracterizam que se existe a intenção de efetivamente tomar em conta a perspectiva ambiental dentro dos aportes do desenvolvimento, criando o prisma da sustentabilidade, isto não pode ser estabelecido dentro dos regimentos agrícolas que se colocam como agentes da própria crise ambiental, mas sim com sinergias entre a economia, as ciências agrárias, a ecologia e a sociedade.

Estas conjecturas de necessidades em relação à produção no espaço agrário e o ambiente se apresentam devido à construção das novas tramas do capitalismo global inserido no campo, por vias bem observadas por Ploeg (2009).

Assim,

A atual crise agrária emerge a partir da interação entre (1) a parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em impérios alimentares que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos, criando um novo e global regime alimentar, está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição (PLOEG, 2009, p23).

Como se observa, a dimensão agroecológica de organização da produção e vida nos territórios rurais vai além das caracterizações estritas dos mecanismos de regulações ambientais que orientam processos ligados à manutenção de atividades da chamada “agronomia padrão”. Norteiam suas imbricações para a

sustentabilidade do ambiente, da produção e, também, da existência de mercados locais, fortalecendo a territorialidade familiar da agricultura e pecuária.

Altieri (1999, p.9) arranja uma análise mais ampla, evidenciando que,

La agroecología va más allá de una mirada uni-dimensional de los agroecosistemas: de su genética, agronomía, edafología, etc. Esta abarca un entendimiento de los niveles ecológicos y sociales de la coevolución, la estructura y funcionamiento de los sistemas [...].

De acordo com Valadão e Moreira (2009), a consolidação dos debates ambientais e das ações dos ambientalistas influenciaram diretamente os movimentos sociais ligados ao campo pelo fato de ocorrer certa sinergia entre ideários e expectativas. Neste sentido, ao passo que a *Via Campesina* e as organizações associadas vinham discutindo aspectos ligados às tecnologias alternativas para o campo, os grandes encontros sobre a temática ambiental demonstravam os aparatos nocivos do modelo de desenvolvimento majoritário contemporâneo.

Desse modo,

[...] a crise do setor agrícola, com o endividamento progressivo dos agricultores e abandono da atividade agrícola possibilitou uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento e a abriu perspectivas para a discussão de alternativas ao mesmo (LUZZI, 2007, p.91).

Isto corrobora a constatação, através de movimentos sociais, de que o sentido da “Revolução Verde” era a transformação das relações de poder mediante o uso de diferentes tecnologias, divergindo, de todo modo, da luta concreta que se propunha com relação à fome (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Como uma referência importante dentro da *Via Campesina*, o MST no Brasil dispõe a agroecologia como resolução afirmativa no ano de 2000, a partir dos documentos do IV Congresso Nacional do MST (VALADÃO; MOREIRA, 2009). Neste material se encontram diretivas críticas aos contornos da agricultura tradicional, às atuais maquilagens nas atenções com o meio ambiente e a cooptação da cadeia produtiva de alimentos por transnacionais (VALADÃO; MOREIRA, 2009).

Como se observa,

[...] para o MST a agroecologia não é simplesmente uma questão tecnológica com a substituição de insumos, mas uma alternativa ao modelo do agronegócio. Entende-se que

se faz necessário recuperar dimensões da vida das famílias camponesas no manejo dos agroecossistemas, valorizar práticas antes desprezadas como a produção de alimentos para atender as necessidades da família, aliada com a organização da produção para o mercado. Cuidar dos recursos naturais como o solo, a água e a biodiversidade; da saúde; garantindo condições de vida digna para as famílias assentadas (VALADÃO; MOREIRA, 2009).

No Pontal do Paranapanema-SP a busca por este modo de concretizar as atividades nos lotes de reforma agrária é uma herança dos debates em movimento sociais que possuem inúmeras dificuldades e desafios para sua concretização. Todavia, o caminhar de tentativas é verificável.

Por exemplo, desde o ano 2012 ocorrem os *Encontros de Agroecologia do Pontal do Paranapanema*, fomentados por assentados rurais e agências em agropecuária como a EMBRAPA e o INCRA. Nestes eventos, bianuais, são debatidos aspectos como os apontados pelo o INCRA (2012, p.1)⁸³:

Muitas das áreas arrecadadas pelo poder público e convertidas em assentamentos possuíam um passivo ambiental devido a décadas de exploração predatória. Recuperá-las tem sido o desafio dos órgãos governamentais responsáveis e dos produtores rurais assentados.

O ITESP, mediante a verificação das inclinações dos agricultores familiares na região, passou a dialogar no caminho de construir um projeto denominado “Pontal Agroecológico”, em que 12 unidades referenciais seriam os embriões de práticas e estudos sobre a maximização da agroecologia no recorte compreendido.

Como se observa,

O projeto visa a promover mudança ou transição dos sistemas tradicionais de produção leiteira para o sistema de produção agroecológica, considerado por muitos técnicos e beneficiários como mais correto em relação à preservação do solo, considerando a reestruturação das unidades produtivas em relação às características nativas da fauna e flora da região, o baixo custo e principalmente a preservação do meio ambiente de forma sustentável (ITESP, 2011)⁸⁴.

⁸³ Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/encontrodiscuteagroecologianopontaldoparanapanemas> <acesso em 14/04/2016>.

⁸⁴ Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/noticias/ntc_1000.aspx <acesso em: 20/07/2015>.

Assim sendo, tendo clarificado o processo de composição do Pontal do Paranapanema-SP e as manifestações sociais, econômicas e ecológicas em propostas dos movimentos sociais para os assentamentos rurais de reforma agrária, parte-se no próximo capítulo para as verificações dos quesitos ligados às mudanças climáticas e as articulações escalares entre o global e o local através do Estado e movimentos sociais, tomando como referência as dinâmicas territoriais dos assentamentos rurais da região expressas qualitativamente.

SÍNTESE

Os assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP são significativos como estudos de caso por apresentarem um histórico de instalação em áreas conflituosas e, associadamente, se inserirem nas dimensões orientadoras de movimentos sociais, como o MST, que delineiam buscas produtivas em relações ecológicas positivas com o ambiente.

Neste sentido, a construção desigual e ilegal da questão fundiária na região é contestada e transformada pela instalação dos acampamentos, ocupações e, posteriormente, da formação dos próprios assentamentos. Com a construção de vida e manifestações de cultivos dos assentados, novas dinâmicas territoriais se imprimem, criando territorialidades que expressam, também, a heterogeneidade do rural brasileiro.

Com isto, a formatação complexa e corrompida sobre a distribuição de terras na região, a degradação ambiental decorrente deste processo, a atuação do Estado na permissão e manifestação em prol de atividades com elevado capital e o surgimento de movimentos sociais que reivindicam espaços de reforma agrária individualizam o caso “Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP”, possibilitando um ponto de partida analítico para a discussão das ramificações, extensões e alcances da formulação e prática de políticas em mudanças climáticas no Brasil.

Capítulo IV

MUDANÇAS CLIMÁTICAS A PARTIR DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE FORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP: O LOCAL EM DESTAQUE

IMPLICAÇÕES DO CAPÍTULO

Objetivo

Neste capítulo, intenta-se caracterizar o levantamento obtido através de pesquisa de campo, com viés qualitativo, das notações sobre mudanças climáticas em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP. Dessa maneira, adentra-se a centralidade das significações que os escopos multiescalares da temática possuem na abordagem local, dispondo a conjuntura territorial dos hiatos e proficuidades partindo do Estado, movimentos sociais e, associadamente, dos próprios assentados nos quesitos clima e impactos da sociedade.

Problemática

As verificações do padrão organizativo em macroescala sobre mudanças climáticas suscitam questionamentos sobre suas extensões em dimensões locais. Por este caminho, o contraponto diagnosticado entre a agenda brasileira sobre o clima e as contestações dos movimentos sociais voltados ao rural pode alocar diferentes possibilidades quando de seus alcances com relação aos extremos direcionais desta analogia, como o caso dos assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.

O “FAZER”: PASSOS AGROECOLÓGICOS INICIAIS E POTENCIALIDADES CLIMÁTICAS VERIFICADAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL

Nos assentamentos rurais visitados, foi possível observar a construção territorial de possibilidades positivas quando das lógicas imbricadas no favorecimento da potencialidade da biodiversidade e melhorias em condições climáticas locais, seguindo notações que, conjuntamente, contribuem com a globalidade do escopo analisado. Dessa maneira, há determinada inversão no padrão averiguado ao que se podia configurar na região antes das ocupações em lutas por terras e confirmação político-social dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Este cenário já se compõe como um aspecto positivo da inserção de tais territórios a partir dos movimentos sociais no campo e de suas prerrogativas enquanto existência em sociedade e capacidade produtiva. Todavia, contradições se relevam nas estruturas relacionais observadas entre o Estado, os próprios movimentos sociais e os assentamentos no que corresponde à efetivação concreta de práticas em mitigação, adaptação e aumento de resiliência às dinâmicas climáticas, que serão tratadas nos próximos tópicos.

Neste momento, busca-se evidenciar a potencialidade positiva dos territórios notados no caminho de benefícios aos ditames locais, regionais e globais da totalidade clima-ambiente, tendo como consideração o assentado em si, suas amarrações e significados em extensões de discernimento e atuação nos contornos gerais observados nos capítulos I e II deste trabalho.

Assim sendo, ao se instalarem em seus lotes de produção, ativando novas manifestações de vida numa espacialidade dominada, previamente, pelas pastagens, degradações florestais e nos solos, passaram ao reflorestamento de suas circunscrições, ou seja, ao redor da casa, e ao plantio em torno das demarcações limítrofes dos lotes.

Neste mesmo passo, quando da formação das plantações de diversos alimentos, como café, abóboras, feijões, quiabo, mamão, dentre outros, ocorrem algumas integrações entre vegetais cultivados e espécies regionais replantadas, demarcando a simbiose entre produção, floresta e regimentos sistêmicos naturais.

Isto se clarifica a partir das imagens abaixo, em que a integração plural nas práticas de obtenção de alimentos se averigua facilmente na paisagem dos assentamentos.

Imagem 2: Área de plantio em assentamento rural visitado.



Fonte: Pesquisa de campo.

Data: Agosto de 2015.

Este referencial de atuação provém, em muitas das vezes, das condicionantes criadas nos espaços de vivências dos acampamentos prévios às instalações dos lotes, em que dentro do movimento social os assentados passam a discutir e analisar formas de produção, o que imprime a caracterização inicial da busca por aportes agroecológicos nos cultivos de alimentos e criações de animais.

Imagem 3: Construção de novas territorialidades no Pontal do Paranapanema-SP com bases agroecológicas.



Fonte: Pesquisa de campo.

Data: Agosto de 2015.

Neste caso, os insumos químicos, sementes viciadas, venenos e outros aportes industriais, assim como as monoculturas, são diminuídos (ou negados) no processo de afirmação agroecológica, compondo uma diretiva que alinha produção, ecologia, unidades familiares e mercados locais.

Este ponto de partida, assim como exposto por Beduschi Filho (2002), dá-se pela criação de estruturas informais no cotidiano de vida dos assentamentos rurais do Pontal, uma vez que as práticas dialogadas e apreendidas no contexto de afirmação destes territórios, sobretudo àquelas relacionadas à conservação do ambiente, são referenciais para as atuações intra-assentamentos. Nisto, um sujeito que passa a se vincular às condicionantes ambientais degradantes, logo tem sua atitude repreendida e questionada.

Corroborar isto Scopinho (2007), quando ao estudar assentamentos rurais no estado de São Paulo, via dimensões do cooperativismo, observa que as dotações agroecológicas são construídas pelos referenciais estabelecidos coletivamente, mediante os potenciais em ações que se encaminham na orientação contrária ao agronegócio e aos impactos ambientais.

Desse modo, a lógica de movimentos sociais, como por exemplo, o MST, se imprime num outro ponto de partida relativo à produção e distribuição de alimentos, em que: “[...] se há uma diferença, ela está na tentativa de rever o modo de organização da produção, incorporando os princípios da agroecologia e da cooperação” (SCOPINHO, 2007, p.88).

Por este aspecto de construção de abordagens sustentáveis, as principais vinculações efetivas de produção e preservação ambiental, inseridas nos contornos agroecológicos, ocorrem via movimentos sociais caracterizados por pequenos produtores rurais familiares (ABREU; BELLON, 2014; LUZZI, 2007; GLIESSMAN, 1990; FERNANDES, 2014), como no caso do Pontal. Estes, inseridos na categoria familiar, são responsáveis por grande parte dos alimentos que chegam à mesa das residências latino-americanas, vide os levantamentos estatísticos de Brasil, Argentina, Uruguai, dentre outros (FERNANDES, 2014). No Pontal do Paranapanema isto não é diferente, sendo esta uma das principais bandeiras dos assentamentos rurais de reforma agrária.

De tal modo, pode-se definir que esta conformação se estabelece, tendo como parâmetro analítico os diálogos obtidos em trabalho de campo na região, pela proposta dos assentados na definição concreta dos seus meios de vida, o que se caracteriza na transformação do local num lugar de produções, trocas, crescimentos, lutas sociais e melhorias ambientais, ou seja, no seu desenho como

um território. Neste sentido, as necessidades cotidianas das pessoas que marcam estes espaços têm se traduzido, em razão direta, em melhoramentos nos quesitos clima local e biodiversidade. Obviamente, este processo é lento e com diversos percalços, porém existente.

Alinha-se a esta constatação Araújo Lopes *et al* (2014, p.4), quando em pesquisa nos assentamentos rurais do Pontal, sobretudo nos alocados em Teodoro Sampaio, aferiu a seguinte disposição:

[...] a mata adjacente aos agroecossistemas fornecem uma série de serviços ecossistêmicos como polinização, produção de mel, controle biológico de pragas favorecendo a produção agrícola no entorno da área protegida (PEMD). Outro fator de notória importância é a relação do assentamento com a conservação da biodiversidade, uma vez que, muitos lotes realizam produção de base ecológica com sistemas diversificados, servindo como trampolins ecológicos para a fauna local. Essas unidades de produção de base ecológica contribuem com a formação de uma paisagem mais heterogênea (mosaicos) nos assentamentos rurais. Essa conformação estrutural e espacial das unidades de produção no entorno do PEMD favorece a conservação da biodiversidade.

Uma das falas dos assentados que foram alcançados em conversações para o trabalho apresenta a seguinte dimensão:

Foi feito reflorestamento, porque esse quintal meu mesmo aqui, ele não tinha essas árvores em volta, então era quente, dentro de casa não tinha como ficar, aí depois que plantou você viu que refrescou mais, então ajuda a umedecer o solo, ajuda a refrescar, gera mais oxigênio [...] (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A relação com o estabelecimento de conjuntos de fixações sociais também é apresentada de modo incisivo por alguns entrevistados, exprimindo as condições de benefícios aos sistemas agroflorestais quando ocorre a permanência dos sujeitos no campo e, a partir de suas práticas, o fornecimento de bens agropecuários. Neste propósito, a relação alimentos/*commodities* é destacada em seus conflitos, tendo como trilha a ocorrência das competições que configuram o quadro rural da localidade adentrada.

Como se observa, um dos assentados relata que:

Por que a usina [de açúcar e álcool] só quer saber de derrubar tudo, não quer saber de plantar árvore, plantar nada. Por que é o seguinte, aonde tem famílias em sítio, você pode ir em qualquer

sítio, sempre tem bastante árvore, porque o cara tem gado, tem a própria família, o cara precisa de uma fruta porque não vai comprar tudo na cidade, então a pessoa quer plantar pra ele mesmo usar ali, só que geralmente aonde tá povoado tem isso aí, tem as árvores, e aonde os pessoal vai saindo e aí vai acabando porque vai entrando cana [*principal item apoiado pela agenda climática brasileira*⁸⁵]. Pra você ver, que nem nós, que morávamos lá no Paraná, lá tinha bastante árvores, tinha café, tinha tudo. Aí no tempo que nós mudou de lá pra cá, hoje você vai lá, aquelas árvores que tinha e que era que nem um quintal assim, essas coisas, essas árvores que tinha acabou tudo. Acabou tudo, virou tudo cana, a usina derruba tudo, e fazer que nem o outro, pra onde vai essas árvores? (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Essa dimensão expositiva do assentado já expressa, previamente, as necessidades de compreensões em torno da agenda política climática no país e suas relações complexas, por intermédios territoriais, com os múltiplos agentes que conformam as estruturas rurais no Brasil. As investidas majoritárias em *commodities*, sobretudo aquelas ligadas à produção de biocombustíveis como o Etanol, são responsáveis pelas simplificações de sistemas agrícolas e, em muitos aspectos, pela determinação da falência de cultivos em áreas como assentamentos rurais⁸⁶.

Com isto, a partir do enquadramento da potencialidade em “fazer” erguida com as práticas dos assentados em seus lotes, marcadas pelos projetos de envolvimento em sociedade, economia e produção, posiciona-se o trabalho para a aferição das extensões nas questões climáticas observadas pelo assentado, de maneira que se possa configurar o traçado temático por aqueles que se inserem na extrema ponta do que se entende por relações locais no recorte adotado como estudo de caso.

Dessa maneira, é possível constatar que a presença, em si, de um assentamento rural trouxe consigo manifestações positivas em relação ao clima

⁸⁵ Inserção do autor da tese.

⁸⁶ “Nesse caso, os produtores rurais assentados do município de Sandovalina tiveram suas amoreiras (alimentos para o bicho-da-seda) inutilizadas pela pulverização área de canais vizinhos aos assentamentos” (BARRETO; THOMAZ JR, 2012, p.60).

local e biodiversidade. Neste ínterim, cabe discernir a expansão e efetivação de projetos e auxílios no enfoque a partir das nuances do Estado e dos movimentos sociais que se inserem na totalidade do recorte observado, caracterizando facetas das dinâmicas territoriais brasileiras em mudanças climáticas.

Para isto, dialoga-se com o reconhecimento dos assentados sobre a temática e, posteriormente, das suas indicações sobre as relações junto aos atores em macroescala nas esferas dinâmicas do local e suas construções territoriais.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA E O RECONHECIMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP

Tendo em vista as condições observadas previamente, este tópico analítico pretende expor considerações sobre o clima e suas mudanças a partir das aferições obtidas junto aos sujeitos que se dispõem no cotidiano de vida dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema - SP, uma vez que suas produções de alimentos se conformam na relação intrínseca com o ambiente.

Isto, de maneira geral, dimensiona-se conjuntamente com alinhar do arranjo político em torno do contexto avaliado, partindo do ponto em que os reconhecimentos de causas e efeitos climáticos “consigo” podem levar a forçamentos sociais (GIDDENS, 2010).

Especificamente, pretende-se discernir como os laços de considerações do trinômio “clima – plantio - política climática” ocorrem nos assentamentos rurais de reforma agrária enfocados, caracterizando aspectos potenciais no que corresponde às possibilidades territoriais de mitigação, adaptação e resiliência.

Esta modelação pela descrição dos assentados traz consigo a exposição dos alcances escalares locais do Estado, através da PNMC e PEMC-SP (agenda nacional), e dos movimentos sociais do campo que atuam mundialmente e nacionalmente nas questões climáticas associadas ao rural (vide Parte I).

Em linhas estritas, a importância dada à temática se coloca pela aferição das diferentes orquestrações climáticas nos territórios formados, materializando-se nas rotinas diárias com dificuldades e/ou potencialidades quando das distinções no clima, bem como na exposição relatada do alcance dos principais agentes do tecido social rural do Pontal do Paranapanema em que se encontram os assentamentos.

Dessa maneira, com as pesquisas de campo realizadas, pôde-se alcançar que há a predominância do conhecimento empírico, referido a partir de nuances históricas de vida, por conta dos entrevistados se encontrarem nas áreas dos assentamentos, em média, num intervalo de 15 a 20 anos, somados a isto cerca de 5 anos em processos de ocupações, o que os insere numa totalidade de consideração de 20 a 25 anos em experiências no Pontal.

Assim sendo, este discernimento sobre as manifestações climáticas se apresenta narrado por conjugações coletivas intra-assentamentos, com poucos indicativos de representações externas que intervêm em leituras sobre o “*Climate Change*” pertencentes ao quadro geral das nuances conceituais e práticas evidenciadas no primeiro e segundo capítulos, cunhando uma produção de significados locais centrada na orquestração habitual das práticas desenvolvidas nos lotes.

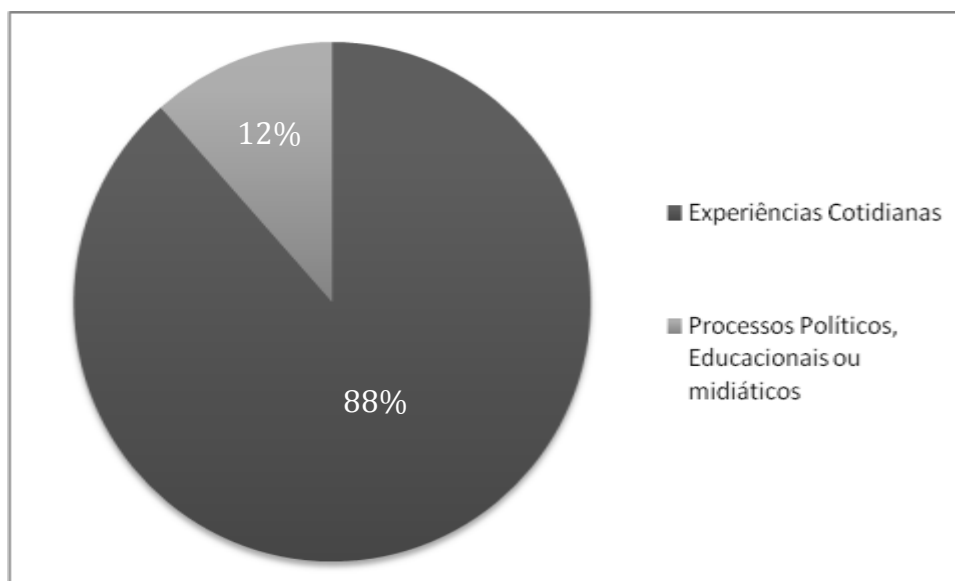
Obviamente, existem algumas indicações de informações obtidas através dos aparatos globais em sociedade que permeiam o assunto, cruzando aparelhos midiáticos, visitas ou conversas esporádicas com representantes de ONG’s e políticos que projetam possibilidades locais e as justificam de múltiplas maneiras. Todavia, há a distinção majoritária da temática pela abordagem dos assentados, na relação com a percepção da totalidade dos “ruídos” que lhes chegam, com maior posicionamento à relação sujeito/natureza no processo de trabalho.

Tal perspectiva é importante, pois se diferencia, em certos aspectos, das grandes noções em conhecimento sobre mudanças climáticas, suas dinâmicas e seus alcances ambientais, econômicos e sociais e, amplamente, agendas políticas em escalas internacionais e nacionais. Isto aponta certas lacunas do Estado e dos movimentos sociais na relação global-local.

Neste sentido, nota-se um caminho diferente ao encontrado por Leiserowitz (2006), em seus estudos na *Yale University* sobre o discernimento do clima e suas mudanças em populações nacionais. Em sua concepção, Leiserowitz (2006) perspectivou que as notações em alterações climáticas são, em maior parte, concebidas a partir de valores que alcançam os sujeitos indiretamente nos seus cotidianos, ou seja, demonstrações socioculturais que se iniciam em distintos processos (políticos e educacionais, mas, sobretudo, midiáticos).

No caso dos assentamentos rurais de reforma agrária, não houve grandes números de relatos sobre instrumentos e contextualizações providas da mídia, do próprio Estado ou dos movimentos sociais que pertencem aos seus históricos de formação territorial, mas sim do cotidiano de vida e produção, com inclinações observadas diretamente pelos agricultores em seus lotes, como apresenta o gráfico a seguir,

Gráfico 3: Fontes de identificações sobre mudanças climáticas pelos assentados no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Pesquisa de campo.

Isto se reafirma por falas relativas aos alcances das políticas climáticas e dos movimentos associados, onde é relatado que: “Não, nunca houve. Aqui em ‘tão tão distante’ a gente não sabe muita coisa” (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP). Ou então: “Olha, a gente ouviu alguns boatos, mas

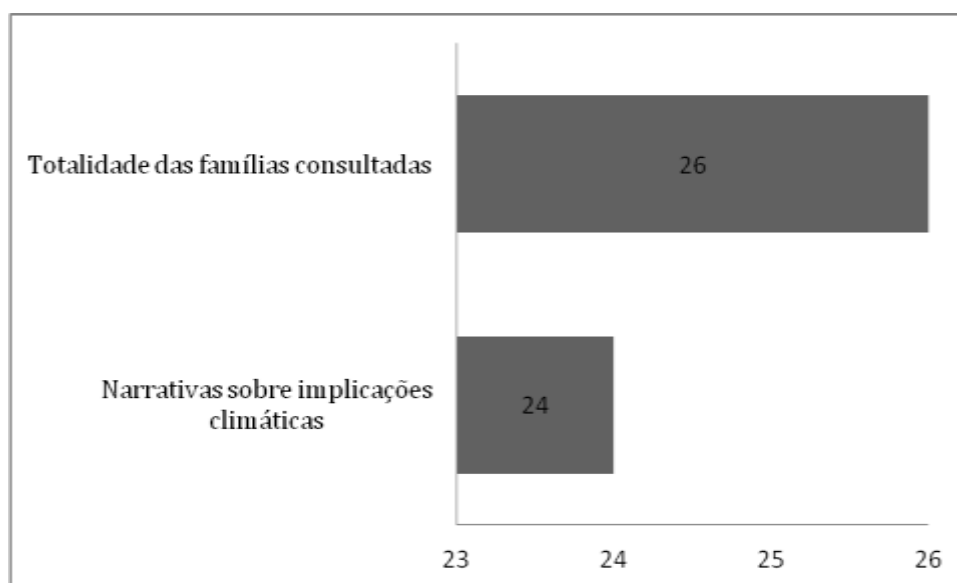
alguém aqui falando disso nunca viu não” (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Neste íterim, primariamente ocorrem dois questionamentos: Onde se encontra o Estado e a aplicação da PNMC ou PEMC-SP? Quais os motivos da incapacidade de alcance dos movimentos sociais combativos em mudanças climáticas na macroescala quando da relação com os assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP? Buscar-se-á tratar de resolver estes dois questionamentos posteriormente, centrando as atenções, neste momento, para a evidenciação e conjugação teórica da delineação direta sobre como os assentados observam o tema em sua aplicação nos lotes.

Tendo isto enfocado, muitos narram que os plantios que outrora se concretizavam com facilidades hoje estão sofrendo com oscilações e sensações de temperaturas mais elevadas, ocorrências que são demonstradas, por exemplo, nas folhas que queimam e secam nas plantações e que, previamente, não caracterizavam este comportamento.

O gráfico a seguir expõe a totalidade de famílias que indicaram complexificação na relação clima/plantio desde suas fixações nos lotes de reforma agrária.

Gráfico 4. Percepções climáticas nos assentamentos rurais alcançados com a pesquisa de campo.



Fonte: Pesquisa de campo.

Como exposto por um assentado,

[...] cada ano que passa você percebe que está aumentando a temperatura. Até nas lavouras você percebe, a chuva não vem na hora certa, a lavoura não produz conforme ela, né, então já, e é devido a temperatura, se a temperatura ficasse que nem hoje, assim, meio abafado mas com terra molhada, e né, agradava, assim ficava bom, mas quando chega tem o sol que é quente mesmo. Tá mais quente, judia bastante da produção, o Sol tá é tão quente que a barrada do lado de lá que é a barrada perto do sol ela chega a queimar, você vê as folhas queimadas, do Sol quente João, inclusive mesmo se você reparar bem, o lado de baixo que é o lado que pega o Sol da tarde a saída do pé de café é mais pequena, porque o Sol queima, aí ele tenta crescer, mas o Sol queima ele, então ela é mais pequena. Era muito diferente. Tem hora que eu falo pros caras eles acha até graça né [...] (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Outro assentado complementa esta perspectiva com os seguintes dizeres:

Eu percebi que o tempo tá mais quente, a gente vai fazer quatorze anos que está aqui, ao todo dezoito, quatorze de assentamento e quatro de ocupação. Tá bem mais quente, a produção fica mais difícil também pra dar, né, as coisas assim que a gente plantava que dava agora a gente percebe que não consegue, queima as plantas, o Sol muito quente. Queima mesmo de torrar, você olhar assim e falar nossa parece que tocou fogo, mas é a temperatura. Quando a gente começou a plantar aqui não era comum queimar assim, de jeito nenhum, a gente plantava, ainda quando a gente chegou aqui isso aqui era pasto, terra socada de animal, mesmo assim o que plantava dava, agora não (...) se a gente for plantar uma horta você tem que cobrir porque o Sol elas não aguentam, e muita água, outra coisa também que está difícil, é a água né, aqui a gente depende do tempo mesmo (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

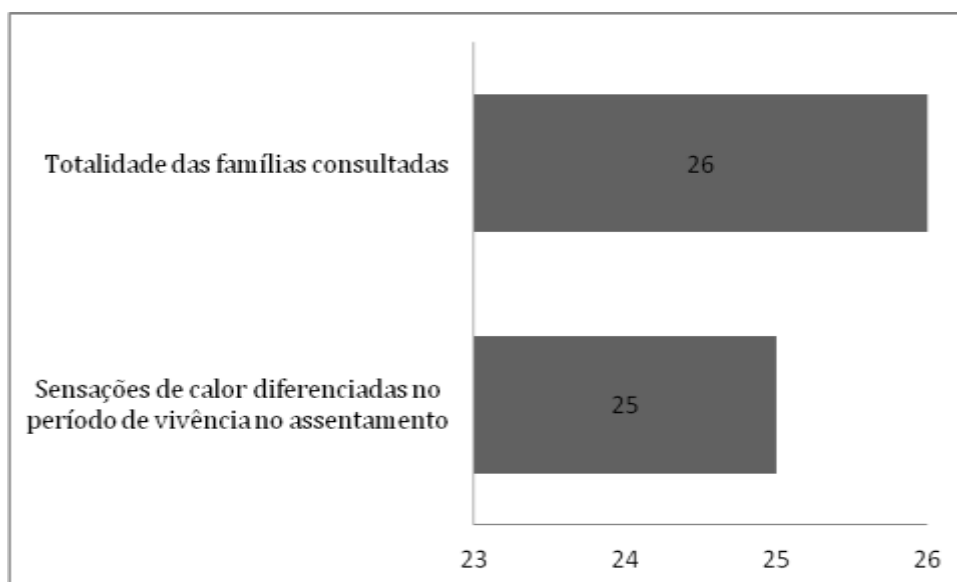
Esta dimensão sintética através dos alimentos produzidos possui representação por designar a constatação através do comportamento da atividade-fim dos assentamentos rurais, em que se efetivam as dificuldades observadas diretamente pelo produtor, o que, por si, expõe indagações em causas, circunstâncias e contextos sobre o clima e mudanças.

Neste sentido, o agricultor assente nas rotinas habituais de cuidado com a lavoura que os vegetais vêm lidando com aspectos distintos no que corresponde aos sistemas atmosféricos, insolação, cargas hídricas, temperaturas etc. Contudo,

não ocorrem possibilidades explicativas providas de extensões rurais via Estado e planejamentos ou práticas através dos movimentos sociais, o que caracteriza um esvaziamento escalar da temática.

Das composições representativas, a sensação do calor e os aparatos de trabalho nas plantações são considerações constantemente expostas e que tem se manifestado como exemplificação da intensificação percebida nas localidades dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP pelos agricultores familiares.

Gráfico 5. Percepção da sensação de calor no período de vivência nos assentamentos rurais.



Fonte: Pesquisa de campo.

Neste aspecto, é relatado que:

Eu comecei a trabalhar de boné também, essa parte de cima aqui ficava normal, agora essa parte onde pega o Sol aqui, rapaz, fica russo, que nem loiro, queimado do Sol João, que a temperatura é muito quente. Foi quando a gente começou a usar chapéu, e a temperatura cada vez que passa tá ficando mais quente, tá, tá ficando cada vez mais quente (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Em adição a estes pontos, relata-se que:

Tem mudado, quando a gente pensa que vai fazer sol, faz frio, quando a gente pensa que vai fazer frio, faz Sol, quando a gente pensa que não vai chover, chove, tem vezes que faz um calor de

derreter (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Nestas linhas apresentadas, o mote é reconhecido como problema enfrentado e anuído pelos assentados por já virem suportando, de alguma maneira, implicações climáticas. Não se conjugam - *stricto sensu* - abordagens que se inserem como comprovativos locais de fenômenos peculiares, ou dotações amplas em correntes de pensamento prós ou contrárias ao aquecimento global, mas sim o discernimento nos assentamentos de que os episódios climáticos são marcas importantes das rotinas e ações desenvolvidas no seio do projeto de reforma agrária em que se encontram.

Esta consideração poderia levar quase que automaticamente a um intenso debate local - global com ações concretas em aspectos de mitigação, adaptação ou resiliência no Pontal do Paranapanema, porém, isto pouco acontece.

Corroborando Ferrante e Barone (2006), num assentamento rural existem prismas que se colocam como barreiras ou potencialidades para a afirmação da produtividade, como o caso do clima. Abordando o futuro, para a manutenção da capacidade de existência do mesmo assentamento e de suas condições de reproduções sociais a introdução de capacidades resilientes é de fundamental importância.

Por este viés, o clima e suas nuances nos assentamentos do Pontal do Paranapanema têm se apresentado como uma preocupação observada *in lócus*, por conta das condições encontradas no processo de plantio e colheita, assim como pelos impactos gerados por manifestações próximas, como o caso de grandes plantios de cana-de-açúcar.

Imagem 4: Usina de produção de Álcool e Açúcar e plantio de cana-de-açúcar que circundam os assentamentos rurais de reforma agrária.



Fonte: Pesquisa de campo.

Data: Agosto de 2015.

Entretanto, dentro das limitações que cingem o caminho analítico da tese, o Estado e os movimentos sociais não possuem representações significativas sobre a temática para os assentados consultados. Neste processo, o trinômio “clima-plantio-política climática” não se realiza na ponta “política climática”, abrindo uma lacuna latente no caso de agricultores familiares.

Isto conjuga uma abordagem que remete ao questionamento da atribuição de responsabilização sobre o assunto pelos assentados, revelando seus anseios para com o Estado e os próprios movimentos sociais quando da aplicação e geração de debates e ações nos âmbitos das mudanças climáticas. Assim, se faz necessário compreender a quem os sujeitos designam responsabilidades.

Neste sentido, apontam-se no próximo tópico as aferições e sinalizações que os assentados descrevem sobre as relações em responsabilidade numa conjuntura de mudanças climáticas.

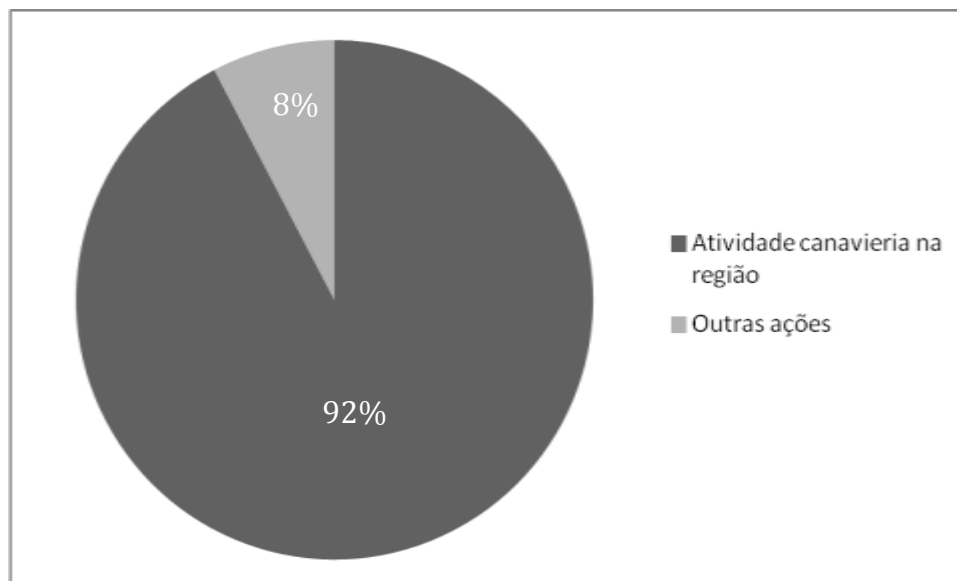
CLIMA, MUDANÇA E ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR PARTE DOS ASSENTADOS

Apartir dos enfoques sobre o discernimento empírico das manifestantes que circundam nuances do clima nos assentamentos rurais investigados, parte-se para a identificação de causas e responsabilidades atribuídas sobre as leituras na temática pelos assentados, o que permite reconhecer como estes se colocam no seio das questões das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, como percebem os encargos às interferências generalistas que afetam suas localidades e territorialidades.

Com isto, apontam-se os graus prévios de inserções na matéria, conjugando conhecimentos e discussões assimiladas/encabeçadas em espaços políticos de atuação, ao mesmo tempo em que se aferem, novamente, algumas brechas que serão discutidas em tópico posterior, como a inserção dos movimentos sociais e da agenda Estado brasileiro na temática.

Neste sentido, há um híbrido entre o reconhecimento da pluralidade dos fatores que envolvem o escopo, os sujeitos e os projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se expõe a atividade canavieira da região como um vetor de ações que impactam diretamente o clima local e que, numa tomada aberta, pode ser uma das responsáveis pela ampliação, na visão dos assentados, das manifestações globais em mudanças climáticas.

Gráfico 6. Motivos atribuídos às interferências climáticas locais.



Fonte: Pesquisa de campo.

Isto já exprime um choque com a agenda brasileira que incentiva vastamente os atributos originários da potencialidade econômica provinda dos cultivos canavieiros.

Como uma assentada ressalta,

Uma coisa que a gente repara é essas canas, tem alguma coisa há ver, mas esse negócio de alteração do clima tem no mundo todo né, não é só aqui né. Mas com a cana aqui perto, desmata muito sim, querendo ou não, eles tão sempre derrubando algo, por causa que vem muito mosquito, muito besouro, eles botam muito veneno aí, os bichos saem de lá e vem prá cá, com a aplicação aérea vai mais longe o veneno né, as vezes pega, já cansei de ver, vou trabalhar né, área perto da APP⁸⁷ que fica murcha, fica seca as árvores. Os besouros comem as folhas das árvores, principalmente de fruta, pé de goiaba, pica tudo, aí atrasada, as goiabinhas vêm e não vinga direito, vinga doente, fica tudo doentinhas as goiabas, não dá pra comer (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Para além dos posicionamentos em cálculos sobre a entrada e saída de GEE no sistema atmosférico, o que os assentados relatam no local é que a atividade canavieira afeta diretamente a dinâmica ecológica da região, o que faz com que a produção dos agricultores familiares fique, associadamente, prejudicada. Neste

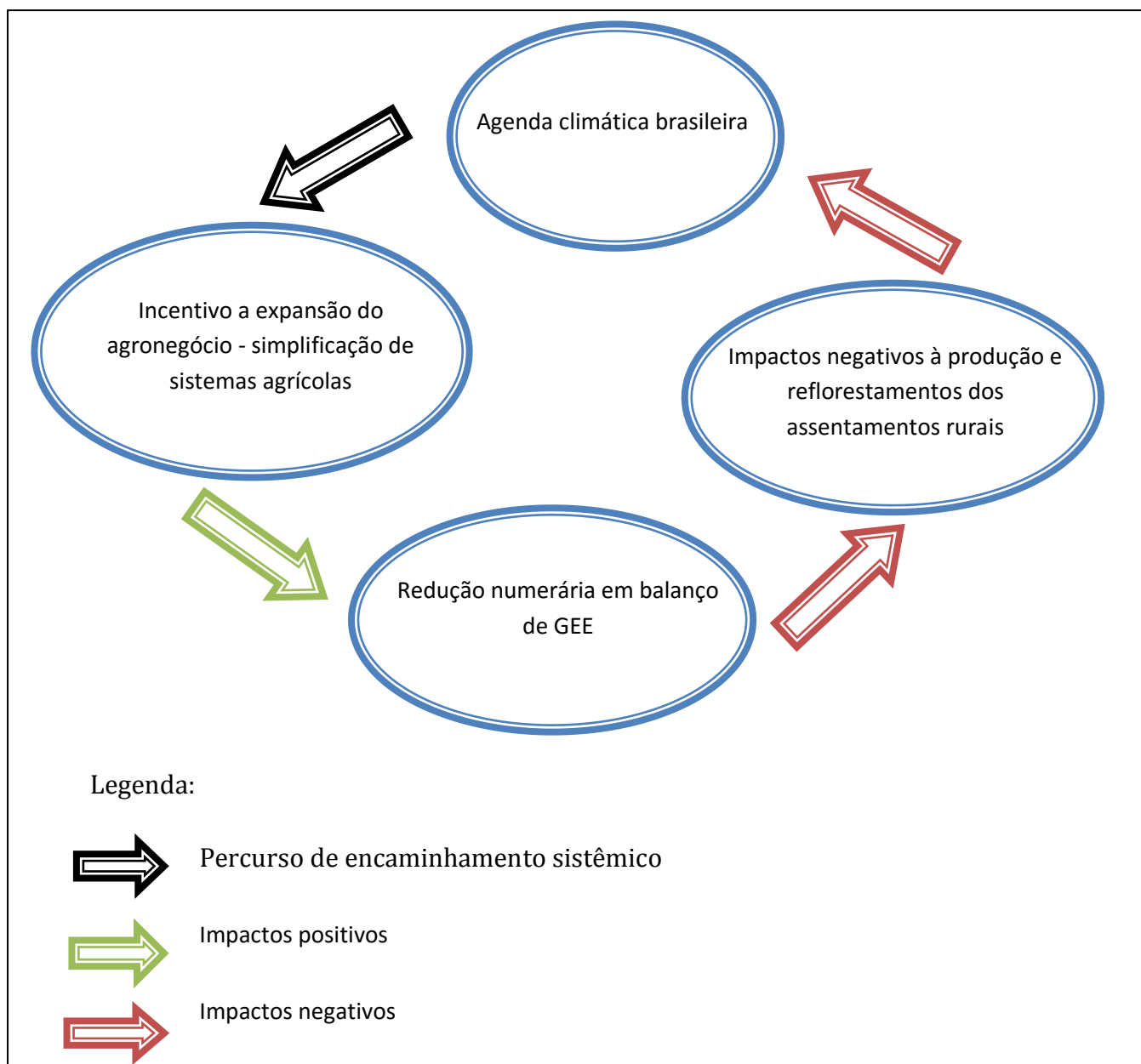
⁸⁷ APP significa “Área de Proteção Permanente”.

âmbito, a atribuição é por correlação, uma vez que por afetar a circunvizinhança é muito provável que tenha rebatimentos às esferas globais do aparato sistêmico natural.

Isto se caracteriza pela inserção dos reflorestamentos e plantios de frutíferas de maneira diversificada nos lotes dos assentamentos, que sofrem com a busca por refúgios de espécies que são expurgadas de suas áreas tradicionais quando da massiva expansão de cultivos monocultores da cana de açúcar, gerando certa pressão ecológica que acaba por minar tentativas ambientalmente positivas. Este cenário cria um ciclo devastador, pois amplia a monocultura ao passo que deteriora tentativas de reconstrução de áreas de vegetações nos lotes dos assentamentos.

Dessa maneira, o esquema a seguir busca traduzir didaticamente essa relação aferida no contexto dos entrecruzamentos locais que circundam implicações para o rural e a ampliação de ações em mitigações e adaptações através da agenda climática brasileira, como o caso da expansão do Etanol provindo da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP.

Figura 4: Ciclo dinâmico de atuação local da agenda climática brasileira.



Fonte: Organização do autor

Em termos analíticos, é possível determinar que existam duas setas negativas em detrimento de apenas uma positiva correspondente à menor emissão de GEE quando da utilização geral de Etanol, o que é amplamente conhecido. Todavia, as inferências contraproducentes quando da análise territorial impõem o questionamento direto das intencionalidades em macroescala no que corresponde

à implementação de práticas voltadas à mitigação e, amplamente e posteriormente, a adaptação e resiliência.

Assim sendo, a determinação negativa aos intentos dos assentamentos rurais, ou seja, aos plantios e reflorestamentos, já se compõe como a primeira investida em desalinho com aspectos gerais da sustentabilidade envolvida no setor agropecuário. Em segundo lugar, figura a não afirmação de estratégias reais em clima e suas alterações, pois ao afetar as possibilidades de melhorias em condições ambientais nos lotes dos assentamentos rurais de reforma agrária, as políticas públicas nacionais se autocorroem, porque desestabilizam populações já pobres e não imprimem a socialização, inserção econômica e melhorias climato-ambientais.

Dessa maneira, tais fatores ficam, também, claramente evidenciados na fala onde se determina que:

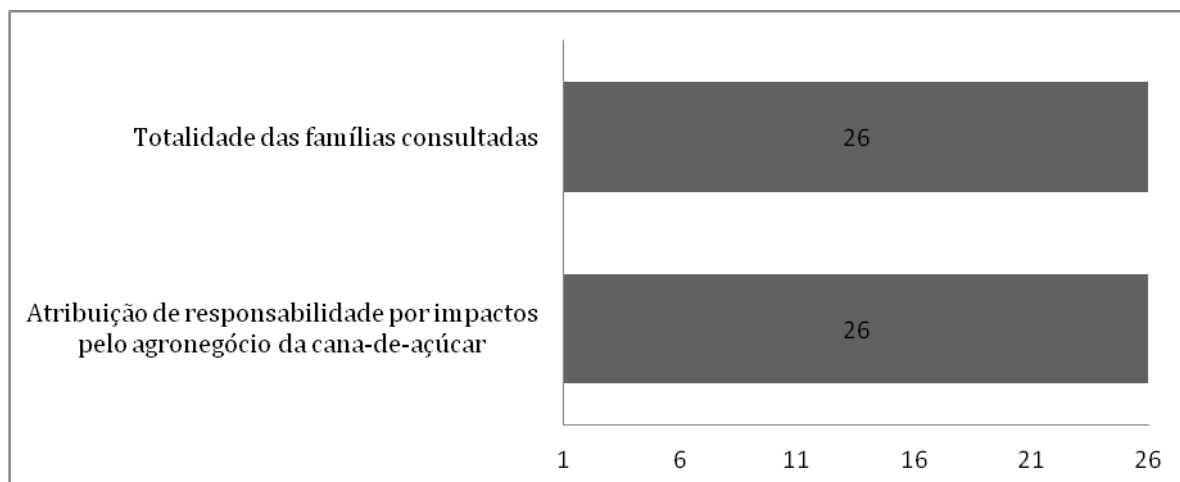
Olha rapaz, culpado pra isso é difícil falar que é muitas coisas que tem nisso aí né, aqui na redondeza, aqui, eu vou tirar, eu vou falar só por esse rio aqui, que nós tem aqui embaixo, né. Esse rio aqui ele tem um lugar mais raso ali que ele batia no joelho né, que era o lugar de criança tomar banho, e a partir dali pra cima, que é uma ponte que foi queimada, dava um metro e meio, dois metros, que é onde o pessoal mais grande sabia nadar e tomava banho, hoje em dia o pessoal anda de a pé em cima da água, em cima da areia né, e foi depois que o pessoal usou um pouco de água da usina pra segurar a água pra usina, eu não sei o que eles fizeram pra cima, não sei se fizeram represamento, o que foi, que eles fizeram né, e a partir deste momento que razeou João, a água perdeu a força, entrou terra de erosão, aí o rio perde força. E o rio perdendo a força, você sabe que a lama vai matando os pés de árvores, vai esquentando a água da beira do rio, e aonde que vai morrendo o pé de árvore e aonde que vai o clima cada vez mais quente. As minas vai tampando, então aí fica difícil né (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Notoriamente, há um reconhecimento *in lócus* de que a massiva expansão das atividades do agronegócio da cana de açúcar, com suas bases simplificadoras dos sistemas produtivos e a inserção de técnicas invasivas à ecologia, interferem nas manifestações gerais do clima local e, ao mesmo tempo, por associações indiretas, rebatem nas potencialidades negativas em macroescala.

Como expõe o gráfico seguinte, dos assentados entrevistados, todos indicaram as nuances produtivas do agronegócio da cana-de-açúcar em esfera local

como potencial mecanismo de impacto ambiental e, de modo específico, nas dinâmicas climáticas.

Gráfico 7: Totalidade de agricultores que relatam o impacto local negativo da produção de cana-de-açúcar ao ambiente.



Fonte: Pesquisa de campo.

A atribuição de responsabilidades perpassa, conjuntamente, a ação dos sujeitos em si, mas com forte tendência ao reconhecimento da atuação do Estado como dinamizador de extensões locais das possibilidades para os trabalhadores rurais, e para a economia como um todo, efetivarem perspectivas nas melhorias ambientais que objetam diretamente as dinâmicas climáticas. Neste sentido, é preciso que se crie um aporte facilitador para que as atividades benéficas locais se desenvolvam de maneiras efetivas, garantindo a capilaridade de instrumentos e ações – o que justifica a aproximação posterior através do prisma territorial do desenvolvimento.

Neste viés, um assentado expõe:

O clima ta cada vez pior. Nosso mundo é uma prensa e todo dia vão dando uma arrochadinha, aí piora isso aí. Do jeito que tá indo vai pior, se as autoridades não tomar providência, não der de cima, não investir, mas investir em cada um que tem uma propriedade, não é só falar e mandar o dinheiro lá que não chega pra nós, e prá nós custa comprar uma muda, fazer um preparo de solo, plantar e zelar custa (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A identificação geral constatada a partir das falas dos assentados contorna a consideração de que as atividades produtivas, ancoradas nos regimentos dos modelos de desenvolvimento hegemônicos, são responsáveis por afetar o ambiente local e a produtividade do assentado, rebatendo com isso nas dinâmicas climáticas. Indo além, a responsabilidade dos sujeitos no território são constantemente lembradas, contudo, torna-se necessário o uso de instrumentos políticos com menores graus em complexidade para a obtenção de recursos que deem suporte positivo para práticas locais em mitigação e adaptação.

O relato de outro assentado clarifica estes termos, desenhando a seguinte abordagem:

Tem foto da CONAB aí, plantamos feijão no começo, feijão de primeira, sem veneno e nada, aí começaram a jogar o veneno de avião e nós não conseguimos mais produzir, acabou tudo. Aí diziam que a gente não produzia nada, mas era por causa do veneno que a cana jogava. Vai reclamar para quem? Nós somos um grão de areia no oceano, ninguém escuta, ninguém escuta. Tá sendo judiado todo mundo, não sou só eu, por causa do calor, da água (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A objetivação correspondente às responsabilidades se centra, então, nos aspectos territoriais da relação sujeito – produtividade – clima - Estado. Com isto, fomenta-se o discernimento de que a expansão de grandes plantios monocultores, com milhares de hectares, vem contribuindo para a diminuição ou falência de práticas locais de reflorestamento e culturas agroecológicas provindas dos assentados.

Neste sentido, o impacto territorial da contabilização energética futura do uso do Etanol se revela como estopim conflitante na esfera local por não garantir a reprodução social dos agricultores familiares e condenar, amplamente, aspectos voltados à mitigação, adaptação e resiliência com base na vida e relações, entre si, das populações que configuram o contexto agrário do Pontal do Paranapanema-SP.

Desse modo, procurar-se-á dimensionar no próximo tópico os aspectos qualitativos do Estado e dos movimentos sociais pela orquestração dos assentados, buscando conferir qual o significado destes atores em macroescala para a construção de dinâmicas em mudanças climáticas na região.

ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RELATOS DOS ASSENTADOS SOBRE AFASTAMENTOS

A partir da constatação experimentada sobre o clima e a inter-relação com os assentamentos rurais, abalizados em suas inclinações cotidianas e atribuições de responsabilidades, dispõe-se neste tópico os destaques identificados na relação escalar que se propõe efetivar entre o Estado e os movimentos sociais junto das bases que formam os territórios elencados, ou seja, os assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.

Neste ínterim, há um imbróglio maior, pois o Estado não os alcança com suas perspectivas voltadas aos aparatos construídos globalmente sobre o clima, associados à “potencialidade”⁸⁸ do campo brasileiro, e, conjuntamente, os movimentos sociais não conseguem cumprir a funcionalidade concreta que exprimem em contestações nos âmbitos das cimeiras mundiais e nacionais em mudanças climáticas.

Necessariamente, o grande destaque neste contexto é a falta de alcance dos próprios movimentos sociais com suas bases, visto que globalmente existem reivindicações e propositivas que impactam estruturas, projetos e a mídia mundial. A partir disto, procurar-se-á compreender quais são estas “lacunas” nas relações “Estado - Movimentos Sociais - Assentamentos Rurais” no que corresponde às questões climáticas mediante os agricultores familiares com quem se dialogou.

Assim, parte-se primeiro da perspectiva do Estado. Por este caminho, suas representações locais se engendram por dois eixos estruturantes: o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo o primeiro no âmbito estadual e o segundo na esfera Federal. Amplamente, existe a coligação entre iniciativas de associações

⁸⁸ Coloca-se o termo entre aspas, pois o potencial de atividades produtivas está baseado em escolhas políticas e não essencialmente com vinculações entre ambiente, cultivos e qualidade de vida.

formadas pelos movimentos sociais e os seus alcances em recursos via as agências supracitadas.

Estes dois órgãos são os principais caminhos de acesso às informações, realizações e vinculações dos projetos públicos com recursos e estratégias provindas das esferas Federais ou estaduais. Mais ainda, é a partir da atuação destes que se firmam a legalização e o reconhecimento dos assentamentos, distribuindo os lotes para as famílias travarem, assim, a produção de alimentos.

Dentre os assentamentos rurais pesquisados, alguns sempre estiveram nas incumbências de responsabilização do ITESP e outros passaram do INCRA para o órgão estadual, configurando o contexto de inserção dentro destas duas instituições públicas.

Um dos relatos clarifica estes termos, expondo a seguinte perspectiva:

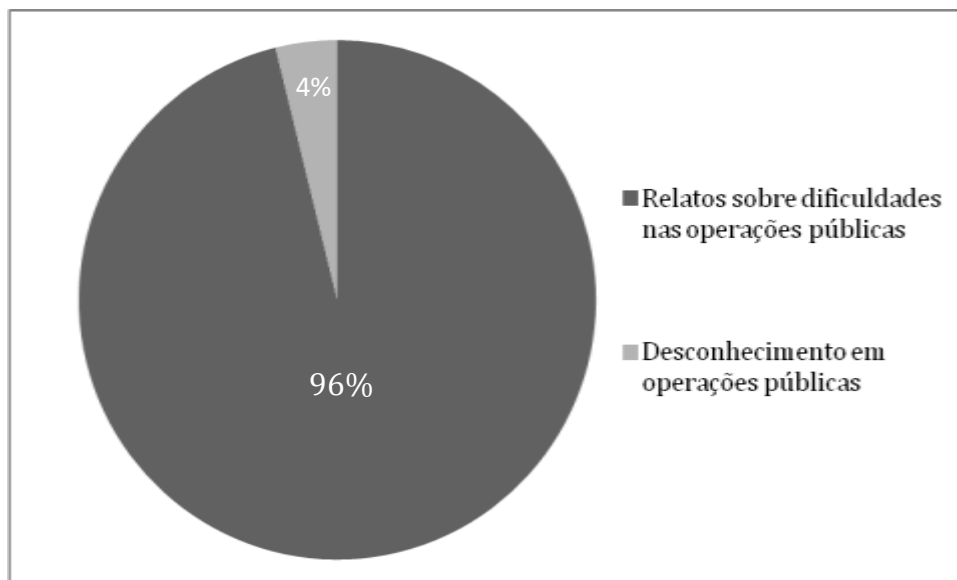
Eu não sei se é muito assentamento, mas incentivo assim pra lavoura, assim pra plantações de árvores essas coisas, pra reserva, essas coisas, é muito devagar. Você pode chegar neles e perguntar, ele te fala a verdade do que tem que fazer e o que não tem, mas uma ajuda assim não consegue não. O ITESP assim, aqui é ITESP, era INCRA mais agora é ITESP, o que você precisar de documentação pra eles, eles vai atrás, né, ele ajeita pra vocês, agora se você precisar assim, uma coisinha ou outra assim, é só se você fazer particular né, financiamento assim que seja particular, eles pode até te ajudar um pouco, mas é particular né. Agora se for do Governo assim, não consegue não (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A constatação exposta reflete certo descolamento do Estado no que corresponde às medidas tomadas não só para as designações ambientais, mas adjacentes aos processos produtivos como um todo. Em alcances históricos, este compasso é fruto da abordagem secundária que a agricultura familiar possui no Brasil desde 1500, sendo que a primeira política pública voltada para o pequeno agricultor com base em sua família ocorre em meados dos anos 90 do último século.

Designadamente, no Pontal, a falta de pragmatismo nas abordagens do ITESP e do INCRA é um dos posicionamentos aferidos, de maneira que se expõe: “porque é tanta gente que aparece aqui, ITESP, INCRA, faz reunião, reunião e nada” (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP), como aponta

o gráfico a frente, sobre a morosidade do Estado na execução de políticas ambientais.

Gráfico 8. Dificuldades em execuções públicas através do Estado.



Fonte: Pesquisa de campo.

Claramente, alguns atrelamentos produtivos se desenrolam, como programas de compras de alimentos, todavia, a potencialidade destes arranjos é caracterizada como frágil pelos assentados por não garantirem rendas estruturais.

Assim, as amarrações relatadas costumam indicar que as possibilidades em melhorias ambientais no local têm se efetivado por práticas dos próprios sujeitos que constroem as territorialidades, visto que os alcances, a morosidade e as especulações pelos agentes do Estado é que predominam no contexto apontado. Neste sentido, um dos assentados diagnostica:

Se fala em reflorestar, mas não sai do papel. É só se a pessoa quiser, isso aqui não tinha nada plantado, há 17 anos e olha aí. A turma prega muita coisa e faz muito pouco. Por que é só querer, aí olha, tem pé de jacarandá pra quem não conhece, isso aqui é nativo olha, é plantado, olha já a grossura, esse aí tem na mata, paineira, pau d'álho, cedro, tudo tem, 17 anos aqui e tá formada a floresta (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A vagarosidade relatada circunscreve a burocratização, via Estado, dos processos para a efetivação de medidas ambientais e, nelas, mesmo que indiretamente, as ligadas ao clima e mudanças. Por exemplo, o ITESP possuiu um programa denominado “Pontal Verde”, voltado às práticas ambientais positivas,

todavia é exposto que, de maneira geral, as iniciativas têm pouca ou quase nenhuma capilaridade por excesso de fases em gabinetes e inacessibilidade concreta aos mecanismos de financiamentos.

Com isto, expõe-se:

É só o governo tirar do papel, eles fazem o projeto, mas o dinheiro não chega até nós, tem que passar na mão de 50, vocês sabem melhor do que eu. Quando chega pra nós, não tem nem condições. Até hoje, o cara aparece aqui, o político, pra falar besteira, vamos fazer isso ou aquilo, mas ele eleito esquece o que falou, vem falar besteira. Depois de eleito ninguém passa aqui pra ver como é que está isso ou aquilo, se tá bom ou não (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Por este quesito, aponta-se um quadro de manifestações incompletas no seio de projetos e possibilidades políticas que envolvem as esferas do clima (e, maiormente, do ambiente). Essas caracterizações, majoritariamente, permanecem em planos ou em discursos oficiais sem potencial prático averiguado, compondo um cenário de distanciamento entre o Estado e assentamentos rurais.

Abordando especificamente as mudanças climáticas e as palpáveis contribuições que os assentamentos dão e poderiam melhor efetivar a partir de conjugações com as políticas públicas, percebe-se a inação ou inadequação dos alcances estaduais e da União, verificando um panorama em que a PNMC e PEMC-SP pouco se encaixam para os agricultores familiares com quem se dialogou.

Indo além, no que tange às dotações aproximadas com as associações locais (que possuem influência de movimentos sociais) ocorre a perspectiva setorial, em que as notações da PNMC em fomento aos biocombustíveis e *commodities* se sobressaem, o que corrobora a análise de Oliveira e Hespanhol (2011, p.1), dispondo que:

[...] a organização associativa e a participação dos agricultores são induzidas ou limitadas à possibilidade de acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural. Este formato de associativismo não tem permitido uma inserção autônoma dos agricultores no debate acerca das propostas de desenvolvimento rural na região. A superação da fragmentação dos grupos sociais que compõem a produção familiar se constitui numa das dimensões essenciais para contrapor os interesses hegemônicos do segmento social representado pelo agronegócio e permitir um

acesso mais equânime às políticas públicas de desenvolvimento rural.

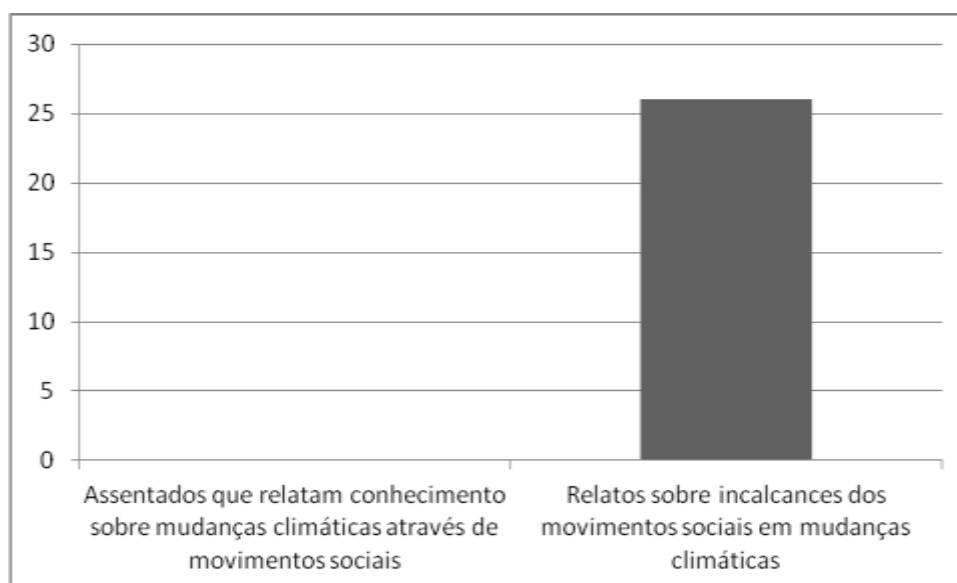
Neste compasso, as associações são erguidas pela imposição do Estado na maneira de fazer funcionar o recebimento coletivo de verbas para a apropriação de políticas públicas geridas dentro das próprias composições governamentais, ou seja, com caráter *Top-Down*⁸⁹.

Quando isto é estendido para as conjugações dos movimentos sociais no campo, as notações se complexificam, pois a existência dos assentamentos rurais na região tem bases históricas ligadas às pressões de tais movimentos, porém, no decorrer das revelações do processo produtivo em associações e vinculações coletivas, as lideranças e diretivas perderam o destaque, o que impede a penetração de temáticas como mudanças climáticas.

Em adjacência, fora o descrédito verificado junto aos assentados para com os principais movimentos sociais ligados às esferas agrárias no país, existe concomitantemente a falta de busca por tais coletivos em acessar os sujeitos que se comprazem no processo de reforma agrária do Pontal com abordagens ligadas às mudanças climáticas.

⁸⁹ Através da seção de convênios do Portal Transparência <http://transparencia.gov.br/convenios/ConveniosListaEstados.asp?TipoConsulta=0>, é possível perceber que grande parte dos projetos ambientais que chegaram às associações vinculadas aos assentamentos rurais têm ligações com a inserção de cultivos destinados a geração do biodiesel.

Gráfico 9. Alcances dos movimentos sociais na temática das mudanças climáticas em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Pesquisa de campo.

Neste contexto, aponta-se que: “nunca veio aqui. A primeira vez que eu escuto falar é da sua boca. Muita autoridade veio aqui, movimento social, mas não trazem nada disso não” (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Largamente, em termos complementares ao que foi apresentado, o diálogo com outro assentado retrata a seguinte perspectiva:

Aqui não chegou ninguém com isso. Mas é mesmo. É verdade. Não vem atrás, fica do mesmo tamanho. MST foi no início. A realidade é essa, vieram aqui no começo e acabou. Mas acabou. Corre atrás dum, eles saem fora, ficam brigando, um querendo derrubar o outro. Brigam, mas não enxergam o cara que trabalha (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

As conversações com as famílias assentadas imprimiram a noção de que tanto por parte do Estado, assim como pelos movimentos sociais iniciais que atuaram na formação dos assentamentos rurais, ocorre o isolamento na formação de canais que permitam a expansão de liberdades substanciais.

Na perspectiva de Sen (1999), a formatação impositiva da agenda climática nacional, observando os agricultores familiares como pessoas que receberão

compensações, não corresponde à criação de estruturas participativas e possibilidades de ações produtivas com base no território. No mesmo passo, o refluxo das ações dos movimentos sociais descolam a realidade local das atitudes e reivindicações em mudanças climáticas nas esferas globais, o que arranja um contexto de inações e falta de enquadramentos futuros. Como apontam Oliveira e Hespanhol (2011, p.16), “[...] uma vez que no momento em que a terra é conquistada o movimento perde grande parte da influência sobre esses “novos” agricultores”.

Neste sentido, fica evidenciado que:

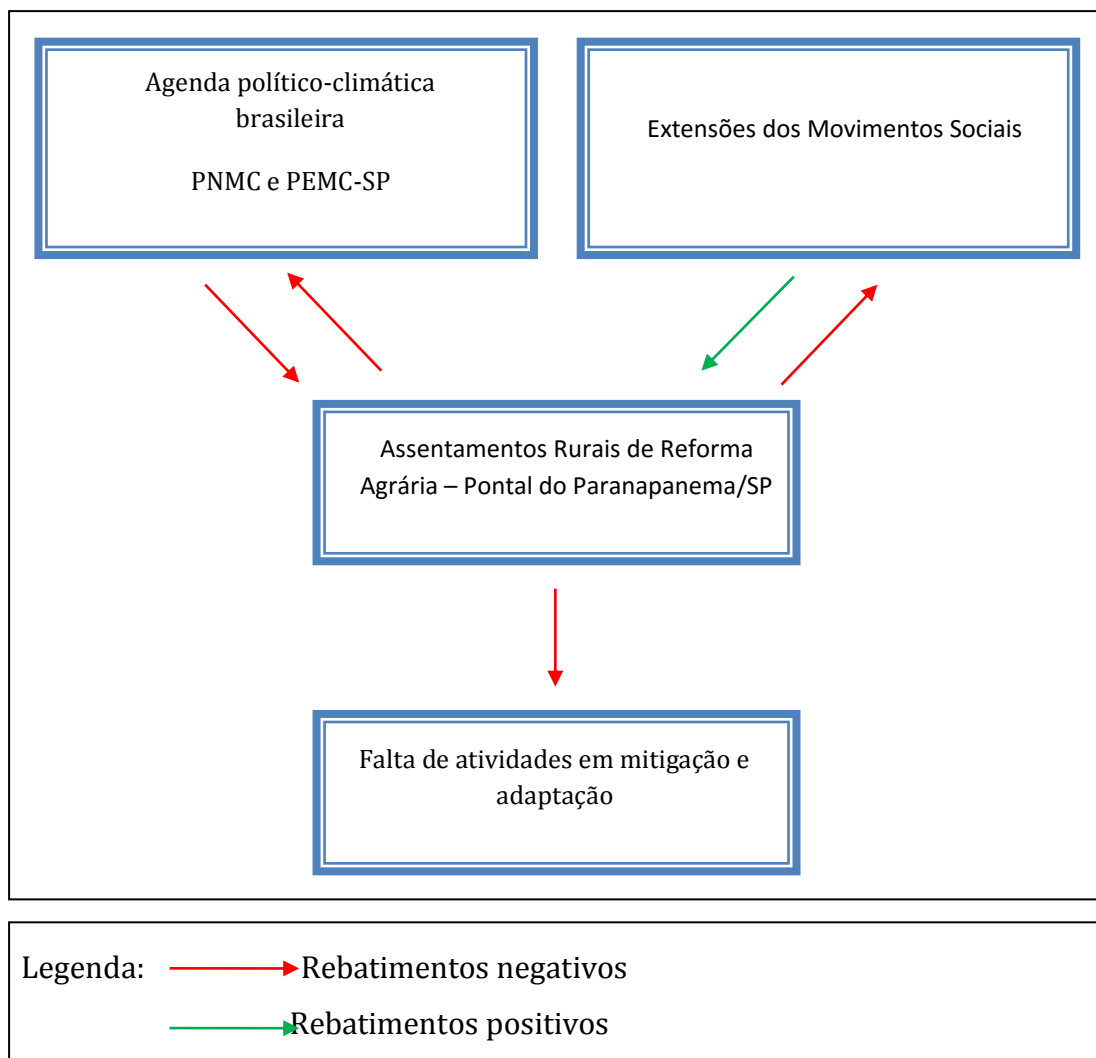
Por exemplo, a gente vê assim, um fazendeiro ou um canavieiro que planta suas canas, ele tem dinheiro e condições pra plantar, preparar a terra né, uma boa semente, pronto pra produzir, a gente não, você planta o milho, mal você bota ela na terra só por Deus mesmo pra ela dar, porque se for preparar a terra mesmo com arado, pra fazer tudo conforme tem que ser feito, a gente não tem condições. Que faz muito tempo que dinheiro de governo aqui pra nós (...) muitos anos que só vem conta pra pagar, sujou o nome de todo mundo né, da maioria (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Adicionalmente, afere-se:

Agora está cada um por si mesmo né. Até porque os assentamentos novos, aqui por perto, se for sair assim, algum dinheiro, como teve aquela roubalheira toda, então aí parou, o movimento aqui ficou muito fraco, e até alguma coisa que eles vêm falar a gente já não acredita mais, é tanta mentira, que a gente não acredita mais (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Assim sendo, o dimensionamento das relações marca a falta de capilaridade do Estado, através da agenda política em PNMC e PEMC-SP, por conta de suas abordagens centralizadoras, setoriais e esquematizadas em múltiplas fases em gabinetes, bem como diferentes relatos de histórias contraproducentes na atuação e convívio em movimentos sociais. Isto cria um esquema também negativo, dispondo lacunas no caminho de afirmações de atividades em mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas, como representado abaixo.

Figura 5: Esquema conceitual da ausência de alcance do Estado e Movimentos Sociais em mudanças climáticas no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Organização do autor

Em termos analíticos, o Estado não possui operação concreta para os assentamentos rurais no que corresponde ao clima e mudanças, isto por conta do favorecimento das atividades voltadas às *commodities* que, no caso regional, se encaixam na expansão da produção canavieira. Por outro aspecto, a falta de possibilidades de participações em escalas locais também determinam a ausência de condicionamentos climáticos nos lotes, isto pelo descolamento de perspectivas marcadas pela participação em bases locais.

Paralelamente, o refluxo dos movimentos sociais não permite o alcance das manifestações e propositivas dispostas em macroescala, criando um cenário de inação e incapacidade de forjar projetos com características setoriais, provindos de disposições através de entidades governamentais ou os próprios Ministérios.

Assim sendo, é importante verificar como os agentes indiretamente vinculados, em seus princípios fundamentais, ao Estado e movimentos sociais, têm projetado perspectivas do tema em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal. Desse modo, inclinam-se as atenções para as Organizações Não Governamentais (ONG's).

AS ONG'S AMBIENTAIS E AS PERCEPÇÕES DOS ASSENTADOS

Tendo como referência o descolamento do Estado e as vinculações complexas e, em muitos aspectos, contraditórias dos movimentos sociais junto dos assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal, parte-se para a compreensão das extensões de Organizações Não Governamentais (ONG's) no cenário territorial em que se enfoca a objetivação analítica. Com isto, busca-se discernir qual o papel representativo que as ONG's, de maneira geral, possuem para os assentados na totalidade das configurações ambientais e, nela, os aportes climáticos.

Desse modo, sobre a participação destes instrumentos sociais na conformação das aproximações e concretizações de projetos, tem-se o seguinte relato:

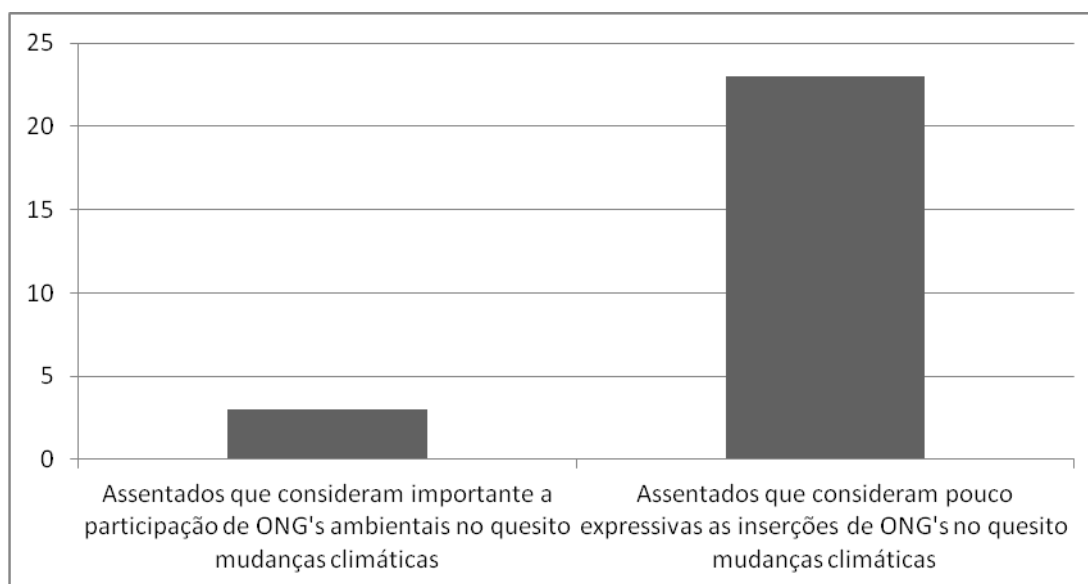
Olha, bem pouco. Olha, passou por aí, até era uma mulher eu nem lembro o nome dela, ela passou por aí pra ver se conseguia fazer pro povo aí né, mas aí, só que isso já tem uns par de anos já, aí ela foi fazer o levantamento do assentamento mas, eu não entendo direito, parece que ela falou que não conseguia vim o projeto pra cá porque parece que não era averbado parece, é eu não entendo direito como é que funciona isso não. E aí ela só deu uma passada e ficou meio uns tempos por aí fazendo levantamento pra ver, mas aí ela falou: “a não pra cá não vai conseguir não”, é eu não sei

como é que funciona esse negócio aí né (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Em linhas estritas, muitos dos assentados caracterizam a necessidade de garantia de propriedade para a inserção em projetos de ONG's. Todavia, a propriedade dos lotes não é conferida aos sujeitos nesta afirmação de reforma agrária, mas sim a permissão de uso do local. Por exemplo, se um assentado resolve abandonar seus hectares em terras e o usufruto, este é designado a outro destinatário a partir de uma classificação registrada no INCRA ou no ITESP.

Mesmo assim, algumas demarcações e parcerias envolvendo os assentamentos e as entidades estatais ocorrem. Porém, na visão dos assentados isto pouco tem se traduzido em perspectivas benéficas reais e eficazes por se tratarem de medidas de curto prazo com pouca vinculação territorial e, conjuntamente, com escasso recurso para mobilizar efetivamente a dinamização de renda destes agricultores.

Gráfico 10. Importância das ONG's no quesito mudanças climáticas em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Pesquisa de campo.

Em termos de exemplificação, quando perguntado a um assentado sobre as delineações das ONG's na região, observou-se a seguinte exposição:

Já veio, mas parou. Já veio no início, mas só falava também. É aquele ditado, falava, escrevia e jogava o papel fora, nunca apareceu mais ninguém aqui, nunca, nunca, aparecia pra falar besteira e depois sumia e não voltava mais. Se você ver alguma árvore plantada é por ideia da gente, aqui não apareceu ninguém, ninguém nos falou faz isso ou aquilo, pegamos a terra e ficamos isolados aqui. Nós planta por que foi o que nos aprendemos, nós não sabe fazer outra coisa, foi plantar e colher, mas chega um ponto que você desacorsoa, você planta e colhe e vai vender pra quem? (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Outro assentado complementa estes fatores com os seguintes dizeres:

Aqui também já veio, mas foi mais a parte, o projeto do Macaúba, do biodiesel, teve aqui, só que quando terminou o tempo, era um ano né, aí quando terminou o tempo, não tinha recurso porque só liberaram uma parte, e aí pararam também. Veio bastante mudas de árvores, essas coisas, aí plantou bastante né, fizeram análise de solo, fizeram preparo do solo e tudo mais, só que acabou a verba (...)(Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Com isto, demarca-se a construção inoperante de projetos que remetem objetivos relativos somente ao próprio documento aprovado, não caracterizando criações de possibilidades territoriais de fomento ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, os contornos aplicativos chegam para o assentado e terminam junto com o projeto iniciado, deixando poucas ou nenhuma raízes.

Com isto, observadas as conjunturas *lato sensu* da imersão do fato histórico contemporâneo das alterações no clima pelas ações da sociedade, envolvendo Estado, movimentos sociais, entidades não governamentais e os agricultores familiares, perspectiva-se compreender como os assentados entendem os mecanismos criados para a mitigação e adaptação aos GEE em âmbito mundial, manifestando-se em termos de reprovação ou aprovação local destas propostas de desenvolvimento.

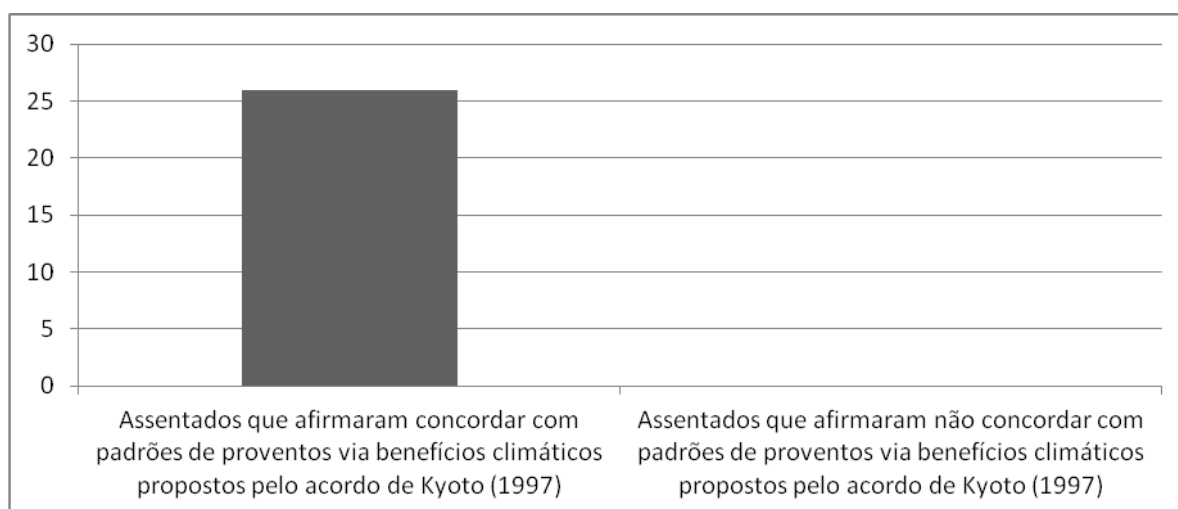
O CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS MECANISMOS EM MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Consideradas, então, as dimensões plurais sobre os assentamentos rurais em suas conjugações diretas entre mudanças climáticas, o Estado e os movimentos sociais no campo, estabelece-se, assim, a verificação do posicionamento dos sujeitos no que corresponde à aplicação de mecanismos provindos do Protocolo de Kyoto. Sobretudo, foca-se no discernimento do padrão geral de funcionamento destes modelos de mitigação de GEE que, posteriormente, podem se desdobrar em atividades de adaptação.

Especificamente, buscou-se aferir se os assentados concordam com as lógicas de inserção de práticas ambientais em mercado e, com elas, o recebimento de proventos pela manutenção da biodiversidade local e contribuição em absorção de GEE para a atmosfera. Amplamente, estabeleceu-se um diálogo em que a formatação do recurso provindo tanto de grandes empresas de mercado, quanto do próprio Estado se destacou, possibilitando a demonstração de refutação ou aceitação.

Assim sendo, obtiveram-se constatações que apontam o caráter dialético da realidade, uma vez que o conjunto dos agricultores pesquisados concordou e ratificou perspectivas do “padrão-Kyoto”.

Gráfico 11. Os assentamentos e os mecanismos de aplicação em mitigação e adaptação provindos de Kyoto (1997).



Fonte: Pesquisa de campo.

Esta determinação aponta duas possíveis notações: a) a pobreza dos assentados faz com que qualquer medida de entrada em renda seja positiva; b) o desgaste das ações dos movimentos sociais no local – tendo ocorrido muitas falhas de acordo com os sujeitos entrevistados – abre o caminho para que perspectivas contestadas em macroescala sejam almejadas em âmbito local.

Dessa maneira, relata-se que:

Mas claro que era bom, no fundo do meu lote lá tem uma área que a gente conserva, é uma área de reserva minha, e autoridade não vê isso aí não. Se você tira uma árvore te prende, mas enxergar essas coisas não enxergam não. Mas não vê os assassinos que metem fogo e acabou (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A conjugação das narrações centra-se na noção de que os benefícios gerados pelos assentamentos rurais, a partir da fixação de pessoas e de replantios, não são reconhecidos efetivamente pelas políticas públicas e, conjuntamente, pelos pequenos acordos comerciais que conseguem ser estabelecidos.

Com isto, expõe-se:

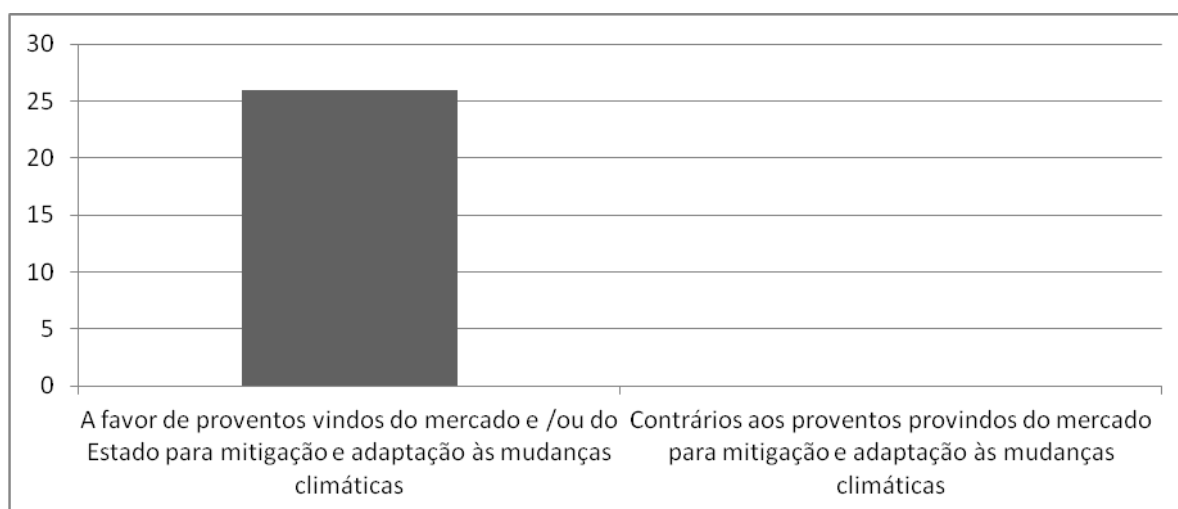
Aqui não tinha um pé de árvore, só tinha pasto. E depois as sementes o próprio passarinho veio plantando. Isso aqui era um deserto, Deus o livre, era tudo capim, e a gente chegou e foi plantando (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Outro assentada amplia esta dimensão e enfatiza:

Ah seria muito bom, você já imaginou? Porque, que a gente não tem condições, porque no caso essas árvores, isso aqui não tinha nada, porque aqui eu moro no meio do mato, porque pra baixo disso aqui tudo prá cá árvore, lá pra baixo onde fez o macaúba tem um pouco de árvore, lá era muito seco, sol muito quente, algumas plantas, árvores acabou morrendo, né, a terra não era muito bem preparada, mas foi um projetinho que andaram um pouco rápido, mas que foi feito. Até que tem um pouco bom de árvore, e a gente percebe que isso é bom tanto para as pessoas como para os animais, porque vai ficar pasto e sombra, e isso é muito bom, se a gente pudesse fazer até em baixo, plantando tudo, seria muito bom, eu acho. Sensação térmica de 50 graus a gente tem aqui agora, até porque isso plantação as árvores eles ajuda a não ter erosão nos pastos, e isso é muito bom. Quando a gente chegou só tinha aquela árvore pequenininha ali, chama “açoita cavalo”, o resto a gente plantou tudo (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Um dos aportes que se pode reconhecer na aproximação com os sujeitos que compõem os assentamentos é a possibilidade de reconhecimento direto dos benefícios gerados pelas ações nos lotes e o pagamento sem intermediários por estes atos ambientalmente positivos. A ampliação da renda através de composições em mitigação e adaptação, sendo este montante provindo do Estado ou de fomentos de mercado, não é a centralidade do debate, neste momento, para os assentados nos contornos mais amplos das políticas ambientais em suas totalidades, mas sim a capacidade delas em ampliar as ações que se realizam nos seus espaços de domínio e, com isso, gerarem benefícios econômicos e inserções sociais.

Gráfico 12. Assentados entrevistados a favor de proventos oriundos do mercado e/ou Estado para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



Fonte: Pesquisa de campo.

Assim, tem-se:

E isso aí é uma coisa que o pessoal precisa que é poucos que fazem isso aí né, poucos plantam e mantém, mantém aquelas estruturas daquelas árvores, aquelas coisas ali né (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Este comportamento, de maneira estrita, se traduz na noção de que a movimentação socioeconômica em direção à integração e ampliação de capacidades individuais, para posteriormente orquestrá-las no coletivo, caminha previamente a contestação efetiva de modelos econômicos climáticos nas bases locais. Assim sendo, os acordos internacionais sobre o funcionamento de mercado em mudanças climáticas, se beneficiarem diretamente os produtores rurais assentados, podem ser positivos para estes e disporem magnitudes que permitam suas efetivações do cotidiano e da vida, seja ela produtiva, social, cultural ou política.

Como exposto por um assentado:

No meu ponto de vista tinha que ter o esforço pra chegar o dinheiro em cada um dos lotes. Tem uma mina d'água? Tem, então vamos replantar isso aí, vai ter tanto, mas nós vamos fiscalizar pra ver se você está plantando. Agora não é só falar, o dinheiro vem e ele põe no bolso e não dá nem prá nós. Aqui já teve vários projetos, mas a gente não tinha acesso a nada (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Com isto, no quadro tido como inserido na ponta das relações entre o Estado e os movimentos sociais, figurando os assentamentos rurais de reforma agrária, verifica-se a inclinação positiva entre o recebimento de proventos para a manutenção e ampliação de arquétipos benéficos às dinâmicas climáticas.

Assim, como se denota:

É importante, importante porque incentiva cada vez a pessoa a cuidar mais daquele ambiente né, cuidar mais, zelar mais, plantar mais né (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Portanto, decai-se na necessidade de intersecção conjunta entre política pública e rendimento monetário, o que será exposto no próximo tópico. Para isto, é vigente a reivindicação de construção de mecanismos que ao mesmo tempo sejam positivos ao ambiente e criem possibilidades de melhorias sociais e econômicas para os agricultores familiares.

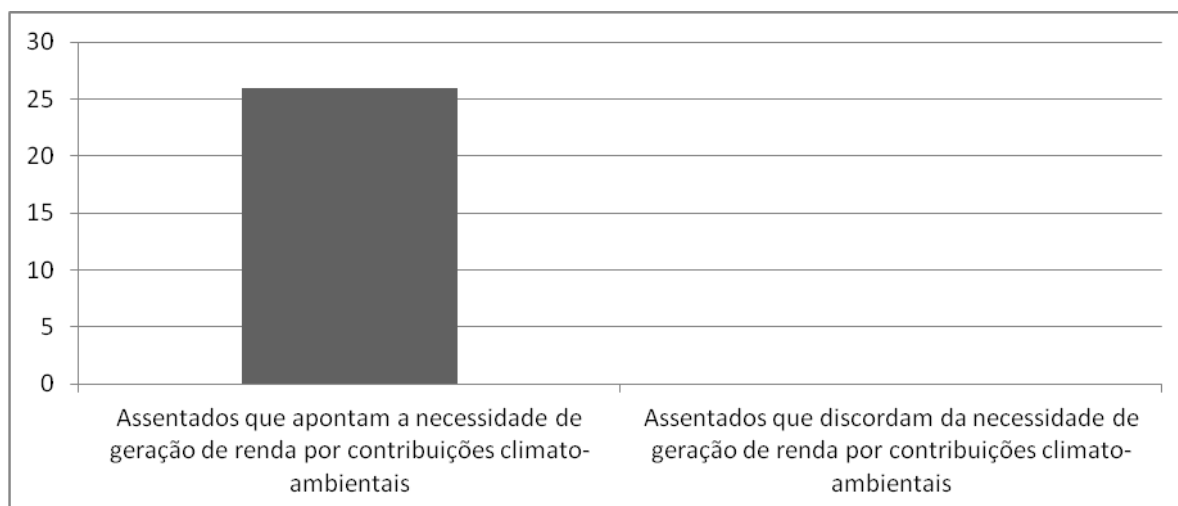
CONVERGÊNCIA POLÍTICA E CONVERGÊNCIA ECONÔMICA

No caminho de fomentar as perspectivas angariadas através do diálogo com agricultores nos assentamentos rurais de reforma agrária, importante delimitar que os cruzamentos entre política pública e geração de renda se estabelecem como condições essenciais dentro da realidade da disposição das atividades produtivas de alimentos em consonância às investidas em projetos climáticos.

Por este viés, traduzindo concretamente a questão, é preciso que o agricultor familiar – de acordo com os diálogos em campo - receba contrapartidas financeiras para a execução de replantios, absorções de CO₂, menores emissões de metano, recuperação de pastagens degradadas etc. Não é a limitação das medidas através de perspectivas de crescimento unicamente econômicas, mas a garantia de que a inserção econômica e social se estabeleça através de uma renda, como

premiação pela manutenção e favorecimento à biodiversidade e condições climáticas.

Gráfico 13. Necessidade de geração de renda para os assentados por benefícios climato-ambientais.



Fonte: Pesquisa de campo.

Este item foi constantemente levantado pelos assentados, uma vez que a maior parte dos projetos que se executaram nos assentamentos rurais do Pontal, com facetas ambientais próximas às que se inclinam a mitigação e adaptação, se restringiram a pequenas extensões monetárias para a própria formulação dos objetivos dos intentos, mas não retribuíram as ações já desenvolvidas localmente pelos próprios assentados.

Neste íterim, muitos correlacionam as necessidades em vinculações das políticas climáticas e ganhos monetários locais aos programas da CONAB⁹⁰, exemplificando que o funcionamento destes serve de modelo para incursão positiva em clima e mudanças. A CONAB implica projetos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), erguido com o Governo Lula em 2003, objetivando melhores condições de funcionamento econômico para os agricultores familiares e oferecimento nutricional para pessoas em estado de insegurança alimentar (MEDEIROS HESPANHOL, 2013).

Nisto, um relato dispõe:

⁹⁰ CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

[...] o programa da CONAB né, sempre quando vem a gente entrega, uma horta, uma coisinha ou outra a gente entrega pra este programa. Dá CONAB aqui pra nós foi um projeto muito bom porque leva de tudo, né, se você não tem fruta, não tem mandioca, essas coisas mais firmes, aí você pode plantar uma horta, que a horta você sabe, de uma hora pra outra ela produz né, e aí eles levam de tudo. E pra nós aqui ajudou demais (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Este desenhar de perspectivas de renda se aloca na manutenção de condições de acesso aos bens e produtos necessários a vida cotidiana, que é interseccionada entre os espaços urbanos e rurais, rompendo as dicotomias caracterizadas em estágios anteriores das populações e dinâmicas produtivas da economia, sejam elas de origens primárias ou secundárias. Neste caso, assim como o CONAB retribui diretamente o produtor pelo oferecimento social de seus plantios, os assentados entendem que a manutenção e melhorias nos escopos climáticos também poderiam garantir renda, seguindo a notação dos benefícios coletivos gerados.

Como se observa:

O modelo da CONAB foi bom, porque a gente tem o que oferecer e tem renda pelo que dá. Tem que seguir esse molde assim, aí funciona bem (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Maiormente, a renda fixa, ou seja, o assalariamento por benefícios climáticos se comportaria como um dos trilhos garantidores de melhores condições sociais e buscas por liberdades essenciais, como em propositivas apresentadas por Sen (1999). Com a ampliação dos aportes monetários via compensações em mudanças climáticas, seria possível a dedicação em aperfeiçoamentos da produtividade, com contornos agroecológicos, atividades culturais e demais dinamizações que compõem a totalidade de suas vidas. Isto ampliaria o poder de ação política destas comunidades, compondo suas territorializações e concretizações de ideais locais, mediante suas organizações.

Uma assentada, ao expor a necessidade de recebimento de proventos quando da aplicação de políticas climáticas, dispõe um quadro geral de precariedades financeiras vividas por ela e seu esposo. Desse modo, tem-se que:

[...] o meu marido quando pede 100 Reais a diária em serviço o povo reclama que está caro, ele trabalha aqui, para os pobres

daqui. Querem pagar 50 conto a diária e olha lá. Mas quando tem, porque ele está desde janeiro desempregado, nós ficamos até agora sem nada, agora que ele está fazendo um bico na igreja ali, aí um chama pra ajudar a arrumar um telhado aqui, que o vento carrega porque o vento é muito forte aqui, dá pra derrubar a casa, hoje ele está trabalhando, o rapaz resolveu rebocar a casa e eles está ajudando lá, mas é assim, naquele pouquinho, aí nisso você tem que optar, ou paga a luz ou vai comer. Aí chega ali em Teodoro o preço é tudo lá em cima das coisas, todo dia aumenta né (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Outro assentado complementa os dizeres acima pelos seguintes aspectos:

[...] mas se tivesse um incentivo, o pessoal tudo plantava, tudo tudo plantava, cercava metade e plantava árvore naquela área. Mas aí não tem como, o pessoal tem que cercar, depois comprar as mudas pra plantar né (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Assim, verificou-se o interesse concreto da base local nas regimentações de projetos vinculados aos mecanismos de obtenções de recursos para as atividades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, como o MDL e REDD, destoando, de certo modo, das indicações combativas em macroescala dos movimentos sociais no campo, o que amplia a necessidade de configurações territoriais quando da aplicação do arcabouço complexo das propositivas em desenvolvimento sustentável.

Com isto, perspectiva-se no próximo tópico as orientações sugeridas como caminhos para que os assentados consigam se aproximar da temática, gerir suas inclinações e processos de afirmação locais, assim como apresentar resultados e retirar proveito dos benefícios angariados.

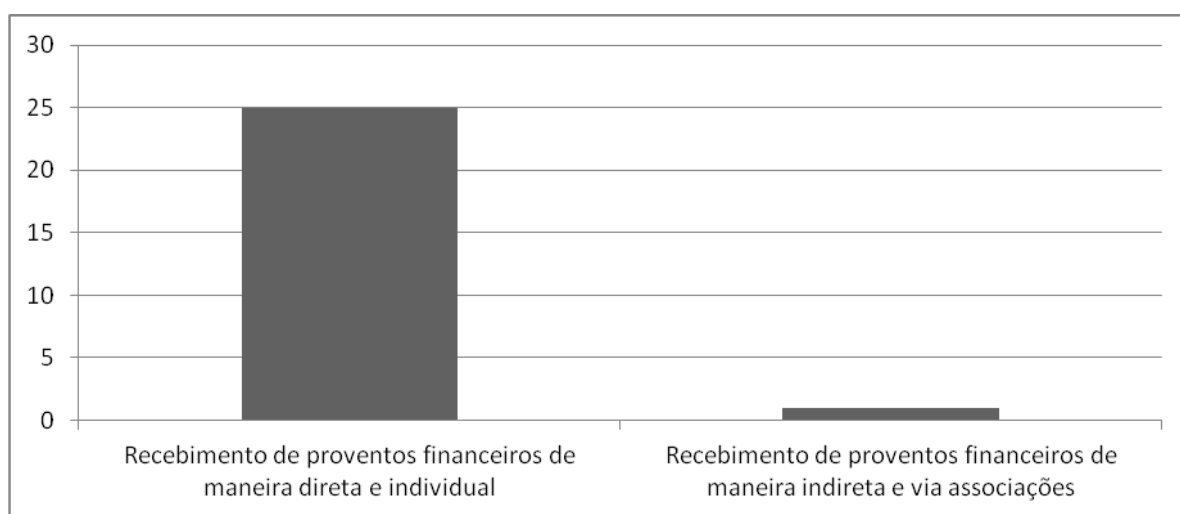
POLÍTICA PÚBLICA, O ASSENTADO E O ESTADO: CAMINHOS SUGERIDOS

Após as indicações gerais sobre as relações em mudanças climáticas a partir da verificação local em assentamentos rurais de reforma

agrária, apontam-se as indicações evidenciadas pelos próprios assentados no que corresponde ao funcionamento das políticas públicas neste contexto.

Dessa maneira, dois são os caminhos erguidos como centrais para a decorrência profícua de projetos em mitigação e adaptação: a) recebimento personificado de verbas que possibilitem ações; b) criação de mecanismos territoriais para acesso a projetos e créditos.

Gráfico 14. Indicação de ordenamento no recebimento de provimentos financeiros para a execução de projetos sobre mudanças climáticas.



Fonte: Pesquisa de campo.

Isto implica no quadro histórico apresentado anteriormente na tese, em que o Estado com medidas setoriais favorece estritamente o grande capital aplicado na produtividade agropecuária, assim como as participações associativistas através de movimentos sociais, que faliram e geraram resquícios financeiros (dívidas), desgastes interpessoais, não criaram a potencialização esperada quando da territorialização em lotes de reforma agrária.

Por este caminho, um assentado apresenta a seguinte perspectiva:

O dinheiro tem que chegar pra quem vai plantar, direto pro lote, não pode vir por movimento social. Não tem que passar em associação, é isso que eu detesto. Eu vim fazer a vida no Pontal por um motivo, por venda nos olhos. Eu imaginei aqui trabalhar no coletivo, mas você vai pagar o seu e os outros não pagam. Eu pago a minha parte e o cara não paga, aí um avaliza pro outro e aí todo mundo quebra. Se você pagar e o outro não pagar, vamos todo mundo pro inferno. A gente não sabia, não tinha a prática da coisa,

mas aí já foi tarde demais. Esse negócio de pegar dinheiro no coletivo é fria, ou vem individual ou não vem nada. Coletivo, você pega duas pessoas honestas e três desonestas, uma pregação de pegar dinheiro e não pagar (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Outro assentado complementa estes dizeres, expondo que:

O Pontal aqui era pra ser outra coisa, não isso aqui que você tá vendo. Se o dinheiro viesse pra cada um, não essa história de que tem que vir no coletivo. A COCAMP mesmo, quantos milhões não veio naquilo ali? Vocês viram o investimento que veio ali, não deu em nada. Panela que todo mundo mexe ou fica sem sal ou salga demais. O banco fica segurando o financiamento que vem pra pessoa por causa daquilo ali (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

A experiência negativa junto a COCAMP é constantemente lembrada e se coloca como o marco da necessidade de exploração das capacidades individuais a partir das referências locais. Neste sentido, articular as possibilidades dos atores *in lócus*, envolvendo seus anseios produtivos e ambientais, parte do regimento político organizativo que circunda a descentralização com caminhos que determinam a valorização dos territórios, com múltiplos agentes e diretivas nos ditames de forçamento de poderes.

Como se observa,

É uma boa ideia, faz um projeto e o dinheiro vem na conta de cada um, separadamente, que está envolvido no projeto. Não é uma conta coletiva para depois repassarem pra nós, isso é fria (Entrevista em Assentamento Rural do Pontal do Paranapanema-SP).

Assim sendo, o desfecho territorial, a partir das orquestrações dos intentos sócio-produtivos-culturais, se colocam como mandatórios para a inserção, na visão dos assentados, de uma política que adote as caracterizações de mitigação e adaptação com medidas que disponham benefícios ambientais e geração de renda. Este passo, em amplas linhas, é possível pela caracterização da movimentação política que reconheça a especialidade dos territórios, suas nuances históricas e relações de poderes, como também a individualidade dos sujeitos que se alocam na

produção de alimentos em lotes de reforma agrária, vide os assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP analisados.

Tendo isto em perspectiva, é possível tecer, no próximo tópico, uma análise aproximativa com a ideia paradoxal em mudanças climáticas erguida por Anthony Giddens (2010), em que a atuação política sobre o mote referido é dificultada pelo não reconhecimento imediato das implicações em impactos que o clima dispõe sobre as sociedades. Todavia, ao abordar os assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP, configurando a complexidade rural no Brasil, vemos esta noção ainda se acentuar, forjando outros padrões sintéticos sociais como combinações teórico-contributivas.

O “PARADOXO GIDDENS” E A PROBLEMATIZAÇÃO PELOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A Após a exposição sobre as concepções relativas às mudanças climáticas e implicações em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal, conjecturando discernimentos diretos em suas realidades produtivas, ambientais e sociais, parte-se para um “debate amalgama”, em que se apontarão aspectos sobre a inserção nos entremeios temáticos tratados das facetas relativas às definições, participações e ações em *climate change*.

Neste íterim, perspectiva-se o domínio concreto sobre afirmações por parte dos assentados nos âmbitos das negociações de projetos e óticas de desenvolvimento pensadas em macroescala e que poderiam ser aplicadas localmente. Para isto, emerge como caminho de problematização o “Paradoxo Giddens”.

Giddens (2010) denomina como paradoxal a intersecção entre a ação em mudanças climáticas e os impactos percebidos diretamente pelas populações em seus múltiplos territórios.

Neste sentido, afirma:

A política da mudança climática tem que lidar com o chamado “Paradoxo Giddens”: visto que os perigos representados pelo

aquecimento global **não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana**, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, **sem fazer nada de concreto** a seu respeito (GIDDENS, 2010, p.20).

Contudo, nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP, com sujeitos históricos ligados às contestações sociais que se coadunam aos movimentos nacionais e internacionais, como o MST e a *Via Campesina*, se indicaria, em hipótese, a ocorrência da prática política junto das dinâmicas climáticas por indicativos dos próprios movimentos sociais em macroescala.

Maiormente, o cenário de possibilidades se amplia, tendo como princípio articulador as ações já tomadas pelos assentados em recuperação da biodiversidade, plantios integrados e contrapontos a insumos alargados, associadamente as caracterizações provindas das aferições em seus próprios lotes no dia-a-dia.

Entretanto, a falta de formalização e dimensionamentos concretos em mudanças climáticas são predominantes, gerando um “tom” de esvaziamento quando do próprio conhecimento de políticas e, subsequentemente, da participação sólida nelas, com proposições e determinações locais. Por estes aspectos, é possível dialogar, aqui, com a afirmação e, ao mesmo tempo, com o aumento da complexidade em relação ao “Paradoxo Giddens”.

Objetivamente, os indicativos formados no seio dos movimentos sociais como a agroecologia, mesmo com as dificuldades de implementações e seus aspectos esparsos, podem ser notados em assentamentos rurais no Pontal como princípios articuladores de práticas benéficas em mudanças climáticas. Indo além, a partir do cotidiano de atividades produtivas, foi relatado a verificação empírica de questões vinculadas ao clima e como estas atuam diretamente no prejuízo de investidas no plantio e, ao mesmo tempo, no aumento das dificuldades do trabalho. Todavia, ações concretas em mitigação e adaptação não são presentes, isto pelo esvaziamento escalar do tema e as falhas apresentadas pelo Estado e movimentos sociais.

Assim, pela vinculação dos debates em macroescala, identificados no capítulo II desta pesquisa, há a ocorrência de notórias reivindicações e protestos nos âmbitos das mudanças climáticas pelos movimentos sociais que se fizeram

representados, associadamente, pelos sujeitos que se inserem como assentados no processo de reforma agrária no Pontal. Por este viés, ocorre o conhecimento da política (nacionalmente e internacionalmente) pelos movimentos sociais, com o reconhecimento local de que o clima é gerenciador de perspectivas que auxiliam ou deturpam a produção (em múltiplas formas), mas há falta de ações em mudanças climáticas, apresentando-se em duas vias: no descolamento da política pública sobre os aparatos territoriais locais e no distanciamento dos próprios movimentos sociais que se apresentam atuantes nacional e internacionalmente em processos de reforma agrária.

Assim sendo, na realidade cotidiana da base territorial dos assentamentos rurais de reforma agrária pesquisados, firmados legalmente num contexto avalizado pelo Estado e gerado por pressões dos movimentos sociais, surgem “ecos” e “sombras” sobre o tema, mas não efetividades nomeadas em mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Alargando as possibilidades, as articulações pontuais com ações específicas e transitórias por meio de ONG's pouco se estabelecem como funcionalidade concreta, ainda mais na propagação de renda e benefícios sociais/ambientais no local. Esse caminho se caracteriza nos assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema pelo perfil esporádico dos projetos, uma vez que se aplicam práticas com recursos muitas vezes não dialogados com os assentados - somente aproximadas - e ao fim da possibilidade de abono se acabam, recuando o cenário aos limites iniciais.

Este contexto indefinido, trazido para os assentamentos de fora para dentro através de ONG's, pode imprimir certo grau de alcance indireto de mecanismos vinculados à política climática do país, contudo, não geram a capacidade de manutenção dos projetos para além do que já se desenvolvia em termos ambientais pelos próprios assentados (com meios limitados).

Neste sentido, não acrescenta caráter de adicionalidade por não convergir com o que Giddens (2010) denominou por vantagem competitiva em mudanças climáticas, compondo propostas para viabilização de novas práticas de maneira que estas tragam inovações e ampliem convergências econômicas. Quando o assentado expõe “quem tem boa vontade corre o mesmo risco que a gente, não tem

recurso” caracteriza exatamente este aporte conceitual, pois uma atividade custosa que não gere benefícios para a manutenção da própria capacidade de vida e existência tende a ser deixada de lado, ou aplicada em contornos mínimos.

Assim sendo, o Paradoxo Giddens se reafirma na formatação de projetos específicos nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP, o que poderia compor uma espécie de territorialidade em mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, é complexificado pela variante escalar da análise política sobre o tema, uma vez que o reconhecimento e combatividade neste mote deixa de transitar verticalmente entre as ações nacionais, internacionais e os assentamentos rurais por aspectos ligados a história local, a intersecção entre o Estado e os mesmos movimentos sociais que em suas lutas marcam a história destes territórios rurais.

Neste processo, ocorre o reconhecimento da causa – o esvaziamento escalar – inações ou pequenas ações locais – diminuição de potencialidades em mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos assentamentos rurais pesquisados. Isto figura um processo mais amplo do Paradoxo Giddens quando da mirada territorial pelos assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP, em que a notação multiescalar expõe o reconhecimento da causa em determinadas escalas, mas apresenta fraqueza ou inabilidade em outras.

Com isso, visto a relação dificultada na centralização dos intentos tanto no Estado como nas propositivas maiores dos movimentos sociais organizados, o diálogo com as dinâmicas do desenvolvimento a partir da dimensão territorial facilitaria a expansão das condicionantes locais em assentamentos rurais de reforma agrária, tendo em consideração as características e potencialidades que apresentam.

SÍNTESE

Nos assentamentos rurais de reforma agrária enfocados no Pontal do Paranapanema-SP, pôde-se constatar a complexidade relacional escalar relativa aos acordos globais em mudanças climáticas, as imbricações deste mote em contornos nacionais e, subsequentemente, as extensões locais do assunto.

A partir disto, caracteriza-se que os lotes de reforma agrária impulsionam mecanismos benéficos no que corresponde a inserções climáticas locais, uma vez que estabelecem regimentos positivos pautados nas orientações agroecológicas (mesmo com dificuldades econômicas e políticas em aplicações) providas de formatações prévias mediante as inserções nas contestações sociais que geraram suas fixações em lotes de reforma agrária.

Contudo, os alcances do Estado e dos movimentos sociais no que corresponde às práticas efetivas em mudanças no clima (mitigação, adaptação e resiliência) pouco se aplicam nos assentamentos rurais pesquisados, uma vez que os aportes setoriais, sobretudo conectados com a cana-de-açúcar, engessam a aplicação e desenvolvimento de projetos locais, ao passo que afirma a tensão em macroescala entre os próprios movimentos sociais e a agenda política forjada sobre a questão disposta.

O local, então, passa a representar um recorte de “sombras” e “ecos” sobre o assunto, uma vez que os princípios setoriais que o Estado oferece não alcança os assentamentos rurais, os movimentos sociais conjuntamente perderam força na arrumação e inserção nos territórios após a afirmação destes enquanto projeto de reforma agrária e a estrutura necessária para o acesso a políticas públicas distanciam-se dos aportes territoriais do desenvolvimento.

Neste processo, amplifica-se o dilema paradoxal de *Giddens*, com reconhecimentos de causas sem ações, por falências estruturais das composições analíticas escalares em mudanças climáticas no país.

Conclusões

Tendo em vista o trabalho investigativo disposto, promovendo uma contribuição possível na leitura das construções e afirmações políticas sobre mudanças climáticas no Brasil miradas ao rural, podem-se apontar os seguintes tópicos conclusivos:

- A estruturação da agenda política brasileira sobre mudanças climáticas, em perspectiva rural, se embasa na busca por potencialização das atividades geradoras de divisas, tendo como princípio fundamental a produção de *commodities* em larga escala para os mercados internacionais e nacionais (recorte categoricamente agrícola). Este processo tem ligações com as vertentes políticas acionadas pelos Governos FHC (Fernando Henrique Cardoso) e Lula (Luiz Inácio “Lula” da Silva), imprimindo o desenho geral de desígnios majoritariamente *top-down*, firmados com elevada representação dos entes Estatais e setoriais de mercado;
- Os movimentos sociais no campo analisados, em suas atuações macroescalares, evidenciam negações aos projetos firmados e contemplados pela agenda climática brasileira, o que caracteriza o distanciamento deste escopo, ainda mais na esfera pragmática das representações e intentos de boa parcela dos agricultores familiares brasileiros. Nisto, aspectos ligados aos projetos em MDL e, como um todo, ao modelo Kyoto, são dificultados, negados e combatidos pelos movimentos sociais, ratificando a necessidade de amplo diálogo territorial sobre a abordagem climática e as ações em mitigação, adaptação e resiliência. Todavia, as inclinações políticas dos movimentos não negam ou diminuem a questão climática e se envolvem com consignações derivadas da noção de sustentabilidade;
- Quando decorre a aproximação territorial local das imbricações em mudanças climáticas e dimensões políticas nos assentamentos rurais de

reforma agrária do Pontal do Paranapanema-SP, a complexidade do mote se amplia, demarcada por distanciamentos correspondentes às propostas nacionais e às intencionalidades dos movimentos sociais estudados. Em linhas específicas, tanto o Estado quanto os movimentos sociais possuem poucas ramificações na temática para os assentamentos pesquisados, o que é marcado pelo sub-aproveitamento territorial e supraestruturado da questão do clima e das mudanças climáticas no país.

Assim sendo, é possível discernir que ocorre uma arquitetura política sobre mudanças climáticas no Brasil com atenção à manutenção dos pilares dos circuitos longos da produção e distribuição de cultivares agropecuários, assim como certa marginalização de agricultores familiares que se centram numa totalidade diferenciada no agrário brasileiro, embora representem um elevado potencial de participação no fornecimento de alimentos e intersecção positiva com o ambiente.

Neste ínterim, o segmento político em clima se associa majoritariamente aos mecanismos produtivos, considerando o balanço numerário de GEE como único guia efetivo de considerações socioambientais que se inserem neste contexto argumentativo, mas tem dificuldades em lidar com feições locais conflituosas.

Por este aspecto, tendo como parâmetros as notações dos movimentos sociais e as aproximações dos diálogos com assentados, a criação de espaços de ampla participação e garantia de projetos se apresenta como item principal a ser impetrado pelo Estado, visando não o ato de “ditar” as receitas para a construção de ações e programas em mudanças climáticas, mas sim elaborar intentos conjuntamente com comunidades territoriais, entendendo os diversificados atores, os projetos e as expressões dos conflitos que os cercam.

Neste processo, há o descolamento pelo Estado das percepções e necessidades locais, nomeadamente das territorialidades, uma vez que a grande denotação de medidas se concentra em receita única, aplicáveis aos territórios como “bula” acordada a partir de diálogos com agentes externos aos espaços de materialização de vivências, produtividades e intencionalidades, ou seja, as comunidades territoriais.

Com isto, é preciso fomentar as análises e elaborações que visem à desarticulação macroescalar da temática no país, criando metodologias de ações

horizontais que resultem em verticalidades acordadas, dialogadas e negociadas amplamente em cada realidade territorial, de acordo com suas especificidades e necessidades.

Por este motivo, ressalta-se o alargado campo de pesquisas necessárias às conjunturas de distribuições políticas pelo capital social dos territórios, expressando não somente resultados em balanços de entrada e saída de GEE em curto prazo através de perspectivas produtivas, mas corroborando a continuidade dos processos sustentáveis, a melhoria de vida e a elevação de condicionantes democráticas na projeção e execução de planos em alterações globais.

Esta demanda se coloca para que se evitem ciclos “público-políticos” ineficazes que cumprem parcialmente o arranjo de dados em menores emissões de GEE, mas que territorialmente se comportam como limitadores ao desenvolvimento e, em muitas vezes, ampliadores de conflitualidades latentes, como o caso do contraponto *commodities* / agricultura familiar.

Neste processo, é necessário a superação da configuração setorial agrícola que envolve os contornos gerais da política climática nacional, procurando ultrapassar as escolhas direcionadas a produtos específicos e articulações centralizadas unicamente em grupos gestores ministeriais.

Como se observou na parte I do trabalho, decorre a definição setorial de estratégias em mitigação e adaptação, marcadas por planos orquestrados via perspectivas ancoradas majoritariamente pela Federação, sobretudo com ampla representatividade de Ministérios. Mesmo o Plano Nacional de Adaptação vem reforçar a dinâmica parcelária e supraestruturada, desvinculando objetivações para as populações e o grande capital, nomeadamente com atividades compensatórias para os agricultores atingidos por mudanças climáticas e incentivos amplos aos investimentos geradores de divisas.

Este arcabouço de denominações políticas cria um paradigma aplicativo das dimensões com menores impactos relativos às emissões de GEE, porém, ao mesmo tempo, é replicador do privilégio dos grandes detentores de poder econômico nos escopos agrícolas brasileiros.

Com isto, desenham-se dotações que auxiliam de modo desigual as manifestações práticas das facetas da sustentabilidade que permeiam os debates sobre mudanças climáticas.

Assim sendo, alguns temas poderiam se comportar como prioritários junto da elaboração de uma agenda em mudanças climáticas no país, sendo eles: conjugação territorial de políticas ambientais, acesso direto a remunerações por serviços ecológicos prestados pela ação do pequeno produtor e logística de mercados locais.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. IV, p. 379-397, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In. *Reforma agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 28, nºs 1,2,3 e 29, nº 1, jan-dez 1998 e jan-ago, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1999.

ABREU, Lucimar Santiago de; BELLON, Stephane. A dinâmica do desenvolvimento da agroecologia no Brasil e, na América Latina. In. *Redes de Estudos Rurais*. Rio de Janeiro, 2014.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Ed. UFPR, Curitiba, v. 5, p. 49-60, 2002.

ADGER, Neil; ARNELL, Nigel; TOMPKINS, Emna. Succesful adaptation to climate change across scales. In. *Global Environmental Change*, nº 2, v. 15, 77-86, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de., HERNANDÉZ, David Gallar., COLLADO, Ágel Calle. A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampezinação em tempos de impérios agroalimentares. In. *Revista NERA, Presidente Prudente*, ano 17, nº24, jan-jun, 2014, 09-35p.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Inés. Agroecología, potenciando la agricultura campesina para revertir el hambre y la inseguridad alimentaria en el mundo. *Revista de economía crítica*, n. 10, p. 62-74, 2010.

ALVES, A.F. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: ALVES, A.F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L., Z. P [Org.]. *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 63-80.

ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. Mudança climática, Protocolo de Kyoto e Mercado de Créditos de Carbono: desafios à governança ambiental global. In. *O & S*, nº 45, v.15, abr-jun, 29-46, 2008.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

BAKER, Ingrid; PETERSON, Ann; BROWN, Greg; MCALPINE, Clive. Local Government response to the impacts of climate change: an evaluation of local climate adaptation plans. In. *Landscape and Urban Planning*, nº 2, v. 107, 127-136, August, 2012.

BALBINO, Luiz Carlos; CORDEIRO, Luiz Adriano; PORFIRIO DA SILVA, Vanderley;

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.1, n.2, 123-151, ago, 2006.

BARBI, Fabiana. Governando as mudanças climáticas no nível local: riscos e respostas. Campinas: [s.n.], 2014.

BARBIERI, Alisson Flávio. Mobilidade Populacional, Meio Ambiente e Uso da Terra em áreas de Fronteira: uma abordagem multiescalar. In. *Revista Brasileira de Estudos de População*, nº 2, V. 4, São Paulo, jul-dez, 2007.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. In. *Revista visões*, 4ª edição, v.1, nº4, jan-jn, 2008.

BARKE, Michael; NEWTON, Michael. The EU LEADER initiative and endogenous rural development: the application of the programme in two rural areas of Andalusia, southern Spain. *Journal of Rural Studies*, v. 13, n. 3, p. 319-341, 1997.

BARNETT, Jon. The Geopolitics of Climate Change. In. *Geography Compass*, nº 1, v.6, 1361-1375, 2007.

BARRETO, Maria Joselí; JUNIOR, Antonio Thomaz. OS IMPACTOS TERRITORIAIS DA MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP. *Revista Pegada*, v. 13, n. 2, 2013.

BARRETO, Maria Joselí; THOMAZ JR, Antonio. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. In. *Revista Pegada*. Vol. 13. Nº2, 2012. P. 46-68.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Sociedade, Natureza e Reforma Agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na Região do Pontal do Paranapanema. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002.

BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". *Geosul*, 16 (32), p. 31-50, 2001.

BESSAT, Frédéric. A mudança climática entre ciência, desafios e decisões: olhar geográfico. In. *Terra Livre*, nº 20, V. 1, 11-26, jan-jul, 2003.

BIATO, Márica Fortuna. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. In. Brasília, nº 166, v. 42, abr-jun, 2005.

BORRAS JR, Saturnino M. Agrarian change and peasant studies: changes, continuities and challenges—an introduction. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 5-31, 2009.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetórias, perspectivas, contradições. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 6, p. 11-20, 2003.

BRASIL. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Vol. I e II. Brasília, 2015.

BRASIL. Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília: dezembro, 2008.

BRASIL. Plano setorial de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura. Brasília: MAPA, 2012.

BRÜSEKE, Franz Josef. Desenvolvimento sustentável, um desafio para as ciências. 1994.

BUTH, Fernanda., CORRÊA, Walquiria Krüger. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. In. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.1, n.2, ago, 2006, 152-172p.

CAETANO, Lucília. Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.

CASSETI, Valter. Ambiente e apropriacao do relevo. São Paulo: contexto, 1995. 147p .

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo:

CLAPP, Roger Alex. Regions of refuge and the agrarian question: peasant agriculture and plantation forestry in Chilean Araucanía. *World Development*, v. 26, n. 4, p. 571-589, 1998.

CONTI, José Bueno. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. In. Revista do Departamento de Geografia, V.16, nº5, 2005.

CORNETTA, Andrei. A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação. São Paulo: Annablume, 2012.

COUTINHO, Clara Pereira; CHAVES, José Henrique. O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal. In. Revista Portuguesa de Educação, nº 15, v.1., 221-244, 2002.

COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. Geography 17, pp. 1-23, 1998.

CRESWELL, John W; VICKI, Clark Piano. Designing and Conducting Mixed Methods Research. In. Australian and New Zealand Journal of Public Health, nº 4, V. 31, 388-389, 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. UPF Editora, Editora da Universidade de Passo Fundo, 2008.

DELGADO, Nelson Giordano et al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. 2007.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: IICA, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Vía Campesina. John Wiley & Sons, Ltd, 2012.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. Estratégias de recuperação de pastagens na Amazônia. Intensificação da produção animal em pastagens: Anais do 1º Simpósio de Pecuária Integrada, p. 9, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis- Da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In. São Paulo em Perspectiva, 6(1-2), jan-jun, 1992, 22-29p.

DINIZ, Eliezer; BERMAN, Célio. Economia Verde e Sustentabilidade. In. Estudos Avançados, nº 26, v.74, 323-329, 2012.

DUARTE, Rosália. M. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In. Educar em Revista, Curitiba, v. 24, p. 213-226, 2004.

EDUARDO, Márcio Freitas. O conceito de território e o agroartesanato. In. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 11, nº 13, jul-dez, 2008, 83-101p.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E.. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 1, p. 239-272.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. In. *Terra Livre*, nº19, ano 18, 75-94, jul/dez, 2002.

FAVARETO, Arilson. Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Documento de trabalho nº 26. Programa dinâmicas territoriais rurais. Chile: SANTIAGO, 2009.

FELICIANO, C. A. O conflito como elemento chave na construção da região do pontal do paranapanema (Conflict as a key elements in the construction of the Pontal do Paranapanema region). *Acta Geográfica (UFRR)*, v. 1, p. 167, 2013.

FELICIANO, Carlos Alberto. ""Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários." *REVISTA NERA* 11 (2007): 48-60.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. In. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.1, n.2, ago, 2006, 14-30p.

FERNANDES, B. M.. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Agrária (São Paulo)*, São Paulo - SP, v. 1, p. 16-36, 2004.

FERNANDES, B. M.. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *Observatorio Social de América Latina*, v. 24, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidades, Reforma Agrária e Desenvolvimento. In. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Edição Especial ENGA 2012, p.1-10, jun, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In. João Pedro Stédile (Org) – *A questão agrária no Brasil*. 7ªed. São Paulo, v.13, 2013, 173-238p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. *Reforma Agrária*, v. 34, p. 77-94, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 271-287.

FERRANTE, VLSB; BARONE, Luís Antonio. Reforma Agrária e Desenvolvimento como liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo-. Revista Retratos de Assentamentos. Araraquara, n. 10, 2006.

FERRÃO, João. O ordenamento do território como política pública. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. EURE (Santiago), v. 26, n. 78, p. 123-130, 2000.

FIGUEROA, Victor Manuel. América Latina: descomposición y persistencia de lo campesino. Problemas del desarrollo. In. Revista Latino Americana de Economía, vol. 36, nº 142, jul-set, 2005, 27-50p.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo Liberal Periférico e bloco de poder: política dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In. Os anos Lula: contribuições para uma balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

FLORES, Murilo. Assistência técnica e agricultura familiar. LIMA, Dalmo Albuquerque e WILKINSON, John. Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar. Brasília, 2002.

FLYBJERG, Bent. Five Misunderstandings About Case-Study Research. In. Qualitative Inquiry, nº 2, V. 12, 219-245, April, 2006.

Folha do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2002/07/fhc.html> <acesso em 10/10/2014>.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; DE ALMEIDA, Lucia Helena Maria; COLNAGO, Nathalia Fendeler. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, n. 2, 2009.

FONTANELI, Renato; SANTOS, Henrique; FRANCHINI, Júlio; GALERANI, Paulo. Evolução tecnológica e arranjos produtivos de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta no Brasil. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 46, n. 10, p. 0-0, 2011.

GAMBA, Carolina. O Brasil na ordem ambiental internacional sobre o clima. In. Observatório Geográfico da América Latina, 1-20, 2011;

GASPER, Des. Development as freedom: taking economics beyond commodities – the cautious boldness of Amartya Sen. In. Journal of International Development, v.12, nº7, 2000, 989-1000p.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIL, Izabel Castanha. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. In. Revista Nera, ano 7, nº4, jan-jul, 2004, 5-19p.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology. Researching the ecological basis for sustainable agriculture. London: Springer-Verlag, 1990.

GODOY, Sara Gunfinkel de Marques; PAMPLONA, João Batista. O protocolo de Kyoto e os países em desenvolvimento. In. Pesquisa & Debate, nº2, v.18, 329-353, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 1, n. 1, p.

GONÇALVEZ, J. S.; SOUZA, S. A M. Heterogeneidade e competitividade: o

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In. Nova Economia, nº 1, v.7, 2013.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? In. Psicologia: Teoria e Pesquisa, nº 2, V. 22, 201-210, mai-ago, 2006.

GUTERRES, Ivani. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. Editora Expressão Popular, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HAAS, P. (ed.) 1997 Knowledge, Power, and International Policy Coordination. University of South Carolina Press

HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. Economía, Sociedad y Territorio, v. 43, p. 805-815, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Espaço-Terra- Território: o dilema conceitual numa perspectiva latino-americana. In: Mabe Betonico. (Org.). Provisões (Worl of Matter). 1ed.Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2013, v. , p. 54-68.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi- territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade (3a ed.). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

HAESBAERT, Rogério. O território em tempos de globalização. In. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas. Nº 2, v.4, 39-52, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. In. GEOGraphia, ano 9, nº 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério., RAMOS, Tatiana Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 12, p. 25-48, 2004.

HECHT, Susanna. La evolución del pensamiento agroecológico. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable, v. 4, p. 15-30, 1999.

HERRERO, Thaís. De olho na agricultura de baixo carbono. In. Antena, agosto, 2014.

HESPANHOL, A. N.. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. Campo - Território, v. 9, p. 1-17, 2014.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, p. 81-94, 2008.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In:

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. In. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.5, nº10, ago, 2010, 123-147p.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, 2010.

<http://viacampesina.org/es/index.php/accionesyeventosmainmenu26/cambiosclimicosyagrocombustiblesmainmenu79/2531clima> <acesso em: 14/12/2015>. Informações Econômicas, São Paulo, v. 30, n. 11, p.34-48, nov. 2000.

JONES, Katherine T. Scale as Epistemology. In. Political Geography, nº q, V. 17, 25-28, 1998.

JUNIOR, Edson José Neves. Uma análise da política externa do governo Lula em relação à temática das mudanças climáticas. In. Aurora, nº 7, jan, 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, nº42, fev, 2000.

KINDLEBERG, Charles Poor. Desenvolvimento econômico. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

KING, A. and B. Schneider, 1991: La Primera Revolucion Mundial. Informe al consejo del Club de Roma. Mexico, Fondo de Cultura Económica.

LA VIA CAMPESINA. La solución al cambio climático está en nuestras terras. GRAIN, 2014.

LACHAPELLE, Erik; PATERSON, Matthew. Drivers of national climate policy. In. Climate Policy, nº 5, v.13, 547-571, 2013.

LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. Revista Proposta, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LEAL, Adílio Alves., FONSECA, Gildete Soares. Território: categoria geográfica das múltiplas perspectivas. In. 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Motevidéo. Caminando en una América Latina en Transformación, 2009.

LEAL, Gleison Moreira. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio-SP. Presidente Prudente, [s.n.]. 2003.

LEFF, Enrique. Saber ambiental. Sustentabilidad, racionalidad complejidad y poder. México editorial Siglo, v. 21, p. 54, 2002.

LEISEROWITZ, Anthony. Climate change risk perception and policy preferences: The role of affect, imagery, and values. Climatic change, v. 77, n. 1-2, p. 45-72, 2006.

LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Editora Hucitec, 1998.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no pontal do parnapanema (sp): dissidências e dinâmica territorial. Presidente Prudente, [s.n.], 2006.

LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA, Jorge. Ambiente e Desenvolvimento. Lisboa: Ed. ICS, 2004.

LINDOSO, Diego; MARIA, Joana Araújo. Evolução da adaptação à mudança climática na agenda da ONU: vinte anos de avanços e descaminhos. In. Cuadernos de Geografía, nº 2, v. 22, jul-dec, 2013.

LOPES, Ignez Vidigal. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL: guia de orientação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LOPES, Mariana de Lourdes Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. O debate sobre a redução do déficit fiscal no Brasil: uma crítica pós-keynesiana. Nova Economia, v. 21, n. 1, 2011.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MACNEILL, J. P. Winsemius and T. Yakushiji, 1991: Beyond Interdependence. The merging of the world's economy and the Earth's ecology. New York, Oxford University Press.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MARSDEN, Terry. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. In. Journal of Rural Studies, v. 14, nº1, 1998, 107-117p.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In. Lua Nova, nº 23, mar, 1991.

MARTINEZ-TORRES, Maria Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. The Journal of Peasant Studies, v. 37, n. 1, p. 149-175, 2010.

MASSARETTO, Nivea. Impactos do plantio da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP: alterações físico-químicas nos solos dos assentamentos rurais Santa Teresinha da Alcídia, Laudenor de Souza e Vô Tônico. Presidente Prudente: [s.n.], 2010.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. Novos estudos-CEBRAP, n. 76, p. 139-156, 2006.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP: uma política de desenvolvimento regional ou compensação social. Presidente Prudente [s.n.], 2007.

MCMICHAEL, Philip. Reframing Development: global peasant movements and the new agrarian question. In. Canadian Journal of Development Studies, v.27, nº4, 2006, 471-483p.

MEDEIROS HESPANHOL, Rosângela Aparecida de. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Revista Sociedade & Natureza, v. 25, n. 3, 2013.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? In. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, nº 9, V. 3, 239-262, jul/set, 1993.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. Desenvolvimento em (Des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de doutorado, Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

MORAES, Anibal; MATINEZ, Gladys; ALVARENGA, Ramon; KICHEL, Armando;

MOREIRA, Helena Margarido. A formação da nova geopolítica das mudanças climáticas. In: Sustentabilidade em Debate, nº 1, v. 4, 275-292, jan-jun, 2013.

MOTTA, R. S. A política nacional sobre mudança do clima: aspectos regulatórios e de governança. In: MOTTA, R. S. et al. (Orgs.). Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios. Brasília: Ipea, 2011.

MUSTAFA BABIKER, John; REILLY, John; JACOBY, Henry. The Kyoto Protocol and developing countries. In: Energy Policy, nº 28, 525-536, 2000.

NAJAM, Edil; HUQ, Saleemul; SOKONA, Youba. Climate negotiations beyond Kyoto: developing countries concerns and interests. In: Climate Policy, nº3, 221-231, 2011.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os

NEVES NETO, Carlos de Castro. Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, [s.n], 2013. (Tese de doutorado).

NEUHOFF, Karsten. Understanding the roles and interactions of international cooperation on domestic climate policies. In: Climate Policy, v.9, nº5, 2011, 435-449p.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. Florianópolis: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Retrieved from <http://mstemdados.org/sites/default/files/Via%20Campesina>, 2007.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Associativismo e desenvolvimento rural no brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.

OLIVEIRA, Rafael Di Fonzo; ALVES, João Wagner Silva. Mudanças climáticas globais no Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Valter Lúcio. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. In: Desenvolvimento em questão, ano 5, nº9, jan-jun, 2007.

PAIXÃO, Michel Augusto Santana da; BACHA, Carlos José Caetano. A agropecuária brasileira e sua inserção na Economia Verde: uma análise do plano e do programa ABC. In: Pesquisa & Debate, nº1, v.26, 78-95, jan-mar, 2015.

PANDOLFI, Maira Angélica. Turismo e conflito por terra no Pontal. In: Observatório da América Latina, México, 2006.

PAULA, Luiz Fernando de; FERNANDO, Luiz. Política econômica para crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência para o Brasil. João Sicsú e Carlos Vidotto, orgs.(2008) Economia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2008.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 2, p. 399-417, 2007.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. In. Revista Brasileira de Política Internacional, nº51, v.2, 136-153, 2008.

PEMC. São Paulo. Política Estadual de Mudanças Climáticas. São Paulo, 2009.

PERERA, Luiz Carlos Jacob; ROBERTO, Borges Kerr; KIMURA, Herbert. "Mecanismos De Desenvolvimento Limpo (MDL) No Brasil-Uma Visão Ampla." XIII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais (2010).

PETERSEN, P.; DAL SÓGLIO, F.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas Brasileiras. In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIRES, Elson LS. The territorial logics of the development: diversities and regulation. Interações (Campo Grande), v. 8, n. 2, p. 155-163, 2007.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema/SP. Presidente Prudente, [s.n.], 2003.

RAMOS FILHO, Luiz Octávio; DA SILVA FRANCISCO, Carloos Eduardo; JUNIOR, Osvaldo Aly. Legislação ambiental e uso de sistemas agroflorestais em Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo. Cadernos de Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007.

REDCLIFT, Michael. Sustainable Development (1987-2005): an oxymoron comes of Age. In. Sustainable Development, n. 13, 212-227, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. Gestão da água na Península Ibérica. (Barcelona), Barcelona, v. X, n.567, p. 01-05, 2005.

ROBERTS, J. Timmons. Multipolarity and the new world (dis) order: US hegemonic decline and the fragmentation of the global climate regime. Global environmental change, v. 21, n. 3, p. 776-784, 2011.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. Mapa Geomorfológico do Est. de São Paulo. Revista do Dep. de Geografia da USP, p. 41-58, 1996.

RÜCKERT, Aldomar. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, 2004, Canoas. Porto Alegre; Canoas: Programa de Pós-Graduação em Geografia-Ufrgs.

RUSSEL BERNARD, H. Social Research Methods. Qualitative and Quantitative Approaches. SAGE: Los Angeles, 2013.

SACHS, Ignacy. Brasil Rural: da redescoberta à invenção. In. Estudos Avançados, nº 15, v.43, São Paulo, 2001.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: tecendo no mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo ações e reconhecendo direitos. Estudos Feministas, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Filipe Duarte. Alterações Globais: os desafios e os riscos presentes e futuros. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996/2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In. GEOgraphia, nº1, v.1, 1999.

SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In. Desenvolvimento territorial e agroecologia. (org) ALVES, Francelinoi; CORRIJO, Beatriz. CANDIOTTO, Luciano. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território (3a. edição). 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 1.000. 200p.

SAQUET, Marcos Aurélio. El desarrollo em uma perspectiva territorial multidimensional. In. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 2, nº1, Recife, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma geografia das territorialidades e da temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Ed. São Paulo, Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. (Org.); SPOSITO, Eliseu (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1.500. 363p. Saraiva, 2008.

SARAIWA, Mirian Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. In. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 50, v.2, 42-59, 2007.

SAVIO, Marco Antonio; SILVEIRA, Jéssica Garcia. Mitigação, resiliência e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008). In. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

SAWYER, Donald. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? In. Política Ambiental/Conservação Ambiental, Belo Horizonte: Conservação Ambiental, 2011.

SCHNEIDER, Sergio et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Sociologias, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan-jun, 2004, 88-

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. In. Psicologia & Sociedade, 19, Edição Especial, 1: 84-94, 2007.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio et al. La falacia del desarrollo sostenible. 2008.

SEN, Amartya. Freedom as development. São Paulo: Ática, 1999.
significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidades da agricultura brasileira.

SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao Império? In. Terra Livre, nº 23, V. 2, 87-96, jul-dez, 2004.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; BALEM, Tatiana Aparecida; DONALOZZO, Joel; SILVA, Gustavo Pinto da. A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. In. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do Território. In. Agrária, nº 10, 99-130, 2009.

SOUZA, Sérgio Pereira de. Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio-SP. Presidente Prudente [s.n.], 2007.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia – Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TORRES, Eloiza Cristiane; JUNIOR, Francisco Silva. Pontal do Paranapanema: um olhar por meio de trabalho de campo. GEOGRAFIA (Londrina), v. 19, n. 1, p. 165-179, 2010.

UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In. ANAIS EGAL, 2008.

UMBELINO OLIVEIRA, Ariovaldo. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In. Estudos Avançados, nº 15, v. 43, São Paulo, 2011.

VALADÃO, Adriano da Costa; DOS SANTOS MOREIRA, Silvana. Reflexões sobre o compreensão de agroecologia pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra. revista brasileira de agroecologia, v. 4, n. 2, 2009.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. Revistas Agriculturas: Experiências em Agroecologia, 2009.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Editora Garamond, 2005.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. In. SOCERJ, nº 5, V. 20, 383-386, set-out, 2007.

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico. In. Anais do II Simpósio Lutas, 2008.

VIGEVANI, Tullo.; OLIVEIRA, M. F. A política brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração. Encontro Nacional da ABCP, v. 4, 2004

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. In. Contexto Internacional, nº2, v.29, jul-dez, 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política Externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. In. Tempo Social, USP, novembro, 31-61, 2003.

VINCENT, Katharine. Uncertainty in adaptive capacity and the importance of scale. Global Environmental Change, v. 17, n. 1, p. 12-24, 2007.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Brasil na governança global do clima, 2005-2012: a luta entre conservadores e reformistas. In. Contexto Internacional (PUC), nº 1, v.35, jan-jun, 2013.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. Governabilidade global pós-utópica, meio ambiente e mudança climática. In. www.ambiente.sp.gov.br, acesso em <03/05/2014>.

VITAL, M.H.F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. Revista BNDES, Rio de Janeiro 14 (28); 235-276, dez 2007.

VOGLER, J. and M. Imber (eds.) The Environment and International Relations. London, Routledge, 1996.

WEISS BROWN, E. AND JACOBSON, H. (eds.). Engaging Countries: Strengthening Compliance with International Environmental Accords. Cambridge: MIT Press, 1998.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for sustainable development, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. Ambiente & sociedade, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

ZHANG, X; FURNAS, G.W. Social Interactions in Multiscale CVEs. In. Proceedings of the 4th International Conference on Collaborative Virtual Environments, p.31-38, New York, 2002.

Demais sites consultados:

<http://www.mst.org.br/2014/12/11/cercade10milmarcamcontraasmentirasdacop20noperu>.
<http://www.mst.org.br/2014/12/09/cupuladospovosuneorganizacaoesparacriticarmodeloagrario>.
<http://www.mst.org.br/2014/12/17/cupuladospovoslutacontinuaparamudarosistemanaoapenasoclima>.
<http://www.mst.org.br/2014/09/19/mobilizacaocontramudancasclimaticasterabloconavoteemruralistanorio>.
<http://www.mst.org.br/2015/06/11/mudancasclimaticasarmandoarmadilha>.
<http://www.mst.org.br/2014/02/17/reformaagrariaassumedimensaoestrategicaafirmagersonateixeira>.

ANEXOS

IMAGENS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS VISITADOS

Título: Usina de açúcar e álcool e plantio de cana-de-açúcar ao redor dos assentamentos rurais de reforma agrária do Pontal do Paranapanema-SP



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Placa de indicação da existência de um assentamento rural de reforma agrária – Assentamento Antônio Conselheiro II.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Área de plantio e moradia em assentamento rural do Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Área de plantio em assentamento rural do Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Área de plantio e moradia em assentamento rural do Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Entrada do assentamento rural Che Guevara no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Entrada do assentamento rural Che Guevara no Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Placa de indicação da existência do assentamento rural Che Guevara no município de Mirante do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Área de plantio em assentamento rural do Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

Título: Área de plantio em assentamento rural do Pontal do Paranapanema-SP.



Fonte: Registro do autor da tese.
Data: Setembro de 2015.

PERGUNTAS PARA O DIÁLOGO JUNTO AOS ASSENTADOS – PONTAL DO PARANAPANEMA – SP

Questionário guia

1. Como você tem percebido as atuações climáticas desde sua instalação no assentamento rural?
 - 1.1. Você percebe as mudanças significativas? (Quais acontecimentos observados?)
2. No caso das mudanças no clima, quem é responsável por suas causas?
 - 2.1. Quem são os responsáveis por ações em mitigação e adaptação às mudanças no clima?
3. Você participa (ou tem conhecimento de assentados que participam) de projetos ligados à política climática brasileira?
 - 3.1. Você participa ou tem conhecimento de algum assentamento que recebe incentivos financeiros para a concretização de práticas ambientais positivas?
 - 3.2. (Se sim) quais são os projetos e quais têm sido os benefícios?
 - 3.3. (se não) você entende que seria positivo haver políticas voltadas ao clima aplicadas em assentamentos rurais de reforma agrária?
 - 3.4. O que deveria ter maior destaque na política climática para os assentamentos rurais?
4. Existe algum projeto pelo Estado de apoio à agroecologia nos assentamentos?
 - 4.1. Se sim, como eles têm funcionado?
 - 4.2 Se não, quais as dificuldades encontradas?
5. Existe algum projeto ligado aos movimentos sociais ou a Via Campesina sobre a questão das mudanças no clima?
 - 5.1. (Se sim) quais são e como eles se desenvolvem?
 - 5.2. Se não, por quais motivos eles não ocorrem?

6. Quais são as áreas do seu lote em que se podem verificar aspectos positivos em relação ao clima?
7. Como você observa a participação de ONG's ou outras entidades no auxílio às práticas ambientais em assentamentos rurais de reforma agrária?
8. Você conhece o Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono?
 - 8.1. (Se sim) Poderia indicar algum assentamento que possua atividades ligadas ao Plano ABC?
9. Conhece o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo?
 - 9.1. Se sim, ocorrem projetos ligados aos assentamentos rurais?

Perguntas aplicadas junto ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

- a) O movimento tem percebido, em suas bases territoriais, problemas vinculados às mudanças climáticas? Se sim, quais?
- b) Como o movimento compreende a importância de políticas ligadas às mudanças climáticas globais?
- c) Para o movimento, a questão climática é de responsabilidade da Federação, dos estados, municípios ou das pessoas?
- d) Existem por parte do movimento orientações específicas ligadas às mudanças climáticas? Faz-se alguma relação com a agroecologia?
- e) O movimento acredita que a participação em políticas climáticas, via Estado, beneficiaria suas intenções e ações territoriais, como a produção agroecológica?
- f) As participantes do movimento têm recebido auxílio, via temática da mitigação e adaptação às mudanças climáticas, para o desenvolvimento de práticas agroecológicas? (Se sim, quais? Se não, quais seriam os auxílios necessários para a efetivação desta modalidade de produção?)
- g) Qual foi a participação do movimento no processo de discussão para a elaboração da Política Nacional sobre Mudança do Clima (2009) e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008)? Quais as principais dificuldades encontradas?

- h) No estado de São Paulo, houve participação do movimento no processo de elaboração da Política Estadual sobre Mudança do Clima (PEMC-2009)? (Se sim, como ocorreu esta participação? Se não, quais as dificuldades em adentrar este debate?)